## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

#### DALMO DE OLIVEIRA EVANGELISTA

# BARREIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: ANGÚSTIAS E DILEMAS DE JOVENS INFRATORES PÓS-INSTITUCIONALIZAÇÃO

## **Livros Grátis**

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

#### DALMO DE OLIVEIRA EVANGELISTA

# BARREIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: ANGÚSTIAS E DILEMAS DE JOVENS INFRATORES PÓS-INSTITUCIONALIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, na área de concentração Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações.

Orientador: Prof. Dr. José Willington Germano

NATAL, RN

#### DALMO DE OLIVEIRA EVANGELISTA

# BARREIRAS DA SOBREVIVÊNCIA: ANGÚSTIAS E DILEMAS DE JOVENS INFRATORES PÓS-INSTITUCIONALIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 08 / 12 / 2008

#### BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Prof. Dr. José Willington Germano (UFRN – Orientador)
Prof. Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos (UFPE)
Profa. Dra. Emília Maria da Trindade Prestes (UFPB)
Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindozo (UFRN)
Profa. Dra. Norma Missae Takeuti (UFRN)
Suplentes:
Profa. Dra. Geovânia da Silva Toscano (UERN)
Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior (UFRN).

#### AGRADECIMENTOS

Ao professor José Willington Germano, uma figura exemplar de pessoa, a quem devo a contribuição maior pelos conhecimentos adquiridos e sem a qual esta missão não teria sido realizada com êxito.

À professora Maria da Conceição de Almeida, uma das referências intelectuais e humanas das mais completas que conheci. Ela abriu a primeira porta para eu iniciar este desafio, através do estímulo e da força motivadora própria das pessoas sensíveis, solidárias e humanas.

À professora e amiga, Idalina Soares Costa (*in memoriam*), que, antes de todos, me convencera a compartilhar com a sociedade a experiência vivenciada, por longos anos, neste campo.

Ao professor João de Carvalho Costa, a quem devo especial apoio, colocando gentilmente à minha disposição sua rica e atualizada biblioteca para as consultas de que precisasse.

Ao professor e Juiz, Dr. José Dantas de Paiva, pelo estímulo, pelas recomendações, pelos sinais de alerta e pelo entusiasmo com que, durante todo esse tempo, acompanhou o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Maria das Graças Soares Rodrigues pelo incentivo, apoio e peculiar espírito solidário, sempre procurando, sem medir esforços, ajudar os seus colegas, tornando simples os caminhos e neutralizando os obstáculos e empecilhos impostos pelo rigor burocrático, capazes até de comprometer a vida humana em suas diversas circunstâncias.

Ao professor Luiz Carvalho de Assunção, colega ainda dos tempos de graduação, que sempre me incentivou e se alegrou com o êxito das minhas atividades acadêmicas.

A todos os colegas de Curso, particularmente aos companheiros da Base de Pesquisa "Cultura, Política e Educação" e do Grupo Aprendizes, entre os quais Lenina, Geovânia, Thalita, Rosana, Rita, Osicleide, Joicy e Gllauco.

Ao competente e atencioso secretário do PPGCS, Otânio Costa, a meu ver, digno e merecedor do nosso reconhecimento pela competência, zelo profissional e exemplar habilidade no relacionamento humano.

Aos meus colegas professores da UFRN, em Currais Novos, que, com certeza, acompanharam o meu dia-a-dia, ao longo desta honrosa missão, com confiança, apoio e incentivo, aqui representados por Marcos Alberto Dantas, Soraneide Dantas, Derivaldo

Santos, Eva Arruda Câmara, Armando Aguinaldo, Marise Mamede, Mário Lourenço e Andréa de Jesus.

Aos colegas da Secretaria do DCSH/CERES, particularmente Semideusa, Solidade, Jacinto, Graça e Lécia, pelo zelo e responsabilidade no desempenho profissional.

Aos colegas professores de UFRN, Washington José de Souza, Vidal Sunción Infante e José Pegado, pelo incentivo e pelas palavras de motivação desde a primeira hora.

À professora Raimunda de Medeiros Germano pelo estímulo permanente, pelas observações e recomendações construtivas, pela palavra doce nas horas de maior angústia, pelo desejo de sempre ver as pessoas felizes e pelas lições de bondade, solidariedade e amor à vida.

Aos professores Dalcy Cruz, Vânia Gicco, João Emanuel, Eleonora Tinoco, Norma Takeuti, Edmilson Lopes Júnior, Antônio Spinelli e Renny Maldonado pelas palavras de incentivo, apoio e orientação no desempenho desta árdua tarefa.

À minha cara amiga, professora Nazaré Liberalino, pelo incentivo e colaboração desde os primeiros momentos do Curso.

Ao professor Francisco Medeiros, amigo de outras eras, pela consultoria estatística.

À Bibliotecária Ana Luísa pela sua competência, paciência e simpatia.

Àqueles companheiros que, ao longo de suas vidas, atuando em instituições públicas, ao lado de crianças e adolescentes, sempre demonstraram competência, espírito público, visão crítica e amor no desempenho de suas atribuições, e sem os quais esta missão não teria sido cumprida: Pereira, Tomásia, Malba, Zilda, Zileuza, Vanda, Lurdinha, Lúcia, Aurélia, Maura, Fátima, Rosário, Conceição e José Carlos.

Àqueles que fazem parte da área da Segurança Pública, Assistência Social e Justiça e Cidadania, do Governo do Rio Grande do Norte, cuja participação fora indispensável ao cumprimento de nossos objetivos: Leonardo Arruda Câmara, Secretário de Estado (SEJUC); Carlos Castim Santarosa, Secretário de Estado (SSPDS); José Pegado do Nascimento, Sub-Secretário de Estado (SETHAS); e ainda: Maria do Carmo Alves Macedo (Delegada-Geral Adjunta); José Olímpio Silva (Gestor do INFOPEN); e os diretores de penitenciárias e centros de detenção provisória: Cel. Marcos Rodrigues Pinheiro (Penitenciária de Alcaçuz); Osório João Rodrigues Neves (PEP); Jorge Francisco Alves de Lima (CDPZS), José Janailson de Souza (CPN) e Flávio Lúcio (CDPZN).

#### **RESUMO**

O estudo analisa, criticamente, os efeitos das políticas públicas, executadas pela Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC/RN), junto aos adolescentes, de ambos os sexos, autores de atos infracionais, em cumprimento, por determinação judicial, da "medida socioeducativa de internação", identificando as contradições que perpassam a compreensão e tratamento da questão. Objetiva investigar quais as chances que têm os jovens egressos, com passagem pelo Centro Educacional Pitimbu (CEDUC Pitimbu) e pelo Centro Educacional Pe. João Maria (CEDUC Pe. João Maria), de se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania. A metodologia adotada é a história oral de vida (MEIHY, 2005) dos jovens egressos das instituições referidas, no período 2002/2005, permitindo ao pesquisador o acesso aos sujeitos investigados, diretamente nos locais onde residem, na atualidade, e possibilitando a reconstituição de sua história de vida, a partir de entrevistas semi-estruturadas. Os depoimentos dos jovens entrevistados foram agrupados e analisados a partir das seguintes categorias de análise: o egresso e a família, o egresso e a escola, o egresso e a comunidade, o egresso e o trabalho, o egresso e o CEDUC, o egresso e a vivência infracional. Os resultados sinalizam que, a despeito dos avanços na legislação brasileira para o setor, as ações promovidas por essas instituições, em geral, só têm produzido conseqüências inócuas e estigmatizadoras, evidenciando que, em essência, elas carregam no seu interior contradições que, no fundo, correspondem aos interesses do sistema dominante e de uma sociedade que, utilizando mecanismos de política social, ainda privilegia o controle e a repressão. E, assim, enquanto essas ações permanecerem incapazes de produzir alterações significativas nas condições de existência dos jovens que cumprirem medida socioeducativa privativa de liberdade, é possível afirmar que são mínimas as chances de eles se tornarem sujeitos autônomos, numa sociedade que, preferindo a sua punição, lhes nega, obstinadamente, acesso aos seus direitos básicos. Na abordagem teórica, o pesquisador dialoga com autores como Foucault, Goffman, Bourdieu, Offe, Bauman, Boaventura Santos, Takeuti, Germano, Ariès, Wacquant, entre outros.

Palavras-chave: Adolescentes infratores. Medidas socioeducativas. Privação de liberdade. Relegados sociais.

#### **ABSTRACT**

This study critically examines the effects of public policies, implemented by Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC/RN), along with adolescents of both sexes, perpetrators of illegal acts in compliance by court order, by "socio-educative measures", identifying the contradictions that permeate the understanding and treatment of issue. The aim is to investigate the chances that youths have by living in Centro Educacional Pitimbu and Centro Educacional Padre. João Maria (CEDUC), to become subjects in the exercise of their citizenship. The methodology adopted is the verbal history of life (MEIHY, 2005) of youths that had life experiences in these institutions from 2002 to 2005, allowing researchers to access directly to investigated individuals, through the place where they currently reside, and enabling the reconstitution of their life story, from semi-structured interviews. The young people's statements interviewed were grouped and analyzed from the following categories of analysis: the egress and family, the school and egress, the community and egress, the egress and work, the egress and CEDUC, the egress and experience infringement. The results indicate that, despite the advances in Brazilian legislation for the sector, the actions promoted by these institutions generally would have produced innocuous and stigmatized consequences. Moreover, they show in essence that they carry on their inner contradictions which fundamentally correspond to the interests of the dominant system and a society which uses mechanisms of social policy, in addition to favoring the control and repression. And thus, while such actions remain unable to produce important changes in the conditions of existence of young people who meet by social deprivation of liberty, it is possible to say that the chances are minimal so that they become autonomous subjects in a society that, preferring their punishment, denies them, stubbornly, access to their basic rights. In theory, the researcher dialogues with authors as Foucault, Goffman, Bourdieu, Offe, Bauman, Boaventura Santos, Takeuti, Germano, Ariès, Wacquant, among others.

Key-words: Juvenile Delinquents. Educative Social Measures. Lack of liberty. Social relegated youths.

#### **RESUMEN**

El estudio analiza, críticamente, los efectos de las políticas públicas, ejecutadas por la Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC/RN), adjunto a los adolescentes, de ambos los sexos, autores de actos infraccionales, en cumplimiento, por determinación judicial, de la "medida socioeducativa de internación", identificando las contradicciones que traspasan la comprensión y tratamiento de la cuestión. El objetivo es investigar cuales las oportunidades que tienen los jóvenes egresados, con pasaje por el Centro Educacional Pitimbu (CEDUC Pitimbu) y por el Centro Educacional Pe. João Maria (CEDUC Pe. João Maria), de que se vuelvan sujetos al ejercicio de su ciudadanía. La metodología adoptada es la historia oral de vida (MEIHY, 2005) de los jóvenes egresados de las instituciones referidas, en el periodo 2002/2005, permitiendo al investigador el acceso a los sujetos investigados, directamente en los locales donde viven, en la actualidad, y posibilitando la reconstitución de su historia de vida, desde entrevistas semiestructuradas. Los relatos de los jóvenes entrevistados fueron agrupados y analizados a través de las siguientes categorías de análisis: el egresado y la familia, el egresado y la escuela, el egresado y la comunidad, el egresado y el trabajo, el egresado y el CEDUC, el egresado y la vivencia infraccional. Los resultados señalan que, a pesar de los avances en la legislación brasileña para el sector, las acciones promovidas por esas instituciones en general sólo han producido consecuencias inocuas y estigmatizadoras, evidenciando que, en esencia, ellas cargan en su interior contradicciones que, en general, corresponden a los intereses del sistema dominante y de una sociedad que, utilizando mecanismos de política social, todavía han privilegiado el control y la represión. Y, así, mientras esas acciones permanezcan incapaces de producir cambios importantes en las condiciones de existencia de los jóvenes que cumplan medida socioeducativa privativa de libertad, es posible afirmar que son mínimas las oportunidades de que ellos se transformen sujetos autónomos, en una sociedad que, prefiriendo su punición, les niega, obstinadamente, el acceso a sus derechos básicos. En el abordaje teórico, el investigador hace un diálogo con autores como Foucault, Goffman, Bourdieu, Offe, Bauman, Boaventura Santos, Takeuti, Germano, Ariès, Wacquant, entre otros.

Palabras clave: Adolescentes infractores. Medidas socioeducativas. Privación de libertad. Relegados sociales.

## **SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO
1.1	METODOLOGIA
2	UMA VISÃO DA SITUAÇÃO DOS ADOLESCENTES NO BRASIL
2.1	OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
3	POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS PARA CRIANÇAS E
	ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO: A TRAJETÓRIA
	HISTÓRICA E O NOVO PARADIGMA
3.1	CONCEITUANDO POLÍTICA SOCIAL
3.2	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA
3.3	O NOVO PARADIGMA: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
	ADOLESCENTE (ECA)
3.4	AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
3.5	OS CONSELHOS TUTELARES
3.6	A SOCIEDADE BRASILEIRA E A REDUÇÃO DA IDADE PENAL: A
	SEDE DE PUNICÃO
4	EXCLUSÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DA
	POPULAÇÃO BRASILEIRA
4.1	POPULAÇÃO BRASILEIRA EXCLUSÃO SOCIAL: UM CONCEITO, MÚLTIPLAS
	INTERPRETAÇÕES
4.2	CONTEXTOS DE EXCLUSÃO E O LUGAR DOS JOVENS
4.3	O TRABALHO DO JOVEM: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E
	VALORIZAÇÃO DA AUTO-ESTIMA
4.4	JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGO E
	PARTICIPAÇÃO
4.4.1	Caminhando para o futuro e conquistando espaços de participação e diálogo.
4.4.2	Os jovens na cidade e na sociedade
5	CAMINHOS DA DELINQÜÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE
	JOVENS INFRATORES
5.1	O EGRESSO E A FAMÍLIA
5.2	O EGRESSO E A ESCOLA
5.3	O EGRESSO E A COMUNIDADE
5.4	O EGRESSO E O TRABALHO
5.5	O EGRESSO E O CEDUC
5.5.1	O Centro Educacional Pitimbu (CEDUC Pitimbu)
5.5.2	O Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC Pe. João Maria)
5.6	O EGRESSO E A SUA VIVÊNCIA INFRACIONAL
5.7	FRAGMENTOS DE HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS
6	OS RELEGADOS SOCIAIS: CONCLUSÕES
7	REFERÊNCIAS
8	APÊNDICES

### 1 INTRODUÇÃO

A questão dos adolescentes que entram "em conflito com a lei", no Brasil, sempre está na ordem do dia das discussões. O tema, que é presença constante na pauta diária dos meios de comunicação, historicamente não tem sensibilizado a sociedade brasileira quanto a um melhor encaminhamento para o problema.

Assim, após sua passagem pelas instituições públicas de assistência, esses jovens egressos se sentem inseguros, marcados pelo preconceito, e resistem como podem, tentando reconstruir suas "vidas desperdiçadas", na expressão de Bauman (2005). Portanto, nunca é demais pesquisarmos ou tratarmos deste assunto, particularmente no meio acadêmico, em busca de maior compreensão do problema.

Os questionamentos apresentados, nos últimos anos, sempre se concentram sobre o que fazer para enfrentar o agravamento das situações de violência, o crescimento acelerado do número de jovens envolvidos na prática de atos infracionais, a complexidade das práticas institucionais voltadas para a execução das chamadas "medidas socioeducativas" e os seus efeitos no desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens com passagem pelo sistema oficial de atendimento a adolescentes autores de atos infracionais.

Trata-se de uma realidade protagonizada por jovens cidadãos brasileiros, integrantes do segmento social mais exposto à violação de direitos, seja pela família, pela sociedade e, sobretudo, pelo Estado. Violência doméstica, maus-tratos, exploração sexual, exploração do trabalho infantil, consumo e tráfico de drogas, extermínio, violência policial, prisões arbitrárias, fome, moradias indignas, escolas inadequadas, insuficiência de espaços de convivência, entre outras situações, infelizmente ainda compõem o cenário do abandono e do descaso que persiste diante do olhar de toda a nação brasileira.

Felizmente, sobretudo nas últimas duas décadas, parcelas cada vez mais significativas da sociedade têm se mobilizado no sentido de reverter essa realidade. Nesse período, também temos notado, de forma mais evidente, que a própria Universidade, através de seus professores, pesquisadores e alunos, tem ampliado a sua participação e interesse pela temática, a julgar pela produção científica realizada nos últimos anos sobre o assunto, inclusive em nível local.

No Brasil, somente a partir dos anos 1970, é que o tema passou a ser estudado com mais profundidade e sistematização. Assim, dentro deste campo de produção científica, destacamos a participação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que

publicou "A criança, o adolescente, a cidade" (1973). Possivelmente, este foi o primeiro estudo crítico sistematizado sobre o assunto, no país, enfatizando "a origem social dos menores", além de aspectos dos valores culturais dos adolescentes internados em São Paulo e as condições de funcionamento das instituições que atuam nesse setor.

Dessa época, só para citar alguns, destacamos o trabalho de Ferreira (1980) com o livro *Meninos de rua*, que aborda as expectativas e valores de "menores marginalizados" em São Paulo; e ainda *O massacre do menor no Brasil* (LUPPI, 1980); *O dilema do decente malandro* (VIOLANTE, 1981), abordando "o problema do menor", resultante do modo de produção capitalista no Brasil, que interpreta o comportamento infrator; o livro *Pequenos Bandidos* (ARRUDA, 1983), abordando a história de vida de meninos de rua e de egressos de instituições assistenciais, em São Paulo. O livro *O menor institucionalizado - um desafio para a sociedade* (CAMPOS, 1984), onde discute o processo de socialização do menor institucionalizado. Outra referência é o livro *O mundo do menor infrator*, organizado por Queiroz (1987). Trata-se de um relato de pesquisa feito por um grupo interprofissional, onde são registrados depoimentos de adolescentes sobre a FEBEM/SP, analisados numa perspectiva crítica.

No Rio Grande do Norte, os estudos na área só se tornaram mais expressivos a partir dos anos 1980, com um trabalho do IDEC/SEPLAN/Governo do Rio Grande do Norte (1987), intitulado *O menor de família de baixa renda*, que traça um perfil do "menor carente", a partir de uma visão analítica da "situação do menor de baixa renda no Estado". E outro, coordenado por Siqueira (1992), intitulado *Os meninos de Natal: as condições de socialização das crianças e adolescentes que sobrevivem nas ruas de Natal, que revela as condições de socialização dos meninos e meninas de rua, na capital potiguar.* 

A partir daí a produção científica nesse campo passou a ser liderada, no Estado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), particularmente através dos cursos de graduação e pós-graduação em ciências sociais, serviço social, psicologia, educação e administração. Essa produção inclui monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado e três livros<sup>1</sup>. Para mencionar apenas os trabalhos diretamente relacionados com a temática deste estudo e, mais precisamente, com o CEDUC, é oportuno destacar as seguintes

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> CAVALCANTI, Keila B.; PAIVA, Maria das Graças de M. V. (Orgs.). Retratando a criança e o adolescente. Natal: EDUFRN, 1998. PARCELLE, Eugênio (Org.). Um olhar sobre o Ceduc: lei x realidade numa instituição de privação de liberdade. Natal: Companhia TerrAmar. [2002?] FROTA, Tereza de Lisieux Lopes. Entre o pavilhão e o inferno: trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu. João Pessoa: Idéia, 2007.

dissertações de mestrado: A condição sub-humana do infrator menor (SIQUEIRA, 1982), que estudou "o comportamento infrator dos adolescentes institucionalizados" no então Centro de Reeducação do Menor, hoje CEDUC; Para onde vai o adolescente, autor de atos infracionais, egresso da FEBEM/RN? (EVANGELISTA, 1992), que analisou, criticamente, os resultados das ações da FEBEM/RN dirigidas aos adolescentes infratores; A privação de liberdade e o processo de inclusão social do adolescente (SILVA, 2003), que estudou a implementação da medida socioeducativa de privação de liberdade, focalizando a sua viabilidade quanto à inclusão social dos adolescentes infratores; O ato infracional e o processo de exclusão social das famílias dos adolescentes privados de liberdade: decifrando mitos e realidades (PEREIRA, 2004), que estudou a relação existente entre o ato infracional e a problemática socioeconômica das famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade; e, por fim, a tese de doutorado intitulada Entre o pavilhão e o inferno: trajetória dos meninos infratores no Ceduc Pitimbu (FROTA, 2006), já transformada em livro, que estudou "a violência dos meninos infratores que se encontram confinados no Ceduc Pitimbu"; além de diversas monografias de conclusão de cursos de graduação, dentre estas a mais recente delas intitulada Crianças e adolescentes em privação de liberdade: um olhar sobre a instituição CEDUC/Pitimbu (NASCIMENTO, 2006), que faz uma reflexão sobre a realidade institucional a partir dos "conflitos existentes entre os agentes sociais e os adolescentes internados".

Como observamos, no Rio Grande do Norte, é cada vez mais significativa a participação da UFRN na realização de estudos e pesquisas relacionados com esta temática, enfatizando-se que cada um deles tem explorado a questão de ângulos diversos, o que, sem dúvida, enriquece ainda mais a produção científica sobre o assunto. No nosso caso, o foco de atenção e, ao mesmo tempo, desafio, se volta, especificamente, para os adolescentes egressos do CEDUC PITIMBU e egressas do CEDUC Pe. JOÃO MARIA, todos (e todas), portanto, desvinculados, mas com passagem pelo sistema oficial de atendimento, e - como constatamos - agora esquecidos pelas políticas públicas para o setor.

Para alargar, pois, o espaço de conhecimento produzido nesta área, no Brasil, acreditamos que o presente estudo mostra sinais de oportunidade e viabilidade, particularmente porque analisa a extensão e a profundidade dos resultados das ações educacionais, executadas no âmbito da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC/RN), junto a um segmento específico do seu público usuário - o adolescente autor de atos infracionais, egresso do sistema oficial de atendimento. Neste sentido, não se conhecendo que tipo de mudanças tem ocorrido com os adolescentes, egressos desse sistema

no período de 2002 a 2005, este estudo pretende desvendar, a partir de uma visão crítica, a realidade desses jovens.

Nossa preocupação com o tema foi muito mais instigada pelo interesse despertado pelas gratificantes discussões e debates ocorridos durante as disciplinas ministradas ao longo do Curso de Doutorado, bem como durante as atividades e estudos desenvolvidos na Base de pesquisa "Cultura, Política e Educação", do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN).

Dentro desse esforço acadêmico, e motivado por uma longa trajetória de vida convivendo com jovens adolescentes, autores de atos infracionais, esperamos contribuir para que as suas angústias, aflições e dilemas sejam conhecidos e suas vozes sejam ouvidas pela sociedade a quem cabe resgatar os seus direitos de cidadania.

Sabemos que reconhecer no agressor a pessoa de um cidadão é algo bem difícil para a grande maioria das pessoas. Assim, é de se esperar que os adolescentes em conflito com a lei nem sempre obtenham, junto à sociedade, uma aceitação em favor da defesa de seus direitos. Isto porque, pelo fato de terem praticado um ato infracional, desde logo são desqualificados como adolescentes e rotulados como "infratores", "delinqüentes", "perigosos" e tantos outros adjetivos estigmatizantes que expressam a face da violência simbólica.

No Brasil, quando discutem essa questão, em geral as pessoas se posicionam carregadas de mitos, o que só contribui para dificultar a sua compreensão e distorcer a própria realidade. Dentre esses mitos, alguns apontados por Volpi (2001), está o "hiperdimensionamento do problema", ou seja, tem-se, em geral, a idéia de que, no país, são "milhões de adolescentes" que praticam delitos, e que, sobretudo eles, são diretamente os principais responsáveis pelo crescimento da violência e da criminalidade. Na verdade, apesar de relativamente poucos, os estudos disponíveis – mais tarde citados neste trabalho - revelam que a prática de atos infracionais graves cometidos por adolescentes é muito menor do que a impressão que tem a opinião pública a respeito.

Outro mito é o da dita "periculosidade" dos jovens, que tenderiam a praticar atos infracionais cada vez mais graves, embora estudos recentes tenham mostrado que os delitos praticados por adolescentes no Brasil, em sua maioria, são crimes contra o patrimônio, e não contra a pessoa.

Um terceiro mito é o da "irresponsabilidade do adolescente" apoiado na idéia de que o adolescente é mais inclinado à prática de atos infracionais porque a legislação é suave na sua punição. Sabemos que a idéia de que o agravamento das penas reduziria a prática de delitos nunca foi algo comprovado, nem mesmo por aquelas sociedades que adotam a pena capital.

E aqui se deve ressaltar que, em geral, a sociedade confunde impunidade com inimputabilidade penal, que traduz "a não-capacidade para responder a processos criminais", conforme Takeuti (2002b, p. 180). Assim, o fato de um adolescente ser inimputável penalmente não o exime de ser responsabilizado com medidas socioeducativas, as quais incluem "a internação em estabelecimento educacional" ou privação de liberdade.

A propósito, a privação de liberdade é um dos aspectos tratados neste estudo, quando analisamos em que medida ela dá conta de seu papel de ressocialização do adolescente que praticou um ato infracional. Para tanto, privilegiamos a própria voz dos adolescentes egressos do CEDUC para captar a percepção dos mesmos em relação à sua experiência de internação e à contribuição que eles admitem ter recebido ou não da instituição para viabilizar a sua inserção social.

Para além disso, a partir do relato de suas vivências, de seus conflitos, de suas carências materiais e afetivas e também de suas conquistas, buscamos captar os seus sentimentos acerca dos efeitos da exclusão social presentes no seu cotidiano e no dia-a-dia de sua coletividade.

Tendo como pano de fundo um quadro de desigualdades, de exclusão e de injustiças sociais, que, historicamente, marca a sociedade brasileira, focalizamos a nossa atenção sobre a complexa questão dos jovens em conflito com a lei, com passagem pelas instituições oficiais, destinadas ao seu atendimento, em Natal, no Rio Grande do Norte, onde cumpriram medida privativa de liberdade, conforme define o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É, pois, objetivo deste estudo investigar quais são as chances desses jovens se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania, numa sociedade que lhes nega acesso a direitos básicos. Conforme Volpi (2001, p. 98), "o exercício da cidadania é o direito que cada cidadão tem de ter direitos e exercê-los no cotidiano através de sua ação ou da ação do Estado naquilo que lhe cabe como atribuição".

Nessa perspectiva - e partindo da hipótese de que, a despeito dos avanços na legislação brasileira para o setor, as ações dirigidas aos adolescentes infratores continuam incapazes de produzir alterações significativas nas condições de existência desses jovens - definimos como objeto de estudo investigar, criticamente, as conseqüências da intervenção pública sobre o adolescente, autor de atos infracionais, egresso do sistema CEDUC/FUNDAC/RN.

Para materializar esse propósito, tomamos como parâmetro as seguintes questões de pesquisa: a) Quais as alternativas ou estratégias utilizadas pelos egressos para garantir a sua sobrevivência? b) Como se dá o relacionamento do egresso com a família, com a escola, com a comunidade, com o trabalho e com o mundo do crime? c) Como o egresso que constituiu

família realiza a manutenção dos seus filhos e atende à satisfação de suas necessidades básicas?

A estrutura básica da tese, além desta Introdução, inclui "Uma visão da situação dos adolescentes no Brasil", através da qual desenvolvemos, no capítulo 2, uma abordagem da realidade da juventude brasileira, num país marcado por contradições e desigualdades socioeconômicas, em decorrência de um padrão excludente de distribuição de riqueza. Na mesma rubrica, focalizamos, particularmente, os jovens adolescentes que entram em conflito com a lei, acusados da prática de atos infracionais, mostrando a dimensão e características específicas do problema, no país.

Em seguida, no capítulo 3, "Políticas sociais brasileiras para crianças e adolescentes em situação de risco: a trajetória histórica e o novo paradigma", iniciamos com uma breve discussão sobre a conceituação de política social, abordando a seguir a trajetória histórica das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil. Mostramos como o ECA ampliou a responsabilidade do Estado e da sociedade para com as crianças e adolescentes brasileiros, e porque, apesar dos avanços na legislação, as práticas denunciam que as políticas para os jovens "em conflito com a lei", em geral, não conseguem ultrapassar os limites da ficção. Discutimos também a questão da implementação da medida socioeducativa de "internação em estabelecimento educacional"; analisamos aspectos da situação e limitações dos Conselhos Tutelares e discutimos a postura repressora da sociedade brasileira diante dos atos infracionais praticados, sobretudo, pelos jovens pobres das periferias urbanas.

No capítulo 4, "Exclusão social e condições de existência da população brasileira", discutimos esse fenômeno e suas distintas formas de compreensão. Neste sentido, buscamos, a partir das concepções de diferentes autores como Castel (1998), Castells (2002, 2003), Germano (2002), Martins (1997), Paugam (1991), Pochmann (2004, 2005a) e Takeuti (1993; 2002b), obter mais nitidez na utilização do conceito e, conseqüentemente, na interpretação das vozes dos jovens egressos para os quais, em geral, a falta de emprego e ocupação produtiva se apresentam como um de seus principais problemas. Apresentamos um breve diagnóstico de aspectos da realidade socioeconômica do país e seu impacto nas classes populares, particularmente, nas crianças, adolescentes e jovens. Na seqüência do capítulo, desenvolvemos algumas reflexões sobre a questão do trabalho como direito de cidadania e componente essencial na formação do jovem cidadão, e ainda abordamos a questão da juventude, enfatizando-se aspectos como participação, construção da identidade, valorização da auto-estima, o lugar do jovem na sociedade e sua posição como foco das políticas públicas no Brasil.

Intitulado "Caminhos da delinqüência: trajetórias de vida de jovens infratores", no capítulo 5, mergulhamos no mundo dos jovens autores de atos infracionais, egressos do CEDUC, em Natal, onde cumpriram medida privativa de liberdade. Discutimos e analisamos as experiências vivenciadas por eles, a partir de suas histórias de vida, bem como seus problemas e necessidades, seu embate com a sociedade, além de suas condições atuais de existência, ao interagirem com a família, com a escola, com a comunidade, com o trabalho, com o mundo do crime, com as drogas e com as instituições.

#### 1.1 METODOLOGIA

Optamos por utilizar a história oral como metodologia de pesquisa. Esta metodologia permite ao pesquisador o acesso direto aos sujeitos investigados, possibilitando a reconstituição de sua história de vida e leitura do real, a partir de contatos pessoais e entrevistas.

É oportuno mencionar que, no caso específico dessa "colônia", constituída por jovens, com uma longa vivência no mundo do crime, o estudo se revestiu de peculiar complexidade se considerarmos que os sujeitos foram contactados, em sua maioria, e em face de suas condições atuais de vida, em locais de risco, como favelas, bocas de fumo, áreas de prostituição, delegacias, centros de detenção provisória, penitenciárias, ambientes insalubres, e em horários incertos e, de certa forma, sem muita garantia de segurança.

Ressalte-se que, para compor a amostra, localizamos egressos em todas as quatro zonas urbanas da cidade, distribuídos em 14 diferentes bairros de Natal (p. 95), inclusive bairros de classe média. O ponto de partida original para localizá-los fora seus endereços nos respectivos prontuários, na instituição onde cumpriram medida privativa de liberdade. A partir daí, alguns foram encontrados em casa, nem sempre situada em área de risco. Outros foram localizados em áreas de maior risco, inclusive prisões, como já mencionamos. Outros, após repetidas e frustradas tentativas de busca, não foram encontrados em tempo hábil, ficando fora do cronograma de trabalho do estudo. Quanto aos egressos do interior, os mesmos não foram incluídos no processo de amostragem pelos seguintes motivos: não havia como confirmar seus endereços ou referências específicas que facilitassem sua localização; a maior parte deles era oriunda de municípios da Região Oeste do Estado, como Mossoró, Areia Branca, Pau dos Ferros, Alexandria, Jucurutu, distando de 264 a 400km da capital, o que comprometeria o cronograma de realização da pesquisa.

Ao iniciar o trabalho de campo, enfrentamos muitas dificuldades para realizar as entrevistas, pois, de partida, não sabíamos ao certo onde encontrar os egressos, nem se iríamos encontrá-los em tempo hábil. Assim, se não estavam mais nas instituições, pois já cumpriram a sentença judicial da medida privativa de liberdade, onde poderiam estar? Era a pergunta que sempre fazíamos. Infelizmente, após o desligamento, por determinação judicial, na maioria das vezes as próprias instituições desconhecem o destino desses jovens. Talvez para sempre!

De seus endereços, mudam-se com freqüência. E, além disso, os endereços que estão registrados nos prontuários, em geral pertencentes a seus pais, em não muito tempo ficam desatualizados ou incompletos. Se presos em Delegacias ou presídios provisórios, sofrem constantes transferências e nem sempre são localizados com a brevidade desejada, nem contactados com facilidade, considerando-se a complexidade das exigências burocráticas e de segurança, naturais no sistema penitenciário. Enfim, eles podem ser considerados, de verdade, "pessoas invisíveis", cuja problemática é igualmente destacada por uma "invisibilidade perversa", para usar a expressão de Sales (2007), tão ao gosto de uma sociedade excludente e repressora, pouco interessada em discutir a situação desses jovens.

Assim, adentrando-se mais a fundo na questão, constatamos que, dentro do universo pesquisado, 33 egressos do CEDUC, todos do sexo masculino, já estavam mortos, em sua maioria vítimas de homicídio, por não terem obtido meios ou oportunidade para sobrepujar as barreiras da sobrevivência. Dentre eles, um de nossos entrevistados igualmente fora assassinado, alguns meses após a entrevista.

Os demais egressos foram sendo localizados gradualmente, através de informações oficiais, de fontes informais, de noticiários policiais veiculados pela televisão e jornais, de informações boca-a-boca, de reconhecimento nas ruas, de informações dos próprios egressos sobre como localizar outros colegas seus, de agentes institucionais e de *sites* de órgãos oficiais, na *internet*, geralmente vinculados à área de Justiça.

Além das dificuldades naturais de contato com os egressos – o que representa um grande desafio - houve ainda outras restrições no âmbito das relações pesquisador/pesquisado. Em princípio, tudo porque, estando há algum tempo sem manter contato com "desconhecidos", com "gente do Governo", ou até mesmo assustado com buscas ou investigações policiais, o egresso não entendia a razão de estar sendo procurado em casa ou na vizinhança, por alguém, em princípio, estranho, sobretudo, sabendo ele que "não havia feito nada", nem "devia nada".

Porém, após o encontro inicial, apesar de uma aparente desconfiança da parte deles, à medida que iam tomando conhecimento dos objetivos da pesquisa, logo se dispunham a colaborar. Dessa forma, estabelecido o *rapport* essencial nessas situações, as entrevistas, em geral, foram desenvolvidas em um clima de desprendimento, disponibilidade e cooperação. Todavia, em alguns casos, tivemos que recorrer à criatividade para superar determinadas restrições, inconveniências ou outras situações atípicas, como: impossibilidade de marcar previamente data e local da entrevista; presença ostensiva de policial armado, em certas penitenciárias, no local da entrevista; recomendação de "desconhecidos" para realização da entrevista em outro local, diferente do endereço original; entrevista realizada em local ermo, com características rurais, em espaço isolado e cerrado a cadeado por grandes e altos portões de zinco; entrevista realizada no interior de residência, mas a portas fechadas, entre outras delicadas situações.

Julgamos, pois, importante a nossa experiência pessoal nesta área, quando outrora trabalhamos diretamente com adolescentes, autores de atos infracionais. Isto facilitou criarmos uma situação de informalidade e confiança mútua, no momento das entrevistas. Para tanto, adotamos, por exemplo, o procedimento de eles ficarem com inteira liberdade de só responderem as perguntas que entendessem convenientes para si próprios. Foi uma forma de evitar que se sentissem pressionados. Isto conferiu desde logo maior "dinamicidade" às entrevistas, graças à confiança demonstrada posteriormente pelos mesmos, os quais, no relato de suas histórias de vida, abordaram aspectos até de sua intimidade, e, em certos casos, chegaram mesmo a revelar crimes cometidos, porém nunca detectados pelas malhas da segurança pública.

Todos concordaram que as entrevistas fossem gravadas, sem restrições. Todavia, para garantir o absoluto sigilo, assegurar o anonimato dos entrevistados e impedir a sua identificação agora e no futuro, optamos por substituir o nome real dos egressos por pseudônimos, escolhidos entre poetas clássicos e ninfas gregos. A identificação nominal de cada egresso foi feita aleatoriamente, sem nenhum critério específico de escolha, nem qualquer relação com o perfil dos entrevistados.

De qualquer forma, trata-se de um grupo excluído do acesso a direitos de cidadania, invisível para muitos, estigmatizado pela sociedade e desconsiderado pelo poder público, o que, por si só, já justificaria o desafio.

Para dimensionar o campo de estudo, levamos em consideração a recomendação de Meihy (2005, p. 138) para quem "o argumento decisivo para marcar o limite do número de entrevistas remete à sua utilidade e ao seu aproveitamento". Assim, segundo o autor, quando

os depoimentos começarem a ficar repetitivos "é necessário parar". Utilizando esse argumento e tentando proporcionalizar a quantidade de entrevistados de acordo com a quantidade de desligamentos nos quatro anos analisados, entrevistamos três egressos de 2002, dentre 15 desligados; três de 2003 dentre 14 desligados; cinco de 2004, dentre 22 desligados; e doze de 2005, dentre 55 desligados, totalizando 23 egressos, de ambos os sexos, cujos fragmentos de história de vida constam na rubrica 5.7, do Capítulo 5, e nas análises procedidas ao longo do trabalho.

Para chegar a esse número e em razão de a FUNDAC não dispor de um controle sistemático informatizado, capaz de registrar, em tempo real, toda a movimentação dos jovens que atende em suas instituições (internações, fugas, desligamentos, falecimentos, transferências, etc.) tivemos que consultar, inicialmente, 243 fichas coletivas de "controle mensal" dos adolescentes atendidos pela instituição. Ao longo do trabalho, constatamos muitas imprecisões e incompatibilidades nos dados registrados, o que exigiu grande esforço e atenção do pesquisador nessa árdua tarefa. Consultamos ainda alguns prontuários dos adolescentes com passagem pelo CEDUC Pitimbu e CEDUC Pe. João Maria, para confirmação de alguns dados e esclarecimentos outros. Excluímos os casos de acesso inviável; aqueles com prontuários "não localizados" na Instituição; aqueles com prontuários com dados insuficientes (endereços incorretos ou desatualizados) e outras situações similares, como o grande número de falecimentos. Por essa razão, o universo se restringiu a 106 jovens, desligados de ambos os CEDUCs.

Quanto à nossa escolha metodológica, a história oral é uma prática muito dinâmica e criativa, consistindo em gravação premeditada de narrativas pessoais, feitas diretamente com os sujeitos, para "facilitar o conhecimento do meio imediato". Ela é sempre uma história de "tempo presente", sendo também reconhecida como "história viva". Como escreve Meihy (2005, p. 19), "é a presença do passado no presente imediato das pessoas". Entendamos aqui um passado reelaborado, ou seja, a narração de uma realidade de vida reelaborada, a partir de categorias criadas pelo próprio sujeito.

Portanto, o nosso cuidado foi de não desqualificar o discurso do sujeito, mas de compreendê-lo precisamente como um discurso que apropria o real e investe no mesmo categorias e valores.

Nessa visão, a história oral dá sentido social à vida dos depoentes e leitores, que passam a entender a seqüência histórica e a se sentir parte do contexto em que vivem. Ela é vista como uma alternativa para estudar a sociedade através de uma documentação elaborada a partir do uso de depoimentos gravados, transformados em textos escritos. Os entrevistados,

segundo Meihy, devem ser reconhecidos como "colaboradores", que têm um papel muito ativo em história oral para além de meros informantes, atores ou objetos de pesquisa. A partir da história oral é possível reconstituir a identidade de grupos oprimidos e discriminados, valorizar experiências de vida e imputar às classes populares o papel de sujeitos sociais de uma historiografia geralmente restrita às elites, conforme escreve Meihy (2005).

Considerada uma decorrência da democracia, pois "sem liberdade não se pode pensar em depoimentos gravados livremente", a história oral se fez um braço na luta pelos direitos humanos e pelo reconhecimento de grupos antes sufocados pelos direitos dos poderosos, daqueles que podiam ter suas histórias reconhecidas graças aos documentos emanados de seus poderes.

A história oral é ainda capaz de trazer para a historiografia as versões e o cotidiano das classes populares, particularmente os iletrados. Nesse sentido, enfatiza Meihy que a história oral sempre teve como preocupação "o compromisso social marcado pela 'voz dos excluídos', pela revelação de aspectos desconhecidos, ocultos e desviados, não expressos nos documentos oficiais e escritos, e, sobretudo, pela denúncia do sofrimento extremo de grupos maltratados por situações variadas" (MEIHY, 2005, p. 279).

Este estudo tem caráter, fundamentalmente, qualitativo – os dados quantitativos serviram apenas como suporte para as análises desenvolvidas - privilegiando-se as vivências e as experiências significativas dos sujeitos, procurando ouvi-los, compreendê-los e concederlhes plena autonomia na expressão de seus depoimentos. O propósito foi fazer das entrevistas a essência do trabalho, enquanto fontes reveladoras dos aspectos mais expressivos da história pessoal dos entrevistados, ao manifestarem suas angústias, suas expectativas, seus valores, enfim, sua experiência cotidiana, bem como as categorias através das quais eles organizam e interpretam o mundo e sua inserção no mesmo. Isto possibilitou a identificação de elementos que caracterizam a identidade cultural dos egressos, sua lógica de apreensão da realidade social, bem como a forma e a natureza das relações que estabelecem com a família, com a comunidade onde vivem, com a escola, com o trabalho, com as instituições sociais e com o mundo do crime, a partir do desligamento do sistema oficial de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

As entrevistas obedeceram a um roteiro semi-estruturado, flexível, abordando aspectos que atendessem às questões de pesquisa previamente definidas, e que, no plano subjetivo, permitisse aos egressos falarem sobre a família, a escola, o trabalho, a vivência infracional, sobre a sua passagem pelo CEDUC, sobre o cotidiano e, espontaneamente, sobre si mesmos. Desse modo, sem deixar de apresentar em que condições de existência se encontravam os

egressos do CEDUC Pitimbu e CEDUC Pe. João Maria, buscamos também voltar o foco da investigação a dimensões subjetivas da condição juvenil dos egressos, isto é, na visão dos próprios jovens abordar a sua situação, o momento em que vivem e o seu lugar na sociedade.

Além das entrevistas com os egressos, realizamos quatro entrevistas com profissionais do CEDUC Pitimbu e três com profissionais do CEDUC Pe. João Maria (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), uma entrevista e diversos contatos pessoais com o Juiz da Infância e da Juventude, de Natal; além de outra com a coordenadora da assessoria técnica da Presidência da FUNDAC/RN, e diálogos com mães de egresso, eventualmente presentes nas entrevistas com os sujeitos.

Os dados foram classificados dentro das seguintes categorias de análise, coerentes com as questões de pesquisa previamente definidas: o egresso e a família; o egresso e a escola; o egresso e a comunidade; o egresso e o trabalho; o egresso e o CEDUC; o egresso e a vivência infracional.

### 2 UMA VISÃO DA SITUAÇÃO DOS ADOLESCENTES NO BRASIL

O Brasil é, reconhecidamente, um país marcado por muitas contradições e profundas desigualdades sociais, reflexo primeiro da forte concentração de renda que caracteriza a sua economia. Dados divulgados, em 2006, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), da Presidência da República, mostram que, na atualidade, 1% da população mais rica do país detém 13,5% da renda nacional; enquanto os 50% mais pobres detêm somente 14,4%.

No seu Atlas da exclusão social, Pochmann (2004) mostra que, apesar de encontrarse entre os principais produtores mundiais, com elevada exportação de alimentos e extensa área agricultável sem atividade, o Brasil mantém um terço de sua população na pobreza absoluta e esfomeada, quase 20% de sua força de trabalho sem ocupação, baixos níveis de escolaridade e grau de violência próximo ao de uma guerra civil.

Os estudos de Pochmann (2005a) indicam que a sociedade brasileira foi estruturada, originalmente, a partir de um padrão extremamente concentrado de distribuição social da riqueza. Desde o período colonial, a riqueza gerada nestas terras tem sido pessimamente repartida entre o conjunto da população. Nota-se uma persistência inacreditável no grau de concentração da renda e da riqueza, não parecendo haver registros, ao longo do tempo, de modificação substancial no perfil distributivo.

A sociedade brasileira, para o citado autor, segue convivendo com um inesgotável padrão excludente de riqueza. Segundo estimativa realizada, a partir de dados da PNAD/IBGE, escreve Pochmann (2005a, p. 27), que os 10% mais ricos da população respondiam por cerca de ¾ de toda a riqueza nacional, em 2001, o que representa um percentual superior ao verificado nos séculos anteriores. Segundo o autor, "mantendo-se inalterado esse padrão excludente de distribuição de riqueza no país, tende a permanecer reduzido o grau de liberdade para o enfrentamento efetivo e necessário do grave e complexo processo de exclusão social", no Brasil.

Ainda Pochmann (2005a) afirma que o Brasil se encontra entre as economias do mundo de renda *per capita* intermediária, "podendo evoluir para uma fase em que possua menos pobres em termos absolutos, sem que isso, porém, esteja associado à redução da pobreza relativa (vinculada à desigualdade)". Esse quadro, por si só, pode trazer efeitos destruidores, principalmente, sobre as famílias mais pobres, e, conseqüentemente, sobre as crianças e adolescentes brasileiros.

O Brasil tem uma população de adolescentes em torno de 25 milhões de pessoas, na faixa de 12 a 18 anos, o que corresponde a aproximadamente 15% de seus habitantes. Estudos divulgados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH, 2006) mostram que, partindo-se de um recorte racial as injustiças são profundas, constatando-se não haver, no país, igualdade de acesso da população aos direitos fundamentais. A população negra apresenta um perfil socioeconômico e educacional mais grave do que a população branca. Para ilustrar, das famílias que vivem em domicílios com uma renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo, somente 20,5% representam os brancos, enquanto 44,1% correspondem aos negros. A taxa de analfabetismo entre os negros é de 12,9% nas áreas urbanas, contra 5,7% em relação aos brancos. De acordo com o IBGE (2003), 60% dos adolescentes brasileiros de cor branca haviam concluído o ensino médio, contra somente 36,3% dos afrodescendentes (negros e pardos).

Com relação à escolarização, embora 92% da população de 12 a 17 anos estejam matriculados, 5,4% ainda são analfabetos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, 80% dos adolescentes freqüentam a escola, porém apenas 40% estão em nível compatível com sua faixa etária. E somente 11% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental.

Analisando o número de morte de jovens entre 1980 e 2002, uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006) mostrou que os homicídios contra crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos, representaram, nesse período, 16% do total de assassinatos em todo o país. A maior parte ocorreu nas regiões Nordeste e Sudeste, particularmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Quase 90% das mortes ocorreram na faixa de 15 a 19 anos, prevalecendo o uso de arma de fogo em 59,8% dos crimes praticados.

Segundo Waiselfisz (2006), hoje, no Brasil, enquanto na população não-jovem só 9,6% do total de óbitos são atribuíveis a causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de transporte); entre os jovens (brasileiros de 15 a 24 anos), as causas externas são responsáveis por 72,1% das mortes. Enquanto na população não-jovem, só 3% dos óbitos são causados por homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes.

Em conjunto, as causas externas são responsáveis por quase 2/3 (60,4%) das mortes de jovens brasileiros. Os "acidentes de transporte" (o estudo inclui neste item acidentes de trânsito e acidentes aéreos e aquáticos) são responsáveis por mais de 17% dos óbitos juvenis; e os suicídios, por quase 4%. Enquanto o crescimento da população foi de 16,5%, entre 1994

e 2004, os homicídios aumentaram 48,4%, ou seja, subiram de 32.603 para 48.374 em números absolutos.

Em relação ao Brasil, segundo esse pesquisador, no primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, em 2004, e já implantada a campanha de recolhimento de armas de fogo em mãos da população, observou-se uma queda significativa dos índices de homicídio. Comparando-se com o ano anterior à vigência do Estatuto do Desarmamento (2003), o número de homicídios em 2004 caiu mais de 5%.

Homicídios vitimam, fundamentalmente, a população do sexo masculino (em torno de 93% das vítimas são homens) e de cor negra, que tem um índice de vitimização 73,1% superior aos brancos, na população total, e 85,3% superior nos jovens. Nos finais de semana, os homicídios aumentam severamente em relação aos dias úteis. Segundo Waiselfisz (2006), a utilização de armas de fogo como instrumento letal veio crescendo assustadoramente nas últimas décadas, fundamentalmente na população jovem do país. Em 2003, nada menos que 34,4% do total de mortes juvenis foram causadas por arma de fogo, quando 10 anos antes, em 1993, essa participação era de 20,8% e, recuperando mais uma década, em 1983, essa participação era de apenas 10,4%. Além disso, considere-se que acima de 75% dos homicídios juvenis foram cometidos com uma arma de fogo.

A incidência crescente de todas essas formas de violência torna os jovens ao mesmo tempo vítimas e algozes, o que exige da sociedade brasileira uma atitude objetiva para amenizar o problema. E, nesse sentido, Waiselfisz afirma que

a violência também encontra campo fértil na apatia, na falta de projeto de futuro, na ausência de perspectivas, na quebra dos valores de tolerância e solidariedade, atos esses que fazem parte da crise de significados da modernidade. Os impasses da sociedade geram diversas formas de culto à violência como alternativas de solução para os problemas imediatos, adquirindo novas formas e novos conteúdos, sob o aspecto de violência gratuita. Essa crise de significados leva a uma situação de asfixia, em que os jovens não vêem a saída da situação nem mecanismos de articulação (movimentos políticos, sociais ou culturais) que funcionem como unificadores. O novo caráter da violência está na intensidade, na própria violência de questões sem saída, estimulando comportamentos violentos e um retorno à barbárie (WAISELFISZ, 2006, p. 19).

Diante dessa realidade, e apesar dessa alta vitimização dos jovens, logo que algum deles se envolve em atos infracionais graves, de imediato surgem manifestações de indignação contra a violência e polêmicas pressões favoráveis à redução da idade penal e ao aumento da pena pela prática de atos infracionais, sobretudo se forem cometidos fora das áreas periféricas das grandes cidades.

Partindo-se do quadro acima exposto, pode-se depreender que a realidade dos adolescentes em conflito com a lei, no país, reflete diretamente os efeitos mais perversos das desigualdades sociais e das injustiças que afetam, sobretudo, as camadas mais pobres da população. Trata-se de jovens, cujas famílias, em geral, não dispõem de condições materiais e financeiras para garantir a satisfação de suas necessidades essenciais; jovens de baixa escolaridade, desempregados, pressionados pelos enormes e persistentes apelos de consumo e pela necessidade de sobrevivência, dispostos a realizar, a qualquer custo, qualquer atividade ou tarefa que os possa remunerar e garantir o seu sustento. Sem oportunidade no mercado de trabalho, acabam aceitando, por força das circunstâncias, assumir os riscos de furtos, roubos, assaltos, latrocínios, consumo e tráfico de drogas e de armas e até seqüestros. Foi nesse sentido que Esopo,<sup>2</sup> 22 anos, um dos egressos entrevistados, afirmou: "O que eu aprendi lá [no CEDUC] não serve para eu ganhar dinheiro. Por isso nem procurei emprego. Acho até que o crime dá resultado mais rápido."

Portanto, ao contrário do que muitos pensam, são eles as grandes vítimas da violência, até porque, se, de um lado, a escola não os atrai; de outro, o mercado não os aceita. E esse é um dos dilemas que os jovens pobres têm de enfrentar.

Acontece que o problema não é só da escola, nem da falta de vagas. Ele tem a ver também com as próprias características e dimensão da pobreza no país. Sabemos que, oriundos de famílias pobres, muitos desses jovens são obrigados a abandonar a escola porque suas famílias precisam de sua força de trabalho para compor a renda familiar. Afinal de contas, são eles filhos de pessoas despossuídas, sem capital econômico e cultural, a quem Jessé Souza (2007) caracteriza como uma "ralé" de "desclassificados sociais com os quais o país convive há pelo menos duzentos anos, sem serem, nem política nem cientificamente, percebidos como tais". E para essa "ralé estrutural", constituída de uma massa de indivíduos, que, por possuírem um tipo específico de *habitus* – o "precário" - não conseguem se inserir na lógica de reprodução capitalista de mercado, "...as perspectivas de mudança são mínimas numa sociedade que se acha perfeita e cheia de virtudes cívicas...". Reforçando mais ainda essa compreensão, as palavras do autor são contundentes quanto às características dessa "ralé": "São seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva" (SOUZA, 2003, p. 122).

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A exemplo deste egresso entrevistado, todos os demais foram referidos neste estudo por pseudônimos. Entrevista realizada em março de 2008.

Ressalte-se que, no campo das políticas públicas e no momento político em que vive o Brasil, o governo Lula tem tomado iniciativas para amenizar esse problema, criando programas de transferência de renda para ajudar as famílias pobres a complementarem a renda familiar (Programa Bolsa Família). E tem também procurado garantir aos jovens a freqüência escolar e a permanência em cursos de formação e capacitação profissional (Programa Pró-Jovem). São iniciativas importantes, à medida que atingem os processos geradores da exclusão social desses jovens, estando relacionadas com os dois mecanismos principais de inclusão social: a escola e o trabalho.

É verdade que, para muitos, mudar essa realidade parece um patamar inatingível. Todavia, é oportuno lembrar o caso da Colômbia, um país de oito milhões de habitantes, onde a situação de violência parece ser bem mais complexa do que o caso brasileiro. A experiência das cidades colombianas, Bogotá e Medellín, nos mostra que o desenvolvimento de políticas sociais estrategicamente bem pensadas pode produzir importantes resultados práticos e de efeitos emancipatórios, em comunidades pobres. Como sabemos, essas cidades, rodeadas de miséria, favelas (*tugúrios*) e consideradas as mais violentas do mundo até recentemente, conseguiram baixar intensamente seus níveis de homicídio, combinando uma série de ações urbanísticas, educacionais, culturais e esportivas, além de outras mesmo de natureza repressiva. Hoje, elas são vistas como "laboratórios de paz". Basta dizer que em Medellín, cidade de 2,5 milhões de habitantes, e que já foi conhecida como "a capital mundial da violência", a taxa de assassinatos caiu 90%, boa parte nos últimos três anos, como informa Dimenstein (2006), em matéria do jornal Folha de São Paulo, edição de 15 de outubro de 2006.

Em Bogotá, a taxa de 80 homicídios por 100 mil habitantes caiu para 16. Valendo ressaltar que naquele país sul-americano a questão da violência é altamente complexa à medida que envolve grupos de natureza diversa, como narcotraficantes, guerrilheiros, paramilitares, assaltantes comuns e gangues juvenis, reunindo, muitas vezes em parceria, uma espantosa "biodiversidade de conflitos".

Acontece, porém, que esse nível de eficácia só foi alcançado em face de uma boa articulação entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal, cujas ações são acompanhadas e cobradas de perto pela sociedade. Nesse sentido, os colombianos adotaram diferentes iniciativas em termos de políticas e ações sociais, criativamente bem sucedidas, em modalidades diversas de atendimento e em múltiplas frentes: cursos para carcereiros em universidades, investimentos em policiamento comunitário, implementação de ações sociais, como: reforma de espaços públicos, instalação de parques em áreas deterioradas, melhoria nas

escolas, criação de centros de convivência comunitária, introdução de mecanismos de resolução de conflitos (via mediadores de conflito entre moradores ), campanhas pelo desarmamento, programas de inserção de jovens (atividades remuneradas ) e criação de programas sociais ("Vigilantes do bairro", "Delinquir não vale a pena"). Em Bogotá, a quarta mais populosa cidade sul-americana, houve melhoria do transporte público nos bairros mais pobres, implantação de extensas ciclovias; calçadões, corredores exclusivos de ônibus ("TransMilênio"); reserva, nos fins de semana, das principais vias de tráfego para pedestres; nas regiões mais deterioradas das cidades maiores, realizou-se a construção de parques, praças, e a prefeitura decidiu promover constantes shows de música, entre várias outras ações culturais como festivais de teatro e de dança. Os efeitos dessas iniciativas eram vistos no surgimento de uma nova vida noturna, antes limitada porque as famílias tinham medo de sair de casa. Promoveu-se a distribuição de livros em paradas de ônibus ("Livros ao Vento"), uma espécie de biblioteca ambulante, além da implantação de extensa rede de outras bibliotecas (instaladas em cada bairro, servindo tanto como centros de convivência como ponto de leitura, pois "quem gosta de ler não gosta de matar"), construção de parques em áreas deterioradas e extensos corredores verdes de arborização abundante. Como diz Dimenstein,

usou-se das artes para gerar um senso de pertencimento entre jovens e como mecanismo para retomar as ruas. E acrescenta: a operação urbana teve impacto sobre a violência porque veio acompanhada de ações nas escolas. Promoveram-se atividades culturais entre jovens para que desenvolvessem a auto-estima e tivessem mais chances no mercado de trabalho. (DIMENSTEIN, 2007, p. F4)

Além de medidas preventivas e educacionais, e de algumas necessariamente repressivas, implementaram-se reformas urbanas nos bairros mais pobres, alguns deles nas montanhas, totalmente isolados. Construíram-se escadas, promoveu-se a coleta do lixo, escolas foram ampliadas, abriram-se centros de saúde e ofereceu-se um sistema de transporte em alguns casos, de teleférico, como é o caso do MetroCable, em Medellín.

Retomando a discussão do problema, objeto deste estudo, uma matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo (CONSTANTINO, 2006) informa que tem havido, no país, uma expansão em ritmo lento das matrículas no ensino médio, etapa que atende aos jovens, que avançaram apenas 4% entre 2002 e 2005, último dado disponível no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Enquanto isso, cresce bem mais rápido o número de adolescentes infratores internados para cumprir medidas socioeducativas. Segundo a matéria, com base em dados da SEDH, o total de internos do

sistema socioeducativo cresceu 28% entre 2002 e 2006. Segundo dados do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), embora o país já consiga fazer com que quase todas as crianças entrem na escola, a exclusão social ainda é uma marca no sistema educacional do país. Dos que entram no sistema, 84% concluem a 4ª série e 57% terminam o ensino fundamental. Mas no ensino médio, o índice de conclusão é de apenas 37%. O agravante é que a exclusão atinge a população com menos recursos, haja vista que, na primeira série, cerca de 2/3 dos estudantes vêm dos segmentos mais pobres da população. Já no ensino superior, menos de 5% têm essa origem.

Os dados nos mostram que o Estado brasileiro, nesse campo, ainda não consegue atender às demandas da sociedade, tornando cada vez mais fragilizada a situação dos jovens, sobretudo os mais pobres. Mas até quando teremos que conviver com essa realidade?

É verdade que, hoje, as políticas públicas para a juventude, no Brasil, ainda são um campo em constituição. Muitos são os desafios, que vão desde a necessidade de recuperação de sua trajetória histórica, passando pela discussão de políticas setoriais (trabalho, emprego, escola, cultura, comunicação, drogas, saúde, segurança, esporte, lazer), além do grande desafio de se estabelecer canais de diálogo que contemplem a indispensável e direta participação dos próprios jovens, tornando-os protagonistas das ações e sujeitos legítimos de direitos, no âmbito da sociedade brasileira.

#### 2.1 OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Em termos quantitativos, dados do IBGE (2005) nos mostram que há no país, na faixa etária de 15 a 24 anos, 35,1 milhões de jovens, o que representa 19,0% do total da população brasileira. Quando nos referimos somente a adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, o Brasil conta com 25 milhões de jovens, o que corresponde a 15% de seus habitantes. Desta população e de acordo com dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), da Presidência da República, apoiada em estudo de Murad (2004), 39.578 adolescentes eram assistidos pelo chamado "sistema de atendimento socioeducativo", o que corresponde a 0,2% do total de adolescentes do país. Desses adolescentes, 70% são atendidos "em meio aberto" (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida).

-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>A expressão "sistema de atendimento socioeducativo" identifica o conjunto das medidas privativas de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade) e as não privativas de liberdade (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

O estudo da SEDH (2006) informa ainda que há no país 15.426 jovens atendidos "em meio fechado", cumprindo, por determinação judicial, medidas de privação de liberdade (10.446), semi-liberdade (1.234) e internação provisória (3.746), em decorrência de acusação ou prática de atos infracionais.

Na Região Nordeste do Brasil são atendidos, em privação de liberdade, 2.815 adolescentes, correspondendo a 18,25% do atendimento no país. E no Rio Grande do Norte, em 2006, havia 186 jovens cumprindo medidas de privação de liberdade, representando 1,21% do atendimento total no país, e 4,21% da população estadual de jovens adolescentes, portanto, na faixa etária de 12 a 18 anos.

Segundo dados da SEDH (2006), houve um aumento expressivo na taxa de crescimento dos casos de privação de liberdade, entre os anos 2002/2006, correspondendo a 28%, embora em 18 estados essa taxa tenha sido superior a esse valor. São estes os cinco estados com a maior população de internos: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná.

Na média nacional, 96% dos adolescentes cumprindo medida de "meio fechado" no país são do sexo masculino. Uma hipótese possível é que isso se deva ao diferente formato de participação nos delitos dependendo do gênero: enquanto os rapazes assumem geralmente um papel de protagonista, revelando-se mais pela autoria direta, as meninas tendem a participar mais na retaguarda, no apoio aos atos infracionais, geralmente desenvolvidos por seus companheiros ou parceiros. Comparativamente, segundo a SEDH, entre 2002/2006 a população masculina cresceu 29,4%, enquanto a feminina decresceu 0,5%. Isso revela uma tendência do aumento da diferença entre rapazes e moças em meio fechado (privação de liberdade, internação provisória e semi-liberdade) e explica em parte a maior freqüência de superlotação em unidades para adolescentes do sexo masculino.

Hoje, no Brasil, há 366 unidades de atendimento socioeducativo "em meio fechado", das quais 69% possuem até 40 leitos, ou seja, atendem, nesse aspecto, às exigências do ECA e aos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que é um sistema integrado, em implantação, que visa articular os diferentes níveis de governo no desenvolvimento dos programas socioeducativos no país, envolvendo, necessariamente, a família e a sociedade.

Através de um breve perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória, no Brasil, portanto assistidos em "meio fechado", estudos realizados por Rocha (2002), num universo de 9.555 adolescentes no país, mostram que 90% deles eram do sexo masculino, 76% tinham entre 16 e 18 anos; 63% não

eram brancos e destes 97% eram afrodescendentes (pretos e pardos); 51% não freqüentavam a escola; 90% não concluíram o ensino fundamental; 49% não trabalhavam; 81% viviam com a família quando praticaram o ato infracional; 12,7% viviam em famílias que não possuíam renda mensal; 66% viviam em famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos; e 85,6% eram usuários de drogas.

A simples referência a esses dados já nos permitiria avaliar a dimensão e a complexidade da realidade dos adolescentes, em conflito com a lei, no país. Por oportuno, observamos que o elevado índice de jovens nas ruas, na faixa etária de 16 a 18 anos, tanto revela os altos níveis de evasão escolar de adolescentes, como, ao mesmo tempo, confirma que as políticas públicas para os jovens pobres das periferias urbanas, nessa área, privilegiam o confinamento em "instituições totais", como alternativa primeira de atendimento, aos que cometem atos infracionais, mesmo contrariando os preceitos do ECA.

Por outro lado, a pesquisa mostra que também é alto o número de jovens em cumprimento de medidas de privação de liberdade, mesmo que vivam juntos com suas famílias. Isto indica que as famílias, com renda inferior a dois salários mínimos no caso, também estão envolvidas em processos de exclusão social e, por conseqüência, por vezes incapazes de garantir a segurança social e a preservação da unidade familiar. O que podemos depreender aqui é que o excesso de medidas de internação, em comparação com outras medidas socioeducativas prevista no ECA, pode mesmo denunciar que há, no país, deficiência ou ausência de estruturas compatíveis para operacionalizar medidas alternativas, como liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Resta saber quais as conseqüências desse fato para o desenvolvimento do adolescente e para a sua vida futura. Não é à toa que a medida de privação de liberdade é a única que é executada em todos os estados do país.

Observamos, ainda, a presença de grande número de adolescentes do sexo masculino em relação ao sexo feminino. Isso pode ser reflexo da notória presença de maior número de adolescentes do sexo masculino nas ruas, em busca da sobrevivência. Por esta razão, os meninos passam a cometer atos infracionais com menos idade do que as meninas. Caberia investigar-se o porquê deste fenômeno. Até mesmo porque, no Brasil, o número de mulheres é superior ao de homens.

Quanto aos jovens negros, por fim, verificamos que, em relação aos brancos, não há igualdade de acesso aos direitos fundamentais. A população negra, em geral, e seus jovens, em particular, apresentam um quadro socioeconômico e educacional menos favorável do que a população branca.

Eis, pois, em linhas gerais, a realidade dos adolescentes pobres brasileiros, os quais, por sua vez, estão a exigir uma maior atenção do Estado, a partir de uma agenda de urgências visando à efetividade na implementação de políticas coerentes com os interesses e necessidades desses jovens, caracterizados por Castells (2002, p. 99) como "farrapos humanos".

### 3 POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O NOVO PARADIGMA

#### 3.1 CONCEITUANDO POLÍTICA SOCIAL

Antes de discutirmos, neste capítulo, a trajetória das políticas sociais brasileiras para crianças e adolescentes, é oportuno abordar, embora de forma breve, a compreensão do conceito de política social.

Sabemos que diversos são os enfoques de abordagem das políticas sociais, os quais as situam como mecanismo de manutenção da força de trabalho, como conquista dos trabalhadores, como doação das elites dominantes, como direitos dos cidadãos, como forma de regulação do conflito capital x trabalho, ou mesmo como uma busca de legitimação e consenso em resposta à pressão dos movimentos sociais.

Todavia, para se entender a política social é importante antes compreender o conceito de "social", correntemente pensado como "lubrificante da engrenagem econômica". E a melhor forma de pensar o social é estabelecer uma relação com a questão da reprodução ampliada da força de trabalho, que, por sua vez, se relaciona com as necessidades de uma classe em determinado momento histórico.

Assim, de um lado, as políticas sociais dependem das lutas de classe; e, de outro, cabe ao Estado normatizar certos pontos referentes à regulação do trabalho, já que a dilapidação da força de trabalho pode atingir um ponto tal que comprometa o processo de acumulação de capital. Dessa forma o capitalismo é obrigado a respeitar certos limites para poder continuar a obter rentabilidade na exploração da força de trabalho.

Neste contexto, as políticas de saúde, educação, assistência e outras são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura. Elas não constituem um resultado mecânico da acumulação, nem expressam a vontade exclusiva do Estado ou do poder das classes dominantes. Elas também representam resultados de conquistas, lutas e reivindicações da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Estado, como componente essencial das relações de produção capitalista, é o gestor simultâneo e contraditório do capital e da força de trabalho. Dentro desta contradição, o Estado estabelece uma vinculação orgânica entre a acumulação e sua intervenção para garantir a reprodução das relações de produção capitalista. É, pois, na dinâmica desta vinculação que as políticas sociais se definem.

Todavia, a intervenção do Estado através das políticas sociais não se desenha no interesse exclusivo das classes dominantes que o representam. Assim, se, por um lado, como

exigência do próprio capital, a política social do Estado é entendida como uma forma de organizar as condições de reprodução da força de trabalho, por outro lado, ela também incorpora os interesses e reivindicações das classes subalternas.

No entanto, para compreendermos melhor as políticas implementadas por um governo, é importante a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustentam as estratégias de intervenção, em determinado momento histórico. Na avaliação das políticas sociais, são complexos e variados os fatores envolvidos, sendo importante considerar, inicialmente, a diferença que existe entre Estado e governo. O primeiro aqui considerado como o conjunto das instituições permanentes que possibilitam a ação do governo; e o segundo, como o conjunto de programas propostos para toda a sociedade, configurando a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado num dado período de tempo.

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais com vistas à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico. Elas são formas de intervenção do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, elas assumem feições diversas em diferentes sociedades e concepções de Estado.

Nos textos de Offe (1984) é possível identificar a análise do Estado a partir de uma perspectiva de classe, e como sendo a esfera da sociedade que concentra e manifesta as relações sociais de classe, onde há conflitos e estão presentes interesses referentes à acumulação do capital e às demandas dos trabalhadores. Para Offe, o Estado se define por sua exclusão da acumulação, ele é dependente da acumulação, tem uma função de acumulação. E como a acumulação do capital não poderia ser harmoniosa, ela é entrecortada por crises. Ela produz as crises e o Estado baseia sua legitimidade na sua capacidade de superar as crises. Assim, a intervenção do Estado não se legitima pela aparência de sua neutralidade em relação às classes sociais e por sua capacidade de aparecer como tal. Aí podemos dizer que o Estado é julgado pela sua capacidade de ação. Para o autor, o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital, apesar de reconhecer a dominação deste nas relações de classe.

E esta função reguladora através da política social é colocada por Offe (1984, p. 15), para quem "[...] a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado". Assim, o

Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo.

Para esse autor o desenvolvimento da política social não pode ser explicado somente a partir de necessidades, interesses e exigências. Mas a transformação das "exigências" em "políticas" é sempre mediatizada por estruturas internas de organização do sistema político, as quais decidem se tais "necessidades" podem ou não ser admitidas como temas que mereçam implementação.

Assim, ao contrário das interpretações "harmonicistas" da gênese e da função da política social estatal, Lenhardt e Offe (1984, p. 36) defendem a tese de que

para a explicação da trajetória evolutiva da política social, precisam ser levadas em conta como fatores causais concomitantes tanto "exigências" quanto "necessidades", tanto problemas da "integração social" quanto problemas da "integração sistêmica" (Lockwood), tanto a elaboração política de conflitos de classe quanto a elaboração de *crises do processo de acumulação*.(Grifos dos autores).

De acordo com Offe, a formulação das políticas públicas obedece à compatibilização de estratégias que se dão no plano político, com o Estado reagindo tanto às "exigências" quanto às "necessidades" de acordo com as instituições políticas existentes e com as forças sociais dirigidas para essas instituições. Desenvolve-se aí uma espécie de "seletividade estrutural", quando o Estado adota um sistema de filtros vinculados a interesses de classe, "ocorrendo assim a opção por uma agenda, onde determinados itens são excluídos, transformados ou favorecidos".

Como afirma Offe (1984, p. 43), a política social não dispõe, pura e simplesmente, de um volume adequado de "alavancas" sociais. Por essa razão, ela "depende dos resultados de 'estratégias conflituosas de avaliação' entre classes sociais e grupos, os quais decidem sobre o 'êxito' da política social estatal".

#### 3.2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Em nosso país, segundo dados disponíveis em "FUNABEM Ano 20" (1984), perdemse no tempo as iniciativas de intervenção junto às crianças e aos adolescentes em situação de risco. É de 1693 o marco inicial, historicamente registrado, da primeira tentativa de providência em favor do "menor desvalido" da então ainda incipiente colônia portuguesa: o Governador Antônio Paes de Sande representa a el-Rei sobre o estado em que ficavam "os enjeitados" na cidade do Rio de Janeiro, morrendo ao abandono. O Rei mandou que os oficiais da Câmara tomassem providências, mas esta alegando falta de recursos, apelou para a Santa Casa de Misericórdia que, então, já costumava atender, em seu hospital, aos que eram deixados à sua porta ou eram órfãos de doentes falecidos em suas enfermarias.

Em 1734, Ignácio Manuel da Costa Mascarenhas, vigário da Freguesia da Candelária, no Rio de Janeiro, desejando "obviar o grande dano espiritual em que caíam muitas mulheres donzelas e órfãs", solicita licença para o acolhimento de 30 órfãos e pobres, para viverem em clausura "até tomar o seu estado", sob o "beneplácito do bispo". Mas a obra não se concretizou, pois exigiu o governador José da Silva Paes que a obra ficasse sujeita à sua fiscalização, e não do bispo, com o que não concordou o vigário.

Em 1738, outra data significativa, o filantropo e irmão da Misericórdia, Romão de Mattos Duarte oferece à Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro – fundada pelo Padre José de Anchieta, em 1582 - a importância de 32:000\$000 (trinta e dois mil cruzados) para a criação da Roda dos Enjeitados. Tal quantia era destinada à "compra de propriedades de casas e o dinheiro, dado a juros, para o seu rendimento ser unicamente para criação dos ditos meninos expostos".

A Roda era uma instituição que veio de Lisboa para o Brasil. Após o donativo de Mattos Duarte, foi exposta na portaria da Santa Casa uma criança enjeitada, batizada por Romão, tendo como padrinho o benemérito doador. A Roda recolhia "os enjeitados" e os internava no Hospital ou fora do estabelecimento; e os filhos de escravos, ali abandonados eram considerados libertos. Segundo Marcílio (2006, p. 57), era um dispositivo de forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e fixada no muro ou janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. Em seguida ele girava a roda e a criancinha já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta para avisar à rodeira que um bebê acabava de ser abandonado. E o expositor furtivamente retirava-se do local sem ser identificado. A partir de 14 de janeiro de 1911, a Roda, no Rio de Janeiro, passou a denominar-se Fundação Romão de Mattos Duarte, ainda existente na atualidade.

Em 1798, Joaquim Francisco do Livramento, ou Irmão Joaquim, ao chegar à Bahia, em fins do século XVIII, viu o desamparo dos meninos órfãos, "inteiramente ociosos, vagando pelas ruas, mas sem sujeição e educação, dormindo pelas portas dos templos e adros

dos conventos". E, por isso, a 27 de maio de 1798, ele solicita licença para pedir esmolas e espera, "com o auxílio das boas almas", manter um pequeno asilo. D. Maria I, então rainha de Portugal, autorizou; e o Regente, D. João, aprovou em 1803, ordenando ao governador Cunha Menezes que entregasse ao Irmão Joaquim a Capela de São José de Ribamar. Ali, dois anos depois, estavam abrigados 40 órfãos, o que seria mais tarde o Seminário de São Joaquim, que a 12 de outubro de 1825 ganharia casa nova. Desde o início, "os filhos" de Joaquim do Livramento "cultivavam o espírito a par com ofícios profissionalizantes". Saiam de lá "preparados para as lutas da vida e perfeitos artistas, podendo resistir às inclemências da sorte. Quem vive do seu braço não pode morrer de fome", afirmava o Irmão Joaquim.

Em 1902, o Senador Lopes Trovão apresenta o primeiro projeto legislativo defendendo o "direito do menor". E, 1913, pelo Decreto 21.518, era criado o Instituto Sete de Setembro, no Rio de Janeiro, destinado a atender os menores "desvalidos e infratores".

Em 1917, verifica-se um outro avanço. Alcindo Guanabara apresenta ao Senado projeto de lei considerando "não criminosos" os menores de mais de 12 e de menos de 17 anos. E em 1927, o Decreto Executivo 17.943-A, elaborado pelo jurista Mello Matos, aprova o Código de Menores, sendo o primeiro a vigorar na América Latina.

Em 1927, o Código de Menores Mello Matos, para tratar do "problema do menor", focalizava a questão dentro de uma ótica de individualização do problema e estabelecia um enfoque fortemente corretivo: "educar e disciplinar física, moral e civicamente o menor, visto como produto de pais vadios, pobres, irresponsáveis, ou resultante da orfandade". Aqui a questão era vista em suas origens, não a partir de fatores estruturais, mas como "acidente da orfandade" e da "irresponsabilidade das famílias pobres". Como o Código firmava uma proposta isolada do chamado, à época, "problema do menor", a solução estaria na simples internação dos menores, a partir do seu confinamento em instituições oficiais que tinham por fim sua "reeducação e readaptação" à sociedade. E foi essa herança histórica que sempre marcou o desenvolvimento das políticas, nesta área, ao longo do tempo.

Em 1941, é criado no Rio de Janeiro, através de Decreto-Lei nº 3.779, o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em substituição ao Instituto Sete de Setembro, com a "atribuição de prestar, em todo o território nacional, amparo social aos menores desvalidos e infratores". Com a criação do SAM, acima mencionado, o Governo Federal, indo além do caráter normativo do Código, assumiu o papel centralizador de executar uma política nacional de assistência, mas sem eliminar a função dos Estados na implementação de políticas de correção e assistência definidas pelo Código de Menores, de 1927.

O SAM tinha a finalidade de "sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinqüentes internados em estabelecimentos oficiais e particulares". Esta instituição procurou vincular à perspectiva corretiva, objetivos de natureza assistencial, recomendando a importância de estudos e pesquisas e a assistência psicopedagógica aos menores assistidos. Mas, a história mostrou que essa preocupação se limitou ao nível das intenções, tanto pela sua incapacidade de implementar uma política nacional, como em virtude do fracasso das ditas "instituições modelares".

Em 1º de dezembro de 1964, através da Lei Federal nº 4.513, o Governo Militar criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), após a extinção do SAM. A posição do Estado na gestão do SAM tornou-se progressivamente alvo de críticas severas e contundentes de toda a sociedade, inclusive a grande imprensa, que o denominava "escola do crime". Como conseqüência, o regime militar, instaurado em 1964, interveio naquela crítica realidade, com um discurso autoritário de promover mudanças radicais na "política do menor", sendo fixadas novas diretrizes para uma "política nacional do bem-estar do menor".

Em decorrência, foram sucessivamente criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) para estruturar o chamado "Sistema Nacional do Bem-Estar do Menor". A lógica desse sistema se dava na centralização das decisões e na orientação da política na própria FUNABEM e na descentralização de sua execução a partir da adoção do modelo fundacional, mais flexível burocraticamente, para desenvolver a tarefa de execução da política em nível estadual.

A criação da FUNABEM, bem como das fundações estaduais, identifica um processo de ampliação da presença estatal na formação da política social que caracteriza o período autoritário pós-64. A justificativa da concentração de recursos financeiros e de poder era a constatação da necessidade de gerenciar, racionalmente, recursos escassos, o que exigia a concentração de poder. Segundo Bierrenbach (1987), a partir do golpe de 1964, com a criação da FUNABEM, os interesses das comunidades foram excluídos dos processos decisórios e submetidos a um controle sistemático, inspirado nos princípios da doutrina de segurança nacional, preconizada pela Escola Superior de Guerra (ESG). A propósito, e nessa perspectiva, afirma a autora que

a doutrina de Segurança Nacional propiciou a repressão a quaisquer manifestações da sociedade, suprimindo-se as liberdades políticas e subjugando-se as consciências. O governo militar tentou conter a insatisfação popular latente e minimizar a tensão, criando mecanismos de cunho social de grande porte com uma imagem de eficiência e eficácia, mas que traziam implícito o nítido alvo de controle social da população. Nessa conjuntura e com essa perspectiva, a FUNABEM

(Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) desenvolveu, ao longo dos anos, uma política meramente paternalista e assistencialista, quando não reparadora e compensatória das ditas disfunções sociais. (BIERRENBACH, 1987, p.49).

Concebida sob o manto da Escola Superior de Guerra (GERMANO, 2005, p. 54), cuja ideologia passada e repassada era baseada na doutrina da Segurança Nacional, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) passou a sofrer severas críticas de diferentes setores da sociedade. Constatava-se, então, toda a ideologia da ESG repassada através daqueles que faziam seus cursos e ocupavam cargos importantes na administração pública, e que intervinham, diretamente, na definição das ações, em todo o Brasil.

Os aspectos ideológicos presentes na ação estatal brasileira no que se refere ao então chamado "problema do menor" evidenciavam-se nos modelos de atendimento utilizados ao longo do mencionado processo de institucionalização da PNBEM. Dentre esses modelos, pode-se destacar que, nos primeiros anos da PNBEM, deu-se prioridade aos internatos, "que muitas vezes não passavam de 'presídios juvenis' mal disfarçados' (NAVES, 2004), quando a FUNABEM desenvolveu uma linguagem própria, classificando as crianças e adolescentes atendidos de acordo com as peculiaridades de cada caso. Nessa classificação, incluíam-se, além dos "infratores", os meninos abandonados e carentes, conceito este que expressa a naturalização de uma situação construída historicamente. Neste momento histórico, vigorava o Código de Menores de 1979, que era a expressão, no âmbito da cidadania de crianças e adolescentes, do regime social dos governos autoritários que se sucederam ao Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Assim, dentro da visão hierárquica e autocrática do regime militar imposto pelo o AI 5, o Código reforçava a figura do juiz como elemento plenipotenciário, apto a decidir sozinho o destino e as medidas aplicáveis aos jovens e crianças tidas como "em situação irregular". Segundo Naves (2004, p. 71), "bastava uma denúncia para deflagrar o arresto policial e a decisão por rito sumário nas cortes do Juizado". E acrescenta o citado autor, afirmando que as decisões eram inquestionáveis, irrevogáveis na prática e, em sua grande maioria, de caráter punitivo, sendo a mais comum a internação, muitas vezes decidida em questão de minutos, sem prazo determinado nem salvaguardas especiais que levassem em conta a idade e as peculiaridades de desenvolvimento dos internados.

O sentido de todo o sistema de atendimento era repressor, em consonância com o próprio regime que o desenvolveu. Vivenciava-se um processo de intervenção estatal, de cima para baixo, e não em função de direitos inalienáveis reconhecidos nas crianças e adolescentes. Assim, praticamente esses jovens não tinham direitos, mas o dever de se submeterem às

decisões paternalistas de um Estado assistencialista e severo, que não admitia questionamentos de seu poder.

Naquele sistema, considerado por Naves (2004), de "meia-cidadania" para crianças e adolescentes, excluía-se qualquer forma de participação da sociedade civil no debate, na criação de soluções e na gestão de um novo futuro para a juventude brasileira. Era um tempo em que nada podia limitar os poderes autoritários das autoridades policiais, judiciárias e administrativas. Convivia-se, naquele momento, num contexto, retratado por Naves, no qual a autonomia sindical, o direito de associação, a liberdade de expressão, o método Paulo Freire de alfabetização, a pluralidade partidária, tudo, enfim, que expressasse participação comunitária ou decisão majoritária fora proibido, revogado ou diluído. E, evidentemente, a situação das crianças e adolescentes brasileiros, subjugados "por uma herança secular de abandono e descaso, quando não de prepotência e ódio, só viria a piorar dentro de tal quadro".

Mais tarde, apesar do que era afirmado nos discursos oficiais e através de promessas não cumpridas, as imagens da pobreza e marginalização das crianças e jovens brasileiros, "correndo mundo", denunciariam a falência do modelo autoritário como forma de resolução dos graves problemas sociais do país.

### 3.3 O NOVO PARADIGMA: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Ao longo do tempo, a sociedade brasileira sempre lidou com a questão da criança e do adolescente através de imagens preconceituosas e discriminatórias. Historicamente, esses jovens percorreram uma trajetória sempre marcada por denominações estigmatizantes (desvalidos, vadios, menores delinqüentes, vagabundos, carentes, marginais, bandidos, pivetes, trombadinhas, meninos de rua etc.), conforme cada contexto histórico-social. São rótulos originários de concepções estereotipadas, mas também introduzidas formalmente pelos agentes das políticas públicas, e por órgãos do Judiciário. A própria Igreja, através das Santas Casas de Misericórdia, das congregações, irmandades e confrarias, propunha-se a assistir meninos "pobres, vadios, desvalidos e delinqüentes". Mais tarde, com a implantação do ECA, aqueles rótulos foram teoricamente abolidos, embora ainda persistam no imaginário social e nas práticas institucionais.

Tendo como grande marco histórico a Constituição de 1988, a partir dos anos 1990, do século XX, acontecimentos de elevada importância alteraram, enfaticamente, o panorama político, social e jurídico do país, no que se refere à política nacional de atenção às crianças e adolescentes. Em termos de antecedentes, tudo começou no início dos anos 1980, aos

primeiros sinais de falência do regime autoritário. O movimento democrático renasceu. A oposição contra a repressão política se ampliou rapidamente, combatendo toda forma de repressão, o que atingiu a área de atendimento a crianças e adolescentes, à época denominados de "menores em situação irregular". Ao longo da década, a maioria dos movimentos sociais incluía em suas pautas de prioridade o grave problema social das crianças e adolescentes desassistidos. E nessa direção, em todo o país, especialistas, profissionais de áreas diversas, técnicos, artistas, jornalistas, lideranças políticas, juízes, formaram um amplo movimento social em defesa dos direitos das crianças e jovens. E como resultado de suas práticas, estudos, mobilizações, congressos, teses e lutas, defendidas em universidades e organizações de classe, nasceram as propostas embrionárias do que, mais tarde, viria a ser o Estatuto da Criança, hoje em vigor. O ECA foi fruto, portanto, de intensa mobilização democrática no país, liderada por representantes da área jurídica, das políticas públicas e sobretudo dos movimentos sociais comprometidos com a infância e a juventude e, particularmente, com os direitos humanos.

Para retratar a nova realidade, fazemos aqui uma breve abordagem sobre os novos princípios e principais fundamentos que passaram a nortear a nova política para esta área, no Brasil.

A propósito, a posição assumida pela sociedade brasileira, àquela época, em relação à questão da criança e do adolescente, apresentara positivas modificações, cujos resultados apontaram perspectivas promissoras neste campo, considerando-se, sobretudo, a descentralização das decisões políticas, a participação efetiva da comunidade nessas decisões e a elevação formal das crianças e adolescentes ao patamar de "sujeitos de direitos".

Dessa forma, as contradições presentes nos métodos e princípios adotados pela até então chamada "política nacional do bem-estar do menor" e o fracasso sucessivo das instituições encarregadas de sua coordenação e execução de ações, certamente contribuíram como argumentos importantes para a deflagração de uma mobilização e de um esforço coletivo da sociedade brasileira no sentido da busca de novos encaminhamentos para o equacionamento dos problemas relacionados com a questão da criança e do adolescente no país.

Neste sentido, a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, foi o marco inicial de concretização do esforço e da participação dos movimentos populares da sociedade civil organizada (inclusive o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua) que se mobilizaram e conseguiram incorporar à Carta Magna, de forma explícita e clara, o

compromisso doravante assumido pela sociedade brasileira para com suas crianças e adolescentes, conforme define o texto constitucional, no seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Este artigo constitucional foi regulamentado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o "Estatuto da Criança e do Adolescente" (ECA). Em outras palavras, formalizava-se aí o novo direito brasileiro para a criança e para o adolescente, consagrado pelo art. 227 da Constituição Federal. Para tanto, o Estado brasileiro teve que ceder às pressões da sociedade civil, através de um longo processo de luta política e correlação de forças, com ativa participação dos movimentos sociais, de organizações não-governamentais, do movimento nacional dos meninos e meninas de rua, tudo no sentido de promover as mudanças e reformas ostensivamente exigidas pela população para esse setor.

Portanto, todas as crianças e adolescentes brasileiros passariam a ser tratados, indistintamente, sem privilégios e discriminações – o que se aplica tanto ao oferecimento de proteção e garantias de direito quanto à imposição de restrições e de medidas disciplinares – sendo igualmente responsáveis por eles a família, a sociedade e o Estado, sem exclusividade ou isenção de responsabilidade.

O ECA revogou a antiga legislação do período autoritário, inscrita no Código de Menores de 1979, fundada na "doutrina da situação irregular" e executada através da política nacional do bem-estar do menor, conduzida pela FUNABEM. Adota como princípio a municipalização das políticas. Preconiza a participação da sociedade civil na formulação, execução e fiscalização das políticas de atendimento à infância e à juventude, através de conselhos nacional, estaduais e municipais de caráter deliberativo e paritário entre governo e sociedade civil. E assim supera a visão anterior da legislação, retirando a sustentação legal que respaldava as práticas assistencialistas e correcionais repressivas.

-

O ECA é constituído de dois livros. O livro I, denominado de Parte Geral, contém títulos que versam sobre a criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais e individuais que devem ser assegurados com absoluta prioridade por toda a sociedade e pelo poder público. E o livro II, intitulado Parte Especial, no qual se encontram os artigos que abordam as políticas de atendimento, as medidas de proteção, as medidas socioeducativas, os princípios e normas relacionados com a prática de atos infracionais, as responsabilidades dos pais e responsáveis, o Conselho Tutelar, entre outros.

Com a vigência do ECA, o país abandona a doutrina da "situação irregular" e passa a adotar a "doutrina de proteção integral", recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com essa doutrina, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como "sujeitos de direitos", como "pessoas em condição peculiar de desenvolvimento", e como "prioridade absoluta". Assim, não poderão mais ser tratados como objeto, passíveis de simples intervenção da família, da sociedade e do Estado. Doravante, terão direito ao "respeito, à dignidade e à liberdade". E sobre este aspecto do ECA, comentou Paulo Freire:

Não seria possível deixar de constar no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente um capítulo sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Seria incompreensível — mais ainda, inacreditável — um Estatuto da Criança e do Adolescente que não fizesse referência a aspectos do direito à liberdade, como o de vir, o de ir e estar nos logradouros públicos, o de opinião e de expressão, o de brincar , praticar esportes, divertir-se etc. Numa sociedade, porém, de gosto autoritário como a nossa, elitista, discriminatória, cujas classes dominantes nada ou quase nada fazem para a superação da miséria das maiorias populares, consideradas quase sempre como naturalmente inferiores, preguiçosas e culpadas por sua penúria, o fundamental é a nossa briga incessante para que o Estatuto seja letra viva e não se torne, como tantos outros textos em nossa História, letra morta ou semimorta. (FREIRE, 1992, p. 71)

Portanto, pelas suas condições peculiares de desenvolvimento, as crianças e adolescentes passam a ter, com a nova ordem constitucional, direitos especiais, além daqueles já garantidos aos adultos, e prioridade de proteção, socorro e de atenção pública no âmbito das políticas públicas. Assim, a concepção do que é, juridicamente, uma criança ou adolescente, mudou radicalmente. A condição de sujeitos de direito, de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e passíveis de receber cuidados com prioridade absoluta são definições que não mudaram apenas o tratamento legal, mas instituíram novas práticas e tipos de instituição para garantir de fato, e a mando da lei, a sua cidadania. Se são sujeitos de direitos, têm, a priori, por sua própria condição, direitos inalienáveis. São direitos que podem ser exigidos com base na lei, e, por outro lado, podem levar aqueles que os violam, por desrespeito ou omissão, a responderem em juízo por seus atos. Se são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, significa dizer que, além de portadores de todos os direitos de cidadania, eles adquirem uma série de direitos especiais, o que não tem o sentido de privilégio, mas de algo justo, dadas as características de seu desenvolvimento físico e mental. Os mais jovens não têm consciência desses direitos inalienáveis, não têm como defendê-los ou exigi-los, e são incapazes, por si sós, de prover a própria subsistência sem danos irreparáveis a seu desenvolvimento como pessoa e como cidadãos. E, ainda mais, assegura o ECA que as crianças e adolescentes devem ser objeto de prioridade absoluta, o

que expressa a convicção de que as novas gerações são promessa e garantia de futuro de seus povos e de toda a humanidade, e traduz o esforço dos movimentos sociais em defesa da cidadania desses jovens.

Com a nova política, houve importantes alterações na divisão do trabalho social, nesta área. Essas alterações se firmam em dois princípios: a descentralização político-administrativa; e a participação da sociedade através de suas organizações representativas. Como conseqüência disto, as ações do Governo Federal foram limitadas, ficando-lhe vedada a execução direta de programas; os Estados tiveram seu papel restringido; porém, os municípios tiveram suas responsabilidades e atribuições, enfaticamente, expandidas, cabendo-lhes a coordenação local e a execução direta das políticas e ações, em conjunto com as organizações não-governamentais locais.

Para implementar os princípios e diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a estrutura político-administrativa compreende: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (Lei 8.242, de 12 de outubro de 1991), que integra o conjunto de atribuições da Presidência da República; os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais. São órgãos deliberativos e controladores das ações, e garantem, de forma paritária, a participação popular, através de suas organizações representativas. Entre outras atribuições, tem o CONANDA a responsabilidade de elaborar as normas gerais e zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; apoiar os Conselhos Estaduais e Municipais, e os órgãos estaduais, municipais e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, diretrizes e os direitos estabelecidos no ECA; e acompanhar o reordenamento institucional, propondo, quando necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas, destinadas ao atendimento da criança e do adolescente. O CONANDA, para desempenho de suas funções, conta com o apoio financeiro de um "Fundo Municipal da Criança e do Adolescente", que mobiliza recursos do orçamento municipal, de transferências estaduais e federais e de outras fontes.

As novas concepções de política, já mencionadas, não significaram apenas reformulações jurídicas, como a instituição de garantias processuais na administração da justiça juvenil, mas outras consequências práticas para as diferentes modalidades de atendimento.

De acordo com o art. 131, do ECA, a nova estrutura político-administrativa define a criação dos chamados "Conselhos Tutelares", em todos os municípios brasileiros. Estes conselhos têm importante atuação nas esferas locais, inserindo um forte elemento de

participação social e comunitária nas formas de gestão e nas políticas que garantem cidadania à infância e à adolescência. De acordo com Naves (2004), a existência dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares, no texto do ECA, deriva diretamente de um dos mais importantes conceitos da Constituição de 1988 : a idéia de que a participação democrática da sociedade civil no cotidiano das decisões do governo além de desejável é crucial. Não é à toa que dessa idéia fundadora nasceram diversos tipos de conselhos que hoje fazem parte da vida democrática brasileira: os conselhos de saúde, de assistência social, de orçamentos participativos, de direitos do consumidor, e outros. Em essência, são esses conselhos espaços políticos onde a sociedade civil delibera, juntamente com o poder público, os rumos do seu desenvolvimento.

Segundo o ECA, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente devem ser instituídos no âmbito federal, estadual e em todos os municípios. Sua atribuição específica é decidir quais serão as políticas públicas que o Poder Executivo vai destinar às crianças e jovens do país, dos estados e dos diferentes municípios. Em harmonia com o espírito da Constituição Federal e do ECA, esses órgãos constituem-se de forma paritária entre Estado e sociedade civil. Os membros do Conselho são indicados através de um processo de escolha no qual organizações da sociedade civil indicam seus representantes para o Conselho. O poder executivo, por sua vez, também tem obrigação legal de indicar número de membros. Essa composição por igual estabelece a estrutura básica dos Conselhos de Direitos, dentre cujas atribuições estão as seguintes: definir diretrizes para formulação e implementação da política pública de atendimento à criança e ao adolescente; participar do planejamento municipal, definindo metas a serem perseguidas; analisar projetos a serem executados por entidades governamentais e não-governamentais; controlar o emprego dos recursos do fundo da infância e da adolescência; fiscalizar a implementação da política pública de atendimento à criança e ao adolescente.

Além de estruturar esse modelo de participação comunitária, o ECA viabilizou a reconceituação das instituições antigas, criou abrigos e centros educacionais para aplicação das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. E abriu espaços para inúmeros programas e projetos inovadores de atendimento, grande parte deles coordenados por entidades não-governamentais.

A partir da promulgação do ECA, no limiar dos anos 1990, o Estado brasileiro passou a ter obrigações bem mais sérias em relação aos direitos de cidadania da infância e da juventude. O ECA assegurou os direitos de todas as crianças e adolescentes sem qualquer tipo de discriminação. A lei garante proteção especial ao segmento considerado pessoal e

socialmente mais vulnerável. Nos casos de atos infracionais, os jovens podem ser beneficiados com o perdão ou a determinação de medidas socioeducativas, mais eficazes que o aprisionamento, que ficou restrito ao flagrante delito e à ordem expressa e fundamentada de um juiz (mandado). Por outro lado, o internamento só pode ser aplicado a autores de atos infracionais graves, e ainda assim sob os auspícios da brevidade, excepcionalidade e respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. É garantida a defesa por advogado, bem como a punição de abusos de pais, de autoridades e de responsáveis por crianças e adolescentes. As obrigações legais do Estado ainda incluem a oferta de políticas públicas básicas, de serviços de proteção e defesa de crianças e adolescentes vitimizados e de proteção jurídico-social. Todas essas decisões devem, enfim, contar com a participação da sociedade civil, através de órgãos colegiados, os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.

O cumprimento desses direitos hoje é fiscalizado e garantido por vários agentes sociais: promotores de justiça, organizações não governamentais, mídia, parlamentares e todos os cidadãos conscientes e comprometidos com a questão da infância e da juventude no país.

O estudo que ora desenvolvemos também se identifica nesse contexto de preocupação, embora focalizando sua atenção nos efeitos das ações dirigidas aos adolescentes em conflito com a lei, egressos do sistema oficial de atendimento. Pelo que percebemos e diante do que nos mostram Bazílio (2003) e Brennand [2002?], parece haver ainda uma grande distância entre a letra da lei, ou entre o padrão da cidadania definido pelo ECA, para esses adolescentes, e o vivido nas instituições e nas ruas por esses aflitos, frustrados e anônimos "cidadãos", os quais, mesmo já passadas quase duas décadas de vigência do ECA, ainda continuam violados em seus direitos inalienáveis de cidadania, dignidade e condição humana.

A partir dessa estrutura político-administrativa, o ECA introduziu mudanças importantes que poderiam melhorar as condições de atendimento, particularmente aos adolescentes "autores de atos infracionais". Para coordenar e pôr em prática a nova política, o Estado brasileiro, no Governo Collor de Melo (1990/1992), extinguiu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), instituída em 1964, pela ditadura militar, e criou a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), através da Lei 8.029, de 12.04.90, vinculando-a ao Ministério de Ação Social. Todavia, a instituição teve vida efêmera, tendo sido extinta em 1994.

É oportuno esclarecer que, criada meses antes da promulgação do ECA, e tendo como um dos argumentos de sua criação o fracasso da FUNABEM "... que não conseguiu cuidar das crianças abandonadas porque seu assistencialismo e sua pedagogia eram coercitivos", a

FCBIA, com a promulgação do Estatuto, desde logo, decidiu assumir um "nítido compromisso com as mudanças introduzidas pelo ECA". Essas mudanças se reportam ao "conteúdo" da nova política (os direitos contidos no art. 227, da Constituição Federal, e no art. 4º, do ECA, além de documentos internacionais das Nações Unidas); ao "método" (superação do enfoque assistencialista e das práticas correcionais-repressivas); e à "gestão" (descentralização e participação) na coordenação nacional da "Política de Proteção Especial". Esta fundação, no entanto, no âmbito da reforma do Estado, foi substituída pela estrutura pública hoje em funcionamento, conforme mostraremos mais adiante.

A intenção do governo era que a coordenação das ações dessa política no nível federal fosse realizada, a partir daquele momento, por um organismo técnico de estrutura simples, bem diferente das estruturas atuais, e suficientemente ágil para operacionalizar as diretrizes e normas do CONANDA.

A expectativa, à época, era que, no plano burocrático, fossem encontradas soluções práticas e desburocratizadas, até porque as conquistas, pelo menos no plano legal, adquiridas pelos movimentos organizados, favoráveis à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, mereciam o respeito da sociedade.

E foi também com essa preocupação que o governo brasileiro atual optou por vincular diretamente à Presidência da República, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)<sup>5</sup>, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA)<sup>6</sup> e o CONANDA, que, atualmente, são os órgãos oficiais encarregados de conduzir e comandar as políticas e ações nessa área, no país.

Em suma, o ECA marca um avanço significativo ao propor uma forma de gestão democrática, através de diferentes conselhos, ao incluir novos atores nos cuidados e proteção dos adolescentes e ao regular sobre medidas socioeducativas em contraposição às práticas repressivas do passado. Infelizmente, a prática hoje ainda tem se mostrado bem aquém das expectativas e anseios da sociedade, sobretudo dos movimentos sociais que, nas décadas de 1980 e 1990, do século passado, lutaram contra essas práticas e por outras tidas como socioeducativas.

Sem querermos ser pessimistas, mesmo com a introdução dessas inovações, e pelo que se observa no dia-a-dia, no interior das instituições de internação, o Estado brasileiro ainda continua aplicando métodos de controle e repressão, como que para atender a objetivos

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Incorporada à Presidência da República pela Medida Provisória nº 103, de 1º/01/2003.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Sucessora do Departamento da Criança e do Adolescente, do Ministério da Justiça (Decreto nº 4.671, de 10/04/2003).

de dominação das classes subalternas, apesar de dispor formalmente de uma política específica, definida com a participação democrática da sociedade, e considerada das mais avançadas. É possível que isso possa ser explicado pela própria tradição assistencialista e pela postura policialesca combinada com o desejo de punir, incorporado em muitos segmentos da dita "sociedade de controle."

Assim sendo, apesar dos avanços na legislação e na formulação das políticas para o setor, as práticas ainda apresentam características das "instituições totais" (GOFFMAN, 1988), desenvolvidas para a repressão e o controle social, em decorrência de uma herança histórica e metodológica própria dos reformatórios de outrora. Esse conceito, esclareça-se, foi utilizado inicialmente por Goffman ao referir-se a instituições nas quais os indivíduos internos eram impedidos de sair de suas dependências, devendo ali desenvolver todas as suas atividades e trocas afetivas e comunicacionais. Assim, o pertencimento a uma instituição total gerava um alto grau de dependência social e psicológica dos indivíduos aos limites e regras institucionais, um sentimento de despersonalização e rebaixamento de sua auto-estima. Mais tarde, já na década de 1980, o termo passou a designar não apenas as instituições com confinamento físico e material, mas, também, aquelas que apresentem um alto grau de inflexibilidade em suas regras grupais e simbolismo, promovendo um fechamento dos sujeitos dentro de seus limites simbólicos e, da mesma forma, afetando o seu sentimento de identidade, a sua auto-estima e as suas possibilidades de trocas afetivas e simbólicas da sociedade.

Com base nesse quadro de entendimento, e passados dezoito anos de vigência do ECA, sentimo-nos profundamente motivados a conhecer a dimensão e a profundidade das mudanças ocorridas nesse campo, ao longo desse período de tempo. Para tanto, optamos por investigar em que condições de existência se encontram os egressos do sistema de atendimento socioeducativo, na atualidade, e quais são as chances de esses jovens se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania, numa sociedade que, historicamente, lhes nega acesso aos direitos básicos.

Assim, entendemos, portanto, que a questão da criança e do adolescente, no Brasil, deve ser vista no contexto global da dívida social gerada pelo sistema capitalista, no qual, flagrantemente, as classes dominantes concentram capital e se expandem em acumulação, em contraste com a maioria da população, que, por sua vez, cresce em pobreza, exploração e miséria.

#### 3.4 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Por se tratar de um aspecto do ECA diretamente relacionado com o nosso objeto de estudo, as medidas socioeducativas, definidas no seu art. 112, merecem aqui atenção maior. São medidas que se configuram como sanções impostas aos adolescentes acusados da prática de atos infracionais.

Na verdade, elas materializam a manifestação do Estado em resposta ao ato infracional cometido por qualquer adolescente, bem como pelo subsequente desenvolvimento de programas e ações destinados a redirecionar sua trajetória de vida.

Elas são aplicadas quando os direitos dos adolescentes se acham ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade, do Estado, dos pais ou em razão da conduta dos próprios adolescentes. As medidas socioeducativas são as seguintes: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional; ou qualquer uma das medidas de proteção previstas no art. 101, I a VI, do ECA.<sup>7</sup>

Elas podem ser agrupadas em medidas de execução "em meio aberto" ou não privativas de liberdade; e medidas de execução "em meio fechado", ou privativas de liberdade (regimes de semiliberdade e de internação). As medidas previstas no art. 101 se referem à possibilidade da aplicação das medidas protetivas conforme as respectivas cominações legais.

Para a aplicação dessas medidas, é necessário o respeito aos princípios constitucionais que regem o processo e a pessoa do acusado em cometer o ato infracional. De acordo com DAL RI (2006, p. 37), esses princípios foram transferidos minuciosamente para o ECA, sendo garantidos ao adolescente infrator todas as garantias processuais, bem como os direitos individuais. Assim, as garantias estão contidas nos arts. 110 e 111; e os direitos, explicitados nos arts. 106 a 109, ambos consignando correspondência expressa à Constituição Federal.

Hoje, sem dúvida, embora disponhamos de uma moderna legislação, paradoxalmente as práticas institucionais, após dezoito anos de vigência do ECA, ainda se mantêm repressivas, exigindo propostas emancipatórias de atendimento e alternativas educacionais destinadas aos adolescentes em conflito com a lei. Neste sentido, embora reconhecendo que,

O art. 101 prevê as seguintes medidas: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; colocação em família substituta; abrigo em entidade. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

em se tratando do ato infracional, a realidade nacional é heterogênea, a antropóloga Paula Miraglia, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) afirma:

[...] infelizmente, na maior parte do país, o cenário ainda é caracterizado por inúmeras violações de direitos, tais como adolescentes privados de liberdade em presídios e delegacias, o não-respeito aos 45 dias de internação provisória e medidas socioeducativas que privilegiam o aparato repressivo e punitivo, revelando a incapacidade institucional de contribuir para que o adolescente seja capaz de reconstruir um projeto de vida alternativo ao envolvimento com o universo infracional. (MIRAGLIA, 2008).

Por isso, um breve olhar no interior dos espaços institucionais, onde as ações socioeducativas são operacionalizadas, logo percebemos que elas não vêm produzindo os efeitos desejados: a violência institucional permanece, as instituições de internação continuam sofrendo problemas de inadequação das bases físicas, insuficiência de investimentos de apoio às atividades técnicas; profissionais desestimulados, gestores despreparados, excesso de adolescentes confinados, insuficiência de recursos orçamentários, enfim, são obstáculos reais e permanentes a superar que vão de encontro a promessas não cumpridas, transmitidas, pelas instituições de atendimento, aos adolescentes, às suas famílias e à própria sociedade, através das ditas "propostas pedagógicas"

Nesse contexto, no qual as ações são executadas sem atingir os níveis de eficácia desejados, logo surgem propostas de mudança no ECA em busca de ações mais pragmáticas, embora puramente conservadoras. Mas o que parece também grave, no contexto, é a falta de proposta pedagógica consistente<sup>8</sup>, articulada com a família e a sociedade, capaz de transformar um ser humano inseguro, cheio de incertezas, frustrações, revolta e baixa autoestima em um cidadão competente para construir e desenvolver um novo projeto de vida, dentro de uma perspectiva emancipatória.

Observando-se todo esse tempo de vigência do ECA, a realidade apresentada no desenvolvimento das ações parece ainda tímida em relação ao que imaginavam os atores que idealizaram o Estatuto. Não são poucas as críticas aplicadas à execução das políticas para o setor, o que tem gerado espaço para o avanço de idéias repressivas e policialescas defendidas pelos setores mais conservadores da sociedade, dentre as quais a redução da maioridade penal.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Toda essa realidade fora percebida por Brennand [2002? p. 25], Paiva (2008) e, neste estudo, confirmada nas entrevistas realizadas com técnicos da instituição.

É verdade que, segundo os profissionais entrevistados, há avanços nas práticas (bom funcionamento de alguns conselhos, bom combate à exploração do trabalho infantil, importantes iniciativas de capacitação de recursos humanos, ampliação dos espaços para denúncias de violação de direitos), porém ainda persistem problemas graves que precisam ser superados com brevidade (baixa qualidade e desempenho dos programas de liberdade assistida, inexistência de acompanhamento e apoio aos egressos, limitações no desenvolvimento dos programas que executam as medidas socioeducativas, inexistência de um sistema informatizado e confiável de controle de dados sobre a movimentação das crianças e jovens atendidos, má gerência do suprimento de materiais de apoio e transporte para atender às necessidades dos programas).

Pergunta-se, então, por que a implementação do ECA não tem ocorrido com o mesmo entusiasmo e com a mesma determinação com que as políticas ali explicitadas foram pensadas? A busca dessa resposta, segundo Bazílio (2003), deve ser constante, pois, com certeza, ela nunca será completa ou definitiva. Fala-se da insuficiência de recursos e da falta de uma política de financiamento; do esvaziamento dos fundos, da diminuição dos orçamentos, da ingerência política, do amadorismo ou incompetência de gestores públicos, da baixa qualificação e remuneração dos agentes educacionais atuantes no interior das Unidades de atendimento, particularmente aquelas encarregadas do cumprimento das medidas socioeducativas.

São possibilidades que precisam ser bem detectadas, analisadas e compreendidas, evitando-se posturas radicais que possam comprometer ou mesmo prejudicar o encaminhamento adequado das soluções.

Como sugerira outrora Bazílio (2003), é importante revigorar os conselhos tutelares e de direitos, esclarecer a população quanto aos princípios do ECA e ter postura firme em relação aos direitos humanos. Trata-se de uma plataforma política inicial dos grupos e movimentos sociais "que precisam voltar à cena pública e manter viva a chama dos ideais que os uniram nos anos 1980".

Se isto não vier a acontecer nesses novos tempos, se as ações do ECA na atualidade não vierem a produzir efeito visível no cotidiano das crianças e adolescentes em nossas grandes cidades, sobretudo aquelas marcadas pela violência e pela violação aos mais elementares direitos humanos, talvez a nova doutrina, quase completada a sua maioridade, possa começar a ser substituída por outra, cuja ideologia e métodos sejam vistos como um retrocesso.

É um risco que poderia acontecer não em função de o ECA mostrar fraquezas ou equívocos em suas proposições, mas simplesmente pelo fato de que o seu conteúdo, ao que parece, ainda não está sendo compreendido pela sociedade nem suas práticas se encontram "à altura de sua utopia".

Talvez seja a hora de se buscar em Boaventura Santos (2005), a idéia do "conhecimento-emancipação", o conhecimento voltado para o saber solidário. Para este autor "a solidariedade é uma forma específica de saber". Neste sentido, é necessário destacar a importância do debate, inclusive no nível institucional, pela democratização do saber, da ciência. É um debate que deve ocorrer também através de iniciativas das pessoas, de profissionais de áreas específicas, organizações e, sobretudo, dos movimentos sociais. Essa deve ser uma luta constante e indispensável por um conhecimento aberto aos jovens cidadãos, inclusive adolescentes em conflito com a lei, criando-lhes condições e oportunidades para que participem, efetivamente, das discussões sobre as decisões que os afetam no cotidiano, tornando-os capazes de lidar com os problemas do seu tempo, do seu espaço, da sua existência dentro e fora das instituições, onde se encontram confinados, desenhando ou construindo seus projetos de vidas.

#### 3.5 OS CONSELHOS TUTELARES

Além das medidas socioeducativas, o ECA (art. 98) prevê também medidas de proteção à criança e ao adolescente. São medidas aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto sejam ameaçados ou violados, sendo desempenhadas principalmente pelos Conselhos Tutelares. Essas medidas são determinadas não mais na esfera dos tribunais, conforme a legislação anterior, mas nos bairros, próximos à população, sob a responsabilidade de cidadãos, conhecidos como Conselheiros Tutelares. Nesses casos, os Conselhos Tutelares podem decidir pela aplicação das medidas de proteção, já que seus membros gozam de proteção legal e suas decisões têm força judicial, "só podendo ser revistas por um tribunal".

Como já discutimos em outro momento deste estudo, o ECA é uma legislação ampla sobre os direitos de todas as crianças e adolescentes. Ele atinge, além das instituições de assistência, todos os serviços de atendimento ao segmento infanto-juvenil, no Brasil. Como afirmam Gregori e Silva (2000, p. 99):

Com o estatuto, antigos conflitos ganharam novos contornos e surgiu a necessidade de redefinição dos papéis e perfis dos atores envolvidos com as políticas do setor. Essa redefinição implicou a redistribuição de recursos materiais e políticos,

passando necessariamente pelo jogo de interpretações acerca das novas funções de cada um dos atores do campo.

Assim, os Conselhos Municipais e Conselhos Tutelares passaram a ocupar uma posição destacada nesse jogo, já que sua criação redimensionou uma série de atribuições exercidas anteriormente por outros órgãos. Os conselhos ficaram com a responsabilidade de, não só participar da elaboração das políticas para o setor, mas também fiscalizar os órgãos e ações responsáveis pelo atendimento. Dessa forma, exceto as situações que envolvam litígios, todas as demais ficaram a cargo de representantes da sociedade.

O Conselho Tutelar, por sua vez, abrange uma região específica do município, sendo definido no ECA (art. 131) como um "órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente". Os conselheiros são escolhidos pela comunidade e suas decisões só podem ser revistas por uma autoridade judiciária, desde que provocada.

Entre outras funções, o Conselho Tutelar aplica medidas de proteção a crianças e adolescentes; aconselha os pais ou responsáveis; requisita serviços públicos como vagas em escolas, creches, hospitais; assessora o poder executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e fiscaliza as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento. E aí entra em cena o importante papel de um novo ator – o Conselheiro Tutelar, com uma função cujo exercício constitui "serviço público relevante", estabelece "presunção de idoneidade moral" e assegura "prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo". Neste último caso, quando os conselheiros tutelares, a exemplo de alguns outros segmentos da sociedade, são beneficiados pelo direito à "prisão especial" (art. 135, do ECA), talvez seja oportuno registrar aqui que, mesmo no âmbito de uma dinâmica que cria instituições emancipatórias, ainda findam surgindo alguns institutos de privilégios, reproduzindo vícios intoleráveis na compreensão da sociedade, que nem sempre encontra justificativas plausíveis para semelhantes atitudes.

Para efetivação desses propósitos, o Conselheiro Tutelar é o novo personagem que, legitimamente, vem cada vez mais ocupando espaço no cotidiano das cidades brasileiras, com a finalidade de desenvolver ações de defesa dos direitos de todas as crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação.

Na atualidade, a sua presença e o seu papel parecem ainda muito pouco compreendidos, e não raro desconhecidos, embora seja ele escolhido em concorrido processo

eleitoral. A sua escolha, mesmo que já envolva traços de competição entre os interessados, ainda é feita por um número ainda restrito de votantes. Apesar de tratar-se de uma função pública relevante, o seu desempenho ainda enfrenta resistências de natureza diversa. Por outro lado, também se constatam importantes limitações quanto ao perfil dos conselheiros, os quais, com freqüência, são levados a desempenhar suas atividades sem formação adequada, sem clareza de suas atribuições e sem que tenha expressiva inserção na vida do município ou comunidade onde atua.

Atualmente, de 5.564 municípios brasileiros, 1.221 não têm Conselho de Direitos; e 1.849 não têm Conselhos Tutelares. No Rio Grande do Norte, a situação se modifica bastante haja vista que praticamente 100%, dos 167 municípios, contam com Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares. A questão maior aqui é quanto à "insuficiência das condições de funcionamento" dos Conselhos, bem como "a ingerência política" na escolha dos membros dos Conselhos, o que pode comprometer sua efetiva representatividade.

Grande parte dos municípios tem dado apoio à atuação dos seus conselheiros municipais, todavia, ao que consta, são muitos os que enfrentam dificuldades e vêm funcionando de forma precária, o que pode comprometer a própria credibilidade do ECA que consegue ser, ao mesmo tempo, desconhecido e criticado, sendo visto muitas vezes como "uma lei demasiadamente liberal ao propor direitos, e não definindo responsabilidades ou punições". Isto, na verdade, se constitui verdadeiro equívoco, pois, a nosso ver, dentro de um processo de construção de um novo paradigma para essa área, os conselhos constituem espaços necessários para o estabelecimento de novos mecanismos de ação política para assegurar os direitos fundamentais previstos no ECA.

É oportuno ressaltar que, em geral, os Conselhos Tutelares enfrentam sérias dificuldades no seu funcionamento, como questões ligadas à escolha e à formação dos conselheiros, à disponibilidade de tempo desses conselheiros, à sua motivação para o trabalho, ao valor e à forma de remuneração, às condições de trabalho, à ingerência política, além de questões outras ligadas à sua autonomia. Analisando a situação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Martins (2006, p. 194) afirma que eles "sofrem dificuldades para se firmar e implementar suas atribuições. Dentre as mais comuns, é possível apontar dificuldades materiais, políticas, organizacionais e obstáculos próprios do contexto político e do seu processo de criação". Dentre essas dificuldades, destaca a falta de condições materiais para instalação, falta de espaço físico, telefone; e afirma que "em alguns casos, o próprio poder executivo municipal ignora as suas deliberações e também lhe oferece

resistência, apresentando obstáculos ao seu funcionamento, inclusive tentando impor condições ilegais à escolha da presidência do Conselho".

Aspectos dessa realidade puderam ser confirmados junto a técnicos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Natal. Na mesma direção, a presidente do CONANDA, Carmen Oliveira, em entrevista ao repórter da Agência Brasil, Marco Antônio Soalheiro, em 13 de julho de 2008, baseando-se em pesquisa da SEDH (2006), reconheceu a existência de "condições de trabalho precárias, com falta de infra-estrutura e capacitação adequada de conselheiros". E afirmou: "Não acredito que seja problema de recursos, porque os investimentos a serem feitos não são tão dispendiosos assim. Se trata mais de uma superação de uma cultura socorrista de só intervir em situações onde a violação de direitos já ocorreu e não em uma forma de defesa e zelo permanente."

Portanto, passadas quase duas décadas de criação do ECA, podemos dizer que, embora, ao longo desse tempo, tenham sido obtidas conquistas importantes quanto ao funcionamento dos conselhos tutelares e de direitos, na maioria dos municípios brasileiros, os desafios ainda continuam incontáveis. E, assim, lembrando Bazílio (2003), o espaço político de intervenção dos conselheiros ainda enfrenta resistências por parte de atores que atuam na área de garantia de direitos e em outras instituições. E, neste sentido, afirma o autor:

Se as resistências "externas" ao desempenho desta função pública relevante existem, não menos importantes são as limitações do conjunto de conselheiros que, freqüentemente, são levados a desempenhar suas atividades sem formação adequada, clareza de suas atribuições ou expressiva inserção na vida do município ou bairro. (BAZÍLIO, 2003, p. 32).

Muitos desses problemas e seus desdobramentos enfrentados pelos Conselhos, aqui no Rio Grande do Norte, foram percebidos, durante este trabalho, por ocasião de nossa participação na Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2007, que contou com a presença de conselheiros dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Esse evento nos permitiu aferir a fragilidade dos Conselhos Municipais na formulação de políticas sociais e na geração de novas representações sociais, a exemplo do que haviam escrito Saeta e Souza Neto (2006, p. 40), para os quais "há um certo isolamento das lideranças e do próprio conselho como tal, que não consegue se articular com os diferentes setores da sociedade." E, também, nessa direção, Souza Neto (2006, p. 188) afirma que " [...] talvez uma das maiores dificuldades nesse campo é que pessoas e instituições usam, muitas vezes, esses espaços como moeda de troca e braços de interesses políticos e econômicos".

# 3.6 A SOCIEDADE BRASILEIRA E A REDUÇÃO DA IDADE PENAL: A SEDE DE PUNIÇÃO

A implantação do ECA e a consequente mudança de paradigma no campo das políticas públicas para as crianças e adolescentes, no Brasil, ampliaram a responsabilidade do Estado e da sociedade por soluções eficazes e capazes de assegurar a essa juventude, particularmente os que cometeram atos infracionais, oportunidade de desenvolvimento e reconstrução de seus projetos de vida. Neste sentido, os direitos estabelecidos em lei (ECA) precisariam repercutir positivamente na materialização de políticas públicas, particularmente quanto à questão do adolescente em conflito com a lei.

É verdade que simplesmente mudar políticas não seja o suficiente para o equacionamento dessa questão. Mas sabemos, porém, que, para grande parte da sociedade brasileira, ainda prevalece a tradicional visão preconceituosa, repressiva e policialesca, característica de muitas opiniões e intervenções neste campo. E, a propósito, assim afirmam Sales et al. (2006, p. 17):

Largas parcelas da população infanto-juvenil deste país, sabe-se, vivem na berlinda, sendo exemplo cabal os dados mais recentes de mortalidade por causas externas e violência, o recrutamento de segmentos infantis para o narcotráfico e a prevalência ainda da lógica punitiva e criminalizadora — em detrimento da dimensão socioeducativa — no atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Assim, infância e adolescência vêm historicamente rimando com desesperança e é necessário mudar esse enredo.

E essa visão policialesca, por paradoxal que pareça, também está presente e se reproduz no interior das instituições privativas de liberdade, pelas evidências mostradas em vários estudos<sup>9</sup>, de atos de violência, repressão, tortura e até mortes, resultado de políticas ditas socioeducativas, mas que, na verdade, são mais conhecidas pela sua histórica incapacidade de promover ações capazes de ultrapassar os limites da ficção. E aqui caberia a pergunta: será que essa visão policialesca da população não expressa a ordem que se instaura na "sociedade de controle?"

Sabemos que o envolvimento com a violência não é exclusividade do segmento juvenil. Mas a exposição a esse fenômeno social é, na atualidade, uma ameaça real para todos os jovens, sobretudo se adolescentes. Dados do IPEA (2006) mostram, nesse sentido, uma situação que parece ser geral no Brasil: a de que os jovens do sexo masculino, negros e pobres

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Bierrenbach (1987), Queiroz et al. (1987), Altoé (1990), Evangelista (1998), Assis (1999), Takeuti (2002b), Parcelle [2002?], Brennand [2002?], Sales et al. (2006), Frota (2007).

são aqueles mais vitimados por homicídios. Resumidamente, segundo o IPEA (2006, p. 80), "o grupo populacional mais vitimado é composto pelos homens, jovens (18 a 24 anos), negros com até 7 anos de estudo". No caso dos jovens egressos do CEDUC, objeto do nosso estudo, situados nessa mesma faixa etária, eles se acham, tanto em função de suas histórias de vida quanto do seu envolvimento com o mundo do crime, muito mais expostos a riscos maiores, seja como atores seja como vítimas da "violência criminalizada".

Nesse contexto, eles passam a ser os alvos privilegiados das representações negativas da sociedade, e vítimas maiores do preconceito, da rejeição e da estigmatização por parte de expressivas parcelas da população, ostensivamente interessadas apenas na sua punição.

No Brasil, basta que haja uma ocorrência policial, com forte repercussão na mídia, que resulte em morte ou tenha características violentas contra a vítima, e, sobretudo, tendo como protagonista um adolescente pobre, para que a sociedade logo demonstre sua sede de punir e desperte uma efêmera atenção para a questão da criminalidade juvenil. Nesses casos, para importantes setores da sociedade, a punição mais comentada e mais desejada não é outra senão a redução da idade penal para dezesseis anos ou menos, numa clara opção pela criminalização da juventude pobre.

Ressalte-se que, nos casos em que os protagonistas são jovens ricos, as reações da sociedade se conduzem, naturalmente, por outras veredas, a exemplo do que ocorreu com o caso do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, queimado em Brasília, no dia 20 de abril de 2007, enquanto dormia, por cinco jovens brasilienses de classe média, por motivo torpe.

Em outro caso, o do menino João Hélio<sup>10</sup>, de 6 anos, no Rio de Janeiro, cuja família fora assaltada por jovens pobres, o desfecho parece ter sido bem diferente, sendo os acusados presos algum tempo depois e condenados a penas que totalizam, no conjunto, 167 anos de cadeia. Dessa forma, criado um clima propício pela mídia, marcado por forte emoção ou comoção pública, quando o espectro da violência parece rondar as pessoas e lares, logo são promovidos ciclos de debates, sessões parlamentares, mesas redondas, enquetes populares, entre outros eventos, tudo com apoio e cobertura dos principais meios de comunicação do país.

Acontece que, embora essas discussões sejam válidas, nem sempre alcançam o cerne da questão. E, aí, logo surgem as idéias conservadoras, materializadas em reações coletivas

-

O crime ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2007, quando João Hélio Fernandes Vieites, após sua família ser assaltada, ele foi vítima de latrocínio, arrastado por sete quilômetros, preso ao cinto de segurança do veículo da própria família, levado pelos assaltantes.

irracionais em face da ocorrência de crimes, muitas vezes, bárbaros. Assim, pede-se a pena de morte, a redução da idade penal para os jovens, o combate aos "direitos humanos dos infratores", o aumento das penas vigentes, alterações radicais no ECA, dentre outras demandas, tudo forçando o Estado a exercer vingança implacável contra os acusados, a partir do endurecimento da legislação. Os debates se renovam. E circulam do ambiente doméstico de cada cidadão até o Plenário do Congresso Nacional, sempre fortalecidos pela crença de que "a impunidade alimenta o crime".

Por outro lado, mesmo considerando-se que o sistema penitenciário se encontra permanentemente abarrotado de presos; e ainda que a violência - um fenômeno multifacetado - se alimenta de uma estrutura social perversa e cruel, na qual os direitos de cidadania são negados à maioria da população - especialmente às crianças e adolescentes pobres – logo se fala no endurecimento das penas e da lei como opção única para se lidar com a questão.

E, no cerne da discussão, cria-se um ambiente atemorizante e inseguro, favorável ao recrudescimento das iniciativas conservadoras e repressivas, beneficiado pelos índices de aumento da criminalidade juvenil no país, embora nem sempre se leve em conta que muitos desses jovens, responsabilizados para cumprimento de medidas socioeducativas, definidas pelo ECA, também já vivam submetidos a práticas desumanas e violentas, como no caso do CEDUC Pitimbu, segundo recentemente nos mostrou Frota (2007).

Como a realidade do CEDUC já se identifica com a história de instituições que funcionam nos moldes das "instituições totais", analisadas por Goffman (2007), a sociedade pouco demonstra preocupação ou interesse, mesmo sabendo que ali a violência é seriamente banalizada e as práticas punitivas são severas demais. Então, por que isso acontece no cotidiano dessa juventude? Por que, já punidos nesses ambientes insalubres, jovens pobres precisam de mais punição, de mais repressão, de mais encarceramento? Por que, no Brasil, o tratamento conferido aos jovens pobres não muda mesmo na vigência de leis avançadas para este campo? Por que queremos puni-los cada vez mais cedo?

Estas e muitas outras perguntas vêm sendo estudadas e discutidas por Takeuti (2008) cujas idéias são explicitadas em texto inédito intitulado "A juventude e a vontade de punir?", em vias de publicação, onde a autora faz uma profunda reflexão sobre o sentido da punição na sociedade contemporânea.

Embora sejam questões em aberto para discussão, no âmbito deste estudo apenas procuramos articular, de forma breve, alguma possível ligação entre a escalada da repressão à delinqüência juvenil e a doutrina econômica neoliberal que fundamenta a passagem do Estado Providência para o Estado Penal ou Estado Penitência (WACQUANT, 2001a), quando se

desenvolveu, nas sociedades contemporâneas, um processo de transferência de recursos e interesses das políticas de assistência para o custeio do sistema penitenciário.

Assim, de acordo com as políticas neoliberais de desmantelamento do Estado Providência, tomando-se de partida a experiência americana, a solução para o desemprego em massa, residiria na fórmula "menos Estado e mais mercado", baseada na "flexibilização" do trabalho assalariado, para estimular a produção de riquezas e a criação de empregos. De acordo com Wacquant, os partidários dessas políticas estão menos interessados em

[...] abordar as consequências sociais devastadoras do *dumping social* que elas implicam: no caso, a precariedade e a pobreza de massa, a generalização da insegurança social no cerne da prosperidade encontrada e o crescimento vertiginoso das desigualdades, o que alimenta segregação, criminalidade e o desamparo das instituições públicas. (WACQUANT, 2001a, p. 77).

O autor, portanto, afirma que os neoliberais americanos optaram pela criminalização da miséria como complemento da generalização da insegurança salarial e social. E assim a gestão penal da insegurança social, materializada no desmantelamento das políticas de assistência social destinadas aos pobres, resultou na doutrina americana da "tolerância zero", com o objetivo de ampliar a ação policial e as sanções penais a todos os crimes inclusive os mais simples comportamentos incivilizados.

Mas, a propósito, Bourdieu chama a atenção ao escrever que

Para resistir à *involução do Estado*, isto é, contra a regressão a um Estado penal, encarregado da repressão, sacrificando pouco a pouco as funções sociais, educação, saúde, assistência etc., o movimento social pode encontrar apoio nos responsáveis pelas pastas sociais, encarregados da ajuda aos desempregados crônicos, que se preocupam com as rupturas da coesão social, com o desemprego etc., e que se opõem aos responsáveis pelas finanças, que só querem saber das coerções da "globalização" [...]. (BOURDIEU, 1998, p. 48, grifo do autor).

Conforme alerta Takeuti (2008), ao pretender cobrir as áreas de "risco social", esse procedimento tem o agravante de instaurar o princípio da suspeição, que passa a permear toda a sociedade.

O conceito de "tolerância zero" se baseava na idéia de que era preciso prender ou punir qualquer pessoa pelo menor crime cometido. A população deveria entender que o Estado não aceitava aqueles tipos de crime. Assim, não só esses crimes seriam reduzidos como também os de maior periculosidade. De certa forma, essa dita doutrina parece ter sido

bem acolhida pela sociedade brasileira, embora se possa admitir como insanidade a idéia de que a questão da segurança poderia ser resolvida, simplesmente com a prisão de mais pessoas.

Um outro aspecto que se relaciona com a ânsia da sociedade em desejar punir cada vez mais cedo e mais pesadamente os seus jovens é o crescente "sentimento de insegurança", fundamentado na crença de que a vida pública está cada vez mais contagiada pelos riscos e ameaças do cotidiano, o que pode intensificar as demandas por punição. A respeito dessa insegurança que afeta a todos, Bauman assim se manifesta:

Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças. A vida inteira é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos. (BAUMAN, 2008, p. 15).

E tudo isso vai alimentando o imaginário social sobre a violência urbana, sentida no espaço público, no âmbito privado e também no âmbito do nosso corpo, "legitimando", por conseguinte, o clamor da população por mais repressão, mais violência, mais punição.

E, nesse sentido, Takeuti (2008) procura compreender a "vontade de punir" jovens adolescentes, articulando hipóteses associadas a

Dois processos entrelaçados que fundamentam uma sociedade punitiva. De um lado, o desenvolvimento da sociedade de controle com sua "nova" política de punição articulado ao próprio perfil da economia globalizada, e, de outro, o da instauração de uma "cultura de suspeição e do medo". (TAKEUTI, 2008, p. 4).

Ao que parece, discutir a questão da maioridade penal, no Brasil, extrapola em muito a demanda social do simples ordenamento jurídico, voltado para apenas um segmento da população - os jovens da periferia pobre envolvidos no mundo do crime. Essa questão, como, de resto, todas as dimensões dessa intransigente "vontade de punir" os jovens, está, segundo Takeuti, "açambarcada numa política mais totalizante da sociedade de controle".

Portanto, com base nas idéias de Wacquant (2001a) quanto às tendências recentes da globalização, um estado social mínimo se transforma em um estado penal máximo, que contra-ataca os efeitos perversos da condição precária da população, gerando uma criminalização da pobreza e uma gestão penal carcerária da questão social.

Na atualidade, tem-se percebido, seja pelos meios de comunicação e mesmo através de inúmeras dissertações e teses defendidas nas Universidades, que, embora o novo texto da

lei tenha avançado significativamente ao propor uma forma de gestão democrática, através de diferentes conselhos, com representação paritária; ao reduzir o papel do Judiciário, incluindo novos atores na atenção e proteção da infância e adolescência; ao regular sobre medidas socioeducativas em contraposição às práticas repressivas do passado, tem-se a certeza de que, no plano da execução das políticas públicas nesse setor - ratifique-se - a prática tem demonstrado estar muito aquém da expectativa daqueles que lutaram intensamente e se mobilizaram pela promulgação do ECA.

Um breve contato com os adolescentes internados – como constatamos *in loco* nas várias visitas feitas ao longo deste estudo, sobretudo no CEDUC Pitimbu - já nos dá pistas do desrespeito aos direitos humanos, no âmbito dessas instituições, especialmente quando se trata de educação, trabalho, liberdade, solidariedade e dignidade.

Assim, é preciso que se compreenda melhor os paradoxos presentes na sociedade contemporânea, quando identificamos, de um lado, os movimentos em rede que avançam para a conquista dos direitos humanos, e, de outro, o desenvolvimento de um tipo de poder que coloniza a vida e que reduz o homem à sua dimensão residual, em que não resta senão a possibilidade de sobrevida, como nos alerta Agambem (2007, p. 121) quando afirma que "o que temos hoje diante do nossos olhos é , de fato, uma vida exposta como tal a uma violência sem precedentes, mas precisamente nas formas mais profanas e banais."

# 4 EXCLUSÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Discutir a questão da "exclusão social" envolve algumas dificuldades teóricas e práticas, as quais, em princípio, podem comprometer a sua compreensão. Com freqüência, o conceito é utilizado para abordar diversos problemas nem sempre claramente diferenciados, nem rigorosamente definidos.

O termo em si não é novo e muito tem se difundido no seio das sociedades capitalistas, sendo objeto das discussões relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho, com as políticas econômicas geradoras de desigualdades sociais e com aspectos outros situados no plano subjetivo e cultural dos próprios excluídos "de algum lugar", reconhecido como "oficial ou dominante". Assim, a exclusão só pode ser pensada como um fenômeno multidimensional, particularmente por causa das múltiplas orientações teóricas que inspira .

### 4.1 EXCLUSÃO SOCIAL: UM CONCEITO, MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES

Não temos aqui o propósito de elaborar um conceito de exclusão social, mas, apenas, desenvolver uma reflexão com a finalidade de esclarecer sobre possíveis limitações que possam ser percebidas ao longo deste estudo, na utilização desse conceito, em face de sua dimensão multifacetada.

Refletindo-se, inicialmente, dentro de uma perspectiva histórica da sociedade brasileira, destacamos que os jovens das periferias urbanas sempre sobreviveram, basicamente, na condição de "negligenciados" das políticas públicas e de outros mecanismos institucionais de regulação, na defesa de seus interesses, pelo menos até os anos 1990, a partir do surgimento do ECA.

Assim, optamos, também, neste estudo, pela utilização do conceito de "relegação social", trabalhado por Takeuti (2002b), o que justificamos pelo fato de ele espelhar mais apropriadamente as situações e relações sociais dos jovens, nosso objeto de estudo, e, ao que parece, por caracterizar melhor a situação de "exclusão social" em que eles se encontram, conforme percebemos a partir da análise de suas trajetórias de vida, aqui resgatadas. De acordo com Takeuti.

Viver a condição de relegado social significa ser "inapto" para participar da *sociedade legal*, de tal modo que o indivíduo deve ser "afastado e colocado à parte", no limite "banido". É certo que o jovem continua tendo existência na e para a sociedade, porém unicamente na condição de desprezado, de um "pária social." (TAKEUTI, 2002b, p. 154. Grifos da autora).

Retomando-se a discussão sobre o tema aqui tratado, Martins (1997) polemiza seriamente os debates sobre a temática, sustentando que não pode haver exclusão no sistema capitalista. Para ele o que de fato ocorre é uma "inclusão perversa", uma inclusão degradante. Ele adverte que o sistema capitalista exclui para incluir, pautando sua argumentação nos marcos da reprodução ampliada do capital, que se realiza tanto pela produção quanto pelo consumo. Argumenta ele que, ao consumirem, os mesmos chamados excluídos estão contribuindo para o sistema capitalista, ou seja, continuam nele "incluídos".

A exclusão social se dissemina por distintos processos históricos, o que torna o fenômeno cada vez mais heterogêneo, de difícil compreensão e determinação. Esse fenômeno passou a ser estudado mais sistematicamente, desde as últimas décadas do século XX, com o agravamento da crise econômica nos países capitalistas, a adoção de políticas macroeconômicas de corte neoliberal e a difusão de uma nova onda de inovação tecnológica.

Como entendem Campos et al. (2004, p. 32), por exemplo, o conceito de exclusão se tornou cada vez mais diferenciado entre "velha e nova exclusão". Explica-se isto pelo fato de as condições de exclusão social identificadas a partir dos primeiros anos da década de 1970, nas economias desenvolvidas, terem passado a se manifestar de forma distinta daquelas até então conhecidas, conforme trataremos mais adiante.

O conceito de "nova exclusão social" passou a identificar a manifestação de categorias de desigualdade, como no caso dos desprotegidos pelas políticas sociais de inclusão existentes, particularmente no caso do desemprego generalizado e de longa duração, dos moradores de rua, do desemprego de jovens e das formas de emprego precário das pessoas de elevada escolaridade sem trabalho, como nos países europeus, e do que Paugam (2003) denominou "desqualificação social", resultado do emprego precário e, atualmente, prevalecente na sociedade francesa.

É importante deixar claro, aqui, um alerta de Campos et al. (2004) de que não se pode segmentar a população brasileira entre velhos e novos excluídos. A verdade é que se trata de uma análise dos diversos processos socioeconômicos de geração de exclusão social, que se superpõem, tornando a realidade social cada vez mais complexa e o seu enfrentamento uma tarefa ainda mais espinhosa. Nesse sentido, a velha exclusão social não desaparece e o

problema dos baixos níveis de renda e de instrução se mantém, embora sob nova forma. O desemprego e a informalidade contribuem para o rompimento dos vínculos sociais numa sociedade cada vez mais competitiva, onde há um desejo veemente por padrões de consumo mais sofisticados e na qual a violência vem a acirrar-se.

E, assim, a exclusão social - tanto a velha como a nova – somente pode ser entendida a partir de uma compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, de "desestabilização dos estáveis" - trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão do trabalho clássica e que se encontram ejetados dos circuitos produtivos – o que traz para parcelas crescentes da sociedade brasileira sua "instalação na precariedade" (CASTEL, 2004, p. 253) – fenômeno que atinge freqüentemente os jovens, com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e de ajuda social (CASTEL, 2004, p. 252). Daí, ao conjunto dos tradicionais "despossuídos" do passado, junta-se agora uma legião de "deserdados", às vezes com níveis médios de instrução relativamente elevados.

Para Campos et al. (2004), a nova exclusão mal consegue esconder a manifestação da velha exclusão. Na verdade, ela intensifica aquela exclusão associada a baixos níveis de renda e de instrução, ao reproduzir níveis de consumo abaixo do mínimo necessário e bloquear a ascensão profissional, oferecendo empregos precários. E, nessas circunstâncias,

enquanto o nível de instrução médio da população avança e a qualidade do emprego regride, a concorrência entre os trabalhadores – geralmente por postos de trabalho abaixo de sua qualificação – se amplia e o resultado desses movimentos é sintetizado pelo avanço da exclusão social (CAMPOS et al. 2004, p. 55).

Assim, o jovem que ingressa na população economicamente ativa já se encontra, em grande medida, excluído do acesso a emprego e renda, apesar de ter níveis de instrução mais elevados do que no passado. Paradoxalmente, segundo os citados autores, o problema do jovem surge quando a sua participação na força de trabalho, embora expressiva, começa a decrescer, gradualmente, tal a incapacidade de se promover o crescimento econômico sustentado e de se elevar os níveis de investimento e emprego.

Nesse contexto, a explosão da violência, no último decênio, pode ser resultado da falta de intervenções efetivas para diminuir a enorme desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira, e que, agora, passados 20 anos de baixo crescimento econômico e, portanto, de ausência de "amortecedores sociais", se expressa de forma atemorizadora, ressaltando-se que não se pode negar a associação entre a violência, com suas diversas conexões, e a falta de perspectivas de inserção do jovem na vida social.

Na atualidade, a escassez de empregos acirra a concorrência entre os trabalhadores, que passam a ser considerados responsáveis por sua condição de desempregados. Eles são vistos como auto-excluídos pelos segmentos conservadores à medida que sua desqualificação é vista por estes como a única razão para o seu insucesso em obter um posto de trabalho no mercado. Assim, a exclusão social se naturaliza, sendo considerada pelos segmentos conservadores como fruto do atraso, e não como resultado de uma modernidade específica.

Nesse contexto, os excluídos sociais, agora concentrados nas grandes metrópoles, com baixos salários – tanto por pressão do desemprego quanto pela redução dos direitos trabalhistas - empregos temporários e rebaixamento dos preços dos serviços e produtos cobrados pela multidão de trabalhadores autônomos, abrem novas formas de geração de excedente num momento em que o capital produtivo se mostra engolfado pela dinâmica financeira. Assim, ao longo das quatro últimas décadas, assistiu-se a um processo que tornou mais complexa a exclusão social. Surgiram novas formas de manifestação do fenômeno, as quais, longe de substituir as antigas, somam-se a elas.

Em resumo, a exclusão social manifesta-se, crescentemente, como um fenômeno que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos como à existência de "segmentos sociais sobrantes" – na expressão de Castel (2004, p. 254) - de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão do trabalho e renda suficiente, pela exclusão da terra, da seguridade e segurança pública e dos direitos humanos.

E é na etapa contemporânea de expansão do sistema capitalista internacional, quando as desigualdades sociais se revelam cada vez mais cruéis, que os processos de exclusão atingem, de forma diferenciada, os mais diversos segmentos da sociedade e do mundo global, desafiando as possibilidades de acesso ao desenvolvimento e ao bem-estar das populações. Castells (2002a) se refere a essa questão dizendo que, sob a perspectiva da lógica do novo sistema de produção, um número considerável, provavelmente em crescimento, de seres humanos não é mais pertinente nem como produtor, nem como consumidor. Daí que milhões de pessoas estão o tempo todo com e sem trabalho remunerado, freqüentemente em atividades informais e, em grande parte, "no chão de fábrica da economia do crime". E afirma:

Além disso a perda da relação estável com o emprego e o pequeno poder de barganha de muitos trabalhadores levam a um nível mais alto de incidência de crises profundas na vida familiar: perda temporária de emprego, crises pessoais, doença, vícios em drogas/álcool, perda de empregabilidade, perda de bens, perda de crédito. Muitas dessas crises ligam-se entre si, provocando a espiral descendente da exclusão

social rumo ao que chamei de "os buracos negros do capitalismo informacional", dos quais é difícil [...] escapar. (CASTELLS, 2002a, p. 421).

Assim, ao mesmo tempo em que modificações significativas têm ocorrido no mercado de trabalho e no emprego, o modelo de bem-estar social mostra-se incapaz de atender às demandas da sociedade, abrindo caminho para a redefinição do papel do Estado e para o redimensionamento dos serviços que este se propõe a prestar aos cidadãos.

Nos países avançados se intensificam os chamados conflitos distributivos, mais ainda em virtude da presença crescente de imigrantes oriundos de inúmeros países, alguns deles de longa data envolvidos em relações de subordinação econômica, apesar de independentes. Assim, restrições e muitos preconceitos colocam muitos obstáculos à integração de segmentos populacionais atraídos pela possibilidade de usufruírem os benefícios do estado de bem-estar social nas metrópoles dos países centrais.

Um dos exemplos mais recentes, para ilustrar, é o caso da França. Como acompanhamos, o mundo pasmou, em outubro de 2005, diante da revolta de jovens que, durante três semanas, emergiu dos subúrbios parisienses para se espalhar por todo o país, deixando no ar em toda a Europa a preocupação de que aquele espectro se estendesse pelos demais países. A França parecia não conseguir enquadrar em sua imagem as impressionantes cenas incendiárias produzidas por jovens das classes populares, em violentos conflitos com a polícia.

É claro que, naquele momento, os setores conservadores, certamente com a cumplicidade de uma cobertura distorcida de parte da mídia, procuraram explicar a revolta e o emprego de medidas repressivas em seu enfrentamento, através de idéias como a de grupos de "marginais" contrários à ordem ou de descendentes de imigrantes. É verdade que, pela sua complexidade, esse evento poderia ser abordado de diferentes perspectivas, embora não seja esse o nosso propósito aqui. Todavia, é importante mencionar que ele é resultado de um longo e complexo processo histórico que presidiu as relações entre a França e a imigração, tanto em decorrência de sua posição como potência colonial, quanto pela sua necessidade de força de trabalho, desde o século XIX, para fazer a maquinaria econômica francesa se movimentar nos fluxos e refluxos do capitalismo.

Acontece que, mais recentemente, para grande parte das gerações de imigrantes, já franceses nos documentos de identidade, mas portadores de características próprias, que os tornavam oriundos da imigração, só restara "um lugar" no "não-lugar". São franceses, mas vistos como "árabes", "negros", "africanos", e outros, os quais se viram diante do desencantamento do mundo urbano, envolvidos em problemas relacionados com o

desemprego, a insegurança, o mercado negro do trabalho, o terrorismo e também com a segregação espacial, associando desigualdades sociais e discriminação racial.

São esses jovens o alvo principal das ações policiais, portando as marcas de sua origem e de seu lugar de moradia (*banlieues*) quando procuram entrar no mercado de trabalho. São jovens, filhos da classe operária, os quais, diferentemente de seus pais, só conheceram a precarização. Logicamente, em função das movimentações do capitalismo e das necessidades econômicas da França, a exemplo de outras partes do mundo, os imigrantes e seus descendentes sempre serviram como importante apoio tanto para o funcionamento econômico ("necessários"), quanto para servir nos momentos de crise ("indesejáveis") de bode expiatório, na expressão de Beaud e Pialoux (2006). E aqui, lembrando Castells (2002a, p. 418), embora, no conjunto, "esses trabalhadores sejam imprescindíveis ao processo produtivo, individualmente são dispensáveis, pois o valor agregado de cada um deles representa uma pequena fração do que é gerado pela e para a organização."

Deflagrado o movimento de revoltas, que, em 2005, surpreendeu pela sua vitalidade e duração, algumas semanas depois foi reprimido pela repressão governamental, via decretação de "estado de emergência" e "toque de recolher", em certas regiões, voltando o país a uma aparente tranquilidade, embora o estrago material e simbólico já tivesse sido feito, demonstrando o estado de vida e ânimo das jovens gerações de vida precarizada.

Retomando a discussão sobre o fenômeno da exclusão social, ao longo do tempo, apesar das várias iniciativas de universalização de direitos, a exclusão social, no Brasil, permaneceu manifestando-se generalizadamente. Segundo Campos et al. (2004), de um lado, a "velha exclusão", ou exclusão tradicional, que continua sendo a marca das regiões geográficas menos desenvolvidas, manifestada pela permanência da baixa escolaridade, da pobreza absoluta no interior das famílias numerosas e da desigualdade nos rendimentos. E, de outro, a "nova exclusão" que vem contagiando rapidamente as regiões mais desenvolvidas, através do desemprego generalizado e de longa duração, do isolamento dos jovens, da pobreza no interior de famílias monoparentais, da ausência de perspectiva para a parcela da população com maior escolaridade e do acirramento da violência.

Os estudos de Campos et al. (2004) permitem compreender a velha exclusão social como "a forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania, expressa pelos baixos níveis de renda e escolaridade", recaindo com mais freqüência sobre os migrantes, os analfabetos, as mulheres, as famílias numerosas e os negros. Ela fora sobretudo fruto, num primeiro momento, de uma pressão da mão-de-obra do campo que inundou as cidades, num processo de intensa urbanização e num contexto de ausência de reformas e da

repressão sindical, no período de 1964 a 1982. No momento seguinte, que vai de 1980 a 2000, a estagnação da renda seria fruto da generalização do desemprego e da informalidade. A valorização do capital financeiro, nos anos 1980, empurrou a maior flexibilidade para o mercado de trabalho. Segundo Campos et al. (2004, p. 47), "a velha exclusão foi apenas atenuada ao longo dos últimos quarenta anos, constituindo-se como um desafio a ser vencido, no momento em que a nova exclusão se manifesta de forma avassaladora".

Dentro do contexto da chamada "nova exclusão", é possível entendê-la como um fenômeno de ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social<sup>11</sup>, e também as diferentes formas de sua manifestação, abrangendo as esferas política, econômica e cultural. Ressalte-se que esta nova exclusão afeta segmentos sociais antes relativamente preservados do processo de exclusão social, como os jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de 40 anos, homens não negros e famílias monoparentais. Sobre esse fenômeno, Campos et al. afirmam que

A nova exclusão, ao revelar-se nas diversas esferas de sociabilidade, produz resultados diferentes ao se sobrepor às velhas formas de manifestação desse fenômeno, deixando-o mais complexo e mais amplo, aumentando ainda mais o desafio do poder público para eliminá-la. O desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes "modernas" de geração da exclusão, tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, acentuadas pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda. (CAMPOS et al. 2004, p. 49).

Alertam-nos os autores que a explosão da violência no final do século XX, considerando-se o aumento assustador da taxa de homicídios por 100 mil habitantes no país, não pode ser associada somente à nova exclusão social. Todavia, considerando-se sua identificação temporal, o caráter de sobreposição que a nova exclusão tem em relação à exclusão tradicional, e, ainda, as coincidências geográficas de sua manifestação em localidades onde a nova exclusão se apresenta com mais ênfase, tudo isto faz do crescimento da violência um indicador fidedigno desse novo fenômeno.

Nesse contexto, a restrição dos mecanismos de proteção social e a diminuição da população por eles assistida, o estreitamento de oportunidades pela redução de postos de trabalho, o desemprego tecnológico, enfim, todos esses fatores configuram uma nova exclusão, diferente, portanto, daquela conhecida em etapas anteriores do capitalismo.

\_

Vulnerabilidade social é um conceito aqui tratado como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Segundo Abramovay (2002, p. 31), "o enfoque de vulnerabilidade social constitui ferramenta válida para compreender a situação dos jovens, especialmente aqueles de camadas populares, e da sua relação com a violência [...]."

No caso do Brasil, sabemos que o país, marcado por sua herança colonial e pelo papel periférico que assumiu ao longo do processo de consolidação mundial do capitalismo monopolista, tem enfrentado grandes desafios diante da nova reordenação global. Assim, se os caminhos e alternativas escolhidos pela sociedade brasileira representaram avanços rumo ao progresso e a estágios mais avançados de desenvolvimento, ao mesmo tempo ampliou-se a desigualdade, expressa em uma distribuição de renda das mais desiguais do mundo.

Refletindo-se ainda sobre a exclusão social do ponto de vista econômico, particularmente em relação ao mercado formal, os trabalhadores, mesmo explorados pelo sistema, estão incluídos ou integrados, e, ao mesmo tempo, convivem com os excluídos desse mercado (desempregados, subempregados, trabalhadores sem carteira assinada, segmentos do mercado informal, o "exército dos dispensados" supérfluos, inúteis, desnecessários). Esses "excluídos" são representados basicamente pelos imigrantes nos países centrais, como vimos no caso da França; e, nos países periféricos, sobretudo, por contingentes crescentes que vivem numa condição de "apartheid social".

Para Castells (2002a), a exclusão social é um processo, não uma condição. Assim seus limites são flexíveis, podendo os excluídos (e incluídos) se revezarem no processo ao longo do tempo, em função do seu grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas governamentais. Segundo o autor, apesar de a falta de trabalho regular, como fonte de renda, ser, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência. E, nesse sentido, afirma:

Não se trata apenas de não contar com determinadas habilidades ou de ser incapaz de encontrar emprego. Pode ser alguma doença grassando com rapidez em uma sociedade que não dispõe de um "sistema de saúde" para uma parcela significativa de sua população [...] ou a dependência de drogas, ou o alcoolismo que destrói o que há de humano em uma pessoa. Ou a cultura das cadeias e o estigma carregado pelo ex-presidiário que impedem o retorno a uma vida não-criminosa ao recuperar sua liberdade. Ou os danos provocados por doenças mentais, ou por um colapso nervoso, deixando a pessoa no limiar entre a repressão psiquiátrica e a desinstitucionalização irresponsável, entre a paralisação da alma e a anulação do desejo. Ou ainda, simplesmente, analfabetismo funcional, ilegalidade, falta de dinheiro para pagar o aluguel, o que acaba transformando o indivíduo em um semteto, ou puro azar com um chefe ou um policial, desencadeando uma série de eventos que atira a pessoa (e, muitas vezes, a sua família) à margem da sociedade, habitada por farrapos humanos. (CASTELLS, 2002a, p. 98-99).

Pensados do ponto de vista político, são os excluídos da cidade, da vida política, da identidade nacional, da legalidade jurídica, em última instância da cidadania. Neste sentido, um aspecto correlato ao da cidadania é o da oposição entre os cidadãos de fato (nacionais, eleitores, assalariados, consumidores) e os excluídos destas características, o que gera uma condição de destituição e de destruição da honra do indivíduo e perda de status: são os desprezados, desonrados, humilhados pelos outros, etc.

Em qualquer referência à exclusão social como campo de discussão, não é possível deixar de mencionar o conceito de "informacionalismo" (CASTELLS, 2002a), no contexto da reestruturação capitalista, na produção das novas formas de desigualdade e de diferenciação social as quais resultaram não somente em exclusão social nas sociedades ocidentais, mas também na exclusão social de países inteiros e de partes de continentes, a exemplo da África subsaariana. Como sabemos, os países dessas regiões enfrentam desafios ainda maiores para enfrentar os impactos da globalização. Para inserirem-se no processo de modo satisfatório, um dos sérios obstáculos para sua inserção se dá pela exclusão de grandes setores da população de maneira estrutural, tendo-se que considerar ainda o componente histórico.

Nesse cenário, a controvertida noção de exclusão social estimula instigantes discussões. Nesse sentido, enquanto Castells define a exclusão social como

[...] o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional, tal posição em geral está associada à possibilidade de acesso ao trabalho remunerado e com relativa regularidade a, pelo menos, um membro de um lar estável. A exclusão social é, de fato, o processo que priva alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo. (CASTELLS, 2002a, p. 98, grifos do autor).

Castel (2004) alerta para o cuidado que se deve ter ao usar-se o termo exclusão, permitindo-se até a substituí-lo por uma noção mais apropriada "para nomear e analisar os riscos e as fraturas sociais atuais". Assim, em vez de exclusão, o autor prefere falar de "desafiliação" ou "desfiliação", como correntemente vem sendo adotado na língua portuguesa; um neologismo derivado da palavra francesa "desafilie", para designar o fim do processo que faz passar da "zona de integração à vulnerabilidade, ou oscilar da vulnerabilidade na inexistência social".

Assim, Castel (2004, p. 18-50) critica o uso indiscriminado do termo "exclusão" quando é usado para definir "todas as modalidades de miséria do mundo", o que

corresponderia a "rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém". E essa simples troca de nomes parece importante à medida que afiliação remete a um processo com sujeitos ativos dele participando. Como, para ele, o aspecto principal da exclusão é o fim da condição salarial, que significa emprego estável, família constituída, grupo religioso e de vizinhança homogêneos, o resultado é a vida no imprevisível e na incerteza do amanhã que o trabalho temporário, ou seja, a alternância dos períodos de atividade e de inatividade, hoje impõe aos que se encontram na idade de trabalhar. São, por conseguinte, sujeitos que acabam excluídos de todos os coletivos protetores: família, grupo de vizinhança, grupo religioso, empresa, sindicato, etc.

Para o autor, a exclusão do jovem drogado não é a mesma do desempregado estrutural, o que exige políticas públicas diferentes para reintegrá-los. Ele também dirige suas críticas às políticas do bem-estar por serem políticas para remediar uma situação e não para preveni-la. Tais políticas, como escreve Germano (2002, p. 37-46), têm se traduzido sempre, como residuais, fragmentadas, emergenciais e, dessa forma, funcionam como "pronto-socorro social", com forte viés clientelista, e não como direito de cidadania. Daí a crítica de Castel à lei sobre o programa francês de renda mínima, denominado "Renda Mínima de Inserção Social" (RMI) que a seu ver promove a inserção com ambigüidades. A renda mínima de integração é imperativo nacional, concebida como ajuda temporária aos que caíram durante a crise. Acontece que, o que foi imaginado como transitório, acabou se instalando como permanente entre os desempregados que passaram a viver do auxílio-desemprego, criando hábitos de ócio e viciando o cidadão.

Castel propõe que a integração política e civil deveria ser acompanhada de possibilidades reais de emprego estável. E até admite que talvez estejamos no fim da sociedade salarial ou do trabalho como vetor principal da integração, mas diz que é preciso prestar atenção nos que permanecem de fora nesse longo processo de construção da nova cidadania, que está longe de ser construído.

Hoje, os desempregados ou os assistidos pelo RMI ainda pensam que o emprego é a maior expressão da dignidade e da cidadania e, nesse sentido, ele questiona sobre o que fazer com os mais prejudicados pelo fim do vínculo salarial, ou seja, os mais fracos e os mais despossuídos, os que ficam a esperar que as novas formas de identidade e de cidadania se imponham.

Em suma, o termo "exclusão social" expressa o novo discurso que define a condição social da pobreza, numa conjuntura em que os governos, tanto no Brasil como na América

Latina, passam a adotar políticas de ajustes estruturais neoliberais, sustentadas no "mercado como modelo". Essas políticas e programas introduzem, com freqüência, "um discurso expresso em termos individualizadores e economicistas do mercado, podendo com isso contribuir para despolitizar a ação coletiva de pobres e de "excluídos" (GERMANO, 2002, p. 41). De acordo com esse discurso, são excluídos os "sem terra", os "sem trabalho", os "sem educação", os "sem saúde", "os sem voz", acrescentando-se aqui os moradores e os meninos de rua, os adolescentes que entram em conflito com a lei e muitas outras vítimas desse processo, os quais têm a rua ou os assentamentos rurais como territorialidade.

Diz Pochmann (2005) que a exclusão social, que compreende desde enormes parcelas da população vivendo sem acesso a bens básicos até pessoas com nível de escolaridade acima do universitário, porém sem emprego, resulta da manutenção e atualização de um padrão extremamente excludente de riqueza, construído historicamente, para usufruto de poucos grupos privilegiados.

Ressalte-se que, na década de 1970, na França, por exemplo, com o insucesso das políticas sociais, nas áreas de educação, habitação, emprego, o conceito de exclusão social expressava a perda, pelo trabalhador, de um posto de trabalho no mercado formal. Porém, para Castel (2004) a lógica da exclusão social não se limita à desvinculação do mercado de trabalho, já que afeta valores integrativos tradicionais, como família e trabalho, e atinge níveis extremos de precariedade material e de impotência diante da perda dos lugares ocupados pelo indivíduo na sociedade. E, nesse sentido, retoma Germano (2002, p. 41), afirmando que "... a situação de "exclusão" corresponde a estados de equilíbrios anteriores e que foram perdidos. Assim, o "excluído" é de fato um "desfiliado".

O uso impreciso do termo, segundo Castel (2004, p. 18), é sintomático, à medida que "oculta e traduz, ao mesmo tempo, o estado atual da questão social". Em resumo, a exclusão social expressaria, como foi mencionado acima, situações correspondentes a uma degradação relacionada a um posicionamento anterior do indivíduo, sendo vista como um processo secular que adquire novos contornos num contexto de globalização e de programas neoliberais. Em termos práticos, seriam os excluídos aqueles que habitam "as zonas mais periféricas, sendo caracterizados pela perda do trabalho e pelo isolamento social".

Optando por trabalhar com o conceito de desfiliação, o que indica uma ruptura, Castel mostra que há risco de desfiliação quando o conjunto de relações de proximidade que um indivíduo detém a partir de sua inscrição territorial - que é também sua inscrição social e familiar – não é suficiente para reproduzir sua existência e para garantir sua proteção.

Para melhor identificar a situação de exclusão dos jovens "em conflito com a lei", em geral oriundos das periferias das cidades brasileiras, aludimos ao sentido do conceito de "relegação social e simbólica", trabalhado por Takeuti (2002b), o qual parece muito apropriado – repetimos - para se refletir sobre as situações e relações sociais dos jovens das periferias pobres. Para ela, o jovem da periferia e bairros pobres recebe cedo o estigma de "delinqüente e perverso", antes mesmo do seu nascimento, sendo

remetido, *a priori* e incondicionalmente, para um lugar concreto, que determina as suas condições objetivas de carência econômica e social, mas também para um *lugar social* simbolicamente desvalorizado, onde a sua subjetividade é forjada para excluílo e se auto-excluir da sociedade dos "integrados" – mais diretamente falando, para ocupar o lugar da *relegação social*" (TAKEUTI, 2002b, p. 153; grifos da autora).

Portanto, tratam-se de jovens marcados por uma situação que se destaca pela ausência de possibilidades de reconhecimento social, haja vista que o acesso à condição de "sujeito social" (Takeuti, 2002b) já lhes é impedido "antes mesmo de se iniciar a sua socialização básica".

Nesse sentido, visto como um processo que despoja os indivíduos de sua condição humana, a exclusão os impede de se tornarem sujeitos de seu processo social. A propósito, conforme Hanna Arendt (2005) os fundamentos da condição humana se encontram na relação entre o discurso e a ação, pois aí encontramos o lugar do sujeito. Assim, os grupos excluídos em geral não têm possibilidade de participar das relações econômicas predominantes no mercado, seja como produtor ou consumidor, e das relações políticas vigentes, ligadas aos direitos de cidadania.

Nos países periféricos em que a exclusão tem forte conteúdo econômico, não é possível combater a exclusão sem uma redistribuição de riqueza. Porém, o combate à exclusão não se reduz a essa dimensão econômica, pois esta, mesmo na condição de dimensão fundamental, não existe isolada do contexto sócio-cultural que a legitima e reproduz. Em outras palavras, a concentração de riqueza e renda é um fenômeno político, que impede a constituição de sujeitos políticos capazes de reivindicar sua inserção na esfera pública.

Assim, o combate à exclusão social, nos dias atuais, em face de sua dimensão e complexidade, se tornou um árduo desafio, pois as soluções para os velhos e novos problemas perpassam todas as esferas do governo e todas as áreas de atuação do poder público, envolvendo decisivamente toda a sociedade civil.

Nesse contexto, parece que a dura tarefa desses novos tempos é tentar articular os que têm lutado e conseguido escapar à precarização àqueles que já foram precarizados no

trabalho, na sociedade, enfim, na vida. Isto porque a verdadeira "integração", em uma sociedade de novo tipo, tem seus primeiros passos a partir da participação em movimentos sociais que incorporem setores, temas e formas de organização e de luta diversos, numa forma de reação às fraturas sociais impostas pelo capitalismo. Como disse Castel (2004, p. 28), o destino dos excluídos se define, essencialmente, antes de ele se fragilizar. E, se nada for feito, "a 'luta contra a exclusão' corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social".

### 4.2 CONTEXTOS DE EXCLUSÃO E O LUGAR DOS JOVENS

Discutida a questão da exclusão social, julgamos oportuno situar a posição dos jovens, em geral, no contexto de alguns dos principais problemas brasileiros. Assim, procedendo-se a uma reflexão sobre alguns desses problemas, aqui mostramos aspectos pontuais sobre as condições de existência da população brasileira, identificando segmentos da população mais afetados pelos respectivos problemas, particularmente os jovens. Para tanto, trabalhamos com dados publicados, em 2006, pelo IPEA, instituição dedicada a estudos das questões sociais do país.

Dentro da temática Trabalho, em 2004 o mercado de trabalho no Brasil recebeu influência positiva de um ambiente macroeconômico de crescimento. Houve um aumento da ocupação, bem como uma queda na taxa de desemprego. Mesmo assim, a taxa de desemprego continua elevada, situando-se em patamar superior a 9%.

Continua baixo o nível de renda média real dos trabalhadores ocupados, apesar de o ano de 2004 ter marcado o fim de um período de sete anos consecutivos de queda dos rendimentos reais. A discriminação das mulheres em relação aos homens mantém-se estável no mercado de trabalho, bem como dos negros em relação aos brancos. O trabalho infantil se reduziu em, praticamente, todo o país, embora 10,5% das crianças de 10 a 14 anos ainda estejam trabalhando ou procurando trabalho. No Estado do Rio Grande do Norte, essa taxa é de 9.6%.

No período de 1995 a 2003, o mercado de trabalho no Brasil foi marcado por um significativo crescimento da taxa de desemprego, mesmo num ambiente em que a proporção de pessoas que participam do mercado de trabalho (empregadas ou à procura de emprego) tenha variado pouco. Essa tendência, no entanto, foi revertida entre 2003 e 2004, período em que houve, como já mencionado, redução generalizada do desemprego no país, tanto em regiões metropolitanas como para o total das regiões não metropolitanas. Esta queda foi

também observada em praticamente todas as faixas etárias e grupos selecionados, como as mulheres e os negros.

As causas dessa redução da taxa de desemprego, embora ainda sejam uma questão em aberto, são atribuídas pelo IPEA (2006) a três fatores: o crescimento do emprego do setor exportador, impulsionado por condições favoráveis observadas no mercado internacional para produtos brasileiros; o crescimento do emprego em setores industriais e de serviços que se beneficiaram da ampliação do crédito pessoal para consumo; e o reforço da fiscalização das condições e relações de trabalho por parte do Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda no contexto do mercado de trabalho, os jovens, as mulheres e os negros são os grupos mais atingidos pelos problemas de discriminação, embora de forma distinta.

Duas tendências se apresentam em relação aos jovens de 15 a 24 anos: uma queda maior, comparando-se com outros grupos, da sua taxa de participação no mercado; uma crescente dificuldade para conseguir uma ocupação no mercado, em geral a primeiro emprego. Em 2004, este quadro se alterou um pouco: houve aumento de participação dos jovens no mercado de trabalho, indicando que o crescimento econômico de 2004 trouxe conseqüências positivas em termos de oportunidade de emprego, inclusive para os jovens. Esse crescimento econômico, segundo o IPEA, beneficiou ainda a inserção dos jovens com nível intermediário de escolaridade (ensino médio incompleto), que, normalmente, enfrentam taxas de desemprego mais altas.

Com base nos indicadores apontados e em análises do próprio IPEA, percebemos que há um certo ganho no rendimento domiciliar dos mais pobres e, simultaneamente, uma perda no dos mais ricos. Isso indica que, entre 2001 e 2004, mesmo incipientemente, a desigualdade na distribuição desse rendimento reduziu-se no Brasil. Entre os fatores que podem ter contribuído para uma menor desigualdade, estão, de um lado, a dinâmica da economia brasileira, com seus diversos impactos sobre o mercado de trabalho, não potencializando o rendimento dos domicílios mais ricos; e, de outro, o fato de que essa dinâmica, influenciada pelo aumento real no valor do salário mínimo, juntamente com as transferências do Estado (benefícios da previdência, da assistência, do Bolsa Família e outros) exponenciaram o rendimento dos mais pobres. Disso pode ter resultado uma relativa diminuição da desigualdade na distribuição do rendimento domiciliar.

No que concerne à área de Educação, com base em estudos do IPEA (2006), sabemos que um adequado grau de instrução da população é requisito essencial para o desenvolvimento do país, para possibilitar o exercício da cidadania e para promover a

igualdade de oportunidades na sociedade. O Brasil continua diante do desafio de ampliar a escolaridade e a qualidade da educação, fenômenos ainda marcantes no país, sobretudo em face da persistência de problemas relacionados com o processo de ensino/aprendizagem. Embora o acesso ao ensino fundamental esteja praticamente universalizado, a escolaridade média do brasileiro, que chegou a 6,8 anos de estudo em 2004, ainda permanece abaixo da escolaridade obrigatória no país.

É oportuno ressaltar que vários indicadores mostram a persistência de sérias desigualdades educacionais entre as regiões do país, entre o campo e a cidade, bem como entre brancos e negros. Constata-se, contudo, que há uma prioridade atribuída ao ensino fundamental, o que levou a uma substancial redução da desigualdade no acesso a esse nível de ensino. Mas, por outro lado, a baixa qualidade da educação básica permanece como um dos mais graves problemas do campo educacional, no Brasil. A ela se somam ainda o analfabetismo, que atinge 11,2% da população brasileira; e o acesso restrito aos níveis de ensino não obrigatórios, sobretudo o nível superior, alcançado por apenas 10,8% da população de 18 a 24 anos.

A escolaridade média da população vem crescendo de forma lenta (6,8 anos, em 2004, contra 6,4 anos em 2001). Ela ainda não conseguiu chegar ao nível de escolaridade obrigatória no país, exceto para os residentes da área urbana metropolitana, que já, em 2003, apresentavam uma média de 8 anos de estudo. No outro extremo estão os residentes na área rural, com a menor média de anos de estudo (4 anos), o que corresponde apenas à primeira etapa do ensino fundamental, confirmando a grande desigualdade educacional entre campo e cidade no Brasil.

Esse ritmo lento de avanço na média de anos de estudo da população brasileira é influenciado, fortemente, pela persistência de taxas ainda elevadas de reprovação e de evasão escolar. Apesar da quase universalização do acesso à escola por parte das crianças de 7 a 14 anos, 43% não conseguem concluir a 8ª série do ensino fundamental na idade adequada. E isto contribui para manter baixa a média de anos de estudo da população.

Analisando-se o acesso aos diferentes níveis de ensino, percebe-se, inicialmente, que a prioridade atribuída ao ensino fundamental na última década fez com que a proporção de crianças e de adolescentes, na faixa de 7 a 14 anos, que freqüentam escola, se ampliasse gradativamente, estabilizando-se em torno de 97%, a partir de 2002.

Esse processo de universalização do acesso ao ensino fundamental praticamente eliminou as disparidades, tanto entre as diferentes regiões do país, quanto por sexo e cor das crianças. Apesar disso, o país ainda apresenta cerca de 3% de crianças fora da escola, o que,

em parte, pode ser atribuído a um processo lento de inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares. Além disso, também convivemos com crianças de famílias pobres, absorvidas na economia familiar, aliciadas pelo crime organizado e pela prostituição, além daquelas conhecidas como "meninos e meninas de rua", tanto envolvidas com a mendicância como com a prática de atos infracionais.

No que se refere ao ensino médio, foi registrada, na faixa de 15 a 17 anos, em 2004, uma pequena redução na proporção de jovens que freqüentam a escola (de 82,4% em 2003 para 82,2% em 2004). Isto reverte uma tendência histórica de ampliação da freqüência escolar neste grupo de idade. Além disso, dos 82,2% que estavam na escola, em 2004, apenas 45,1% se encontravam matriculados no ensino médio, nível adequado à faixa etária considerada. É importante salientar, todavia, que esse resultado sinaliza um aumento de dois pontos percentuais em relação ao ano anterior (era 43,1%, em 2003), o que reflete a tendência de redução da distorção idade/série, ampliando a oportunidade de mais jovens cursarem o ensino médio na idade adequada.

Em resumo, a realidade educacional brasileira expõe uma precária qualidade do ensino no país. Fatores diversos, internos e externos à escola, também contribuem para a gravidade da situação, dentre os quais: infra-estrutura física das escolas muito deficiente, professores desestimulados, insuficientemente preparados para a intervenção pedagógica em contextos sociais específicos, mal-remunerados; a persistência da necessidade de crianças e adolescentes ingressarem no mercado de trabalho para complementar a renda familiar; a falta de suporte educacional dos pais e de acesso aos meios de comunicação e veiculação do conhecimento, entre outros.

Quanto à questão da Segurança, sabemos que a proteção da vida, da integridade física e dos bens contra a violência e a criminalidade é um direito reconhecido pelo Estado brasileiro. Hoje esta tem sido uma das maiores preocupações da sociedade brasileira, sobretudo em face da alta "vitimização" presente no país. Infelizmente, a tarefa de acompanhar a evolução dos problemas de segurança é sempre dificultada pela precariedade de informações disponíveis ao longo do tempo, inclusive para os órgãos que atuam diretamente com a questão. Nesse sentido, o próprio IPEA - notoriamente reconhecido pela excelência de seus estudos e pesquisas e também como suporte técnico e institucional de apoio à formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento no país - se ressente desse problema, quando se refere, por exemplo, a dois fatores que estão diretamente ligados às más condições de segurança pública: o crime organizado e a crise do sistema de justiça penal para os quais

parece não existirem informações suficientes que permitam dimensionar o problema em âmbito nacional.

Assim, segundo o IPEA, através de análise concentrada nas taxas de homicídio, entre 2001 e 2004, houve no país uma queda nessas taxas, que ocorreu para ambos os sexos e em quase todas as faixas etárias e unidades da federação. Esse fato quebra uma tendência de alta verificada no início dos anos 1990. Como a queda ocorreu basicamente em 2004, não é possível afirmar ainda que entramos numa tendência de baixa e nem mesmo de estabilização. Registre-se que, em 2004, as taxas de homicídio caíram no país. Este fato ocorreu pela primeira vez desde 1992. Passaram de 28,8 homicídios por 100 mil/hab, em 2003, para 26,7, em 2004. Alguns estudos indicam que isso pode ser resultado do crescimento econômico de 2004 e da expansão de programas como o Bolsa Família, que podem ter contribuído indiretamente para isso ao fortalecer a capacidade econômica de famílias e a valorização do "mundo legal" (do trabalho e dos direitos sociais) em relação ao poder de atração da via criminosa (tráfico de drogas, etc.). Para outros, o fator principal pode ter sido a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003, definindo normas mais rígidas quanto à aquisição, à posse e ao porte de armas de fogo, e, consequentemente, à realização da Campanha Nacional do Desarmamento que, só no segundo semestre de 2004, recolheu aproximadamente 220.000 armas. Esse recolhimento de fato parece ter contribuído para a queda das mortes por arma de fogo que passaram de 39.786 óbitos, em 2003, para 37.382 óbitos em 2004.

Como resultado dessas análises, segundo o IPEA, podem-se indicar os grupos especialmente vulneráveis aos homicídios. São jovens negros, do sexo masculino e moradores de regiões metropolitanas, que comprovam ser candidatos naturais a políticas públicas que tenham em seu cerne a preocupação com a redução da violência.

Apontados, pelo IPEA, entre os efeitos perversos do crime organizado (roubo e furto de carga e de carro, tráfico de drogas e de seres humanos, assalto a banco, desvio de recursos públicos, pirataria, seqüestro, etc.), cabe destacar o uso instrumental da violência pelos envolvidos para a proteção pessoal e dos negócios contra concorrentes, policiais, delatores ou membros da própria quadrilha. E, ainda, o estoque de armas do crime organizado que continua a ser utilizado em conflitos interpessoais ou criminalidade comum; o incentivo à corrupção de atores do sistema de justiça criminal e do Estado em geral, trocando dinheiro por proteção de policiais, promotores, juízes, advogados, agentes penitenciários, políticos e fiscais; participação direta de policiais em quadrilhas, dificultando ainda mais a repressão do Estado. Assim, entre crimes das mais diversas naturezas, o tráfico de drogas parece ter um

maior impacto na sociedade: domínio de áreas urbanas, aliciamento de crianças e adolescentes; mortes de policiais, membros de quadrilhas e moradores comuns; corrupção de policiais e agentes penitenciários, forte demanda para o tráfico de armas; e estímulo à dependência química.

O risco de ser vítima de homicídio é extremamente diferente entre os sexos. No Brasil, em 2004, a taxa masculina de homicídios (50,6) foi 12,1 vezes maior que a feminina (4,2). De 2001 a 2004, apesar da queda das taxas, entre as mulheres ela foi de 5,0%, enquanto entre os homens foi de apenas 2,6%. Em 2004, as taxas de homicídio caíram em todas as faixas etárias. No entanto, as taxas de adultos jovens (18 a 24 anos) continuam extremamente altas (61,7), sendo quase duas vezes superior à dos adultos (33,0) e mais de três vezes a dos adolescentes, de 12 a 17 anos (19,8).

Os negros são mais frequentemente vítimas de homicídios. A taxa de homicídios de negros em 2004 (31,8) é 73% maior do que as dos brancos (18,4). A maior diferença está na Região Nordeste, onde a taxa de homicídios de negros (24,2) é mais de três vezes superior à dos brancos (7,0).

Os dados indicam aqui uma situação que parece ser geral no Brasil: são os jovens do sexo masculino, negros e pobres, aqueles mais vitimados por homicído no país. E é desse tipo de segmento social que Santos (2006, p. 333) se reporta quando fala do **fascismo social**, que não se trata de um regime político, mas para o autor expressa um regime social ou civilizacional. Na sua forma de "fascismo da insegurança", o conceito, no dizer de Santos, pode ser entendido como uma manipulação discricionária da insegurança das pessoas e grupos sociais "vulnerabilizados pela precariedade do trabalho, ou por acidentes ou acontecimentos desestabilizadores, produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança [...]".

Embora Santos (2006) tenha se referido à realidade européia, aqui no Brasil a situação seria bem mais grave, pois a questão central nem se refere à quebra do contrato social, mas a uma flagrante ausência de contrato social. Daí a grave situação de exclusão desses jovens, que vivem a perambular desempregados pelas ruas, com direitos de cidadania confiscados, sem contrato que possa viabilizar sua segurança e de sua família. Como refere Santos (2006, p. 328), "...os excluídos passam da condição de cidadãos à condição de servos". Assim, diante do esgotamento do contrato social da "modernidade ocidental capitalista" e da proliferação dos fascismos sociais, o autor propõe, como alternativa para a democracia de baixa intensidade, formas de democracia de alta intensidade, capazes de contribuir para a expansão dos espaços públicos estatais e não estatais. E, nesse sentido, afirma:

Os riscos que corremos em face da erosão do contrato social são demasiado sérios para que ante eles cruzemos os braços. Há, pois, que buscar alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram caminho a novas possibilidades democráticas. (SANTOS, 2006, p. 338).

À concepção de fascismo social corresponde o que Bauman (2005) conceitua como "populações descartáveis".

# 4.3 O TRABALHO DO JOVEM: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E VALORIZAÇÃO DA AUTO-ESTIMA

Ao longo das entrevistas com os egressos do CEDUC, no âmbito deste estudo, constatamos que a sua primeira preocupação, ao se desvincularem da instituição, é inserir-se no mercado de trabalho. Em geral, expressam o desejo de obtenção de um emprego. Neste sentido, e diante do desafio de enfrentar as contradições do mundo do trabalho, assim se expressou este egresso:

O que mais desejo agora é viver em paz, em liberdade. Ter meu emprego para ajudar minha mãe. Já me reintegrei na sociedade, mas falta uma oportunidade para arranjar emprego, o que é muito difícil. É tudo o que eu quero! (ARQUÍLOCO, 22 anos)

Trata-se de um depoimento de certa forma angustiante. De um lado, o egresso expressa, na sua visão, ter cumprido sua parte ao abandonar o mundo do crime; de outro, tem nas suas representações a esperança de que a sociedade cumpra a parte dela, garantindo-lhe uma oportunidade de trabalho. E isto, segundo ele próprio, parece impossível.

Identificar-se, pois, como trabalhador é ainda um valor básico na sociedade e, tanto no imaginário popular como, particularmente, entre os jovens pobres, ser trabalhador é a condição que distingue o "cidadão" do "marginal".

Segundo Leite (2003), esta visão do trabalho é fundamental para se entender seu significado para os jovens em qualquer situação econômica, mas em especial para os setores populares que constituem a maioria da população. Para ela, o trabalho pode ser, nesse contexto, espaço vital de aprendizado, de socialização, de afirmação da identidade do jovem, enfim de práticas sociais potencialmente libertadoras.

A partir do reconhecimento de que os jovens são atores sociais e portadores de novas identidades coletivas, caberia desenvolver e experimentar novos paradigmas sobre o trabalho

de jovens. Como afirma Leite (2003, p. 157), não se trata mais de trabalho como atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade ou à exclusão. Trata-se do trabalho como direito e um componente essencial de formação do jovem, como indivíduo e cidadão.

Tal reconhecimento, porém, pode encontrar empecilhos na realidade do mercado, pois as mudanças tecnológicas, organizacionais e políticas têm reduzido a oferta de trabalho e ampliado as exigências de contratação; de outro lado, cresce a participação dos jovens na População Economicamente Ativa (PEA) à procura de trabalho. Maior número de pessoas procura trabalho em um mercado cada vez mais restrito e mais exigente. As empresas tornamse mais seletivas, tornando mais estreito o funil de acesso ao mercado. E assim fica bem mais difícil adquirir e comprovar experiência, um dos grandes dilemas dos jovens na atualidade, sobretudo dos jovens mais pobres, como os adolescentes em conflito com a lei.

Essa situação é ainda mais difícil para quem não tem o ensino fundamental, hoje praticamente universalizado como exigência de contratação no mercado. Sabemos que a baixa escolaridade é uma barreira quase intransponível, principalmente para os jovens que são afetados com mais dureza e na medida em que estão em um processo crucial de construção da identidade individual, de escolha profissional, de estruturação pessoal e familiar. Dificuldade semelhante pode também afetar os desempregados de longa duração, cuja experiência acaba "perdendo validade" no mercado de trabalho.

Em resumo, o acesso ao mercado de trabalho não é um problema só dos jovens, mas de parcelas consideráveis da PEA que precisam romper o círculo vicioso que assim se manifesta: "sem experiência não entra; se não entrar não ganha experiência".

Como sabemos, na sociedade moderna a juventude é compreendida como um período de construção de identidades e de definição de projetos de vida. Por isso mesmo, é a fase da vida mais marcada por ambivalências, por uma contraditória convivência entre subordinação à família e à sociedade e, ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. É uma fase de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, lutas pelos direitos de cidadania, entre outras.

Acontece que a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas entre as regiões do mesmo país, etc. Há ainda desigualdades presentes na vida urbana, como a situação de jovens vistos com preconceito por morarem em áreas pobres, classificadas como violentas, periféricas, marcadas pela presença constante de armas de fogo. Como sabemos a discriminação em função do endereço do jovem, por exemplo, pode ser decisiva na sua

trajetória de vida, podendo restringir o seu acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e à convivência comunitária saudável.

E aqui poderíamos questionar sobre que espaços e situações a juventude tem encontrado para dialogar com o mundo adulto, para aprofundar a compreensão de si mesma e da sociedade e para definir os seus projetos de vida? E no caso de jovens estigmatizados, egressos de instituições para adolescentes em conflito com a lei? Despreparados profissionalmente e sem perspectiva trabalho, como podem prefigurar o futuro? Como vivem sua juventude sem restringir-se apenas ao arruinamento de sua auto-estima?

São inúmeros os estudos e artigos especializados, dentre os quais "Os jovens clamam pelo direito à dignidade" (TAKEUTI, 2003), que mostram a fragilidade das políticas públicas e o papel das redes sociais com as quais os jovens, de certa forma, podem contar, sobretudo se pobres, embora para estes muitas vezes o interesse maior seja pelas redes informais, redes subterrâneas através das quais eles se movem, dando sentido próprio à sua convivência comunitária. E isto em nada se assemelha às propostas ou propósitos explicitados nas políticas oficiais ou institucionais.

## 4.4 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

A compreensão do que é ser jovem, sobre quem é jovem e até quando alguém pode ser considerado jovem tem mudado no tempo e no espaço, refletindo discussões tanto entre as gerações como, num sentido amplo, nos campos político e econômico.

Como vem se tornando convenção, no Brasil, nas abordagens demográficas sobre juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Instituições de pesquisa, como IBGE e IPEA, e autores como Pochmann (2004), Frigoto (2004), Sposito (2003), entre outros, têm adotado este recorte, mas alertam para a necessidade de sempre relativizar tais marcos, pois as histórias de vida, condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de ordem diversa, produzem trajetórias diferentes para os indivíduos concretos. Como lembra Bourdieu, "nós somos sempre os jovens ou os velhos de alguém"!

Se considerarmos o caso daqueles que não tiveram direito a uma infância digna, como é o caso dos jovens investigados neste estudo, a juventude começa bem mais cedo. Por outro lado, o crescimento da expectativa de vida e as transformações ocorridas no mercado de trabalho permitem que parte dos indivíduos possa ampliar ou reduzir a sua fase de juventude. Porém, como entende Novaes (2003, p. 122), qualquer que seja a faixa etária considerada, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes.

Desde o século XVI, a noção de idade ganhara importância devido à exigência dos reformadores religiosos e civis de se assentar a data do nascimento nos registros paroquiais. Segundo Ariès (1986), essa medida passou a fazer parte dos costumes, tornando-se uma prática fundamental nas sociedades modernas, sobretudo após a Revolução Francesa, quando a trajetória cronológica dos indivíduos adquiriu importância significativa.

As idades dos indivíduos, a partir do século XIX, passaram a ser basicamente infância, adolescência, maturidade e velhice. Os limites entre elas foram redefinidos, entendendo-se por criança as pessoas até doze anos; por adolescentes, aquelas entre doze e dezoito anos; adulto, todas as pessoas acima de dezoito; e velho, as pessoas que chegassem aos 60 anos.

Hoje, no Brasil, o art. 2º do ECA define como criança a pessoa de até 12 anos de idade, incompletos; e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos. A partir desta idade começa a vida adulta e o indivíduo assume todos os direitos e deveres de um cidadão.

Registre-se que, ao longo da história, as referências às idades demonstram como os critérios de definição e demarcação dos grupos etários divergem nas diferentes épocas e lugares, indicando, como afirma Bourdieu (1983), que tais critérios são socialmente manipulados e manipuláveis. E essa manipulação de critérios se transforma em objeto de disputas entre juristas, políticos, jovens e velhos, pais e filhos e entre a própria população.

Em suma, como diz Waisselfisz (2006), a definição de juventude pode adquirir conotações diversas, passíveis de serem identificadas de acordo com os interesses de cada área do conhecimento. Segundo o autor mencionado, há uma orientação das Nações Unidas que dá ao conceito de juventude conotação essencialmente sociológica, indicando o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, o que abrange uma faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos.

O Brasil, ao longo de sua história, nunca se mostrou decidido a estabelecer prioridade para satisfazer às necessidades de sua juventude, mesmo chegando ao terceiro milênio carregando uma enorme dívida social. Para confirmar isso, somente a partir da última década é que temos observado algumas diferenças no debate público em torno do tema "Juventude no Brasil", destacando-se as ações no âmbito das ONGs, que se dedicam ao trabalho com jovens, sobretudo no campo da cultura, apesar de suas características de fragmentação e descontinuidade. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), algumas iniciativas vieram a ser desenvolvidas nesse campo, mas sem a intenção, ao que parece, de articular essas ações visando à constituição de um campo de políticas públicas para os jovens.

O governo Lula, empossado em 2003, também reconheceu a importância da temática. E assim constituiu um grupo interministerial para discutir a formulação de políticas de juventude para o país, quando surgiram o Programa Primeiro Emprego, o Programa Pró-Jovem e a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, entre outras iniciativas.

Como mostram estudos a respeito, o impacto dessas iniciativas é diverso no país, e não traduz, necessariamente, mudanças expressivas no interior de uma agenda pública que tenha a juventude e seus direitos como foco. Embora possam representar uma tendência no sentido de constituir novos campos de discussão no âmbito da esfera pública, como *locus* de disputa em torno dos modelos normativos que orientam as representações sobre a condição juvenil no país, bem como as expectativas de sua inserção no mundo adulto.

Ao que seria natural, há muitos conflitos subjacentes à constituição de políticas públicas dirigidas para os jovens, apesar de a visibilidade do tema ter privilegiado elementos de consenso, o que não deveria esconder as possíveis disputas, como, por exemplo, sobre a insuficiência de recursos para as políticas sociais.

Alguns questionam a necessidade de políticas específicas para a juventude, sob o argumento de que as demandas dos jovens já estariam contempladas no acesso às políticas universais (educação, saúde, segurança social, lazer etc.). Para esses atores, seria desnecessário qualquer recorte que privilegiasse os jovens como destinatários específicos de ações públicas ou governamentais. Outras posições defendem as políticas de juventude como ações destinadas apenas aos jovens em situação de "exclusão social", ou em condições de "vulnerabilidade".

Também há falta de consenso sobre a própria definição do que seriam políticas públicas de juventude. Para alguns autores latino-americanos (BANGO, 2003), as políticas de juventude não estariam inscritas nas políticas setoriais (saúde, habitação, educação, trabalho etc.), mas diriam respeito necessariamente a outros níveis de ação não relacionados diretamente com as essas políticas. Assim, elas estariam mais próximas de áreas articuladas com as demandas culturais, de tempo livre, lazer, e, principalmente, de ações que possibilitassem a real participação dos jovens, ampliando a esfera de sua cidadania.

Neste contexto, e a despeito dos esforços e das iniciativas recentes de promoção e implementação de políticas públicas para a juventude brasileira, propostas e operacionalizadas, particularmente no Governo Lula, ainda é notória a necessidade de avanços na forma de o poder público compreender as demandas desse segmento social - que inclui os adolescentes em conflito com a lei - nas suas múltiplas dimensões.

É oportuno mencionar que, quando se fala sobre políticas de juventude tem-se que considerar que os jovens têm de ser vistos como "sujeitos de direitos". Nesse sentido, levar

em consideração os sujeitos a quem se destinam tais políticas supõe, necessariamente, procurar conhecer sua realidade, suas estratégias de sobrevivência, suas condições de existência e suas práticas, opiniões e demandas. Isto porque, apesar da contribuição de diferentes e valiosas pesquisas publicadas, nos últimos anos, no Brasil, ainda persistem grandes áreas de desconhecimento sobre o assunto, bem como a necessidade de se estabelecer relações entre os diferentes aspectos da realidade dos jovens com suas práticas, valores e opiniões.

Mas, a partir da década de 1990, do século passado, o tema juventude passou a ganhar mais projeção no espaço público brasileiro. E ao mesmo tempo em que crescia a proporção de jovens, de 15 a 24 anos, em relação à população do país, eles eram afetados de forma particularmente intensa pelo agravamento das desigualdades sociais, passando, conseqüentemente, a enfrentar grandes dificuldades no exercício de sua cidadania.

De modo geral, os jovens passaram a chamar a atenção da sociedade como vítimas ou "protagonistas" de problemas sociais como desemprego, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, drogas, participação ostensiva em diferentes e graves formas de violência e, particularmente, a prática continuada de atos infracionais.

Diante desse quadro, é indispensável que se reconheça que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que a caracterizam e afetam. E essa preocupação abrange o caso específico dos egressos do CEDUC, que hoje não são mais adolescentes, mas se vêem cada vez mais excluídos e socialmente relegados, vivenciando uma realidade de esquecimento, frustração e revolta, cujas perspectivas só apontam para uma recorrente trajetória de abandono, exploração, miséria, violência e crimes.

### 4.4.1 Caminhando para o futuro e conquistando espaços de participação e diálogo

Nesse contexto de mudanças, a esperança de novas propostas para as políticas de juventude tem se tornado bem mais visível. Assim, embora superar a fragmentação seja um dos desafios, a tarefa primeira parece ser contornar o problema da ausência dos jovens na formulação das políticas. É certo, porém, que já existem, na atualidade, muitos movimentos de jovens articulados através de redes informais, que atuam como atores políticos, não ainda para mudar o mundo, mas para influir nas mudanças de sua própria comunidade, intervindo em situações pontuais expressivas, constituindo-se em legítimas iniciativas contrahegemônicas, discutidas em Boaventura Santos (2002) Negri (2005), Castells (2003), entre outros autores. Em segundo lugar, ainda não foram descontruídas as enraizadas formulações

que reiteram o tema do controle dos jovens e de sua identificação apenas como um "problema social", estimulando nas ações governamentais uma concepção abrangente dos mesmos como sujeitos de direitos.

E, aqui, compartilhamos com Sposito, quando afirma que

se assumirmos que a condição juvenil recobre uma pluralidade de situações e de sujeitos, que vivem a fase de vida percorrendo trajetos diferentes, reconheceremos que as políticas de juventude percorrerão necessariamente caminhos diversificados. Poderão ser de inclusão, afirmativas de identidades e de formas de expressão voltadas para o presente, ou de integração na vida adulta, mas o que as unifica deve ser a sua inserção no campo de luta pelos direitos e de construção da democracia (SPOSITO, 2003, p. 73).

Um outro foco atual de discussão dentro do tema políticas públicas e juventude é a dimensão pública das políticas públicas. Em outras palavras, a busca pela universalidade e por assegurar a garantia dos direitos. E isto é ainda frágil no Brasil, um país desigual, no qual sequer se chegou a desenvolver a experiência de um Estado de bem-estar social.

Discutindo essa questão, Pontual (2003) se refere a alguns elementos essenciais para melhor compreendê-la. Nesse sentido, ele afirma que na perspectiva de construir uma "sociedade substantivamente democrática, ou radicalmente democrática", precisa-se, necessariamente, "agregar a essa dimensão pública das políticas públicas, como um primeiro aspecto, a dimensão da inclusão", além de outros elementos como as diversidades de gênero, etária e racial; a participação e o exercício efetivo de uma cidadania ativa, o que é fundamental para que o conjunto de ações conquistadas, deliberadas no plano das políticas públicas, possibilite a participação social dos interessados, no caso, os próprios jovens.

Aprofundando a discussão do tema, Pontual (2003, p. 115), nesse sentido, aponta alguns desafios, afirmando que eles podem ser aplicados ao trabalho com outros segmentos. Um primeiro desafio é a questão do reconhecimento das especificidades do segmento da juventude e das suas necessidades. Assim, ao se elaborar uma política pública de trabalho, de saúde, de esporte ou de meio ambiente, é preciso reconhecer que existe um segmento específico, chamado juventude, que tem necessidades específicas, sonhos específicos, anseios específicos em relação a essas políticas. E no reconhecimento dessas especificidades, cabe a criação de espaços específicos, os quais não devem se tornar corporativos, no sentido de esquecer o conjunto da sociedade, pois as demandas da juventude são também parte do conjunto das demandas da sociedade, que envolvem outros segmentos e outros atores.

O reconhecimento de que existe uma diversidade na própria juventude, seria um segundo desafio. Daí a importância de que a política pública reconheça essa diversidade e ao criar programas e ações levem em consideração que existem jovens negros, mulheres, portadores de deficiência, jovens com diferenças econômicas, de acesso diferenciado a direitos.

Um terceiro desafio se relaciona com a transformação da temática da juventude num tema transversal às políticas públicas, evitando-se ações fragmentadas, mas dando-se preferência a um modo matricial de atuação. Alerta Pontual que é essencial trabalhar a dimensão da transversalidade com olhar no território e considerando-se o conjunto de ações de várias políticas de maneira integrada.

Um quarto desafio se vincula à importância dos canais de participação e dos espaços de diálogo. É preciso pensar a mais ampla diversidade de instrumentos para isso. A política de diálogo e participação tem de ser a mais ampla para chegar ao cotidiano da relação do jovem com o poder público e com a cidade.

Um outro desafio é que as classes dominantes têm a tradição de negar à população o direito de participar. E como parte dessa tradição histórica, existe uma absoluta iniquidade e falta de igualdade em relação ao nível de informação. As pessoas vêm para um canal como o Orçamento Participativo, para o planejamento da cidade, com um nível de informação a respeito de como funciona o orçamento, de como funciona a dinâmica da cidade, muito diferenciado do poder público. Daí o desafio de que a formação dos atores sociais, no caso os jovens, é fundamental, cabendo, pois, tanto aos movimentos sociais, às organizações não governamentais, às organizações da própria juventude e ao poder público o papel de informar e formar as pessoas, se é que, de fato, queiram construir canais substantivamente democráticos.

E, finalmente, o desafio de se dever trabalhar diferentes formas de linguagem na dimensão do diálogo e da participação, sendo preciso substituir o espaço discursivo "sério", "sisudo", como sempre recomenda aos seus alunos na UFRN, o professor Germano. Até porque o ato de participação precisa ser prazeroso, gostoso e alegre. E a seriedade nunca deve ser sinônimo de sisudez, mas sim de leveza. Assim, para se lidar com a juventude, é fundamental que se abram muitas formas possíveis de linguagem e de expressão.

#### 4.4.2 Os jovens na cidade e na sociedade

Sabemos que estabelecer canais de diálogo e, enfim, conquistar a participação juvenil visando ao fortalecimento do campo das políticas públicas de juventude, no Brasil, é realmente um grande desafio. Para tanto, entendemos que a criação de espaços para a convivência saudável dos jovens seja um meio indispensável para a obtenção de avanços nesse campo.

Abordando a questão da importância desse tema para a juventude, Abramo (2003) mostra que os espaços de convivência, os centros de referência e os centros de juventude têm sido uma das mais presentes propostas de políticas públicas para os jovens, no país. A autora chega a explicitar três modelos básicos de espaço de convivência para jovens: Segundo essa autora, esses espaços podem ser agrupados em três modelos básicos: centros que acolhem os jovens no período extra escolar, com atividades lúdicas e formativas para a ocupação do tempo livre; centros de referência para jovens e grupos juvenis, com atividades de formação, expressão e participação; e centros de convivência e atenção onde se desenvolvem projetos específicos para jovens por parte de diferentes áreas do poder público.

Os resultados dessas experiências, discutidos no Seminário de Políticas Públicas: Juventude em Pauta, realizado pela ONG Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, em 2002, em São Paulo, têm permitido reflexões mais amplas sobre o tema das políticas públicas de juventude, destacando-se o lugar do jovem na sociedade, o enquadramento da juventude como foco de políticas e o espaço de participação dos jovens na sociedade e instâncias políticas.

Na sociedade moderna, a concepção de juventude define esta etapa da vida, segundo Abramo, como

um momento de preparação para um exercício futuro da cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as suas funções sociais, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os direitos e deveres implicados na participação social. Tal preparação deve ser realizada em espaços separados do mundo produtivo, do mundo adulto, da algaravia social; e esse espaço é, por excelência e em primeiro lugar, a escola (ABRAMO, 2003, p. 221).

O historiador francês Philippe Ariès (1986) mostra como o desenvolvimento da escola participou da própria constituição da juventude como categoria social, operando a reunião de jovens numa instituição especial, isolada do mundo comum (as primeiras escolas eram de

tempo integral, internatos, que separavam os jovens inclusive de suas famílias). A instituição escolar definiu um lugar e um papel específico para os jovens - o de se preparar para o futuro - preterindo sua entrada no mundo social. Só podiam viver essa privação do mundo ativo os filhos das famílias ricas, da aristocracia ou da nascente burguesia. E a escola foi num primeiro momento um universo masculino, já que as moças cedo se iniciavam no mundo das responsabilidades domésticas e cedo iam se casando. Os filhos dos trabalhadores, no campo ou na cidade, desde cedo entravam no mundo do trabalho, onde já se realizava o seu aprendizado, razão pela qual mal eram considerados jovens.

Assim, o espaço público, que numa primeira dimensão pode ser representado pela rua ou pela praça, sempre foi visto como um espaço do mundo social potencialmente perigoso para o jovem. E daí encontramos no imaginário social uma estreita vinculação entre a presença do jovem na rua e a desordem ou desvio de conduta: seja porque nas ruas os jovens estão expostos a perigos e comportamentos corruptores (contrários aos esforços educativos que eles encontram nas escolas), seja porque os jovens nas ruas desenvolvem comportamentos agressivos, perturbando a ordem e a paz públicas.

Mesmo antes da sociedade moderna que essas percepções são recorrentes, gerando normas repressoras para desestimular ou disciplinar a presença dos jovens nas ruas. Esta só era bem aceita quando inserida dentro de determinados rituais que conduziam a energia juvenil para a afirmação dos laços de sociabilidade e civilidade: esportes, desfiles, jogos pátrios, festas folclóricas, campanhas cívicas ou de solidariedade etc.

Em suma, nessa concepção, que se foi formando na modernidade, a principal função do jovem era se preparar, educar-se e interiorizar as regras e disciplinas. Seu espaço "natural" eram as instituições formadoras, em espaços disciplinados, com tempo organizado, em que o jovem tinha contato com adultos especializados na sua educação (escola, clubes, etc), e não solto na rua, no conflituoso mundo do público e dos contatos e referências incontroláveis.

Entretanto, grande parte da socialização dos jovens dos setores populares se fazia nas ruas: brincadeiras de crianças, turmas juvenis em bate-papo nas esquinas, o namoro nas praças, o deslocamento em grupo para os bailes e outras diversões. Todavia, o comportamento dos jovens, muitas vezes bastante distinto do estabelecido pelas regras burguesas (inclusive na dimensão sexual) e a existência de bandos ligados à delinqüência, que já na passagem do século XVIII para o XIX chamavam a atenção da opinião pública, faziam com que a sua presença na rua, durante o tempo livre (não escolar ou de não trabalho), se tornasse foco de preocupação e tensão pública.

Por tudo isso, as primeiras propostas de ocupação do tempo livre dos jovens trabalhadores nascem com perspectivas preventivas, a exemplo dos grupos de escoteiros, a Associação Cristã de Moços e outros. Já os jovens das classes burguesas, estudantes, se submetiam ao risco de ver corrompida a sua formação e comprometido o seu desenvolvimento sadio ao fazerem coisas erradas pelas ruas, "gazeando" aulas, ou nos momentos de lazer, à mercê de más companhias, sujeitos ao envolvimento com os conflitos políticos e urbanos que ocorriam nas cidades.

Foi por isso, segundo afirma Abramo (2003), que também se desenvolveram muitas regras para protelar a participação política dos jovens, "criando formas de exercício e simulação de participação cívica no interior das instituições educativas". Esclarece a autora que, na nossa história mais recente, essa tensão permanece e até se agrava com o aumento das desigualdades e tensões sociais, o crescimento da violência e da criminalidade, a degradação e a ausência de equipamentos públicos em grandes áreas das cidades. No Brasil, a associação entre a presença de jovens nas ruas e seu envolvimento com situações de perigo é tema permanente de preocupação e alarme.

É oportuno compreender, por outro lado, que a condição juvenil sofreu grandes transformações nos últimos tempos, sendo difícil afirmar que ela se limite à preparação para uma vida adulta futura. A juventude se alargou no tempo e no espaço social, ganhando uma série de conteúdos próprios. Em outras palavras, a juventude deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só porque a educação foi largamente expandida – ela não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil - mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social, inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/sexual, na produção cultural, na participação social etc. Como diz Abramo, (2003) "um momento, portanto, de intensa experimentação e de construção de caminhos de participação na sociedade [...] e um tempo de formação – mas não mais isolado da intensidade da vida social".

Como abordado em outro momento deste estudo, numa sociedade desigual como a brasileira, com imensas zonas de exclusão, realizar esse processo de inserção social não é nada fácil, com trajetórias e resultados tão distintos quanto as inúmeras diferenças que atravessam a condição juvenil, dadas por situações de classe, gênero, etnia etc. Portanto, é imperiosa a necessidade de existência de mecanismos de apoio para os jovens, particularmente aqueles em conflito com a lei, ampliarem as referências para as suas buscas, para viverem essas experimentações com qualidade de vida e aumentarem suas possibilidades de inserção social.

E essa diversidade de situações deve ampliar também a demanda por participação dos jovens para muito além do âmbito educativo. Como sabemos, é crescente o número de grupos (culturais, esportivos, religiosos, políticos, etc.) de jovens que buscam espaço para se expressar, para desenvolver suas atividades, para buscar formas de intervenção em suas realidades e propor e cobrar respostas para suas necessidades.

Neste sentido, torna-se visível a necessidade de os jovens circularem pela cidade e de ocuparem espaços para processar tais buscas, experimentações e participação, pois eles tendem a ir para as ruas e para os espaços públicos, para se socializarem, para buscar novas referências, para se expressar, para formatar suas identidades em confronto e interlocução com os outros. E isso envolve também a escolha de pontos de referência para o desenvolvimento desses processos. Em todas as cidades vemos lugares "conquistados" pelos jovens: esquinas, galerias, praças, ginásios esportivos, shopping centers, estações de metrô, etc, que se tornam ponto de encontro, de reunião e de realização de atividades, normalmente freqüentados por determinadas "tribos" ou turmas específicas, ou que servem justamente para o encontro/enfrentamento de grupos diferentes. Segundo Abramo,

a percepção dessa necessidade de uma vida social para além da escola, por parte dos jovens, ao lado da percepção dos perigos existentes nas ruas, é que, normalmente, monta a equação pela qual os poderes públicos têm buscado dar respostas por meio da montagem de equipamentos que se oferecem como "espaços para os jovens"; mais recentemente, surge a percepção da importância de dirigir outros tipos de programas e serviços de apoio aos jovens, e busca-se locus possível para a estruturação dessas relações do poder público com os jovens; e, num movimento recente, vários atores juvenis têm demandado do poder público a constituição de espaços de referência onde possam ganhar visibilidade para estabelecer interlocução com outros atores e participar dos processos de definição e decisão políticas. (ABRAMO, 2003, p. 223).

À luz do esboço das idéias aqui apresentadas a respeito da juventude e da importância da institucionalidade de políticas públicas para esse segmento da população, pode-se inferir o significado que teriam essas políticas para alterar a trajetória de vida de milhares de jovens brasileiros, especialmente aqueles oriundos das periferias urbanas, em geral envolvidos em situação de risco e, não raro, em conflito com a lei. Por outro lado, parece alentador já se poder afirmar que cresce no Brasil o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência e que hoje um amplo processo de afirmação da necessidade de reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito parece começar a ganhar força e legitimidade.

Nesse sentido, é premente a necessidade de desenvolvimento de políticas que considerem as especificidades e demandas específicas da juventude brasileira, nos campos da

saúde, educação, formação profissional, trabalho, moradia, esportes e lazer, violência, drogas, mas sem perder de vista a sua diversidade e as diferentes situações existenciais que afetam esses sujeitos (classe, gênero, etnia, origem).

Talvez com esse espírito e nessa perspectiva, o atual governo brasileiro tenha decidido tomar algumas iniciativas recentes de institucionalização de uma política brasileira para a juventude ao criar o Conselho Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), entre outros programas. Porém, a criação recente desses organismos, se, de um lado, denunciam que, ao longo de sua história, o Brasil nunca deu a devida atenção à sua juventude; de outro, tais iniciativas podem ser sintomas de um esforço que indica que o tema juventude começa, embora muito tardiamente, a adquirir relevância política e a obter visibilidade social no país.

Portanto, as ações hoje dirigidas à juventude exigem lógicas para além da proteção e defesa garantidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Daí a importância de que sejam estabelecidos canais de diálogo que valorizem a participação juvenil, o que deverá incluir, necessariamente, todos os jovens brasileiros, inclusive os adolescentes em conflito com a lei, entre os quais os egressos dos sistemas oficiais de atendimento socioeducativo.

# 5 CAMINHOS DA DELINQÜÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS INFRATORES

Neste capítulo, mergulhamos no mundo dos jovens infratores. São eles os egressos do CEDUC, em Natal, RN, instituição onde cumpriram medida privativa de liberdade, em decorrência da prática de atos infracionais, cometidos pelos mesmos durante a menoridade.

Para discutir o assunto, recorremos a uma abordagem qualitativa, sendo os dados classificados e analisados a partir das seguintes categorias de análise: o egresso e a família, o egresso e a escola, o egresso e a comunidade, o egresso e o trabalho, o egresso e suas representações sobre o CEDUC; e a prática infracional do egresso. Discutiremos, portanto, os elementos que caracterizam sua identidade cultural, sua lógica de apreensão da realidade social, bem como a forma e a natureza das relações que estabelecem no convívio social, no âmbito das categorias explicitadas.

Pela natureza e características do estudo, os resultados da análise quantitativa serviram apenas de suporte à análise qualitativa. Ao final do capítulo (item 5.7), encontra-se uma sinopse das histórias de vida dos vinte e três egressos entrevistados, a que chamamos de "fragmentos de histórias de vida". Ressaltamos que, no âmbito deste estudo, todos os egressos são tratados por pseudônimos, tendo-se optado pelo uso de nomes de poetas e ninfas gregos da Antiguidade.

Em essência, o estudo revela uma face da grave problemática social vivenciada na realidade brasileira, confirmada nas histórias de vida de jovens em conflito com a lei, todas marcadas tanto por momentos de tristeza, incerteza, angústia, dilemas, revolta, frustração e desânimo, quanto de coragem, de esperança e, paradoxalmente, também de alegria.

As experiências retratadas pelos próprios jovens - ouvidos, penosamente, pelo pesquisador, nos ambientes mais desafiadores e ousados - nos oferecem uma boa visão do contexto no qual eles, símbolos de tantos outros jovens pobres, estão inseridos desde a sua infância: o ambiente familiar e comunitário, a trajetória escolar, o trabalho precoce e outras estratégias de sobrevivência, as amizades e "galeras", o lazer, a vivência na prática infracional, o consumo e o tráfico de drogas, o ambiente institucional e suas contradições, além das incertezas, dilemas e angústias vivenciadas no pós-desligamento do sistema oficial de atendimento.

Portanto, a decisão e o desafio de dar voz a esses jovens, caracterizados por Gaulejac (2002b, p. 11) como "lixos sociais" - referindo-se à imagem que lhes é constantemente

remetida - denotam a preocupação de levar ao espaço público a fala de "pessoas invisíveis", angustiadas muitas vezes pelo medo e pelo confronto com a violência, destituídas de sua dignidade e relegadas ao anonimato.

As suas trajetórias de vida mostram as contradições entre a imagem que a sociedade faz deles e aquela apresentada nos seus depoimentos. São experiências marcadas por privações e desejos insatisfeitos, pela frieza e crueldade de alguns em contraposição à emoção e ao sofrimento de outros diante das mesmas circunstâncias; pelos sonhos e aspirações cerceados diante da implacável realidade; pela ameaça e o perigo projetados pelo imaginário social, embora, muitas vezes, concretamente o representem; e pela imaturidade dos seus atos, própria de seres ainda capazes de sonhar com uma vida mais promissora.

Talvez seja importante registrar, aqui, que não é fácil a um pesquisador desenvolver uma pesquisa de campo com jovens portadores de larga vivência infracional, e envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas, sem prejulgá-los com discursos estereotipados e moralistas, reforçados e difundidos pela mídia, como pessoas particularmente perigosas ao convívio social. Mas, pela contundência dos seus depoimentos, não podíamos deixar de apreender e consolidar a certeza de que o respeito, o sigilo e a postura ética do pesquisador, nesta desafiadora tarefa, foram elementos imprescindíveis e essenciais ao êxito do estudo.

Na verdade, mesmo sendo egressos dos programas "socioeducativos" oficiais, eles, conforme constatamos, continuam com uma vida extremamente arriscada e fragilizada, podendo mesmo ser vista como uma "mercadoria barata", para usar a expressão do mercado. Portanto, dentro desse propósito, procuramos revelar os aspectos mais expressivos da história oral de vida dos egressos do CEDUC Pitimbu e CEDUC Pe. João Maria, em Natal, ao manifestarem suas angústias, suas expectativas, seus valores, seus sonhos, enfim, sua nada fácil experiência cotidiana, captada a partir de categorias previamente definidas.

Partindo-se dessa compreensão, procuramos atentar para que as narrativas não fossem apoiadas apenas em elementos racionais. Os seus sonhos, seus projetos de vida, a forma como se vêem, por exemplo, também fossem considerados como ferramenta analítica para facilitar o entendimento do subjetivismo manifestado pelos entrevistados.

De partida, mostramos, de forma breve, algumas das principais características de identificação dos entrevistados, para que possamos dispor, desde já, de um perfil inicial da população investigada.

Os dados da pesquisa revelam, portanto, que eles têm uma idade média de 21,7 anos, situados numa faixa etária que vai dos 19 aos 26 anos. Todos tiveram passagem pelo CEDUC,

onde permaneceram internados, cumprindo, por determinação judicial, medidas socioeducativas, definidas pelo ECA.

Os egressos, em geral, residem em áreas periféricas de Natal, e se distribuem nas quatro zonas urbanas da capital<sup>12</sup> – Norte (13,04%), Sul (17,40%), Leste (30,43%) e Oeste (39,13%), destacando-se esta última como a de maior concentração de egressos, no âmbito deste estudo e no período pesquisado<sup>13</sup>. A maioria (78,26%) dos egressos é composta por jovens do sexo masculino, pardos ou negros (86,96%), casados (86,96%) e com filhos (78,26%). Do universo pesquisado, 82,61% têm pai, dos quais 69,56% são separados de suas esposas; e 95,65% têm mãe.

Os egressos são originários de famílias pobres, situadas na base da pirâmide social brasileira. Vivendo na dependência dos pais ou parentes, 91,30% estão desempregados.

Tendo abandonado a escola logo após o desligamento do CEDUC (69,57%), o nível de escolaridade da maioria dos egressos (86,95%) se limita às séries intermediárias do ensino fundamental. A maioria (65,21%) mora na casa dos pais, e 30,44% moram em casas simples (um ou dois quartos, sala, cozinha e banheiro) ou em quartinhos alugados a terceiros, mesmo que não tenham renda para assumir o compromisso com o aluguel. Em casa própria, adquirida através de doação de programas sociais do governo, moram 4,35% dos entrevistados.

Após o desligamento do CEDUC, 73,91% afirmaram ter sido presos novamente, e 65,22% confirmaram ter sido condenados pelos novos crimes cometidos. São dados que demonstram um alto nível de reincidência, correspondente ao período de abrangência deste estudo.

#### 5.1 O EGRESSO E A FAMÍLIA

Contundentes, os relatos revelam a dura vida de pais e filhos, sacrificada muitas vezes em ambas as gerações, pela pobreza extrema. Mesmo assim essa condição não lhes impede de lutar e ter esperança, embora isso dificulte enormemente sua trajetória como seres humanos e

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Compõem a Zona Norte os seguintes bairros: Lagoa Azul, Pajuçara, Potengi, Redinha, N. S. da Apresentação, Igapó e Salinas. Zona Sul: Lagoa Nova Candelária, Capim Macio, Pitimbu, Neópolis, Ponta Negra e Nova Descoberta. Zona Leste: Santos Reis, Rocas, Ribeira, Praia do Meio, Cidade Alta, Petrópolis, Areia Preta, Mãe Luíza, Alecrim, Barro Vermelho, Tirol e Lagoa Seca. Zona Oeste: Quintas, Nordeste, Dix-Sept Rosado, Bom Pastor, Nazaré, Felipe Camarão, Cidade da Esperança, Planalto, Cidade Nova e Guarapes. (DIPE/SEMURB/PMN, 2006).

Distribuídos geograficamente, os egressos entrevistados têm residência nos seguintes bairros: Alecrim, Bom Pastor, Capim Macio, Felipe Camarão, Igapó, Lagoa Nova, Mãe Luíza, Pajuçara, Pitimbu, Ponta Negra (Vila), Praia do Meio, Quintas, Rocas e Santos Reis.

sua realização como sujeitos sociais e cidadãos, vitimas dos processos de exclusão e estigmatizados por uma sociedade perversa que os discrimina e proscreve.

Após desligar-se do CEDUC, o retorno do egresso à família é um fato que o deixa muito angustiado, inseguro e coberto de incertezas. De um lado, o próprio egresso percebe que os laços afetivos que, mutuamente, o uniam à família se encontram mais frágeis, após o seu desligamento. O egresso também percebe que, desempregado e despreparado para o trabalho, a sua presença na família passará a representar um ônus que ela não tem como assumir.

De outro lado, a família<sup>14</sup>, na expectativa de acolher o egresso, devidamente profissionalizado e até capaz de contribuir, positivamente, para o fortalecimento do orçamento familiar, cedo constata uma realidade inteiramente contrária aos seus anseios.

Ressalte-se que, neste estudo, estamos considerando "família" como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco, de aliança, ou pessoas com as quais o jovem egresso possui vínculos afetivos, sempre residindo no mesmo domicílio. Isto não significa que estamos acenando para um modelo característico de família, próprio do segmento social mais pobre da população. Também assumimos uma posição crítica em relação à terminologia "família desestruturada", correntemente utilizada nesta área, e historicamente aplicada como referência ao universo familiar das classes populares, como se as rupturas afetivas e os conflitos familiares fossem exclusividade das famílias pobres. Como sabemos, a expressão "família desestruturada", que já se acha "consolidada, social e institucionalmente, para configurar a dinâmica das famílias das classes populares", sempre foi utilizada, ao longo da história, para justificar o abandono e a "marginalização" de crianças e adolescentes no Brasil.

Na verdade, estamos diante de um universo familiar no qual, conforme Takeuti (2002b, p. 251), "[...] as tramas intrafamiliares escapam ao "modelo padrão" de uma família nuclear tradicional, tal qual este é veiculado no imaginário social instituído".

Retomando, portanto, a análise da relação egresso/família, é logo após o desligamento do CEDUC que os familiares do egresso tomam consciência de que, mais uma vez, os seus filhos foram vítimas da violação de direitos, especificamente educação e profissionalização, o que poderia torná-los, como esperava a família, cidadãos autônomos e independentes, apesar dos altos níveis de exigência do mercado de trabalho. E, aí, vem a constatação de seus pais (e

O ECA, no Art. 25, define a "família natural" como "a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes". A Constituição brasileira de 1988, no art. 226, parágrafo 4, assim explicita: "entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes".

também dos próprios egressos) de que o CEDUC "...não ajuda, não tem oficinas profissionalizantes, não tem em que [os meninos] se ocuparem...", como afirmou uma mãe.

A propósito, afirmou Esopo, egresso de 22 anos: "O CEDUC pra mim foi só uma passagem. Não serviu de nada. Continuo preso do mesmo jeito [...]." Assumindo tal postura, o egresso põe em cheque o próprio processo de execução das medidas socioeducativas desenvolvidas pela instituição e denuncia, desde logo, a ineficácia de suas ações.

Na própria face dos jovens entrevistados, era possível perceber, durante as entrevistas, a marca da angústia em que se encontram envolvidos no pós-desligamento do CEDUC, bem como o dilema sobre o qual se deparam, tendo que decidirem, muitas vezes sob pressão da família, entre a busca infrutífera por uma ocupação ou emprego, ou a permanência no mundo do crime. E é diante desse quadro de incerteza que assim se expressa Sófocles<sup>15</sup>, 23 anos: "Hoje, vivo numa angústia permanente. Sou um cara derrotado. Não tenho nada pro futuro; o que eu vou fazer agora?".

Em muitos casos, percebemos um relacionamento conflituoso entre o egresso e sua família, o que confirma estarem eles inseridos num universo familiar no qual os elos afetivos e emocionais se encontram bastante fragilizados e tensos. Por outro lado, isto também pode denunciar a ausência de uma intervenção mais efetiva do CEDUC junto à família dos jovens egressos, durante e após o período de privação de liberdade. Embora conste de suas diretrizes e propostas que a "atenção à família é prioridade" de suas políticas, não notamos neste estudo indicadores nessa direção.

Nesse sentido, os dados revelam que, embora seja alta a freqüência de familiares (86,96%) dos egressos que, segundo estes, participavam das programações desenvolvidas pelo CEDUC, dirigidas à família, verificamos que as atividades ali realizadas se concentram mais em visitas semanais de rotina aos filhos e em eventos festivos tradicionais (festas juninas, natalinas, etc.). Além disso, são feitas esparsas visitas domiciliares, conforme a urgência de cada caso e em função da elaboração dos relatórios técnicos de apoio às decisões judiciais. Os técnicos do CEDUC também não contam com o apoio logístico necessário, pela "falta de condições estruturais e de recursos", como afirmaram nas entrevistas.

Mesmo assim, muitos familiares nem sempre podiam comparecer aos eventos programados por motivos como: desconhecimento das atividades programadas; distância entre suas casas e a Instituição, muitas vezes acima de 25 km, com o agravante de não haver serviço de transporte urbano até o local, e também por falta de tempo.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

Embora esse fato, para muitos, pareça ter pouca importância, a verdade é que, no caso do CEDUC Pitimbu, a própria localização - numa área rural, ao lado de uma penitenciária, e com extremas limitações de comunicação - denota uma contradição nos propósitos de atuação da instituição, e fere diretrizes do ECA, também explicitadas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Na prática, o que observamos é uma opção pelo confinamento absoluto, combinado com diversas formas de violência e segregação dos jovens, os quais, assim, são mantidos distantes tanto da família como da comunidade.

Entendemos, nesse sentido, que é na relação com a comunidade, com outras instituições e em diferentes espaços sociais que esses jovens vão se defrontar com o coletivo (cultura, valores, papéis sociais, leis, crenças) para desfrutarem da oportunidade de expressar sua individualidade e de encontrar meios para o seu desenvolvimento pessoal e social.

É interessante registrar que os egressos entrevistados, na sua maioria, disseram ter sido, em princípio, "bem acolhidos" pelas suas famílias, após o desligamento do CEDUC. Assim, constatamos, com alguma surpresa, que quase todos os entrevistados (91,30%) afirmaram que suas famílias os receberam "com compreensão, aceitando-os em casa". Alguns poucos disseram que suas famílias os receberam "com compreensão, mas rejeitando-os em casa"; e outros, que foram recebidos "com agressão e violência", particularmente por parte dos pais, padrastos ou companheiros de suas mães.

A maioria absoluta dos egressos (73,90%) afirmou manter, atualmente, um bom relacionamento apenas com suas mães. Em geral, a relação do egresso com o pai parece ser mais tensa e conflituosa. Nesse sentido, apenas um número mínimo de egressos declarou ter um bom relacionamento com o pai.

É provável que a boa relação entre mãe/filho egresso resulte, entre outras razões, do fato de que a mãe é quem, desde o início do processo, sempre assume a responsabilidade maior e toma as iniciativas cabíveis em relação ao acompanhamento de toda a trajetória do filho (ou filha). Esse percurso se inicia desde o momento em que o menino é obrigado a desvincular-se do convívio familiar, passando a percorrer os caminhos da criminalidade, o que inclui passagem por delegacias especializadas e por diferentes e inatingíveis estruturas burocráticas, audiências judiciais, entrevistas por profissionais das instituições, até adentrar o sistema oficial de atendimento. É uma trajetória, na verdade, altamente desgastante e

constrangedora, sobretudo para as famílias pobres, que são também penalizadas pela falta de informações. <sup>16</sup>

Tudo isso, na tentativa de preservar os direitos legítimos do filho-adolescente, é a mãe que o faz com muita abnegação, sacrifício, renúncia, afetividade e doses de frustração, o que, de certa forma, ajuda o jovem a sentir-se um pouco mais seguro, e lhe dá um grau maior de confiança e credibilidade em relação à sua genitora. Nesse sentido, o jovem Parmênides<sup>17</sup>, 21 anos, a exemplo de outros colegas, diz que reconhece os cuidados que sua mãe sempre lhe dedicou e afirma: "a pessoa em quem mais confio os meus problemas é minha mãe... com ela sempre tive jogo aberto."

É comum os jovens assumirem a defesa da mãe no relacionamento dela com o pai ou o padrasto, inclusive dispostos a recorrer à violência, se for o caso. E, nessa direção, assim se expressou esse jovem egresso:

Naquele tempo eu passava o dia todo estudando, mas tinha tempo que meu pai e minha mãe ficavam desempregados; e aí eu ia vender picolé num carrinho. Meu pai bebia muito, vivia bagunçando dentro de casa. Era uma coisa sem lógica. Uma idiotice que ele fazia. Agora era só de veneta. Ele passava um mês sem beber, mas quando bebia era sempre desse jeito. Dava na minha mãe. E era isso que eu não aceitava. Eu acho que o homem que dá numa mulher é muito covarde, entende. Aí eu saí de casa antes dos doze anos [...] Eu saí de casa e não disse nem para onde eu ia. Aí no tempo da separação do meu pai com a minha mãe, com uns dois anos depois eu conheci o meu padrasto. Aí o senhor sabe como é que é cabeça de criança: eu não aceitava a presença de outra pessoa em minha casa. Eu não gostei disso. Mas, se fosse hoje, eu tinha era dado uma pisa no meu pai e mandado ele sair de casa. A verdade é essa e tem que ser dita! A verdade é essa! [...] Mas eu vou dizer uma coisa ao senhor: o meu padrasto, se não fosse ele para dar uma força muito grande à minha mãe, ela hoje vivia em dificuldade. Porque ela é uma pessoa batalhadora, ela podia ter alguma coisa dela, mas ela não teria nem a metade das coisas que ela tem hoje. O meu padrasto e minha mãe são dois companheiros mesmo. O meu padrasto é um homem responsável. Ele nunca levantou a mão para dar na minha mãe. Porque eu disse a ela - no dia em que a senhora arranjar outro homem pra fazer aquilo que meu pai fazia com a senhora, eu vou dizer uma coisa: a senhora vai ficar viúva logo cedo. Eu não vou admitir um negócio desse não. Minha mãe nunca deu um tapa em mim. Minha mãe fazia só falar comigo e eu já murchava as orelhas... Minha mãe nunca me viu com um saco de cola na mão. Nunca viu eu "lombrado". Quando eu chagava "lombrado" eu esperava minha mãe sair ou senão esperava ela dormir. Quando ela dormia, eu ia, batia na janela, entrava bem "devagarinho" e ia dormir também. Eu nunca levei nem um real roubado pra dentro de casa... (TEÓCRITO<sup>18</sup>, 25 anos).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Confirmando essa realidade, durante este estudo, acompanhamos o caso de um jovem ao longo de sua trajetória dentro do sistema de atendimento socioeducativo. Esse jovem, que não integrava o nosso universo de estudo, até novembro de 2008 ainda cumpria medida privativa de liberdade no CEDUC Pitimbu.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

Para os egressos, a mãe é sempre vista como alguém "que dá conselhos e bota ordem na casa". Ela clama para que o filho saia do mundo do crime, deixe de usar drogas e, sobretudo, não se envolva com más companhias. E mesmo quando não trabalha, ela é vista como provedora em termos mais amplos: ela é aquela que dá afeto, que organiza a família, que zela pelo sucesso dos filhos. E é, ao mesmo tempo, também uma espécie de barreira quando se trata do envolvimento do jovem com o crime.

Embora em poucos relatos, o relacionamento dos egressos com o pai pode, por vezes, ser visto como positivo, a menos que ocorram situações de violência, especialmente contra suas mães. Alguns até admitiram apanhar dos pais, no passado, mas justificaram tratar-se de medida corretiva ou castigo, em decorrência de atitudes inadequadas deles próprios. Ou seja, eles se julgavam merecedores da conduta autoritária dos pais, como mostram os casos destes jovens egressos:

Eu fazia muita desordem na escola [...] apanhava muito do pai desde a infância, mas tudo era justo, pois eu fazia mesmo muita coisa errada (ESOPO, 22 anos).

Quando eu saí do CEDUC, minha mãe me recebeu bem, mas meu pai chamou a polícia e fez tudo 'contra eu'. Ele deu meu nome aos policiais e lá eles viram que não tinha nada 'contra eu' e me soltaram de novo. Mas hoje o relacionamento é bom entre nós dois. Em tempos passados eu sempre apanhava de meu pai. De palmatória, na mão. Ele se revoltava comigo porque, pela criação que ele me deu, não era para eu "ta" nessa vida. A minha criação foi boa. Nunca faltou nada. Eu estudava no Dinâmico, na Cidade; e no Líder, em Petrópolis. Eu nunca dei trabalho às professoras. Com 15 anos eu comecei a apanhar do meu pai por fazer coisas erradas. Mas, hoje eu gosto dele. (PÍNDARO<sup>19</sup>, 22 anos).

Embora, no âmbito deste estudo, não tenhamos relatos de posturas restritivas no relacionamento egresso/padrasto, ou egresso/madrasta, acreditamos que o mesmo raciocínio, em certos casos, pode ser aplicado aos mesmos, até porque muitos estavam desempenhando um papel de "pai ou mãe substitutos" bem ao gosto dos interesses e necessidades afetivas e materiais tanto dos egressos quanto de sua família. Tomemos o caso de Teócrito, mostrado anteriormente, como exemplo, quando afirmou: "O meu padrasto e minha mãe são dois companheiros mesmo. O meu padrasto é um homem responsável". É oportuno ressaltar que, dentre os entrevistados, somente 30,43% foram criados por padrastos ou madrastas.

Os egressos também relataram problemas causados pela ingestão de álcool pelos pais ou padrastos, como fato gerador de dificuldades de relacionamento e de obstrução do diálogo entre os membros da família, de agressões verbais e mesmo de violência física ou psicológica.

.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

Porém, isso não é característica apenas desse segmento social. Essa realidade, muitas vezes, também é constatada em famílias de outras classes sociais, em cujo ambiente doméstico o álcool é, igualmente, responsável por inúmeros atritos intrafamiliares. Tudo isso, no entanto, serve para mostrar que os jovens, após o desligamento da instituição, passam a conviver em um ambiente familiar de certa forma conflituoso, marcado por relações interpessoais estressantes, sendo a violência usada, não raro, como recurso de mediação entre pais e filhos e demais membros da família.

Todavia, a rejeição no seio da família, materializada na forma de reações agressivas, parece só exprimir-se com mais ênfase a partir das pressões decorrentes das condições insuficientes de sobrevivência do grupo familiar, de atritos interpessoais causados pela presença ou permanência de parceiros de um dos membros do casal no lar, ou mesmo pela reação a atitudes autoritárias ou violentas do pai (em bem menor frequência também da mãe), em decorrência sobretudo de alcoolismo. Isto parece configurar-se no caso de Hesíodo<sup>20</sup>, 22 anos, que assim se expressou: "...uma vez minha mãe tomou umas cachaças aí e me expulsou de casa [...], justamente porque eu não tenho emprego. Quando eu estava 'preso' [no CEDUC], até que eles [mãe e padrasto] me ajudavam. Mas agora quando eu quero melhorar, mudar de vida, aí eles estão desprezando eu."

Assim, logo envolvido num contexto familiar conflituoso, o egresso se vê diante de poucas alternativas para solucionar ou interromper o processo de rejeição desenvolvido no interior de sua própria família, que poderá empurrá-lo, definitivamente, para a rua e para o mundo do crime, reiniciando um novo ciclo de envolvimento com a criminalidade.

Observamos que a maioria absoluta dos egressos (86,95%) afirmou que, ao ser informado do seu desligamento do CEDUC, desejava retornar ao ambiente de sua família de origem. Mas a sua preferência, porém, era por constituir sua própria família. considerando a insegurança proporcionada pelo longo período de confinamento no CEDUC, o egresso procura, na constituição idealizada de sua própria família, conquistar a segurança, o apoio e o afeto de que necessitará ao retornar ao convívio social, como sugerem as palavras de Arquíloco, 21 22 anos: "[...] o mais importante para mim é minha própria família; sem família o cara fica sozinho, fica só no mundo. Com família, quando a pessoa chega em casa, é bom que tenha alguém que gosta da pessoa.".

<sup>20</sup> Entrevista realizada em setembro de 2007.<sup>21</sup> Entrevista realizada em setembro de 2007.

Nesse sentido, os entrevistados demonstraram nas suas representações, de forma idealizada, que a opção familiar é o recurso mais importante para garantir uma vida em melhores condições de segurança e apoio, como confirmam estes depoimentos:

> Família pra mim é minha vida. Meu mundo. É a família que eu amo. Eu amo todos eles. A família "pra" mim é 10. Sem ela minha vida estava destruída. O restinho que eu ainda tenho da vida, eu acho que já tinha acabado, sem a minha família. Eu já tinha morrido, com certeza. (HOMERO<sup>22</sup>, 21 anos).

> Família para mim é tudo. É segurança. É estímulo. Dá força na vida. É a base da sobrevivência. (NEREIDA,  $^{23}20$  anos).

Família é tudo. Muitos só passam mais tempo aqui porque não têm família. Eu dou graças a Deus de ter a minha e de ela vir me visitar. (PÍNDARO, 22 anos).

Família é indispensável. Se eu ficar sozinho no mundo só vou fazer desordem. Mas com uma família minha mesmo, eu vou parar pra pensar antes de fazer alguma besteira... (TEÓFANES<sup>24</sup>, 21 anos).

A família é tudo. É um meio indispensável de me tirar da vida que eu vivo. Segurança, apoio, meio de dar carinho às minhas filhas; quando elas estão perto de mim, eu me sinto muito feliz. Quando estou numa festa, eu estando com a minha família eu fico seguro, nunca me envolvo em confusões... estou satisfeito de estar perto dela. Minha família foi um presente que Deus me deu. Sou caseiro. Não gosto de estar saindo, não. Gosto de estar curtindo elas. Vou deixar elas no colégio; vou buscar. Gosto de estar ao lado delas. É fundamental, a família pra mim. (ALCEU<sup>25</sup>, 26 anos).

Muito embora a maioria dos egressos tenha manifestado, através de uma visão idealizada, que a família seja essa verdadeira "vara de condão" que lhe garante segurança e apoio para uma vida tranquila, observamos algumas posições ambíguas nas suas representações. Essas posições expressam evidentes sinais de revolta e frustração, mas, ao mesmo tempo, de satisfação por poder contar com uma "família" que lhes represente pelo menos um apoio afetivo, como demonstram estes depoimentos:

> [...] para mim só tem família quando eu tiver uma casa... for independente. Eu só vou saber o que é família quando eu estiver dentro de uma casa, cuidando de minha própria família, trabalhando, me sentindo independente. Nesse ponto, ainda não me sinto realizado, ainda "to" dependendo de minha mãe, mas sonho em ter minha família. Quando isso acontecer eu levo meus filhos pra lá pra minha casa. (HESÍODO, 22 anos).

> Minha família é muito doida. Vive completamente envolvida com o tráfico de drogas. A mulher do meu tio, por exemplo, sofre muito com isso. Eu não tenho

<sup>24</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

Entrevista realizada em novembro de 2007.
 Entrevista realizada em julho de 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Entrevista realizada em maio de 2008.

participação no tráfico, mas, mesmo assim, eu ainda acho que família é tudo. (IRIS $^{26}$ , 19 anos).

Eu não tenho família não. A família que tenho é só minha mãe. Eu não tenho idéia sobre o que possa significar família para uma pessoa não. Até porque minha família nunca me ajudou. Não é questão de eu estar preso e ela me ajudar não, sabe?! Quando eu "tava" na rua passando necessidade, e minha mãe também, que já passou necessidade, meu pai saiu de casa; eu tinha quatro anos de idade. Deixou ela com três filhos, pagava aluguel. Ela tinha que se virar... (DIONÍSIO<sup>27</sup>, 21 anos).

Constatamos que a maioria dos egressos entrevistados idealiza a família como um suporte para uma vida bem sucedida na sociedade. Sabemos, porém, que esse modelo idealizado de família tem tudo a ver com os valores e padrões repassados aos egressos pelos meios de comunicação, fazendo-os incorporar a idéia de um tipo ideal de família, inspirado nos modelos estabelecidos pela ideologia dominante. Ou seja, na sociedade atual, ainda que o modelo de família burguesa clássica esteja em crise, ele ainda continua sendo uma referência significativa. Essa projeção idealizada de família se fundamenta no discurso social no qual a família ajustada, ou organizada, é a que é constituída pelo pai, pela mãe e pelos filhos. E a propósito, como afirma Takeuti (2002b, p. 249, grifos da autora) " [...] A idéia de uma família estruturada e pacificada é uma construção social que termina tornando-se uma imposição social. Os que não conseguem atingir tal missão social correm o risco de serem classificados como "desestruturados."

Para alguns egressos, no entanto, o termo *família* não é uma palavra de uso corrente, com o qual eles definem as pessoas com quem convivem. Ocorre que, com o passar do tempo, o egresso deparando-se com uma realidade familiar incompatível com as suas fantasias, já começa a "cair na real" - para usar a expressão de um egresso - e pôr dúvida sobre os seus conceitos, segundo os quais a família é sempre "segurança" e "base da sobrevivência". Nesse sentido, afirmou um dos entrevistados:

Família é bom, mas tem família que não apóia... só quer afogar mais o cara no mundo da droga, fazer ele fumar droga de novo, não quer ajudar o cara. Mas ela também serve de apoio. Mas também depende: a mãe só abandona o filho se ele for roubar dentro de casa pra fumar droga. É por isso que a família discrimina. Se você não roubar dentro de casa, é mais fácil ela apoiar. (SÓFOCLES, 23 anos).

Outro aspecto observado, no diálogo com os entrevistados, é que o egresso, muitas vezes, se sente frustrado por passar a enfrentar dificuldades no relacionamento com os demais

\_

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Entrevista realizada em novembro de 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

membros da família ("...não gosto muito dos meus irmãos. Eles bebem, vivem fazendo confusões, não querem ajudar mãe."), além de outros problemas de adaptação ao grupo familiar, em decorrência de pressões exercidas sobre ele ("...vai trabalhar, vagabundo!") para que o mesmo arranje trabalho, até para justificar sua presença na casa dos pais. Como o egresso se sente despreparado para conseguir emprego ou uma ocupação remunerada, sua atitude de passividade, certamente percebida pelos demais familiares, só compromete a sua adaptação à família, gerando ou aprofundando sentimentos de rejeição contra sua pessoa, no seu próprio lar.

Nessa perspectiva, o egresso, agora experimentado pela vivência prática, desenvolve uma visão mais crítica da situação e passa a perceber que a família já não representa o esteio que possa lhe garantir uma vida melhor, como julgava, antes de desligar-se do CEDUC. E, a propósito, na fase pré-desligamento do CEDUC, 30,43% dos egressos acreditavam que não encontrariam "nenhuma dificuldade" quando deixassem a Instituição.

Por outro lado, quase a metade deles (47,83%), naquele mesmo momento, e desenvolvendo uma capacidade crítica mais apurada, já pressentia que iria ter de enfrentar, no pós-desligamento, sérios problemas relacionados com a questão do desemprego e com preconceito e a discriminação.

Portanto, sentindo-se, assim, mais uma vez sozinho e dependente de si próprio para percorrer sua trajetória de vida, o egresso não perde a coragem: alguns procuram constituir sua própria família, o que aconteceu com 86,96% dos entrevistados. E outros continuam solteiros, na sua caminhada em busca da sobrevivência.

Ressalte-se que, neste estudo, consideramos "casado" o egresso que convive maritalmente com a companheira, com ou sem filhos, vivendo no mesmo ambiente domiciliar. Isto porque, ao que parece, a maioria dos egressos não é casada legalmente. Daí termos optado por considerar, ao mesmo tempo, as relações sociais e padrões familiares estabelecidos em função das necessidades afetivas e de sobrevivência dos egressos entrevistados.

Considerando-se as condições socioeconômicas das famílias de origem dos egressos, constituídas em média por 4,6 pessoas/domicílio, os entrevistados pertencem às classes populares, dispondo, portanto, de escassos recursos financeiros para a sua manutenção. Suas ocupações, em geral, estão ligadas a trabalhos socialmente desvalorizados<sup>28</sup>, caracterizados,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Vendedor ambulante, segurança particular, zelador de condomínio, biscateiro, motorista, vigia, pequeno comerciante, taxista, policial militar, costureira, vendedora de perfumes e cosméticos, cozinheira, manicure, chefe-de-cozinha, doceira, esteticista, professora de pré-escola, doméstica e similares.

no caso, pela baixa remuneração e pela exigência de baixos níveis de instrução, embora as famílias se distingam quanto ao grau de carência familiar, já que constatamos até casos em que a família não tinha qualquer renda.

São muitas as situações de jovens, constatadas *in loco*, que comprovam a precariedade extrema das condições familiares. Um exemplo é o caso de uma entrevistada que habita um pequeno quarto, único vão, sem banheiro, o qual servia, simultaneamente, de dormitório, sala de estar, cozinha, espaço de recreação do filho e depósito de materiais de uso doméstico. Por falta de fogão e de alimentos, a jovem mãe só alimentava o filho, de dois anos, através da amamentação e do consumo de biscoitos industrializados, doados por vizinhos e familiares. Essas situações, todavia, não são regra geral. Mas há também casos de egressos, alguns até filhos de família de classe média, cujos pais possuem bens materiais distintos dos demais, como melhores condições de moradia, carro, TV, DVD, som, computador, refrigerador, e inclusive imóveis alugados.

Em termos de moradia, em geral os egressos representam um pesado ônus para os seus pais, sobretudo considerando-se que 65,21% - muitos deles casados e com filhos - ainda residem na casa dos pais, embora nem sempre todos morem sob o mesmo teto. Alguns dividem um terreno, quintal ou sítio, onde cada um tem seu espaço próprio; e outros se utilizam de dependências anexas à casa dos pais para morar. Os demais (21,74%) residem em pequenas casas ou quartinhos alugados, em áreas periféricas da cidade. E um percentual mínimo reside em casa própria, "com muita satisfação" – na expressão de um egresso -, obtida através de programas governamentais destinados a pessoas envolvidas em "situação de vulnerabilidade".

De acordo com os dados analisados, quase todos os egressos casados (95,66%), paradoxalmente, estavam desempregados, não dispondo de qualquer tipo de rendimento que pudesse garantir a sobrevivência da família que constituíram após o desligamento do CEDUC. Como estratégia de sobrevivência, recorrem ora à família de origem, ora à família da esposa, ora ao trabalho eventual da própria esposa e, possivelmente, à prática reincidente de furtos ou outros tipos de crime. Como agravante da situação, observamos que, dos egressos casados, 78,26% tinham filhos menores.

Considerando-se, pois, a situação ocupacional e de renda do egresso, seguramente o nível da atenção que é dada a essas crianças pelos egressos-pais cedo estará comprometido. Apesar de que, graças ao apoio de familiares e ao alcance dos programas públicos de saúde preventiva, todos os filhos dos egressos se encontravam, por exemplo, vacinados. Além

disso, 10% deles declararam participar do Programa Bolsa Família<sup>29</sup> e mais 10% se inscreveram neste mesmo Programa, "mas até agora não veio, não sei o porquê!", segundo afirma IRIS, uma jovem-egressa-mãe de 19 anos.

Como as crianças, filhas dos egressos, se encontram devidamente vacinadas, se, por um lado, este dado sugere a eficiência das campanhas públicas de vacinação; por outro, não garante que essas crianças sejam suficientemente atendidas quanto à necessidade básica de saúde. Isto porque não há saúde sem boa alimentação.

E, aqui, cabe a pergunta: como garantir alimentação adequada às necessidades de crescimento e desenvolvimento psicossocial dessas crianças se seus pais não têm as mínimas condições financeiras para a compra de alimentos? Parece que aqui se materializa uma parcela importante do ônus que os egressos representam para os seus pais, que passam a ser responsáveis pela manutenção dos seus netos, vítimas das desigualdades e da exclusão social de suas famílias.

Embora os egressos tenham enfatizado nas suas falas a importância da família como "apoio", "base de sobrevivência" e "segurança", é interessante destacar que, na prática, nem sempre isso pôde ser garantido, pois, dos egressos casados, 35% são casados pela segunda vez, sendo que um deles<sup>30</sup> é casado pela quarta vez, sendo pai de cinco filhos: três da primeira mulher; um da segunda; um da terceira, e o quarto nascerá nos próximos dias já que a quarta esposa está grávida. Em resumo, dentre os casados – dos quais 15,0% já se encontram separados - 88,8% têm até dois filhos, com idade inferior a dois anos.

Diante dessa realidade, já podemos antever o grau de dificuldades que terão os egressos de manter sua própria família, sobretudo nos momentos conjunturais de crise econômica, o que pode causar impactos irrecuperáveis na estrutura familiar, causando a sua própria ruína.

Vale lembrar que foram situações adversas, de diferentes naturezas, que igualmente envolveram os pais dos próprios egressos em processos de desorganização familiar. Neste

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Instituído em 2003, o Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa, que tem dois "objetivos básicos": "combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres", unifica todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás). Além da exigência de freqüência escolar e da proibição do trabalho infantil, também passou a ser exigida a vacinação das crianças. Além da freqüência à escola, os beneficiários precisam manter em dia a agenda de saúde de crianças de até seis anos, como também a realização do pré-natal. As condicionalidades são um reforço do direito de acesso da população pobre aos serviços de educação e saúde e são responsabilidade das famílias beneficiárias e do Poder Público.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Lamentavelmente, o egresso referido neste caso acaba de ser assassinado por desafetos. No momento não temos informações mais precisas sobre o caso.

sentido, constatamos que 69,57% dos egressos são filhos de pais separados. E em 95,65% destes casos, coube à mulher/mãe assumir, quase sempre sozinha, o ônus maior da manutenção da família incompleta, tanto por terem de trabalhar fora para sobreviver, quanto por submeterem os seus filhos, precocemente, a influências negativas da própria comunidade onde moram, expondo-os às mais diversas situações de risco e formas de exploração e mesmo violência.

Esse fenômeno parece se repetir, de geração a geração, agravando-se sobretudo quando o egresso se torna presidiário, fato comum entre os nossos entrevistados, e quando as mulheres (mães do egresso) desempenham alguma atividade fora de casa. Nesses casos, suas jovens esposas, que, em geral, não trabalham nem possuem recursos adequados para cuidar dos filhos, passam a enfrentar enormes pressões e sacrifícios para assumir suas responsabilidades. E, com certeza, há aí uma repercussão negativa na qualidade da atenção e do cuidado que a família dispensa aos filhos ou netos, os quais, muitas vezes ficam sob os cuidados de terceiros e, em alguns casos, de si próprios.

Considerando-se, pois, tais limitações nos cuidados dos egressos-pais, aqui entrevistados, com os seus filhos, podemos assegurar que, em termos materiais e afetivos, as condições reais de socialização primária dessas crianças se acham bem comprometidas.

Assim, as crianças, repetindo a história de seus pais, passarão a vivenciar situações de abandono e rejeição, cujas conseqüências serão no futuro certamente relatadas com muito sofrimento, tristeza e frustração.

Os egressos, que são pais, em geral, enfatizam que querem o melhor para os seus filhos, que se preocupam com eles, embora, na realidade, não lhes tenha sido possível prover integralmente o sustento dos mesmos, nem garantir oportunidades que lhes possam dedicar tempo ou a atenção devida.

De acordo com o art. 31 da Declaração Universal dos Direitos da Criança, <sup>31</sup> a criança tem direito " [...] ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística". Neste estudo, verificamos que são muito restritas as oportunidades de recreação e lazer desenvolvidas pelos filhos dos egressos do CEDUC o que, como sabemos, pode comprometer o seu desenvolvimento normal e restringir suas oportunidades de socialização.

A exemplo dos pais-egressos, entre as opções de lazer dessas crianças prevalece a praia como a alternativa mais utilizada, correspondendo a 31,25% das respostas, seguindo-se

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Declaração Universal dos Direitos da Criança. Assembléia Geral das Nações Unidas, 20 nov. 1959.

a televisão, festinhas, passeio nas ruas ou praças, etc. O uso do brinquedo, por exemplo, foi citado em menos de 3,0% das respostas dos egressos entrevistados, com filhos, como opção de recreação e lazer. Isto indica a baixa possibilidade de essas famílias garantirem aos seus filhos um ambiente favorável e condições adequadas ao seu desenvolvimento normal.

Parece claro que o egresso, ao retornar à família, após cumprir medida de privação de liberdade no CEDUC, embora ele seja, na maioria dos casos, recebido em casa "com compreensão", cedo se depara com um ambiente de conflitos e contradições, no qual, em face de suas condições objetivas de pessoa mal preparada profissionalmente, não consegue materializar a sua inclusão social, em princípio, sonhada por ele e "pensada" pelo CEDUC.

Portanto, não suportando os efeitos do seu estado de frustração, desânimo e angústia, encontra o egresso, na constituição de sua própria família - estruturada em função da própria sobrevivência e não segundo os padrões dominantes - uma estratégia pela qual espera conquistar segurança e independência, reiniciando um novo ciclo de vida, que poderá ser igualmente frustrante, já que marcado pela injustiça, pela exploração e pela violência.

Assim, não dispondo dos recursos mínimos para manter a família e agravada a situação com o surgimento dos filhos, igualmente desassistidos, o egresso começa a perceber que se encontra diante de mais um dilema na sua caminhada. O mesmo obstáculo já vivenciado por ele, quando se tornou vítima da violação de seus direitos de cidadania, da desatenção das políticas públicas básicas e das práticas institucionais repressoras e assistencialistas, prevalecentes no CEDUC, flagrantemente incompatíveis com os princípios definidos pelo ECA.

## 5.2 O EGRESSO E A ESCOLA

Como sabemos, a educação é um fenômeno social e universal. Como ação humana ela é indispensável à existência e funcionamento da sociedade. Esta, por sua vez, precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, preparando-os para sua participação ativa e transformadora nas várias esferas da vida social.

E a escola, como agência social, é o local privilegiado de transmissão dos valores culturais e humanistas, que devem desabrochar nas vivências cotidianas das crianças e adolescentes nas salas de aula. Ali, através da interação entre si, os jovens acumulam capital social à medida que constroem relações sociais, redes de amigos e estabelecem contatos diversos. Nesse sentido, como afirma Abramovay (2002, p. 38), "a educação em conjunto

com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens". Todavia, enquanto instituição, a escola que temos, se, por um lado, ela pode representar para esses jovens, conforme seus depoimentos, uma efetiva via de acesso ao exercício da cidadania, por outro, ela também pode se tornar para eles um mecanismo de exclusão e relegação social.

Quanto à família, não temos dúvidas de que ela é espaço privilegiado de socialização. Mesmo assim, talvez se devesse evitar tais generalizações, sobretudo se considerarmos as grandes transformações e novas configurações que têm ocorrido, nos tempos atuais, na estrutura familiar convencional, como constatou Roudinesco (2003). A propósito, temos observado que, na atualidade, particularmente nas periferias urbanas, novos espaços de movimentação dos jovens têm surgido, nos quais eles têm buscado outros suportes de apoio para viabilizar seus processos de socialização e seus projetos de vida, provavelmente diante da ausência ou incapacidade do apoio familiar tradicional.

No âmbito deste estudo, constatamos que os egressos do CEDUC, em geral, podem ser considerados como um grupo excluído da escola, apesar de alguns ainda demonstrarem seu interesse em retornar aos bancos escolares, desde que, previamente, "consigam emprego que garanta sua manutenção". No imaginário dos egressos, a escola, enquanto instituição, representa "um meio importante e indispensável para crescer na vida", como manifestou uma grande parte dos entrevistados.

Outra parcela de egressos, no entanto, embora reconhecendo a importância da escola, expressou algum descrédito e desinteresse – "a escola é importante para quem gosta de estudar" -, mostrando-se desestimulada em retomar a sua trajetória escolar. Neste sentido, Xenofonte<sup>32</sup>, 24 anos, nos inquiriu: "Por que ir pra escola? Depois dos 14 anos eu não tive mais condições de ir pra escola. Mas também nunca me interessei por escola ou profissão, mas sei como me virar...!" Na verdade, para quem não tem nenhum capital, no sentido utilizado por Bourdieu (1989), não deve se sentir atraído por uma escola, que no máximo lhe pode garantir o exercício de ocupações social e economicamente desvalorizadas.

Para todos os egressos, observamos que a trajetória escolar sempre foi absolutamente defasada, marcada por um percurso caracterizado por inúmeras interrupções, em face de motivos como: "necessidade de trabalhar precocemente para ajudar a família", "falta de dinheiro para transporte", "brigas na escola", "ameaças de desafetos", entre outros.

O perfil dos entrevistados mostra, em termos de escolaridade, que 86,96% dos egressos haviam cursado, apenas parcialmente, o ensino fundamental, limitando-se somente

\_

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Entrevista realizada em setembro de 2007.

às séries intermediárias deste nível de ensino; enquanto só 13,04% conseguiram atingir o Ensino Médio, embora marcados, em geral, pela defasagem idade/série. Analisando-se, separadamente, as duas instituições (CEDUC Pitimbu e CEDUC Pe. João Maria), verificamos uma ligeira vantagem para a instituição das meninas, cujo nível de escolaridade se apresenta um pouco mais elevado, o que pode indicar um sinal, a exemplo do que acontece na sociedade brasileira, na atualidade, de que as mulheres já superam os homens na extensão de sua trajetória escolar.

Assim, enquanto 61,12% dos alunos do CEDUC Pitimbu se distribuíam entre as quatro primeiras séries do ensino fundamental e apenas 5,55% cursavam o ensino médio; no CEDUC Pe. João Maria, 60% das alunas se distribuíam entre a 5ª e a 8ª séries do ensino fundamental e 40% cursavam as séries finais do ensino médio.

Ressalte-se o agravante de que, mesmo tendo cursado pelo menos as duas primeiras séries do fundamental, alguns jovens afirmaram "não saber ler e escrever direito", ou fazê-lo com muita dificuldade. Este era o caso, por exemplo, de Sófocles, ex-aluno do CEDUC Pitimbu, que afirmou: "não aprendi ainda a ler. Quando eu ajunto as letras, aí tem letra que eu não conheço. Aí fica difícil..." Como podemos observar, nessas condições de escolaridade, este é o retrato de um jovem, de 23 anos, cujo sonho, ao desligar-se do CEDUC, fora, segundo afirmou: "Mudar de vida, porque isso aqui não dá pra mim. Quero arranjar um emprego para poder cuidar da minha família".

Essa realidade pode significar, de um lado, que boa parte dos adolescentes chega ao CEDUC, para cumprimento de medida privativa de liberdade, com profundos *deficits* de escolaridade – e vítimas de processos de repetência e evasão - dificultando, em tese, o trabalho da instituição que, além de dispor de pouco tempo para a recuperação do aluno, não consegue que o mesmo sequer adquira as habilidades cognitivas básicas. De outro lado, denuncia a insuficiência dos recursos pedagógicos e dos métodos de trabalho do CEDUC para lidar, adequadamente, com alunos com suas características.

O que é desalentador é saber que, no momento do desligamento, quando os egressos são proclamados como pessoas teoricamente "aptas para competirem no mercado de trabalho", a situação de cada um parece até mais grave, pelo menos no aspecto educacional e de formação profissional, salvo pontuais exceções.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Solicitado pelo pesquisador, essa deficiência foi confirmada no momento da entrevista quando o egresso gentilmente tentou ler alguns trechos de um jornal que lhe fora apresentado.

Um motivo de estranhamento, no âmbito da análise das condições de escolaridade dos egressos, é que nem sempre houve correspondência entre os registros da instituição, sobre o nível de escolaridade do egresso, e a informação dada pelo egresso na entrevista, o que pode exprimir as dificuldades que tem o CEDUC quanto ao gerenciamento de suas atividades pedagógicas.

Como exemplo, destacamos o caso de Teófanes, 21 anos, que cursava, segundo os assentamentos da instituição, a 2ª série do ensino fundamental. Durante a entrevista, porém, ele assim se pronunciou: "Eu nem sei o que dizer sobre a escola. Eu nunca freqüentei escola, não. Mas sei que quem não tem estudo não consegue emprego; não consegue nada na vida. Tem muitos e muitos aí que não sabem nada e, por isso, vivem sofrendo.".

Nesse sentido, parecem emblemáticas as palavras de Iris, 19 anos, que afirmou: "Quando eu estava no CEDUC era mesmo que não estudar. Não tinha professor. Vinham pra lá as provas e eu fazia. Mas eu não sabia de nada. Não tinha nem livros. As educadoras é que me orientavam".

Este quadro, sem dúvida grave, porém não é tão diferente do que acontece em algumas outras escolas da cidade, como, por exemplo, uma delas freqüentada por uma jovem egressa do CEDUC Pe. João Maria, que assim comentou, a respeito de uma escola pública que freqüentava, em Natal:

A escola é horrível. À noite falta muita aula. Simplesmente, não tem. Os professores não têm interesse. Só dão aula se tiver muita gente. Como os alunos também faltam, eles também não dão aula. Até o vigia manda a gente logo embora quando tem pouca gente... (NEREIDA, 20 anos).

Como observamos, 69,57% dos egressos do CEDUC abandonaram a escola após o seu desligamento institucional. O fato traz alguma preocupação, pois, mesmo defasados em escolaridade, os egressos são jovens e, acima de tudo, poderão depender da escola (certamente de outro tipo de escola) para se credenciarem a competir num mercado de trabalho altamente exigente, ou para se capacitarem a desempenhar, de forma autônoma, ocupações rentáveis, potencialmente indicadas para inseri-los de algum modo no sistema produtivo.

Manifestando-se sobre as razões pelas quais tiveram que abandonar a escola após o desligamento do CEDUC, os egressos indicaram como principal motivo o fato de, com freqüência, se encontrarem presos, por novos crimes cometidos. Além de outras razões, como: "o medo de freqüentar a escola", em virtude do alto risco de morte que enfrentam no

cotidiano, em decorrência da existência de inimigos, que os ameaçam permanentemente, e pelo seu envolvimento com traficantes de droga.

A sua ausência da escola também se deve a razões de ordem pessoal ou familiar, como "falta de cabeça para estudar" (aqui a falta de eficiência da escola é introjetada pelos alunos-egressos como uma incapacidade individual para aprender), "falta de condições financeiras para o transporte coletivo", "a instabilidade de moradia", "o peso do estigma" e a "gravidez precoce".

Todas essas razões, portanto, se combinadas com outros fatores que, na sociedade, contribuem diretamente para o afastamento do jovem da escola, podem agravar a situação do egresso logo após o seu desligamento. Dentre esses fatores, destacam-se, de um lado, os aspectos inerentes ao próprio sistema educacional (limitações de infra-estrutura física, insuficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos, e ainda a inadequação dos currículos, elaborados a partir da visão das classes dominantes e, portanto, estranhos à classe trabalhadora); de outro lado, despontam fatores relacionados com as condições socioeconômicas das famílias (pobreza, desemprego, subnutrição), que obrigam os jovens a trabalhar precocemente, seja para garantir sua sobrevivência seja para complementar o orçamento de sua família.

Assim, a interrupção prematura dos estudos, do mesmo modo que é vivenciada por grandes parcelas da população jovem do Rio Grande do Norte, foi observada, claramente, nas suas repercussões junto aos egressos do CEDUC, aqui investigados.

É oportuno frisar que, mesmo fora da escola, os egressos manifestam sentimento positivo em relação a ela como instituição social. Percebemos, assim, que a valorização da escola é enfatizada pela maioria dos egressos, que demonstram confiança e consciência sobre o papel que a escola pode desempenhar na sociedade, de modo especial no campo profissional, vista como meio importante de transformação de suas vidas.

Ressalte-se que essa postura dos egressos do CEDUC se fundamenta num "ideal social" internalizado pelas suas próprias famílias, para quem "só pelo estudo é que se pode ser gente". Há aí, portanto, o que Takeuti (2002b) chamou de "o mito dos estudos", construído a partir da crença no seu poder de transmutação da vida das pessoas, para as quais a dimensão do idealizado surge com sonhos grandiosos. Foi o que constatamos no caso da egressa Nereida, 20 anos, que assim se expressou: " [...] me vejo formada em Assistente Social [sic] e trabalhando na FUNDAC. Quero ser assistente social de adolescentes." Outra

egressa, Héstia<sup>34</sup>, 20 anos, assim falou: "[...] estou na terceira série do 2° grau e meu plano é estudar psicologia ou serviço social na universidade, pois criança assim pra mim é tudo. Vou ver o que é melhor pra mim... tipo psicologia, porque eu me dou muito bem nessa área". É assim, pois, que elas pensam em um dia ser alguém, numa tentativa imaginária de fazer parte de um mundo que as exclui.

Dessa forma, mesmo os egressos que tiveram experiências negativas na escola, ou não tiveram condições de nela permanecer, atribuem-lhe um papel significativo, considerando-a o principal caminho para vencer as desigualdades sociais e ajudar a suprir a pobreza familiar. Segundo os depoimentos colhidos, alguns egressos, posicionando-se criticamente, assim se manifestaram sobre a escola:

Tudo na vida depende da escola. Sem estudo ninguém é nada! (PARMÊNIDES, 21 anos);

A escola é importante porque ela ensina não só as coisas do dia-a-dia, mas ensina a pessoa a sobreviver no dia-a-dia; e as "profissão" também, porque a gente hoje em dia só sobrevive com dinheiro; e dinheiro só ganha quem tem profissão. E de profissão a gente aprende mais as coisas na escola. Se não fizer escola, não estudar, não aprender, vai pro mundo do crime. Hoje em dia é assim. É desse jeito que funciona. No meu caso, se eu saísse este ano daqui [da penitenciária], eu ainda ia voltar pra escola. (EURÍPEDES<sup>35</sup>, 21 anos).

Outros egressos, demonstrando sempre o interesse de estar ao nível das pessoas mais instruídas, ou mesmo de adquirir mais conhecimentos pelo menos para transmitir aos filhos o mínimo necessário para o seu crescimento, vêem na escola uma fonte do saber, como assim idealizam:

A escola é importante porque a pessoa adquire muita inteligência; aprende a saber de tudo e não ficar por baixo nos assuntos ao conversar com os outros. Quando eu sair daqui, eu quero ainda voltar pra escola. (PITÁGORAS<sup>36</sup>, 22 anos).

A escola é tudo. Eu passo o meu tempo. Eu aprendo cada dia mais, tudo para passar para as minhas filhas. Além disso, eu terminando o meu grau de estudo eu posso arrumar um trabalho. Eu quero dar o exemplo para as minhas filhas. (ALCEU, 26 anos);

Observamos, na convivência com os egressos, uma forte evidência de que eles sofrem permanentemente da angústia do medo. Tanto de medos concretos, bem circunstanciados (medo de violência policial, de ciladas de inimigos, de suspeitas ou acusações indevidas, de ir à escola, de sair de casa, de dormir em casa, etc.), em geral decorrentes de ameaças

\_

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Entrevista realizada em maio de 2008.

provocadas, explícita ou implicitamente, pelos seus desafetos, sobretudo nos casos em que são envolvidas vítimas de homicídio ou tráfico de drogas; quanto de medos, a nosso ver, difusos, decorrentes de fatos ou supostas ameaças que poderão surgir a qualquer momento e em qualquer lugar contra eles. E esta dimensão do medo "sempre e em toda parte" pode ser buscada em Bauman, quando escreve:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivos claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. "Medo" é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. (BAUMAN, 2008, p. 8, grifos do autor).

Portanto, o peso da angústia do medo, sentida pelo egresso, muitas vezes supera até os efeitos do preconceito, marca mais sentida por eles, como mostram esses depoimentos:

Estudei na escola Clara Camarão. Era muito bom lá. Eu era bem recebida. Jamais me senti discriminada. Ao contrário deram apoio pra eu não fazer mais isso... No comecinho em senti medo porque disseram que iam me matar. Eu nem botava a cabeça do lado de fora. E até agora eles não me fizeram nada. Já faz dois anos... (HELENE<sup>37</sup>, 19 anos).

Pra mim a escola é muito importante, mas acontece que onde eu moro não posso ir pra escola. Tenho medo. Não posso vacilar. Tenho inimigos lá, mas se fosse em outro canto... eu podia até ir. Eu parei de estudar quando eu tinha 14 anos. Já parei por causa disso. Tinha inimigos na mesma rua. (PÍNDARO, 22 anos).

Os jovens reproduzem na escola as violências e tensões do mundo exterior. Como sabemos, a família, a sociedade no seu todo, e, particularmente, a escola são ambientes de transmissão dos valores culturais. Nesse sentido, observamos que, entre os egressos entrevistados, não foram poucos os que revelaram o seu envolvimento com a prática de atos de violência nas escolas. Alguns jovens assim se manifestaram a respeito:

Minha escola era boa, mas a gente fazia muita bagunça junto com os colegas. Era a Escola Chico Santeiro. Eu tinha 13 anos e morava no Bairro Nordeste. Mas fui expulso da escola. (TEODORO<sup>38</sup>, 21 anos).

Escola é uma coisa importante pra todo mundo. Mas eu lá fazia muita confusão, não com as professoras, mas com os outros meninos. Discutia, brigava, fazia confusão. Fui expulso duas vezes. Mas tudo era só confusão besta. (ESOPO, 22 anos).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Entrevista concedida em novembro de 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007.

É importante ressaltar que a escola oferecida a jovens com o perfil dos nossos entrevistados não atende, nem de longe, aos seus interesses e necessidades. Embora não pretendamos analisar aqui toda a complexidade do problema, sabemos que ela está bem distante de contemplar as necessidades educacionais desses jovens, consideradas as suas características socioeconômicas, psicológicas e culturais.

Pelos depoimentos e conversas informais percebemos vários indícios de que a vida na escola e a vida do egresso, quando aluno, não se ajustavam muito bem. Lá ele não encontrava significação para seus rituais e tarefas e destas nunca conseguia desincumbir-se. E, como sabemos, a falta de integração ao ambiente escolar é um dos motivos preponderantes da gênese da indisciplina e da evasão escolar.

Por outro lado, os egressos não podem ser responsabilizados pelo seu próprio fracasso, como muitos insinuam. Como sabemos, jovens com problemas familiares tendem a ir mal na escola. E o seu mau desempenho pode contribuir para o sentimento de fracasso que sentem na vida e para uma baixa auto-estima, o que poderá aproximá-los mais rapidamente de uma convivência social de risco, juntamente com outros parceiros com atuação no mundo do crime.

Em resumo, constatamos, nos depoimentos, que a escola, em princípio, é desejada por todos eles, sendo vista como porta de entrada para o mercado de trabalho. Todavia, a maioria dos que a freqüentaram antes de ingressarem no CEDUC e durante o período de privação de liberdade não obteve sucesso nos estudos, encontrando-se, hoje, também em maioria, na atual fase da pós-institucionalização, fora da escola, talvez definitivamente.

Esta realidade põe em cheque o papel da escola, na atualidade, sobretudo para os jovens mais pobres, cuja expectativa é de uma instituição que fosse capaz de levá-los a novos caminhos, possibilitando o domínio de novos valores e novos conhecimentos, incluindo necessariamente aquisições importantes para sua formação profissional. Seria uma conquista capaz de propiciar mais oportunidades de participação social e de fortalecimento e conquista de uma cidadania ativa, no dizer de Santos (2002).

Como sabemos, a escola que temos hoje não se ajusta aos interesses e necessidades desses jovens-adultos. Em essência, ela não é acolhedora, nem estimulante para eles. Não aceita, não respeita, nem considera suas experiências de vida e sua identidade cultural, nem cria condições para inseri-los socialmente pela via do trabalho.

É preciso que essa escola, afinal, seja composta de pessoas capazes de estabelecer relações amigáveis entre si, que transcendam a formalidade de uma instituição dotada apenas de rígidos recursos físicos, materiais e burocráticos, dando lugar a laços afetivos duradouros e

nunca sizudos, constituindo um *locus* onde "as pessoas aprendam em comunhão", na expressão de Paulo Freire.

Infelizmente, considerando a trajetória escolar de nossos entrevistados, esse ideal não está ao alcance desse segmento da sociedade, já que são vítimas de políticas educacionais excludentes, ineficientes, da rigidez dos currículos, da desqualificação das vivências peculiares ao grupo, terminando por traumatizá-los e afugentá-los das salas de aula, muitas vezes definitivamente.

Nessa mesma perspectiva, ao estudar as famílias de meninos de rua, em Salvador (BA), esta pesquisadora assim se expressou sobre a escola pública:

A escola pública deveria estar a serviço da sociedade. Mas, infelizmente, isto não ocorre, porque ela está subordinada a um projeto social definido pela elite e organiza sua proposta de trabalho sem levar em consideração os interesses e as especificidades da cultura, do cotidiano e das expectativas das classes populares, para as quais está dirigida, visto que elas constituem sua principal clientela. (ATAÍDE, 1998, p. 363).

.

Não podemos esquecer, porém, que a sociedade contemporânea está cada vez mais exigente com os indivíduos, tanto em face do apelo ao consumo desenfreado, incentivado pela mídia, quanto pela acirrada concorrência e a elevada e crescente competitividade, no âmbito do mercado de trabalho. E isto tem impacto muito duro sobre os jovens, particularmente aqueles que se encontram à margem dos mercados de consumo e de trabalho, os quais, constituindo um grande contingente de pessoas excluídas, buscam, de todas as formas, um meio de inserção social.

E os jovens, objeto deste estudo, inscrevem-se nesse universo, como sujeitos em busca de um "lugar social" - para usar a expressão de Takeuti (2002b) -, aqui alertados pela fala do nosso entrevistado, o egresso Parmênides, 21 anos, para quem o estudo não lhe parece ser garantia total para uma vida melhor, conforme vaticina: " [...] sem estudo ninguém é nada. Com estudo já não é, imagine sem...! Hoje, muita gente que estuda tem dificuldade de arranjar emprego. Quanto mais sem estudar!"

Portanto, embora a escola não possa ser vista como uma panacéia, ela poderá um dia ser uma instância que represente um papel capital de integração social desse grupo. Para tanto, ela precisaria continuar desempenhando seu "papel utópico", devendo assumir uma estrutura mais democrática e plural, considerando as variações culturais, as disposições e habilidades que compõem seu "habitus" de classe" e seus ritmos próprios.

## 5.3 O EGRESSO E A COMUNIDADE

Procuramos analisar neste tópico como os jovens egressos do CEDUC se colocam no dia-a-dia nas suas relações com a comunidade onde vivem e nas relações sociais em geral. Como sabemos, a relação desses jovens com a rua é extremamente complexa, em grande parte dos casos desde a infância. Para eles, a rua é seu espaço de constituição identitária na sua tarefa primeira de luta pela sobrevivência.

Como bem afirma Takeuti, para eles a rua

É o depósito das mágoas e revoltas contra um mundo social que lhes proporciona ímpares sofrimentos, desde as suas tenras infâncias. Ulteriormente, ela torna-se, para eles, o lugar da construção da violência, enquanto linguagem privilegiada nas transações sociais que desenvolvem nos espaços públicos. (TAKEUTI, 2002b, p. 129)

Ao mesmo tempo, na pós-institucionalização, a rua continua sendo o universo de expressão de seus anseios, de suas dúvidas, de suas incertezas, de suas angústias, de seus dilemas e de seus temores. É verdade que nem todos eles foram um dia identificados como "meninos de rua" haja vista que, mesmo vulneráveis, os laços de família estiveram presentes.

Após o desligamento do jovem da instituição onde cumpriu medida de privação de liberdade, ele já começa a sentir, com forte nitidez, as suas angústias e a se deparar com dilemas aos quais terá de superar para garantir sua sobrevivência e a de sua família, nesse retorno ao convívio social.

Em geral, a maioria dos jovens entrevistados mora em áreas periféricas da cidade, em bairros ou comunidades de baixo poder aquisitivo, sabidamente com precária infra-estrutura de atendimento no que tange aos serviços públicos oferecidos.

Mais precisamente quanto ao local de moradia, os entrevistados surpreenderam pelo nível de satisfação demonstrado, o que não nos parece tão comum. Quase todos (86,95%) indicaram estar satisfeitos com o local onde moram com destaque para as meninas, cujo nível de satisfação foi unânime nesse sentido.

Observamos que, mesmo com algumas deficiências na disponibilidade dos serviços públicos oferecidos, nessas áreas, os egressos parecem pouco críticos nesse sentido, embora alguns demonstrem um maior nível de politização quanto à fragilidade desses serviços no seu espaço de convivência.

O serviço público cuja deficiência foi mais enfatizada pelos egressos se referiu ao saneamento básico e, muitas vezes, à falta de acesso no local para a coleta do lixo urbano,

como disse Hesíodo, de 22 anos: "Aqui não tem coleta; o lixo, a gente joga na maré ou queima." Nesse mesmo sentido, completou Alceu, 26 anos: "[...] para levar o lixo, só contamos com as carroças. O caminhão da Urbana não vem aqui".

Segundo os egressos, à falta de alguns outros serviços públicos, a população costuma utilizar estratégias próprias como deslocar-se a bairros vizinhos ou recorrer ao transporte coletivo para atender às suas necessidades e de sua família. Talvez, em decorrência de sua trajetória de vida e a conseqüente ausência do seu local de moradia, por longos períodos de tempo (internação, prisões), haja alguma repercussão na forma de o egresso avaliar o funcionamento desses serviços, numa profundidade crítica mais ampla, o que pode explicar, em parte, a sua satisfação pelo local de moradia.

Uma boa parte dos jovens egressos aprecia a comunidade em que vive. Afinal, é lá que eles viveram a sua infância e adolescência, são conhecidos e até respeitados e onde, especialmente, mantêm vínculos de pertença. É lá onde estão os seus primeiros amigos, as suas lembranças. É lá onde, muitas vezes, apesar dos riscos iminentes, eles ainda têm a quem recorrer nas horas de dificuldade, pois é lá um dos raros locais onde ainda contam com a solidariedade das pessoas. Os depoimentos a seguir, testemunham essa realidade:

O que mais gosto no meu bairro é a convivência com os amigos. Convivo bem com todos. (HESÍODO, 22 anos).

Eu gosto do meu bairro porque lá todo mundo é humilde. Todo mundo é igual. Se alguém precisar de um pão, tem quem ajude a pessoa. O pouco que eles têm, sabem dividir com a pessoa...(ALCEU, 26 anos).

Eu tenho inimigos lá. Não dá pra eu viver tranquilo devido ao meu passado, mas mesmo assim gosto do lugar onde moro. É pertinho da praia... Eu até poderia sair de lá. Mas como? Lá eu tenho casa própria. Não pago aluguel, embora não tenha trabalho, não tenha nada... (PÍNDARO, 22 anos).

Comentando sobre o bairro onde moram, todas as meninas, egressas do CEDUC Pe. João Maria, manifestaram uma expressão da contentamento e de satisfação, ora valorizando as raízes – família e amizades –, ora enfatizando aspectos que valorizam a vida cotidiana e as necessidades pessoais:

Eu gosto daqui onde moro. Não saio daqui por nada. Nasci e fui criada aqui. Todos aqui me ajudam. (HELENE, 19 anos).

Aqui é muito bom. É perto do comércio e de vários outros serviços. A pé mesmo eu vou pra qualquer lugar. Mesmo assim, eu tenho planos de, no futuro, sair daqui. Quero ir morar num local mais verde com minha namorada. (HÉSTIA, 19 anos).

O que mais gosto no meu bairro são as amizades. Fica perto das coisas. Uso o trem. E ainda estou perto de toda a minha família. (IRIS, 19 anos).

O que mais gosto neste meu bairro é o comércio e também é fácil pegar ônibus. É perto de tudo: shopping, farmácia, padaria, transporte. Só é ruim para estudar. Tem barulho. E eu gosto de estudar em grupo. Quando estudo sozinha não aprendo, não entendo nada. Fico aperreada. E em grupo eu pergunto aos outros, e aí aprendo. (NEREIDA, 20 anos).

Por outro lado, os 13,05% dos egressos, que manifestaram insatisfação pelo local onde moram, alegaram, sobretudo, razões como: "ameaças e risco de vingança por parte de inimigos, de policiais"; "preconceitos" e "desejo de ter vida autônoma, independente da família de origem". Neste sentido, os depoimentos dos jovens a seguir ilustram esses fatos:

Eu não gosto daqui. Sou muito marcado pelos inimigos e pela Polícia. Os policiais, pensando que sou traficante, me pedem para arranjar drogas pra eles... Tenho também inimigos que, quando sabem que estou em casa, passam aqui em frente atirando pra cima, provocando... Uma vez eu estava na porta! Aqui, eu não tenho sossego! (HOMERO, 21 anos).<sup>39</sup>

Eu moro num beco, perto da praia, num quarto alugado. Lá não passa nem carro. Como tenho muitos inimigos não posso voltar pra casa. Desde os meus 14 anos que eu não posso andar na rua por causa dos muitos inimigos. (XENOFONTE, 24 anos).

Eu não gosto deste lugar. Eu preciso ir morar noutro canto. Não posso passar a vida dependendo de minha mãe, não. Quero ficar independente. (TEÓFANES, 21 anos).

Como podemos observar, um bom número deles não tem condições de frequentar nem mesmo sua residência, nem a escola, nem mesmo "ir a uma padaria comprar pão", ou, como mencionou Xenofonte: "quando eu estou no meu quarto, onde moro, eu só posso sair de noite".

Observamos que, após o desligamento do CEDUC, embora 68,87% tenham afirmado manter ligações de amizades com os amigos conquistados ao longo de sua trajetória de vida, e também fruto de amizades estabelecidas no ambiente institucional, poucos conseguem manter amigos fora da prática delituosa.

Este fato, porém, não foi constatado entre as jovens egressas do CEDUC Pe. João Maria. Todas elas afirmaram ter boas amigas, pessoas sem qualquer ligação com o mundo do crime, que, além de freqüentarem suas residências, dão grande apoio afetivo e incentivo a elas

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> A pedido deste egresso, esta entrevista foi realizada no interior de sua casa, todavia com as portas totalmente fechadas e as luzes apagadas. Ele temia uma possível invasão ou ameaça de inimigos ou policiais, caso soubessem que ele se encontrava em casa. A entrevista teve a duração de 1h10´.

próprias no sentido de abandonarem, definitivamente, o seu envolvimento "com essa vida". Este fato pôde ser constatado pelo pesquisador, que chegou a conhecer pessoalmente e conversar com algumas amigas das entrevistadas, as quais demonstraram conhecer em detalhes a vida da amiga, a quem prestam irrestrita solidariedade.

Curiosamente, nem os jovens nem as jovens fizeram, em nenhum momento, referências a amigos dos tempos de escola, talvez até por terem tido uma passagem apenas efêmera pela instituição escolar.

Segundo os egressos, os seus amigos, que nem sempre moram na mesma comunidade, não raro integram o mundo do crime. E nenhum deles, segundo os entrevistados, chegou a visitá-los nem no CEDUC, nem nas Delegacias ou nas Penitenciárias.

Por outro lado, em relação aos 39,13% que afirmaram "não ter amigos", ao que parece, à medida que o jovem egresso vai se envolvendo em crimes após o seu desligamento, e se tornando mais experiente ou amadurecido, seu universo de amigos tende a ser cada vez mais restrito, por decisão do próprio egresso. Neste sentido, alguns depoimentos dão esse testemunho:

[...] Eu acho que dentro do mundo do crime ninguém tem amigos. Eu achava que tinha, mas não acho mais, porque aquele que te abraça hoje é o mesmo que te mata amanhã... Quando eu era de menor tinha muitos amigos. Hoje, não. (ALCEU, 26 anos);

Eu não tenho amigos. Só ando sozinho. De primeiro, eu me acompanhava de outros. Mas agora não. Vai aumentando a idade...(ARQUÍLOCO, 22 anos);

Eu não tenho amigos. Só os meus pais. Os caras que me levaram para esse lado não posso dizer que são amigos. (EURÍPEDES, 21 anos).

Hoje, eu não tenho amigos. Só tem amigos quem tem dinheiro. (ÉSQUILO<sup>40</sup>, 22 anos).

Alguns demonstram mais consideração pelas suas relações de amizade, particularmente as amizades de infância, considerada esta uma referência emocional e afetiva para o jovem, a exemplo do que nos mostra este egresso:

A minha infância foi nessa região aqui de Felipe Camarão/Cidade Nova... Na minha infância eu ia pro morro jogar bola, mas hoje eu não subo lá mais não, é perigoso. Eu ia pra lá jogar bola, brincar de garrafão, dar pulo mortal. Descia nas "tábuas de morro" escorregando. Minha mãe batia em mim muito pouco. Nunca sofri violência quando era pequeno. Dá muita saudade daquele tempo. Todos os colegas daquele

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Entrevista realizada em setembro de 2007.

tempo ainda moram por aqui. Tudo é casado. Tudo da minha idade. (HOMERO, 21 anos).

Para aprofundarmos ainda mais o conhecimento sobre a vida dos entrevistados, na sua comunidade de origem, após o desligamento do CEDUC, nos reportamos à sua participação em galeras ou outros grupos de jovens. Constatamos, a respeito, que 69,57% dos entrevistados informaram não ter mais participação em "galeras", embora tenham tido no passado.

A propósito, segundo Zaluar (2004, p. 198), as galeras se caracterizam por serem organizações sem chefia instituída, sem regras explicitadas e sem rituais iniciáticos. Com estreita relação com os bairros em que vivem, se reúnem muito mais para atividades recreativas. As galeras não promovem o enriquecimento de seus membros através de práticas ilícitas. Caso pratiquem atividades ilícitas, os jovens das galeras, segundo Zaluar, o fazem de maneira transitória e intermitente, mais próximos da "deriva", da qual saem ao crescer, do que da delinqüência assumida e procurada como meio de vida.

Segundo a autora citada acima, diferentemente das *galères* parisienses, a lógica da guerra entre as galeras pode terminar às vezes na tragédia de agressões graves e assassinatos, embora o espírito da festa e da expressão controlada das emoções advindas da rivalidade seja a marca mais presente nos bailes. Assim, ao encontrarem-se nesses ambientes de diversão, há um risco forte de confronto entre galeras, talvez pela busca de prestígio, já que perpetuam história de rivalidades intermináveis, conforme as narrativas dos egressos, os quais muitas vezes são flagrados pela Polícia por porte ilegal de arma. Ao que parece, são essas as suas formas mais comuns de lazer e de sociabilidade.

Ampliando a compreensão desses conceitos, Takeuti (2002b, p. 291), fundada nos relatos de jovens, se refere às galeras ou turmas como "um ajuntamento espontâneo de jovens de um mesmo bairro ou de uma determinada rua do bairro, para passar o tempo", no sentido de "estar juntos". Para a autora, a galera, na sua atuação coletiva pública, tem característica *ad hoc, o* mesmo ocorrendo com seus líderes, os quais se sobressaem pela sua coragem, irreverência, destemor. Ora atuando sobre objetivos pontuais, ou contingenciais, a vida grupal dos membros das galeras inclui a participação em eventos populares e festas, bem como o envolvimento em confrontos de rua e também prática de delitos.

Dialogando, a respeito, com os entrevistados, eles declararam participar ou terem participado até recentemente de "galeras", sobre as quais assim se manifestaram:

As atividades de nossa galera eram ir pra festas e fazer bagunça. Só que os que faziam bagunça estão agora presos aqui comigo. Estou preso aqui devido a roubo de carros. (TEODORO, 21 anos);

Eu fazia parte da galera da Brasília. A galera mais pesada para encarar é a das Rocas. Sempre que a gente encontrava ela, dava bronca. A gente ia pra praia, tomava cerveja; depois ia pras Bandas de Show até no outro dia. Aí quando as galeras se batiam não tinha mais jeito. Mesmo sem motivo já dava confusão. Uns andavam armados, outros não. Quando se encontravam com polícia, aí era bala... (ESOPO, 22 anos);

Eu deixei de andar com a minha galera. Eu andava mais quando era de menor. A gente ia pras festas. E as brigas começavam por besteira. Um, de uma galera, conhece outro de outro bairro. Aí se lembra que aconteceu uma briga em outro canto. Aí vai cobrar. E aí vai a turma todinha. Eu fazia parte da Galera de Pajuçara. E depois dessas brigas, aí ficava a inimizade mesmo. Um conhecia o outro. E pronto. Os outros bairros tinham medo da gente. A gente botava medo. Gramoré e Pajuçara eram os dois bairros em que tinham mais brigas. Quando a gente saía de casa, a gente não estava pensando em brigar. A gente pensava em ir para as festas curtir. A gente gostava muito de mulher [...] eu mesmo sempre gostei de uma mulherzinha! E aí eu ficava com a minha mulher; vinham as "biritinhas", e depois começavam as brigas, as confusõezinhas. E aí lá ia eu. A mulher ainda segurava, mas não tinha jeito não. Hoje em dia isso não acontece mais comigo. Hoje eu estou mais caseiro. (EURÍPEDES, 21 anos);

O que minha galera faz hoje é beber, sair com mulheres, matar, roubar, e farrear... (XENOFONTE, (24 anos).

Eu participava mais de galeras quando era de menor. A disputa era Vila Dom Eugênio x Japão. Era vandalismo (na linguagem do crime quer dizer: ir para um bairro tomar o outro para ficar tomando conta dos bairros); Na minha época, a mais pesada Galera para se enfrentar era a Vila Dom Eugênio. Tudo por causa de mulher. O mais invocado queria ser mais do que o outro para ser o chefe; era o mais pesado. O líder era aquele que conseguia matar mais gente, que sempre estava na linha de frente, liderando; era quem tomava as atitudes e que ficava sendo prestigiado; era aquele que tinha a atitude de ir e chamava um e outro e os outros tinham medo de ir no pedaço do outro; também as mulheres. Esses líderes ganhavam mais mulher; elas só procuravam ele. Mas também eles eram os primeiros que morriam. Quando eles morriam, tinha aquela salva de palmas, mas era o mais visado. Mas eu, quando sair daqui, não voltarei para esse meio. Até porque todos eles já morreram [...], eu não morri porque Deus não quis. Eu hoje sou um rapaz doente. Um amigo meu lá do Japão mesmo me deu um tiro pelas costas, de 12. Eu coloquei duas bolsas de colostomia; fiquei sem movimento nessa perna que secou; perdi parte do intestino grosso, baço, e mais outros negócios aí; fiquei doente, pois eu tinha 96 kg, e hoje fiquei debilitado [...]. Mas na posição que eu tinha antes na galera, a gente finda morrendo, porque outros têm interesse de ficar no lugar da gente. Foi o meu caso. Outro quis ocupar o meu lugar; e quando eu passei, ele me deu um tiro pelas costas [...]; eu só vivia de vender drogas. Tudo isso foi depois que eu fui desligado do CEDUC. {...] Mas agora, no Japão, tem outras galeras: agora é diferente. Fica tudo dividido. As ruas ficaram divididas. As favelas são inimigas das outras ruas, das travessas (da 11, da 12...). Mas hoje não tem perigo de eles me pegarem. Muitos já estão casados [...]. Agora tenho família... a gente não vai mais se meter nisso pois tem filho pra criar. No sufoco, é mais fácil um rapaz de 17 anos matar uma pessoa do que um de 25. O de 17 mata por brincadeira. O mais velho, pensa mais, sabe das consequências. (ALCEU, 26 anos).

Como observamos, a convivência desses jovens, muitas vezes, sejam egressos ou não, tem alto poder explosivo, podendo trazer grandes problemas para a sua vida em comunidade e para o próprio egresso, como pessoa. O quadro traçado acima pelos próprios participantes desses grupos parece até mais chocante e grave do que descreve a literatura a respeito. Até porque quem se reúne motivado por bebidas, mulheres, rivalidades interpessoais e intergrupais, rixas, luta pelo poder e por prestígio junto a seus pares, tudo combinado com o uso de drogas e o porte de armas, parece que as razões estão bem além das motivações apenas meramente recreativas ou afetivas.

Ressalte-se que 30,43% dos entrevistados preferem usufruir de uma convivência comunitária, pós-CEDUC, mais tranquila, ou, pelo menos, aparentemente, menos perigosa. Para esses, os seus depoimentos são referência esclarecedora:

Eu não participo de galeras. Não dá certo. A população aí da rua gosta muito de falar, e eu não quero dar o gosto, sabe? Sou mais andar sozinho do que mal acompanhado (HESÍODO, 22 anos);

Eu nunca participei de galeras. Elas só fazem vandalismo. (PITÁGORAS, 22 anos);

Hoje eu não mais participo de galeras. No passado, sim. Hoje eu me afastei desses amigos. Roubar e matar cabra sem vergonha: era só isso o que se fazia. Mas se eles ainda me encontrarem, hoje, é logo na bala. Não vão nem perguntar "Cadê, você?!". Se fosse assim era muito bom! [risos]. (HOMERO, 21 anos);

Eu não ando com galera. Eu só ando só. Uma vez que saí com essa turma, eles se envolveram com um crime de homicídio e eu fiquei só com o porte de arma. Andar com essa turma não tem futuro, não. Eu não ando com ninguém. Só eu e Deus. Eu penso assim: se eu saio só, o que eu faço, só eu sei! E eu, mais dois, três, não! Vêm as versões diferentes, aí complica. Só é bom andar só. (TEÓFANES, 21 anos).

Alguns jovens manifestaram sentimentos de satisfação pelo fato de passarem, após o desligamento do CEDUC, a "viver em liberdade e quites com a Justiça", muito embora não tenham demonstrado capacidade crítica para compreender o sentido da liberdade e da justiça a que se referiam. Os egressos revelaram, ainda, que outra grande dificuldade que acreditavam encontrar no retorno ao convívio social seria a falta de condições financeiras e materiais para sobreviver, em decorrência de não terem uma profissão e, muitas vezes, casa para morar.

Observamos que o jovem egresso se sente muito temeroso para enfrentar a vida na comunidade. Na verdade, o seu despreparo profissional, a falta de hábitos e atitudes positivas para o trabalho (apresentação pessoal, cumprimento de horários, relações interpessoais, etc.) e sobretudo o preconceito das pessoas, tudo isto dificulta e limita suas possibilidades de conseguir trabalho.

Na verdade, ao desligar-se da instituição, o egresso, após superado o impacto inicial do desligamento, não consegue, porém, libertar-se do estigma<sup>41</sup> que carrega consigo, de exinterno de uma instituição de "infratores", "bandidos" e "drogados", a exemplo de muitos outros rótulos utilizados pela sociedade. Aí eles passam a perceber que, para se protegerem da violência policial, da qual são alvos fáceis, e, por extensão, de outras violências sociais, precisam recorrer a certos mecanismos de sobrevivência não só material, mas emocional e social. Por isso, passam a buscar espaços e meios que lhes permitam recuperar a sua autoestima, livrando-se de uma situação de inexistência social e pondo fim ao seu sentimento de "nadificação", na expressão de Takeuti (2002b).

Diante dessa realidade, incapacitado para superar as dificuldades do dia-a-dia e envolvido num sentimento crescente de frustração, o egresso se situa sempre próximo ao limiar do mundo do crime, embora não possamos generalizar o destino desses jovens, ainda que submetidos aos processos sociais de estigmatização e "invalidação social".

Depreendemos das falas dos egressos que a típica e reconhecida ociosidade vivenciada na Instituição - "... onde não existe proposta socioeducativa sistematizada, mas somente atividades pontuais", segundo relato dos profissionais do CEDUC - limita as possibilidades de o egresso adquirir não só hábitos positivos para o trabalho, como uma qualificação compatível com as suas expectativas de inserção social. Observamos que os egressos, em geral, demonstram ser pessoas tímidas e sem iniciativas favoráveis a um relacionamento social positivo. Ao que parece, este perfil pode ter ligação com a própria ausência de relações de afetividade que marcam a vida do egresso no CEDUC, onde vivem a maior parte do tempo confinados em pequenos quartos ou pavilhões coletivos.

Assim, as práticas vivenciadas em instituições como o CEDUC apenas dificultam e impossibilitam que o egresso construa o seu próprio projeto de vida de forma a facilitar a sua inserção social.

Com base nos depoimentos dos entrevistados, após o seu desligamento do CEDUC, eles voltam a passar a maior parte do tempo encarcerados, em função de sua reincidência na prática de crimes. Aqueles que permanecem mais tempo em casa se dedicam, na maioria dos casos (56,52%) a ver televisão; e também trabalham nos serviços domésticos, "ajudando a esposa", "cuidando de animais" e "arrumando as coisas". Em casa ou presos, 78,26% dos egressos do CEDUC afirmaram gostar de televisão. Entre os seus programas preferidos, as

-

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> De acordo com GOFFMAN (1988, p. 7), o estigma é entendido como "a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena."

novelas ocupam o primeiro lugar com 28,89% das respostas, seguindo-se os noticiários jornalísticos, futebol, desenhos, filmes e outros.

Nas entrevistas, foram citados por eles os programas "Xuxa", "Bob Esponja", "Patrulha Policial", "Malhação" e "Big Brother Brasil". Alguns depoimentos mostram o nível de alienação dos egressos quanto às suas escolhas pela informação, outros se colocam mais críticos, e ao mesmo tempo denunciam o nível retrógrado dos programas que são colocados à disposição da nossa juventude, na atualidade, pela mídia televisiva:

Todo dia assisto à Xuxa, Bob Esponja. Os desenhos todos. Depois assisto ao Patrulha. Aí desligo um pouquinho. E vou esperar a novela. Vejo os filmes. Pronto. Aí só assisto só de noite às novelas. Assisto também aos jogos de futebol. Hoje vou assistir a Fluminense x Palmeiras. Eu sou palmeirense. Em Natal, sou abecedista. (HOMERO, 21 anos).

Só gosto da TV Globo. Mas assisto a todos os programas, também de outras TVs, menos os policiais, tipo Patrulha. (HESÍODO, 22 anos);

Eu gosto de televisão, mas não tenho TV. Assisti à "Da cor do pecado" e assisto à "Malhação", que fala muito de coisa de jovens. Lá tem preconceitos. Tem racismo e outras coisas... (IRIS, 19 anos);

Gosto da novela das 8 da Globo e do Big Brother. Não gosto de futebol. Na minha infância eu não tive tempo pra isso, não. (DIONÍSIO, 21 anos);

A televisão deixa a pessoa bem informada. Eu gosto muito do jornal, mas como a gente não tem mesmo o que fazer, aí também assisto a algumas novelas. (TEÓCRITO, 25 anos);

Só assisto a desenhos. E às vezes à alguma novela. Mas televisão é o que eu mais gostava, mas agora é o que eu tenho mais raiva. Detesto. Porque é tanto negócio e eu só ali preso num canto, direto, só televisão, televisão... agora eu não agüento nem olhar. (TEÓFANES, 21 anos);

Só gosto do programa Malhação. Gosto porque é bom. Lá tem muita coisa para a gente aprender. Amizade, inimizade, amigos, traição, racismo... (HELENE, 19 anos);

Gosto de TV: de manhã um desenhozinho; de tardezinha, um filme. Assisto também a novelas como a de "Juvenal Antena", a da "favelinha" [Portelinha]. Aquela ali eu não perco, não. As outras eu nem ligo, mas ela eu não perco. Eu acho que a novela pode influenciar aqueles meninos menores, que ainda não têm a cabeça feita; que são muito influenciados. Mas, a gente já de maior, que tem a cabeça mais formada, não influencia em nada não, porque a gente já sabe o que é bom e o que é ruim. O que mostra ali: o envolvimento com a violência, bandidos... a gente tudo já sabe. A gente já passou por situação parecida... mas quem nunca passou fica naquela... Muitas coisas ali já aconteceram comigo, como: estar em casa, tranqüilo, e de repente chegar a Polícia e invadir tudo, atirando, quebrando. Isso já aconteceu comigo uma vez. E isso influencia as crianças. Aquelas crianças que estão se envolvendo agora, que estão entrando na malandragem... ficam tudo doido quando vêem essas novelas. Elas dizem: 'Vige', eu quero um revólver igual a esse. E eu imagino eu mesmo naquela idade, "né"! Eu era desse jeito, também. (EURÍPEDES, 21 anos).

Em número menor (26,10%), outros egressos preferem ficar em casa ouvindo música, dormindo ou acessando a internet (*Orkut* e MSN) e até vão à praia. Consultados sobre as razões porque permanecem tanto tempo em casa, quando não estão presos, as justificativas se concentraram na "falta de emprego", "ameaça de vítimas", "perseguição policial", "por precaução" e "por trabalharem em casa", em ocupação autônoma.

Diante desse quadro, podemos perceber como os egressos enfrentam dificuldades no seu retorno à vida social. Numa forma semelhante ao seu confinamento institucional, ao deixar o CEDUC, volta ele a submeter-se a um novo "confinamento", desta vez em sua própria casa, quase privando-se do direito universal de ir e vir, estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e incorporado à Constituição brasileira.

É importante ressaltar que esses jovens, em plena capacidade produtiva, permanecerão doravante ociosos, sempre beirando o limiar do mundo do crime, mas, ao mesmo tempo, também ligados ou submetidos aos caprichos e pressões da sociedade de consumo, como ocorre com qualquer outro cidadão do planeta. E, como tal, seria de se esperar, sobretudo em se tratando de jovens, que eles também sintam o desejo impaciente e frenético de também participar e usufruir das ofertas da sociedade *high-tec* e de suas promessas.

Para tanto, ele pode cedo se decidir inclusive por enveredar, novamente, pelo mundo do crime, muitas vezes partindo do nada – ou seja "sem emprego e sem recursos" – para adquirir projeção social, prestígio e respeito no seu ambiente de pertença. Como observou Takeuti,

Viver obscurecidos na periferia não basta a esses jovens para o seu estar-no-mundo. Assim, eles têm como "árdua tarefa" a produção de sua existência social, "custe o que custar", e isso a partir de reduzidos recursos (para muitos, a partir do "nada"). (TAKEUTI, 2002b, p. 273, grifos da autora).

Observamos que, nessas circunstâncias, submetidos a um processo de relegação social e simbólica, e submetidos ao desemprego, esses jovens, enquanto estão em casa, apresentam um comportamento que não difere muito dos demais jovens de sua idade. Nesse sentido, 56,25% apontaram "a praia e o futebol" como divertimentos preferidos, seguindo-se "festas", "bares", "surf", "caminhar em parques", "passear em shopping centers" e "farrear com mulheres". Outros ainda ocupam o seu tempo assistindo a "filmes em DVD", "visitando parentes nos presídios" e "fazendo tráfico de drogas".

Procurando aprofundar a investigação sobre como se desenvolve a vida do egresso na comunidade, verificamos que 91,30% dos entrevistados não participavam de qualquer atividade social em sua comunidade. Ressalte-se que, de acordo com Takeuti,

Nos bairros periféricos de Natal, a vida grupal dos jovens na rua parece ser uma característica mais acentuada do que em outros espaços da cidade. Os próprios jovens distinguem esse aspecto de vida juvenil na periferia, diferenciada dos bairros das "classes médias e altas" (TAKEUTI, 2002b, p. 291)

Dentre os 8,70% que informaram participar de atividades na comunidade, o seu envolvimento comunitário se limita a duas formas: freqüência rotineira a festas, bailes, barzinhos ou *shopping centers*; e freqüência a igrejas evangélicas, como, neste caso, afirma um dos egressos:

Eu acredito em Deus. Sempre eu vou pra Igreja. Os irmãos vêm me buscar aqui de carro, na porta. Eles conhecem toda a minha situação. A religião pode me ajudar a sair dessa. Eu me tremo demais quando eu vou pra Igreja. Homem, as pernas ficam assim (tremendo)... Eu não sei o porquê. Mas eu chego na Igreja e lá dá um negócio em mim que minhas pernas tremem demais... Eu fico em pé, e choro com muita força. Choro demais. É a Igreja Assembléia de Deus. É só no domingo à noite. De 7.30h às 10h. Quando eu venho de lá, venho tão aliviado que vou dormir. É o dia melhor que tem pra dormir. Quando eu chego lá e os irmãos vão cantando o hino, aí vai aliviando mais. Aí deixo de ficar nervoso. Quando eu estou lá me lembro do CEDUC, de Alcaçuz [penitenciária], aí dá vontade de chorar. (HOMERO, 21 anos).

Ao retornar ao convívio social, e logo envolvido em práticas diversas que fogem às normas socialmente instituídas, o egresso mantém um relacionamento diverso com a sua comunidade. O nível desse relacionamento tem relação direta com a postura assumida pelos diferentes agentes comunitários e instituições em relação à sua pessoa, após seu desligamento do CEDUC, e sobretudo em relação à questão dos adolescentes em conflito com a lei.

De modo geral, os egressos afirmaram desconhecer as pessoas que exercem algum tipo de liderança em suas comunidades, como presidentes de conselhos comunitários, líderes religiosos; como também as pessoas ligadas a grupos de jovens das diferentes igrejas dos seus bairros, grupos ecológicos, clubes esportivos, grupos de capoeira, "funkeiros" e tantos outros movimentos temáticos. Somente os vizinhos, sobretudo aqueles que fazem parte de seu grupo de amizade desde a infância, é que têm maior aproximação com os mesmos. Mesmo assim, constatamos que 34,78% deles ou não têm contato nenhum com seus vizinhos, ou se relacionam com os mesmos "com restrição", "com indiferença" ou "não gostam deles".

Assim, a forma como o egresso foi recebido pela sua comunidade, ao desligar-se do CEDUC, segundo os seus depoimentos, nos leva a pensar que a própria sociedade, seja pela

omissão, seja pelo preconceito, ou em face de conflitos de natureza diversa, contribui, a partir de suas atitudes, para dificultar uma participação mais efetiva do egresso na comunidade, apesar de que, ao que parece, nem o egresso nem os seus grupos de pertença (em geral as "galeras" que integravam antes da internação no CEDUC) apresentam estabilidade de vínculos.

Os obstáculos criados pela sociedade, portanto, são fatores importantes, capazes de levar o adolescente, num momento de medo, insegurança ou incerteza, a regredir no seu esforço e nos seus propósitos de "recuperar-se" para o convívio social dito "normal".

No nosso diálogo com os entrevistados, percebemos a natureza conflituosa nas relações que boa parte deles estabelece com os membros da sua comunidade, na maioria das vezes em decorrência de rixas passadas, ameaças ou preconceitos, o que pode dificultar ou mesmo interromper o processo de sua inclusão social, como mostram esses relatos:

Eu era sempre ameaçado pelo irmão do rapaz que matou meu pai. Mas só que foi passando o tempo, aí ele querendo se envolver também, aí os caras mataram ele pra banda de lá. Hoje em dia em tenho algum inimigo, mas assim declarado capaz de fazer um mal a mim, eu não tenho. Só alguns, devido a confusões mais comuns [...] Tem uns lá, em Felipe Camarão, que não gostam de mim; mas a maioria "dos povo" gosta; em Guarapes, também. Se o senhor chegar lá no Conjunto Inferninho, nos Guarapes, e perguntar lá sobre mim, muita gente vai falar de bem pro senhor. (TEODÓSIO, 22).

Eu tenho inimigos na minha comunidade. Eles mataram o meu irmão e também um primo meu. Quem matou meu irmão foi um policial com raiva dele. Era policial do grupo de extermínio. Inclusive, um deles está aqui preso comigo, também. (TEÓFANES, 21 anos);

Só tenho problema com uma vizinha. Ela tem preconceito. Ela não gosta de mim. E sempre fica falando sobre o que já passou (assalto)... (NEREIDA, 20 anos);

Eu não gosto de vizinhos. A maioria tem preconceitos. Acham que nunca vamos mudar. (PITÁGORAS, 22 anos).

Até pouco tempo, eu tinha muitos inimigos, mas todos já morreram. É tanto que eu hoje andaria bem tranquilo perto de casa. (TEODORO, 21 anos);

Dentro de todo esse contexto, notamos que os egressos convivem extremamente angustiados, inseguros, isolados – totalmente sem vínculo com outras redes de relação - e perplexos diante dos dilemas que precisam superar sem, no entanto, se sentirem instrumentalizados e capacitados para enfrentar dificuldades de tais dimensões.

Seus sonhos e aspirações, segundo nos contaram, são, em geral, semelhantes aos sonhos dos cidadãos comuns, como o "desejo de liberdade", "de emprego", "de casa própria",

"de família organizada" e "de paz". Tudo isso, em conjunto, representou, dentro de uma escala de prioridades, 79,41% das respostas do entrevistados.

Todavia, essas manifestações mostram que esses sonhos apresentam alguma defasagem em relação à percepção que têm os egressos sobre sua realidade concretamente vivida. Quase todos eles se referem ao desejo de "não voltarem a praticar crimes novamente", "não mais voltarem para a cadeia", entre outros propósitos. Porém, o próprio cotidiano lhes apresenta barreiras que, desde logo, terão de enfrentar para realizar esses objetivos. E, aí, logo se instala uma descrença naquilo que eles próprios projetam para si tal qual um "castelo de areia".

Outros desejos expressos pelos entrevistados, numa perspectiva de futuro, foram "não mais depender dos pais", "dispor sempre do dinheiro do aluguel", "ter estabilidade financeira", "sair do mundo do crime", "ter alimentação certa" e "ver o desaparecimento do *crack*". Nesse sentido, os depoimentos seguintes nos ajudam a compreender melhor o seu nível de expectativas, diante da sua realidade de vida, os quais, de tão contundentes, falam por si sós:

O que mais desejo é que não falte dinheiro para pagar o aluguel. Quando vai se aproximando o dia, já fico pensando... E também, assim, como o dinheiro é pouco, às vezes eu preciso comprar alguma coisa pro menino. Tem o *danone*... um leite. Ele ainda mama! (IRIS, 19 anos).

O meu sonho hoje e o que eu quero mesmo é arrumar meu emprego. Ter minha casa e viver com a minha mulher e meus filhos, e o resto já era! (TEÓFANES, 21 anos).

Eu queria que o *crack* deixasse de existir. Poderia ficar só a maconha. Acho que ia haver alguma mudança. Menos confusão. Ia ser como comprar um cigarro qualquer. (ÉSQUILO, 22 anos).

No entanto, outros parecem bem otimistas quanto ao seu futuro e demonstram capacidade de superação, enfatizando a força do sujeito sendo capaz de reagir mesmo nas adversidades:

Hoje me sinto tranquila. Moro com minha mãe. Estudo. Trabalho. Vou continuar estudando. No futuro, me vejo Assistente Social, e trabalhando na FUNDAC. (NEREIDA, 20 anos).

Apesar de não ter certeza de que vou sair daqui vivo, acho que o meu futuro é o que já está no meu destino: trabalhar, formar uma família e ter filhos. (PITÁGORAS, 22 anos).

Ressalte-se, por oportuno, que esses jovens, mesmo vítimas de violação de direitos, ainda conseguem, no limite de sua compreensão, interpretar o papel e o sentido das esferas políticas ou governamentais, cujos titulares têm poder de influência na transformação de suas condições de existência. Muitas vezes, eles são tomados pela frustração e pelo desencanto, quando expressam uma tradução bem verdadeira, no seu modo de olhar a realidade. Nessa direção, ao serem inquiridos sobre sua participação política e sobre sua opinião quanto à lei que autoriza o voto somente para os presos provisórios, eles assim se expressaram:

Eu não vou votar em ninguém não. Porque eu vejo todo dia passando na televisão... Esses caras aí são todos ladrões. São muito piores do que eu. Eles vivem só de enganar e enrolar o povo! Eu vejo todo dia os exemplos. Eu não vou votar. Não voto mesmo. Voto nulo. Eles roubam muito mais do que a gente. Mas não fazem nada. Só comendo dinheiro... Eu não sei se todos roubam, mas eu mesmo não confio em nenhum. Já por causa dos outros. No fim todos pagam. Talvez essa lei seja até bom pros presos, porque se eles vão querer voto, eles [os políticos] vão ter que fazer alguma coisa, ter que ajudar também. Assim, pode ser bom pros presos. Pode ser que assim tenha preso que vote em algum deles. (PÍNDARO, 22 anos);

Eu acho que é bom votar, pois poderá trazer algum benefício pra nós [presos], como botar nós para a rua! Quando os políticos trazem essas coisas pra presos, se pode pensar muita coisa... E pode também ser só conversa. Mas quem sabe: política... Eles [os políticos] tão fazendo mais presídios do que escolas. (ESOPO, 22 anos);

Hoje aqui fora, na comunidade, eu sou eleitora, voto. Mas não confio nos políticos. Uns só fazem prometer. Podiam ajudar mais as pessoas. São enrolões. Enganam o povo. (DIONE<sup>42</sup>, 21 anos);

Com essa lei, não vai mudar nada. Em vez de 1/3 agora se "tá" tirando 2/5. Ficou foi pior. Esses políticos só vão querer ganhar o voto e depois nada... [gesto de revolta batendo com uma mão sobre a outra!] Não dá pra confiar nos políticos. Eles não fazem nada que preste mesmo. Acho que não vou nem lá votar, não. (TEÓFANES, 21 anos)

Eu acho que votar é bom. Os políticos... eu acho que eles têm que trabalhar mais. E olhar mais o lado dos que têm menos as coisas... Mas não confio muito neles não. (ALCEU, 26 anos);

Sobre os políticos... primeiro a pessoa tem que estudar pra entender melhor o que eles fazem; tem uns políticos que fazem os trabalhos mais certos; já outros têm as "mungangas"; a maioria é de corruptos. (PITÁGORAS, 22 anos).

Como observamos, mesmo em dificuldades, eles conseguem fazer, em linguagem simples, uma avaliação da sociedade em que vivem, a partir dos papéis desempenhados pelos políticos, com lógica e alguma propriedade. Denotam uma certa desconfiança em relação às autoridades políticas de sua cidade as quais se destacam pelas promessas não cumpridas, já que prometem muitos benefícios e somente criam expectativas no povo.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Entrevista realizada em outubro de 2007.

Constatamos, neste estudo, que 73,91% dos egressos do CEDUC, no período estudado, voltaram a ser presos pela Polícia, em decorrência de crimes cometidos, após o seu desligamento da instituição. Também desalentador é o fato de que 56,52% dos egressos repetiram o mesmo tipo de ato infracional que, no passado, havia dado causa à sua internação, agora caracterizado como crime, previsto no Código Penal Brasileiro. Isto quando, de acordo com os propósitos da instituição, estariam eles "aptos a retornar à família e a conviver, normalmente, na comunidade".

Eis aí a verdadeira face do sistema oficial de atendimento aos adolescentes, autores de atos infracionais, em Natal, o qual, em vez de facilitar o processo de inserção do egresso à comunidade, penaliza os jovens pobres, filhos da "ralé", no dizer de Jessé de Souza, e produto de uma sociedade injusta e omissa, que não consegue encontrar uma resposta adequada para questão.

Essa realidade, de certa forma, denuncia a opção pelo crime a que foram obrigados esses jovens egressos, certamente por não encontrarem outras estratégias de sobrevivência, senão a sua permanência no mundo do crime.

Ressalte-se que a maioria relativa (47,82%) desses crimes se enquadra na categoria "crimes contra o patrimônio", portanto, trata-se de crimes em geral relacionados com as necessidades de sobrevivência pessoal e familiar de seus autores. Como o mesmo fato também ocorreu no período da internação do adolescente, ou seja, houve também uma predominância de crimes contra o patrimônio, mais uma vez podemos admitir que, por trás da prática infracional dos jovens egressos do CEDUC, a necessidade de garantir a sobrevivência própria e a de sua família se destaca como uma das principais razões da permanência desses jovens na delingüência.

Diante dessa realidade, mais uma vez, é possível questionar os métodos oficiais direcionados à promoção social de adolescentes, autores de atos infracionais, e, em alguma medida, pôr em cheque a eficiência e a eficácia da forma de execução da medida socioeducativa privativa de liberdade, no âmbito da FUNDAC, em Natal.

## 5.4 O EGRESSO E O TRABALHO

O exercício da cidadania e, por extensão, a condição de desfrutar de melhores condições de vida estão sempre vinculados ao trabalho. E é, justamente, a partir da questão trabalho, que o egresso do CEDUC começa a enfrentar os maiores obstáculos e a sofrer os efeitos da exploração e da discriminação social.

Como sabemos, a ética do trabalho permeia a sociedade em todas as suas dimensões, funcionando como um importante referencial para as classes populares. Habituados com o trabalho desde criança, grande parte dos egressos entrevistados tem particular preocupação com o seu futuro no mundo do trabalho, já que este está sempre relacionado com a satisfação das necessidades básicas do indivíduo e de sua família (alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, segurança social, segurança afetiva, lazer).

Por isso, a luta em busca de trabalho ou emprego, não raro de "qualquer trabalho" – para usar a expressão dos egressos - e a frustração por não terem uma qualificação profissional que os credencie a desempenharem uma ocupação produtiva no mercado de trabalho, aparecem nas falas da quase totalidade dos egressos como temas centrais, mobilizadores do cotidiano e das preocupações fundamentais da sua vida.

Apontam Ferreira et al. (2002, p. 119) que o exercício de uma atividade remunerada é o principal instrumento de reconhecimento do indivíduo e de sua importância e utilidade na sociedade capitalista. Mostram que a cidade de Natal apresenta uma alta taxa de desemprego, combinada com uma forte presença de trabalhadores em postos de trabalho vulneráveis. A força de trabalho tem baixo nível de escolaridade, concentrado no primeiro grau incompleto.

Neste contexto, os egressos do CEDUC, tradicionais desempregados, permanentemente mergulhados no universo da exclusão e da relegação social, ao perderem sua identidade, logo transformariam seus anseios, frustrações, medos e angústias em força propulsora na busca de formas alternativas de sobrevivência, o que inclui escolhas lícitas ou ilícitas de conduta. E, nessa direção, referindo-se a desempregados, vítimas de conjunturas desfavoráveis, afirmam esses autores:

Privados do direito a uma ocupação [...], muitos deles não se dão conta do alcance que as conseqüências de sua condição podem ter na família, na sociedade e principalmente neles mesmos. A erosão da confiança em si, a perda da identidade e um sentimento de angústia que se instala fazem com que as perspectivas, além de distantes, sejam anunciadas como sombrias para a maioria dos entrevistados. O mundo dos excluídos não é perceptível, apenas, através dos índices das pesquisas sobre emprego/desemprego. Por trás de dados estatísticos [...] se esconde a dura realidade da existência de homens, mulheres, crianças, jovens e velhos que sobrevivem numa sociedade desigual nas oportunidades e cruel no tratamento com os descartados pelo sistema. (FERREIRA et al. 2002, p. 116).

O trabalho formal é um diferencial, à medida que embute a garantia de direitos, e pode abrir melhores horizontes, até mesmo para planejar a vida da família. E ainda materializa uma condição diferenciada daquela experimentada pelos trabalhadores instáveis,

com atuação no mercado informal, podendo abrir espaços para a ascensão social do egressotrabalhador e para a realização de seus projetos de vida.

Na nossa sociedade, o trabalho é visto como uma "atividade dignificante", que valoriza o homem. E para o egresso, além de um direito, ele é visto como uma categoria fundamental para viabilizar a sua sobrevivência e a de sua família, representando ainda um elemento essencial de construção de sua identidade e de promoção de sua autonomia como pessoa e como cidadão. Assim, apesar das dificuldades encontradas pelos egressos, a intenção manifesta de trabalhar, da maioria deles, está sempre presente, além mesmo do desejo de sobreviver dignamente pelo próprio esforço através de uma atividade laboral preferencialmente legalizada.

Infelizmente, para seu desencanto, grande parte da sociedade, em vez de considerar o desemprego como um problema de ordem estrutural, prefere atribuir ao sujeito a culpa pelo sua situação de excluído. E, assim, longe de serem considerados como vítimas do sistema econômico, os jovens egressos passam a ser, na verdade, estigmatizados como incapazes, preguiçosos e perigosos. Assim, a condição de exclusão vivida por muitos, dentre os quais os egressos do CEDUC, retrata a face cruel da sociedade da concorrência e da competição na qual "nem todos têm direitos e oportunidades partilhados e o acesso ao emprego tem se restringido a um número cada vez menor de pessoas".

Como sabemos, o emprego, nesses tempos de capitalismo transnacionalizado, se transformou em um bem escasso, e as condições de formação e especialização exigidas para disputá-lo estão cada vez complexas. Dessa forma, para quem apenas é possuidor do seu próprio corpo, a exemplo do egresso do CEDUC, adquirir a capacitação necessária para disputar um posto de trabalho é meta das mais difíceis, como o é a inserção do jovem no mercado de trabalho. Portanto, diante das mudanças recentes no capitalismo, o direito ao trabalho se constitui, hoje, em um direito essencial para a aquisição da cidadania.

Mas não é à toa que o mundo do trabalho tem merecido as suspeitas da própria juventude. Sabem os jovens que, à medida que as relações de trabalho têm gradualmente se tornado mais precarizadas, o jovem trabalhador se depara com quase nenhuma estabilidade e com poucas chances de realização pessoal e limitadas possibilidades de uma vida melhor.

No caso dos egressos do CEDUC, relegados à condição de excluídos, também caracterizados como "lixos sociais" (Gaulejac, 2002), integrantes de uma "ralé" brasileira de "desclassificados sociais", como, provocativamente, nomeia Souza (2003), eles, por vezes, também não vêem sentido inserir-se no mercado de trabalho, por considerarem que o

mercado os requer apenas para trabalhos desvalorizados, como ocorreu no caso das egressas Iris e Helene, ambas de 19 anos, e de Xenofonte, 24 anos, aqui entrevistados.

Assim, muitos desses jovens percebem desde logo que não têm nenhuma chance de inserir-se no universo do trabalho formal, a não ser como vítimas do abuso e da exploração. E este é o mundo que dificilmente lhes possibilitará espaço à condição de seres reconhecidos como sujeitos, sobretudo sendo membros da "ralé", cujas características, foram destacadas por Souza (2003, p. 122), que assim escreve: "[São] seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva".

E é nessas circunstâncias que os egressos do CEDUC buscam outras alternativas, tanto no mercado informal como nas trilhas da ilegalidade, o que lhes parece garantir, mais prontamente, os meios requeridos para acessar o excitante mercado globalizado do consumo de massa. A exemplo dos demais jovens em todo o mundo, embora eles ocupem lugares rejeitados, não deixam de também estar submetidos aos desejos e atratividades do mundo do consumo ou da "economia de consumo", na expressão de Bauman (2008).

Como sabemos, dispor de boa qualidade de vida e conforto significaria estar inserido no mercado de trabalho, ter profissão qualificada e salário suficiente para a manutenção da família. No entanto, na sociedade brasileira, essas condições não se aplicam à grande massa dos trabalhadores não qualificados e desempregados, na qual se incluem os egressos do CEDUC e suas famílias. Para estes, o centro de suas preocupações é a sobrevivência cotidiana, resolvida com um mínimo de recursos econômicos para suprir as necessidades essenciais, sendo-lhes cada dia um recomeço desafiante, cheio de incertezas, mas também de buscas incessantes por novas alternativas de vida.

Estar "trabalhando honestamente" é para esses jovens um privilégio e, acima de tudo, um salvo-conduto que pode garantir a sua liberdade. Como afirmam alguns deles, "se a gente trabalha, a Polícia não persegue tanto... não suspeita tanto da gente." Por outro lado, também reconhecem: "o crime faz o cara perder a liberdade e ser logo rejeitado por todos". Portanto, o "trabalho honesto" para eles além de qualificá-los socialmente, confere-lhes a independência que tanto desejam. Por sua vez, o não trabalho provoca constrangimento, desvalorização e desqualificação social. E, como diria Jessé de Souza, nesse contexto, sem capital econômico e cultural os integrantes dessas classes despossuídas, só possuindo o próprio "corpo" para vender, o venderiam por preço sempre baixo, nas profissões típicas da ralé brasileira - para os homens, o trabalho pesado e mal pago; e para as mulheres, o emprego doméstico e a prostituição. E, nesse sentido, comenta o autor:

"Há duzentos anos é assim e as perspectivas de mudança são mínimas numa sociedade que se acha perfeita e cheia de virtudes cívicas. Na verdade, é ela – a sociedade – nós todos, portanto, que mantemos, legitimamos e reproduzimos esse estado de coisas". (SOUZA, 2007, p. 6)

Conforme revelaram as falas dos entrevistados, o egresso do CEDUC, dentro de sua própria visão, não pode ser incluído no grupo de "privilegiados" que encontra trabalho. Essa angústia permanente que carrega consigo é sentida por boa parte deles quando ainda na instituição, sobretudo ao aproximar-se a época do seu desligamento, ou seja, no final do período de cumprimento da sua privação de liberdade.

É evidente que o problema do desemprego não atinge somente os egressos do CEDUC, mas, como ocorre também com os demais trabalhadores, eles se sentem profundamente afetados, espraiando-se sobre eles, na expressão de Bezerra (2006, p. 117), "o sofrimento com o fracasso, a sensação de desvalorização social e de inutilidade [...] revelando uma melancólica auto-imagem, marcada pelo malogro e pela frustração".

Todas essas angústias começam para o egresso do CEDUC a partir do momento do seu desligamento da instituição. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, o desligamento do CEDUC é um momento muito marcante e de extrema felicidade para a maioria dos internos. Para outros, no entanto, além de marcante, esse momento também traz muita angústia. É o caso daquele jovem que, assumindo uma postura mais crítica, já começa a perceber as dificuldades que deverá enfrentar fora da instituição.

Entre os problemas a enfrentar, foram mencionados, pelos entrevistados, os seguintes: "arranjar emprego", "preconceito/discriminação", "ameaças de inimigos", "enfrentar a dureza da vida", "não ter apoio de ninguém". Na abordagem desses aspectos, durante as entrevistas, muitos deles respondiam com a cabeça baixa, apresentando uma expressão facial de sofrimento e angústia. O depoimento deste egresso parece ilustrar bem esta questão:

Quando eu fui desligado do CEDUC eu me senti feliz e ao mesmo tempo muito triste e até indignado. Feliz porque eu 'não estava devendo mais nada'. E triste porque não tive uma oportunidade de emprego por lá. Ia sair sem saber fazer nada para arranjar emprego fora. Porque a primeira oportunidade que eu poderia ter era pelo caminho de lá [...]; agora vou ter de enfrentar a discriminação do povo, "que queira ou que não queira". Como o senhor sabe, o povo só olha com esses olhos... E para tirar isso, essa má impressão, só se a gente trabalhar. E só quem tira o preconceito é o trabalho. A gente trabalhando, a gente tira essa má influência dos outros. (ALCEU, 26 anos).

-

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup>O "desligamento" é o ato no qual o adolescente interno no CEDUC recebe o comunicado da determinação judicial de que, a partir daquela data, ele deve retornar para sua casa ou outro local onde deva se estabelecer na comunidade. A decisão do Juiz se fundamenta, sempre, no Relatório do caso, contendo pareceres técnicos da instituição, quanto à performance do jovem ao longo de sua trajetória de institucionalização.

Depreendemos disto, pois, que o sentimento de angústia que se desenvolve no egresso por ocasião do seu desligamento da instituição pode se manifestar tanto por atitudes de revolta como por acomodação ou alienação, mesmo sem prejuízo à impressionante sensação de liberdade, sentida pelo mesmo.

Mas o que nos surpreendeu, porém, é que, conforme os depoimentos, observamos que 30,43% consideravam que não iriam enfrentar "nenhuma dificuldade" após seu desligamento do CEDUC, mesmo levando-se em conta suas remotas possibilidades de inserção social. Isto traduz, de certa forma, um forte grau de alienação que caracteriza uma boa parte dos jovens que, confinados, cumprem medida de privação de liberdade. Os depoimentos a seguir podem esclarecer essa postura.

Quando eu ia sair do CEDUC, eu achava que não iria enfrentar nenhuma dificuldade aqui fora. Eu nem pensava nisso... Nunca pensava no futuro! (SÓFOCLES, 23 anos);

Depois que saísse do CEDUC, eu achava que não ia enfrentar dificuldades. Eu ainda morava com meus pais. E eles são bons pra mim. (EURÍPEDES, 21 anos);

Depois do CEDUC, a dificuldade que ia enfrentar era só a vida mesmo. (DIONÍSIO, 21 anos);

Perto de sair do CEDUC eu nem pensava em dificuldades. Só pensava em coisa boa lá fora. (HELENE, 19 anos);

Essas falas traduzem também atitudes de acomodação e passividade, próprias das práticas assistencialistas-repressivas dos internatos, já que muitas vezes só após o desligamento é que o egresso consegue, efetivamente, compreender, em maior dimensão, o tipo de dificuldade que enfrentará no convívio social.

Os egressos, em sua maioria (69,58%), no entanto, demonstrando uma maior visão crítica e um forte sentimento de angústia e preocupação com a sua situação pós-desligamento do CEDUC, já percebiam que iriam enfrentar muitas dificuldades após serem desligados. E, a propósito, assim se manifestaram:

Ao se aproximar o momento do desligamento do CEDUC, eu sabia que não ia ter apoio de ninguém, e só pensava em ir trabalhar em algum lugar e ninguém me aceitar. (ÉSQUILO, 22 anos);

Perto do meu desligamento do CEDUC eu só pensava nos inimigos. Eu achava que, quando eu saísse, eles [os parentes da vítima] iam querer cobrar o que eu fiz. Só que, graças a Deus, eles não vieram, não. A não ser que eles estejam esperando passar mais tempo. (IRIS, 19 anos);

Eu nem sei lhe responder isso, mas naquele momento eu não pensava em dificuldades, só no desemprego. E até hoje enfrento o desemprego. É triste. (ARQUÍLOCO, 22 anos).

Nesse sentido, indagados os egressos sobre as principais dificuldades que realmente encontraram, e ainda hoje enfrentam no seu cotidiano, após o desligamento do CEDUC, obedecendo a uma ordem de prioridade, eles indicaram: "falta de emprego", seguindo-se "prisões freqüentes", "falta de casa própria", "dependência total dos pais", "renda insuficiente para manter a sua própria família", "impossibilidade de trabalhar" e "preconceito e discriminação". Os depoimentos a seguir são emblemáticos:

Atualmente eu estou sem condição de dar qualquer coisa para manter a minha filha e esposa. Minha família [tia e parentes] é quem está ajudando. Não tenho emprego. (HOMERO, 21 anos);

Eu estou preso e sem emprego. Se eu arrumasse um trabalho pra mim, eu "tava" feito. Eu não ia mais precisar de depender de minha mãe, nem de praticar coisa errada. (EURÍPEDES, 21 anos);

As maiores dificuldades que estou enfrentando no momento para manter a família são: falta de liberdade, falta de trabalho e discriminação. (DIONÍSIO, 21 anos).

Eu trabalhei de frentista num posto de gasolina. Enquanto ninguém sabia era tudo normal. Depois alguns ficaram desconfiados. Com poucos meses me dispensaram. Fiquei logo pensando que saí do Posto porque o dono soube alguma coisa de minha vida... (ARQUÍLOCO, 22 anos).

Muitas vezes, muitas pessoas querem sair da vida do crime, mas muitas vezes é a sociedade que não deixa. O próprio empresário tem medo, se ele vê uma pessoa com um papel de [maus] antecedentes criminais, não deixa a pessoa trabalhar. Daí a pessoa vai se revoltando cada vez mais. É por isso que você vê muitos saírem, vão atrás de emprego, não arrumam; aí, rodam, rodam, rodam, mas eles não querem dar porque vêem, "né", a cara, "né!"; e aí o cara finda no mesmo canto de novo: se não tem onde trabalhar... olhe aí o dilema danado! (TEODORO, 21 anos).

Para muitas pessoas eu sou perigoso, mas não tem nada disso. Quem me conhece mesmo, lá onde moro, vai logo achar que tudo o que dizem sobre mim é mentira. Eu me acho uma pessoa normal como qualquer outra. Mas tem gente que tem preconceito. Aí falam demais. O senhor não: pelo jeito do senhor, o senhor tem sangue bom. Mas, aqui dentro mesmo [Penitenciária], quando eu vinha ali agora, eles já ficam olhando pra mim, me marcando... (TEODÓSIO<sup>44</sup>, 22 anos).

Analisando-se o conjunto dos egressos entrevistados, constatamos que 91,30% estão desempregados, vivendo na dependência total dos pais ou parentes. À medida que sua idade se eleva aumentam as dificuldades de sua inserção no mercado de trabalho, alimentando neles

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

a insegurança e a frustração, como manifestaram nas entrevistas. São, afinal, jovens adultos, em plena capacidade produtiva, que continuam a se sentir sem perspectivas de se firmarem, economicamente, para garantir sua sobrevivência e de sua família. Os poucos que estavam trabalhando eram jovens do sexo feminino, desempenhando emprego doméstico, sem registro em carteira e com salários irrisórios, inferiores a ¼ do salário mínimo.

Apenas um entrevistado, jovem do sexo feminino, trabalhava com carteira assinada, desenvolvendo atividades de apoio administrativo, no complexo Sesi/Senai, graças a um projeto de incentivo ao trabalho de jovens, apoiado pela Petrobrás. Tratava-se do programa Primeiro Emprego, com salário em torno de R\$ 600,00 mensais. Os demais jovens egressos não tinham ocupação formal definida, e, supostamente, apenas desempenhavam atividades eventuais, como biscates ou outras ocupações informais, mas insuficientes para a sobrevivência familiar e pessoal, ou para suprir algumas de suas necessidades ou ambições de consumo.

Resgatando-se a trajetória de vida desses jovens, verificamos que 78,26% deles já haviam trabalhado em algum momento de suas vidas, antes de serem internados no CEDUC, muitos deles precocemente, ou seja, foram vítimas da exploração do trabalho infantil. Para estes, a entrada precoce no mercado de trabalho quase sempre esteve condicionada à necessidade de contribuir para o sustento da família.

Assim, 56,52% deles começaram a trabalhar entre os sete e doze anos incompletos, portanto, ainda crianças, conforme define o art. 2° do ECA. Em geral, suas atividades ocupacionais se caracterizavam por ocupações temporárias, precárias e incertas, incluindo biscates e outras atividades, como auxiliar de pedreiro, feirante, entregador de mercadorias, auxiliar em oficina mecânica de automóveis, auxiliar de padeiro, empacotador de supermercado, artesão, vendedor ambulante, entre outras. Os seus depoimentos assim atestam essa realidade:

Eu comecei a trabalhar aos sete anos, logo que meu pai foi assassinado. Eu fiquei com a carroça dele e ganhava mais ou menos R\$ 70,00 por semana. O dinheiro servia para ajudar minha mãe e meus irmãos. (TEODÓSIO, 21 anos);

Desde os nove anos que eu vendia pipoca e picolé nas ruas. Vendia laranja nos sinais de trânsito. O dinheiro era para ajudar a minha mãe. Mas ali no sinal tinha um bocado de *boy* que roubava também. Aí eu comecei a conviver com quem roubava, com quem fazia essas ondas: vamos fazer... vamos fazer... aí eu comecei a entrar também nessa, algum tempo depois. (DIONÍSIO, 21 anos).

Com nove anos, eu vendia coco e din-din na Praia de Ponta Negra. Depois, entrei na malandragem. O que eu ganhava comprava roupas e armas. (ÉSQUILO, 22 anos);

Desde os dez anos que eu faço limpeza de jardins do povo, limpo mato, limpo coqueiros. Também eu mesmo fazia detergente "muito cheiroso" e vendia nas portas. Eu sei vender as coisas. Com o dinheiro eu comprava o que precisava. Se precisava alguma coisa em casa eu dava. (TEÓFANES, 21 anos);

Aos oito anos eu era feirante. Trabalhava na feira do Carrasco, na das Quintas e na do Alecrim; de madrugada carregava fretes. E depois ia vender galetos. O que eu ganhava dava à minha mãe, e gastava o resto. (TEODORO, 21 anos).

Opinando sobre sua predisposição atual para o trabalho, alguns jovens declararam não ter mais condições para frequentar o ambiente de uma empresa, mesmo que fossem qualificados, pois teriam que enfrentar vários problemas, a começar pelas ameaças de desafetos, como aponta esse egresso:

Minha vida era boa até os quatorze anos. Depois daí eu passei a ter vários inimigos. Hoje só tenho inimizades. Tenho rixa forte entre as galeras de Mãe Luíza x Rocas. Nem posso andar na rua. Durmo o dia todo. Só saio à noite. E hoje eu me arrependo das oportunidades que perdi na vida. Quando eu era adolescente, eu tinha uma cigarreira bem sortida por meu pai. Mas acabei com tudo. Gastava tudo com farras, mulheres e armas. Era meu divertimento preferido. Hoje se o senhor mandar eu ir na padaria comprar pão, eu não posso ir por causa dos inimigos. E quem entra no mundo das drogas não tem condições de sair. Quando o cara vem ver onde está metido é tarde. Com certeza, hoje me arrependo. Mas, agora, as portas estão fechadas pra mim. Ainda mais aqui preso. (XENOFONTE, 24 anos).

Embora efêmeras, as poucas experiências de trabalho desenvolvidas pelos egressos também levaram alguns jovens à frustração e ao sentimento de serem tratados com injustiça, em face de motivos como: salários aviltantes, não pagamento de salário, parentesco com traficantes, parentesco com presidiários, e mesmo a condição feminina. Um pouco de tudo isso, pode ser notado nos depoimentos dessas duas egressas do CEDUC Pe. João Maria:

O que eu mais desejo atualmente é ter um trabalho melhor para criar meu filho. Quando eu trabalhei pela primeira vez, eu tinha dez anos. Foi em 1999. Eu trabalhava cuidando de dois meninos em casa de família. Ganhava R\$ 70,00 por mês. Isso foi antes de eu ir para o CEDUC [...]. Hoje trabalho como doméstica na casa de um comerciante, ganhando só R\$ 20,00 por semana e não tenho carteira assinada. É muito pouco. Faz só três semanas que estou lá, mas já estou com vontade de sair. (HELENE, 19 anos).

Quando eu fui desligada do CEDUC, eu arranjei um trabalho para "lavar vidro", aqui perto de casa. Eram garrafas pequenas de cerveja. A gente lava pra eles encherem de novo. Mas o homem não pagava à gente, não. Ele ficava enrolando, enrolando... Tinha vez que a gente chegava a ganhar R\$ 60,00, mas ele não pagava. Só queria pagar R\$ 10,00 ou 5,00. Ela pagava a R\$ 2,00/saco, que davam 150 garrafas limpas. É muito barato. Assim, de 100 a 150 garrafas limpas eram R\$ 2,00. E a gente corria muito risco. Eu trabalhava dois dias seguidos, e nisso caía a pele do meu braço todinha. A gente trabalhava diretamente com soda cáustica. Ela (a

gerente) paga por produção. Dá dois sacos cada tambor. [...] cada um trabalha em casa mesmo pra ele (o proprietário). Às vezes, ele vem aí, mas agora ele ficou chateado porque eu cobrei o dinheiro que a gente ganhou e ficou dentro (R\$ 200,00). Ele não pagou. Aí ele disse que não precisava mais de mim, que já tinha outra lavadeira. Ele "tava" ganhando dinheiro às custas da gente. Porque um caminhão que ele levava cheio de tambor, ele vendia por três mil reais, parece que em Recife. Ele faz assim: primeiro, ele leva os vidros pra vender, e aí quando chega de viagem é que ele paga. Então a gente ia cobrar e ele dizia que não tinha. Aí não tem condições de a gente trabalhar desse jeito. Ele se prevalece que esse pessoal daqui de perto, tudo depende desses trabalhos, de coleta seletiva e outros parecidos. Ele humilha as pessoas. E nem adianta reclamar na Urbana, porque ele tem muitas amizades lá. [...] Agora, sem contar com esse trabalho, vou ajudar minha tia, trabalhando como doméstica e ganhando R\$ 50,00 por mês! É pouco, mas recebo. (IRIS, 19 anos).

Alguns jovens também demonstraram certa falta de interesse pelo trabalho como fonte de sobrevivência. Sentindo-se desqualificados profissionalmente, e não vislumbrando, a curto prazo, horizontes mais favoráveis em suas vidas, através do trabalho lícito, muitos pareciam insinuar a sua preferência por atividades ilegais, ou pela prática de crimes, como alternativa de sobrevivência, apesar dos riscos que assumem. Nesse sentido, assim afirmou esse egresso:

Eu perdi todas as oportunidades que tive na vida. Me arrependo. Mas já é tarde. Minha mãe é muito nervosa. Mas eu tive culpa. A droga me afastou da minha família. Com a droga a família começou a sofrer, mas nunca me rejeitou. A gente desconhece todo mundo, e quando fica bom lembra pouca coisa do que aconteceu. Agora, quando não estou preso, prefiro viver com muitas mulheres, farras e praia. Moro com todas elas em vários lugares. O dinheiro para sair com elas eu consigo assaltando. Tenho muitos inimigos, mas todo mundo tem problemas. Hoje não posso voltar pra casa. Nunca me interessei por ter uma profissão. Não tinha força de vontade. Com o meu pouco estudo, em qualquer trabalho eu só ganho pouco. Assim a minha vida é viver com mulheres, farrear, assaltar, matar. Não sei se tem saída. Mas confio em Deus. Ele é maior. Um dia talvez possa abandonar o mundo do crime. (XENOFONTE, 24 anos).

Nesse aspecto, Zaluar (1994, p. 9) comenta que esses jovens não contam apenas com as dificuldades de conseguir emprego. Forma-se entre eles, a partir de suas próprias experiências e da observação de vida dos seus pais, uma visão negativa do trabalho, termo que equiparam à escravidão. Escravidão é trabalhar de segunda a segunda por irrisórios salários durante quase todo o tempo em que se está desperto.

Infelizmente, a exemplo do ritmo de vida de Xenofonte, nesses casos o dinheiro desaparece muito mais rapidamente em face do grande número de diversões, bailes, namoradas e amigos; além da constante freqüência a motéis, bares; uso de roupas de marca, consumo e tráfico de drogas, etc. Na verdade, sua ânsia pelo consumismo reflete muito pontualmente o apelo ao consumo direcionado pela mídia ao público jovem, numa sociedade desigual e excludente, o que pode estimular a inserção de jovens pobres, moradores das

periferias urbanas, até mesmo no crime organizado. E isto pode se materializar numa estratégia econômica de sobrevivência de alta rentabilidade, a que jamais esses jovens teriam acesso.

Como pudemos constatar, a inserção do egresso no mundo do trabalho envolve a superação de grandes obstáculos (limitações do mercado de trabalho, insuficiência de oportunidades, discriminação dos que trazem o rótulo de ex-CEDUC, discriminação salarial, etc.). Além disso, levando-se em conta que os métodos utilizados pelo CEDUC quanto à formação profissional e à colocação dos mesmos no mercado de trabalho parecem ineficazes e inconseqüentes, os egressos se vêem obrigados a recorrer a formas ou estratégias alternativas para a obtenção de meios que garantam a sobrevivência sua e de sua própria família.

Assim, vendo-lhes, mais uma vez, negado o direito ao trabalho e percebendo frustradas as múltiplas dimensões de sua realização social, pelas quais constroem o seu reconhecimento, logo passam a vivenciar sentimentos de invalidez, anulação e inutilidade social. Nessas circunstâncias, resta-lhes buscar novos arranjos para garantir a sua sobrevivência, suprindo suas necessidades materiais e simbólicas.

Eles se consideram, em geral, pessoas sem-emprego e sem as garantias trabalhistas dos trabalhadores que têm o privilégio de ter uma "carteira assinada". Sentem-se sempre correndo o risco de – "d'uma hora pra outra", como dizem – se envolverem com outros problemas do passado (furtos, assaltos, etc.) ou mesmo com a Polícia, muitas vezes apenas por suspeita ou desconfiança.

Notamos, assim, como é estreito o limite que separa o egresso entre o "mundo do trabalho" e o "mundo do crime". É o limite da sobrevivência entre a descoberta de uma forma de inserção no sistema produtivo e o risco do retorno ao crime, rompendo os papéis sociais a ele atribuídos pelo sistema. E assim, após esbarrar nas restrições do mercado de trabalho, e tendo consciência da discriminação generalizada que sofre, o egresso recorre a diversos tipos de atividade que se apresentam como estratégia de sobrevivência e como forma de amenizar as conseqüências do desemprego. Dentro dessas condições, o egresso procura desenvolver os seus próprios mecanismos de sobrevivência e identificar diferentes meios de solução para as suas necessidades mais prementes, como mostra o depoimento dessa jovem:

Ganho pouco, por isso eu sei que tenho que ir lá pra a minha tia. Deixo meu filho na creche. Se eu não for, não tenho dinheiro do aluguel, do mês, "tá" entendendo. Lá "ta" sendo bom porque todo dia "tá" tendo o meu comer direitinho. E o meu filho também vai pra creche, almoça na creche... E eu aqui, eu não como, só se eu for pra casa da minha família. E eu não gosto de "tá" pedindo arrego. Eu penso que quando eu virar as costas vão falar de mim, e que um dia vão passar na cara... Eu já passei muitos dias sem comer. Cadê o fogão? Não tem. O problema é que quando o meu

marido foi preso, eu vendi minhas coisas todinhas pra poder levar as coisas pra ele. Aí agora é que eu comecei a comprar a cama. Isso aqui eu ganhei da mulher do meu tio que trabalha na coleta. Aí eu vou ver se eu compro o fogão pra mim. Porque quando eu tiver o fogão, minha mãe vai me ajudar. Com certeza, ela vai me dar comida. Ela trabalha num restaurante, e traz muita coisa pra casa. (IRIS, 19 anos).

Observamos, no caso de IRIS, que, para conseguir sobreviver e criar bem seu filho, ela recorre ainda a outras estratégias, como aumentar ao máximo o tempo de amamentação do filho (o que a rigor, seria algo saudável, mas até um certo limite), como descreve:

Quando eu saí do CEDUC, eu pesava quase 70 kg. Hoje, como ele ainda mama [amamentando o filho no momento da entrevista], veja só o meu corpo! Mas eu fico com medo de tirar ele do peito... eu sei que o pouco leite não sustenta mais a barriga dele. Mas "interte" só enquanto não aparece alguma coisa para ele comer. Pra você ver como ele é gordinho. Eu queria é que nunca faltasse a comida do meu filho nem o dinheiro do meu aluguel., pois quando vai chegando o dia de pagar, eu já fico pensando... Aqui mesmo eu já passei muitos dias sem comer; os vizinhos querem me ajudar, mas eu não tenho fogão pra cozinhar... (IRIS, 19 anos).

Outro tipo de iniciativa, para superar os obstáculos e conseguir sobreviver dentro dos "padrões de normalidade" aceitos pela sociedade, após o desligamento do CEDUC, foi adotado por esse jovem egresso, conforme relata:

Para sobreviver, eu crio galinhas de raça e porcos pra vender, inclusive fornecendo carne para um pequeno açougue aqui perto, onde também ajudo a matar animais para o comércio de carnes. Passo o dia aqui cuidando dos porcos. Hoje mesmo, vou comprar mais uns ali. Só aprendi a trabalhar com artesanato, fazendo patos, portaretratos... e cheguei a vender alguns em Ponta Negra, com meu pai. Depois deixei de fazer. Queria arranjar uma coisa melhor pra fazer. Aí eu comecei a criar esses porquinhos aí. Porco só é ruim porque custa a crescer. É um ano, seis meses, oito meses, pra você poder vender. Também ajudo no frigorífico aqui perto. Matando porco e bode. Faço qualquer serviço e me pagam com carne. Quando não estou fazendo nada, fora os porcos, aí vou dar uma ajudazinha lá. Tem muita gente. Às vezes falta gente, sabe?! Aí fica aquela ruma de coisa lá. Eu fico só olhando, e aí os caras ficam aperreados, aí eu vou e ajudo. E agora os caras já estão acostumados e toda vida chamam eu. Começa na quarta e vai até no fim de semana. E assim vou levando. Eu rezo todo dia. Todo dia peço a Deus pra vencer. Mas, muitas vezes, na hora do sufoco, já me deu vontade de "fazer" (roubar), mas me agüento... (HESÍODO, 22 anos).

A exemplo das parcelas mais pobres da classe trabalhadora, o egresso, como depreendemos, também se empenha em desenvolver relações de amizade com pessoas da comunidade, tendo em vista a possibilidade de inserir-se no sistema produtivo, porém, nem sempre as coisas acontecem como ele espera. É exemplo disso, o caso deste egresso, que, em muitos momentos, mostrando profundo sentimento de derrota e decepção, assim se expressou:

Logo que fui liberado do CEDUC, eu estava querendo estudar, mas não deu tempo. Não deu tempo mesmo. Eu saí em março, já no começo das aulas, "né", aí eu disse: "Virge", eu vou estudar, vou trabalhar lá no Colégio mais o professor Saturnino [nome fictício], e vou estudar numa boa... mas não deu tempo! Pouco mais de um mês depois voltei a ser preso. Mas o professor tem muito interesse que eu mude. Ele manda recado pra mim aí direto. Ele não vem aqui [na cadeia] porque ele é uma pessoa muito ocupada. Dos tempos do CEDUC, eu estava trabalhando com ele, no Colégio dele. Fiquei quase um mês lá. Ele deu umas dicas à gente de como fazer hortas, podação, esses negócios, podação artística. Eu não aprendi mais com ele porque quando eu saí daqui do Ceduc fui logo fazendo besteira de novo. (TEÓCRITO, 25 anos).

Pela precariedade das soluções encontradas e pela natureza muitas vezes ilegal de outras alternativas oferecidas, o egresso vai elaborando uma maneira própria de interpretar a sua situação e sua relação com a sociedade. De um lado, para o egresso, não havendo sucesso no trabalho, o furto ou roubo acabam sendo a estratégia de sobrevivência predominante para atender suas necessidades materiais e até psicológicas, através do consumo de artigos e bens de luxo.

Por outro lado, o ato de cometer um crime, ao mesmo tempo que expressa sua revolta, pode também significar a busca da valorização pessoal, enfatizando sua importância no "mundo do crime". Um mundo que seria o oposto ao mundo daqueles que ostentam riquezas e daqueles que só protegem os que têm riqueza - os policiais.

Dentro desta lógica de análise, observamos que a trajetória de vida dos egressos do CEDUC, tradicionalmente despreparados para o trabalho, passa sempre pelo mundo do crime e da violência. Vivendo nas fronteiras do medo, da fome e da morte, eles tanto aprendem os processos de exploração e agressão, como são explorados, penalizados e até exterminados pela violência e pela repressão.

Observamos que, ao serem abordados sobre o seu futuro e as suas possibilidades de encontrarem um novo rumo para sua vida, logo se referem a trabalho ou emprego como condição de resgate de sua dignidade. Em muitos momentos, porém, a idéia de liberdade igualmente ocupa posição de destaque, chegando, por vezes, a assumir uma posição de liderança nas escolhas dos entrevistados. É o que ilustram esses depoimentos:

Depois que eu "pagar" a minha cadeia, ganhar minha liberdade, eu vou só cuidar da minha esposa, da minha família, e da minha avó. Vou tentar seguir a minha vida. Arrumar um emprego e trabalhar. Mesmo que alguém venha me oferecer 50 gramas de pedra ou 2 kg de fumo, eu não quero mais me meter nisso, não. Eu sei que gente para me chamar para usar droga aparece um bocado, mas para me chamar para trabalhar não aparece um. (SÓFOCLES, 23 anos).

Espero um dia ter liberdade para tudo. Me libertar de tudo. Me libertar dos vícios e de tudo. Quando eu sair daqui digo que venci uma batalha. Aí vou começar de novo. Vou procurar alguma coisa para trabalhar. (ÉSQUILO, 22 anos).

No CEDUC ou numa cadeia a pessoa não vive, a pessoa vegeta. O principal sonho de um preso é ir pra rua e ter liberdade. Mas também depende, uns pensam de um jeito, outros pensam de outro: alguns pensam em sair para continuar no crime; outros pensam em sair, arranjar trabalho e ficar com a família, quando acham que o crime não vale a pena. (PARMÊNIDES, 21 anos).

Espero ganhar, conquistar a liberdade e sair com um pensamento bom de voltar à sociedade. Vou seguir em frente a vida futura, arrumar um emprego, essas coisas [...]. (TEODORO, 21 anos).

Observamos ainda que muitos egressos apresentam uma postura de pessimismo, pela sua incapacidade de superar as dificuldades do dia-a-dia. E isso os envolve num sentimento crescente de frustração, situando-o sempre próximo ao limiar do mundo do crime, como podemos perceber nestes relatos:

Não sei o que será de mim no futuro. Só Jesus sabe. Mas tenho alguma esperança. Não se pode perder a esperança, nem pelo América, que é meu time do coração. (ESOPO, 22 anos);

[...] apesar de ter uma vida toda de derrotas, roubos, tristezas e problemas, confio em Deus, pois Ele é o maior. Talvez, eu ainda possa vencer na vida... (XENOFONTE, 24 anos).

Dialogando sobre os seus projetos de vida, os egressos expressaram aspirações próprias de um cidadão comum, quando se referem ao futuro. Em geral, sonham constituir sua própria família, caso já não a tenham, e conseguir um trabalho para tentar garantir sua sobrevivência "em paz". Foi assim que se manifestou a maioria relativa dos entrevistados (21,74%), como mostram esses depoimentos:

O meu sonho é organizar minha família em primeiro lugar e lutar por um emprego para poder viver em paz. Aí "tava" bom demais. Pelo menos pra mim "tava" bom. Eu ia me realizar sem depender mais de ninguém. Eu já tenho um filho pra criar. Aí eu preciso de um trabalho para cuidar bem dele. Eu não desejo mais ficar nessa vida, não. Meu filho vai crescer e se eu estiver preso, não vai pegar bem pra ele, não é?! (PÍNDARO, 22 anos).

Assim que eu sair deste lugar [prisão], meu sonho é montar um negócio pra mim, entendeu?! Eu não penso nesse negócio de cachorro-quente. Isso não dá lucro, não. Quero um negócio mais seguro... E também ter filhos com a minha nova esposa. Ela até já fez curso na FUNDAC, de cabeleireira. E o que eu quero é ter um meio de comércio para ganhar dinheiro. (DIONÍSIO, 21 anos).

Percebemos, assim, que nem tudo é obscuro e desanimador. O desejo de lutar e vencer está nas próprias palavras dos jovens egressos. Nelas também percebemos algum grau de otimismo e uma esperança quase mágica, capaz de surpreender muitos adultos acomodados no seu consumismo e bem-estar.

Os egressos ainda acreditam, confiam e esperam para si próprios um futuro no qual muitos nem acreditam ou confiam; e muito pouco fazem para que esse fio de esperança possa transformar-se, algum dia, em nova condição de existência por eles idealizada.

Essa geração atual de egressos do CEDUC que está nas ruas ou nas prisões representa o presente, mas, muitas vezes, reflete o passado de seus pais, ao mesmo tempo em que aponta para o futuro. Ela espelha o momento atual, a luta dos jovens, as suas necessidades, a pobreza, mas também o otimismo e a visão utópica de que, com o amanhã, poderá vir a melhoria, a justiça social, a oportunidade de ser cidadão e de integrar-se à estrutura social pela escola e pelo trabalho, como diria Ataíde (1998).

No caso das meninas, notamos que a sua principal aspiração se relacionava com o retorno aos estudos. Voltar à escola, portanto, foi o projeto de vida mais apontado pelas jovens egressas, que se destacaram por adotar expectativas bem mais arrojadas, como o caso de uma jovem egressa do CEDUC Pe. João Maria, que assim se expressou:

Eu vou continuar meus estudos [...]. Quero ser assistente social de adolescentes. Quero ter uma casa onde morar. Ter minha sobrevivência. Mas casar não é prioridade. Se der certo bem, se não der... Hoje não tenho namorado. Namorado é bom quando dá certo, se não der atrapalha muito a vida da gente... (NEREIDA, 20 anos).

Observamos que 20% dos entrevistados demonstraram encarar o futuro com muita preocupação, apresentando uma perspectiva profundamente sombria do seu amanhã, portanto, sem definição de projeto de vida. Os depoimentos desses jovens expressam essa angústia:

Vejo o meu futuro muito ruim. Muito ruim mesmo. Se eu não tivesse passado por isso...[homicídio] tinha mais esperança num futuro melhor. Me chamam direto para fazer assaltos, mas me seguro; se o cara se meter num negócio desses não sai mais não. Envolvendo-se com quadrilha, o cara só sai morto! (ARQUÍLOCO, 22 anos);

[...] Eu não sei se vou poder cuidar do meu filho e da mulher. Eu não vou garantir isso... Perdi muitas oportunidades e hoje estou condenado a não sair do mundo das drogas. (XENOFONTE, 24 anos).

Outros projetos de vida foram focalizados pelos egressos, destacando-se entre estes o sonho de "comprar ou construir uma casa para morar", o que os libertaria do ônus do aluguel;

o desejo de passar a "morar em algum município do interior ou mesmo em outro estado", como a única forma, segundo alguns deles, de poder começar a vida novamente, longe dos inimigos e da permanente desconfiança dos policiais; e, de certa forma, livres do estigma e do preconceito já enraizados no meio onde atualmente habitam. Nesse sentido, observemos o que declarou este egresso:

Eu nem sei o que vai acontecer daqui pra frente. Às vezes, eu penso em sair daqui e ir para um lugar longe daqui pra criar meu filho, lá. Ter um trabalho. Cuidar dele como é para ele ser cuidado. Penso em ir para outra cidade e começar tudo do zero. Aqui em Natal tem umas pessoas que são inimigas assim por causa de outras; porque quando eu era menor de idade eu tinha muita bronca, sabe?! E por isso a família dos outros fica querendo se vingar. Tem gente que paga para alguém vir me matar. Eu sou muito perseguido. E por isso eu digo: aqui em Natal eu não tenho ambiente, não. Mesmo que eu arranjasse um trabalho aqui, num supermercado, por exemplo, mesmo assim eu me sentiria ameaçado. Eu poderia morrer a qualquer momento. Mesmo assim, se a pessoa quiser deixar o crime ela deixa. Eu mesmo, com essa agora, pretendo sair de uma vez dessa vida. Vou pensar em trabalhar em algum lugar. Acho que é o melhor que eu faço. Às vezes os inimigos também vão vendo que a pessoa está deixando o mundo do crime e também eles vão se esquecendo da pessoa. (TEODÓSIO, 22 anos).

O meu sonho é ter uma vida normal, com meu filho e meu marido. Quero que minha mãe aceite ele do jeito que ele é. Mas eu quero também que ele mude. Aqui em Natal a gente não pode ir pra canto nenhum. Eu só saio com ele assombrada. Eu tenho vontade de ir para o interior com ele. Tenho parentes em um município do Seridó [RN], mas eles não aceitam a gente lá. (IRIS, 19 anos).

E enquanto sonham com o futuro, sabemos que, diuturnamente, eles vão se deparando com situações as mais diversas que os colocam na sua condição de "relegados sociais": "sou um fracassado, não tenho nada pro futuro", como disse o egresso Sófocles. É um sentimento de quem se julga ter perdido sua dignidade, seus direitos de cidadania. Como afirmou Takeuti:

Sentimento de nada serem, nada merecerem: por *nada serem, a nada* eles teriam direito nessa vida. Sentimento que não há lugar algum onde possa haver a escuta dos seus desejos ou dos seus interesses. Sentimento que jamais terão a possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos sociais. Sentimentos que pesam e obscurecem a sua representação da sociedade, a qual só pode ser apreendida negativamente, e a sua representação de si mesmo, a qual somente pode ser apreendida pelo *avesso*. (TAKEUTI, 2002, p. 258).

Assim, na busca incessante por alternativas de sobrevivência num ambiente social hostil, esses jovens se encontram atados na contradição entre a exigência de conformidade às normas sociais e a "indução social" para uma vida na "marginalidade" e na delinqüência.

Diante desse quadro, o egresso do CEDUC, sentindo-se incapacitado para conseguir trabalho e vivenciando o constrangimento de viver na dependência de seus pais ou parentes, ambiente no qual muitas vezes alguns podem se sentir rejeitados, desenvolve um sentimento de revolta e frustração que poderá contribuir para o seu retorno ao mundo do crime.

Dessa forma, o egresso para amenizar a situação e ser acolhido favoravelmente pelo seu grupo familiar procura auferir algum tipo de rendimento, tanto através de atividades lícitas como ilícitas, o que, neste último caso, amplia as suas possibilidades de retornar ao mundo do crime. Não é à toa, pois, que, dos egressos entrevistados, 73,91% já haviam sido presos por terem praticado algum tipo de crime após seu desligamento do Ceduc, conforme afirmamos anteriormente.

Eles têm consciência de que não têm dinheiro, têm pouco estudo e, marcados por um modo próprio de se comunicar e viver, dificilmente terão prestígio social e oportunidade de melhorar de vida. São condenados, portanto, a exercer profissões socialmente desvalorizadas ou a se contentarem em permanecer sempre à margem do sistema produtivo, como eternos desempregados.

Os egressos do CEDUC enfrentam, pois, uma situação extrema de privações socioeconômicas e baixa qualidade de vida, embora carreguem consigo uma força interior capaz de ainda lutar pela vida na expectativa de realizar os seus projetos de vida.

#### 5.5 O EGRESSO E O CEDUC

Antes de entrarmos na análise da relação dos egressos com o CEDUC, conforme as categorias analíticas definidas neste estudo, passemos a conhecer as instituições CEDUC por dentro, como uma forma de maior aproximação com a realidade. Referimo-nos aos espaços físicos nos quais são desenvolvidas as diferentes atividades junto aos adolescentes.

#### 5.5.1 O Centro Educacional Pitimbu (CEDUC Pitimbu)

O Centro Educacional Pitimbu (CEDUC Pitimbu) é uma instituição pública, do Estado do Rio Grande do Norte, situada na localidade Pitimbu, em Parnamirim, município integrante da Grande Natal. Oficialmente, o CEDUC Pitimbu pertence à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC/RN), criada pela lei estadual 6.682, de 11/08/1994, sendo sucessora da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/RN). Legalmente, a

FUNDAC é vinculada à Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS.

O CEDUC tem o objetivo de atender adolescentes, do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos, para cumprimento de medida socioeducativa de internação, determinada pela Justiça, por terem praticado ato infracional de natureza grave.

Ressalte-se que, no Rio Grande do Norte, as iniciativas para enfrentar essa questão se reportam ao ano de 1954, com a criação da primeira instituição destinada a cuidar do problema, por decisão do Secretariado Arquidiocesano de Ação Social. Àquela época, foi criado o Instituto Estevam Machado (IEM), localizado em área periférica de Natal, hoje bairro das Quintas, com a finalidade, segundo seus estatutos, de "prestar assistência a menores do sexo masculino que apresentassem problemas de conduta, menores vadios e prédelingüentes", conforme registro no 1º Ofício de Notas, segundo afirma Siqueira (1982).

Submetido a grandes dificuldades financeiras, o IEM encerrou suas atividades em 1968. Em 1970, com apoio da FUNABEM, as atividades foram reiniciadas, passando o IEM logo depois para o comando administrativo do Governo do Estado. Extinto posteriormente, o Governo do Estado, cumprindo diretrizes nacionais expedidas pela FUNABEM, criou o Centro de Reeducação do Menor (CRM), que mais tarde passou a denominar-se Centro Educacional Pitimbu, ou simplesmente CEDUC Pitimbu.

O CEDUC Pitimbu se situa a 22 km do centro de Natal. Em termos de espaço físico a instituição conta com um Bloco de Administração, que é uma área espaçosa, limpa e organizada, onde se situam salas da Coordenação, equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais, pedagogo, médico, professores, etc.), secretaria, consultório médico e odontológico, banheiro e sala "para descanso" dos agentes educacionais

Ao lado fica o Bloco do Refeitório: amplo, mesas compridas com longos bancos. Usado também como local para realização de atividades festivas, recepção de famílias dos internos nos dias de visita, reuniões, etc.

Em frente a este local, há outro Bloco onde se situa a sala dos professores, salas de aula, oficinas profissionalizantes. Note-se, porém, que, em diversas visitas que fizemos ao CEDUC, em 2006, 2007 e 2008, verificamos que a ociosidade ainda é um fato muito marcante na vida da instituição. Na parte central do espaço se situam os oito pavilhões em que são divididos os jovens internos. São os chamados "núcleos de convivência". Um desses pavilhões – o seis – funciona como "cafua" ou isolamento. É o local onde os jovens ficam recolhidos, penalizados por atos de indisciplina, agressões, brigas. No pavilhão oito, também

chamado de Núcleo de Progressão de Medida, são recolhidos os jovens em vias de desligamento e também "os mais comportados" da Casa.

Na parte exterior dos prédios, além de espaços propícios para jardins e hortas, existe uma grande área livre (de aproximadamente 2ha de terra), sem exploração ou aproveitamento. Ali existem uma quadra de esportes e um campo de futebol, ambos inservíveis para a prática de esportes. Mas, o que chama mais a atenção no local é a presença, ao lado, de uma Penitenciária, construída recentemente, abrigando hoje 344 apenados, dentre os quais alguns egressos do CEDUC entrevistados neste estudo.

No geral, o ambiente é insalubre, evidenciado pela precariedade de toda a estrutura física do conjunto arquitetônico. O grande número de jovens no local – a população residente se situa em torno de cem jovens/dia - compreende dezenas de corpos cobertos por tatuagens grotescas, cicatrizes, hematomas, confinados num ambiente de paredes sujas, grades enferrujadas, cheiro fétido, sons ameaçadores provocados por revolta, tudo isto expondo cruamente a realidade, certamente comum em presídios para adultos, e historicamente habitual nas instituições para adolescentes infratores, no Rio Grande do Norte, embora absolutamente inadmissível e violador dos preceitos do ECA, há dezoito anos em vigor.

Um último aspecto a mencionar, nesta caracterização do CEDUC Pitimbu, é a questão do acesso ao local. Não há serviços de transporte coletivo para o local, até porque a área é desabitada. A estrada, em grande extensão é ainda de barro, muito difícil de transitar, sobretudo nos períodos de chuva. A impressão que se tem, como afirmou Parcelle ([2002?], p. 13), com muita acuidade, "[...] é de que a localização, longe dos 'olhos da cidade', foi intencional".

## 5.5.2 O Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC Pe. João Maria)

O CEDUC Pe. João Maria é uma instituição pública, também pertencente à FUNDAC/RN, mantendo, em termos formais, a mesma vinculação jurídica apresentada acima, no caso do CEDUC Pitimbu.

O CEDUC Pe. João Maria tem o objetivo de atender adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos, autoras de atos infracionais, para cumprimento de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade.

Originalmente conhecida como Instituto Pe. João Maria, a instituição foi criada na década de 1950, passando a funcionar, sob a administração das freiras da Congregação "Filhas de Santana", em prédio localizado à Av. Alexandrino de Alencar, em Natal, ao lado

do prédio do Corpo de Bombeiros, onde chegou a abrigar 180 meninas órfãs, segundo técnicos da FUNDAC. No final do Governo Cortez Pereira (1971-1975), a instituição foi extinta, sendo as meninas distribuídas para outros programas. Em 1979, voltou a funcionar, desta vez no Bairro Cidade da Esperança, atendendo meninas "em situação irregular", expressão adotada pelo antigo Código de Menores. Em 1980, devido a reformas no prédio, onde atualmente funciona o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Acusado de Ato Infracional – CIAD, as meninas foram distribuídas em Casas, localizadas nos bairros de Pirangi, Petrópolis, e na cidade de Extremoz. E, neste mesmo ano, o Instituto Pe. João Maria foi extinto, só voltando a funcionar, embora precariamente, em 1991, com a denominação atual – Centro Educacional Pe. João Maria, no bairro do Alecrim.

Um Convênio com o Ministério da Justiça possibilitou à FUNDAC inaugurar, em 24 de setembro de 1998, a sede atual do CEDUC, sita à Av. das Fronteiras, 1662, no Bairro Santa Catarina, Zona Norte de Natal, distando 18 km do centro da cidade.

No momento da pesquisa de campo, o CEDUC Pe. João Maria estava passando por reforma no prédio. Com uma área construída de 405m², a instituição conta com as seguintes dependências: Guarita, hall de entrada, sala de espera, coordenação, secretaria, sala de atendimento (psicologia, serviço social e medicina), banheiros, refeitório, cozinha, rouparia, lavanderia, garagem, sala das educadoras, três dormitórios coletivos, duas "salas de contenção", uma sala de atividades, além de pátio externo com jardim.

A reforma<sup>45</sup> ampliará o prédio para 748,70m², ampliando os espaços e construindo novos outros, como: hall de entrada, suíte dos policiais, área de circulação, sala de revista feminina com wc, sala de revista masculina com wc, depósito, área de serviço com wc, sala de profissionalização, sala de aula, setor médico e de enfermagem com leito, setor de psicologia, setor pedagógico, serviço social, sala de estudo, espaço para visita íntima, praça e minicampo.

Notamos nas nossas diversas visitas à instituição que o número de meninas atendidas é bem pequeno, girando em torno de oito internas/dia em média.

O acesso à instituição não é tão fácil, embora haja serviço de transporte coletivo, em vias asfaltadas.

Retomando a nossa linha de discussão, a partir da análise das representações do egresso sobre sua passagem pelo CEDUC, quando do cumprimento de medida privativa de

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> As fotos (Apêndice 2) já mostram ambientes submetidos, recentemente, a reformas.

liberdade, procuramos compreender aspectos relacionados às ações desenvolvidas tanto pelo CEDUC Pitimbu como pelo CEDUC Pe. João Maria.

Pela insuficiência dos resultados obtidos pelo CEDUC - sobretudo a Unidade dos meninos - podemos afirmar que há diferentes formas específicas de abordagem e compreensão quanto à qualidade das ações realizadas na instituição junto aos adolescentes que cumprem medida de internação.

Assim - referindo-nos neste tópico apenas a dois níveis de compreensão - enquanto os jovens egressos, através de suas representações, mesmo mostrando ambigüidades, se reportam a limitações de serviços, ineficácia de resultados, condutas repressoras e contradições diversas no atendimento; o nível estratégico da FUNDAC se refere à mesma realidade institucional de forma antagônica. Aqui, a terminologia utilizada pela FUNDAC, para diagnosticar a realidade, recorre a outros conceitos e expressões que traduzem um ar de otimismo e de crescimento, entre os quais destacamos: propostas pedagógicas específicas, programa de apoio ao adolescente egresso, apoio às famílias dos adolescentes atendidos, humanização do atendimento, corpo técnico especializado, educação formal e profissional do adolescente, ênfase na educação formal e profissional, fortalecimento das atividades esportivas e culturais e valorização funcional do servidor. Este nível se refere ao discurso da Instituição, de caráter genérico e global, freqüentemente levado ao conhecimento público.

Nesse sentido, o relato a seguir parece sumarizar o pensamento do órgão:

Nos últimos anos iniciou-se um processo de mudança no atendimento socioeducativo, com adoção de uma Proposta Pedagógica inovadora, baseada na Pedagogia da Presença e expressa nos fundamentos do ECA e, mais recentemente, do SINASE, a qual nasceu como manifestação da inquietação dos técnicos e educadores diante do desafio de repensar a instituição para que ela contribua com a preparação do adolescente para a liberdade que será reconquistada.O adolescente passou a ser tratado como sujeito circunscrito em um contexto sociocultural determinado, co-responsável em seu processo de socialização. Assim, passamos a fortalecer a integração: educando X família X comunidade.Esta integração favorece a mudança de comportamento por parte do adolescente, levando-o não apenas a repensar a sua prática, mas também a comunidade a repensar os seus valores.A efetivação dessas mudanças já vem possibilitando, ainda que de forma tímida, a inserção do adolescente em uma comunidade mais acolhedora e co-responsável pela construção da cidadania de seus membros. (RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

Assim, para analisar as representações do egresso sobre sua passagem pelo CEDUC, dialogamos com Jodelet (2001) para quem a representação corresponde a um ato de pensamento através do qual o sujeito se reporta a um objeto. As representações circulam nos discursos, nas palavras, nas mensagens, nas imagens midiáticas, guiando-nos "[...] no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de

interpretar esses aspectos, tomar decisões, e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva" (JODELET, 2001, p. 24). Assim, na relação sujeito-objeto, a representação é sempre um ato de simbolização e interpretação.

Partindo dessa compreensão, constatamos, nos depoimentos, que os egressos expressam de forma enfática a sua insatisfação com a qualidade do atendimento prestado pelo CEDUC, cujos resultados por certo se colocam aquém de suas expectativas. Na realidade, o ambiente do CEDUC parece deixar marcas definitivas na personalidade desses jovens, e nega os preceitos fundamentais preconizados pelo ECA.

Analisando-se, então, as falas dos egressos entrevistados, quando inquiridos a respeito do CEDUC, alguns assim se manifestaram:

O CEDUC atrapalhou minha vida. Prejudicou a minha juventude todinha. Passei minha juventude todinha andando dentro daquele CEDUC, em vão. (HOMERO, 21 anos);

O CEDUC quer libertar da droga. Mas lá não é canto para se regenerar, não. A gente fica fazendo algum negócio: limpando jardim; outros ficam trancados o tempo todo. Quando eu estava lá era muito devagar. Faltava até alimentos. Só tendo muita força de vontade. Pra mim lá não ajudou em nada. (ÉSQUILO, 22 anos);

Para mim o CEDUC foi apenas uma escola para o crime. (DIONÍSIO, 21 anos).

[...] Pra mim [o CEDUC] não serviu de nada, pois continuo preso do mesmo jeito. Continuei no meio do crime do mesmo jeito... Mas pra outros já mudou, "viu"! O CEDUC pode servir para uns e outros não. Isso porque alguns têm pensamento só para o crime, entram para o crime só para entrar mesmo, têm o pensamento já de nascença, não é?! Para esses, só a morte vai tirá-los do crime. (ESOPO, 22 anos);

Depois que eu saí do CEDUC – vou ser sincero – a minha vida... sei lá... ficou diferente demais. Eu não era do jeito que eu era depois que eu fui pra ali... quando eu saí de lá minha cabeça virou...A maioria dos que passaram ali – o senhor pode prestar atenção – de 100 a pessoa tira 10 para se educar! Lá devia ter outras coisas. O que é mais complicado, lá, é que há muitas coisas que o cara vê dentro do sistema... Lá não contribuiu em nada pra minha vida. Lá o cara vive mais preso dentro das celas. Uma celinha bem pequenininha... A gente vive mais preso lá dentro, vendo só desgraça dentro do pavilhão. (TEODORO, 21 anos);

Pra mim, o CEDUC é ainda o começo do crime. Você chega lá, você vai ver o que é a realidade. Não só coisas boas que vêm. Você "tá" preso, e já "tá" errado. Chegando lá se você gostar do crime mesmo, você vai ficar no crime. Lá é o que chamo: "a creche do crime". A faculdade é aqui, em Alcaçuz [Penitenciária do Estado]. Você estando lá, se eles derem oportunidade de você sair do crime, ainda tem possibilidade. Mas se não derem, você vai sair de lá pra cá. Com certeza você vai estar no presídio. (ALCEU, 26 anos);

O CEDUC representou tanto coisa boa pra mim (estudava, fazia algum curso, a assistente social atendia bem, lá, tinha muita pessoa legal, lá), quanto coisa ruim lá (rebeliões, pois mesmo quem não estava no meio levava a culpa; eles não queriam saber quem era culpado ou não; apanhava todo mundo). Lá tinha os pavilhões, mas eu nunca me senti ameaçado não; mas a pessoa devia ficar ligado e ligeiro sempre, pois nunca se sabia de onde vem o perigo nesse lugar. De onde a pessoa menos espera é de onde vem. Lá tinha menino que sofria mais do que os outros. Alguns que

na rua eram isso e aquilo, mas quando chegavam lá ficavam mansos. Aí os outros pegam e se aproveitam. Aí os caras pegam de "embolé" e só fazem o que os outros querem. Tem meninos que caíam com negócio de roubo, de furto de bicicleta, por besteira... e aí já tem outros que caíam por latrocínio, por seqüestro... estes já querem passar por cima daquele outro, sabe?! Não existe divisão. É tudo misturado no mesmo local. Porque eles não julgam nem pelo processo (quem está dentro da Casa); eles julgam mais pelo comportamento. Porque eu já vi muito menino lá cair com latrocínio, com mais dois homicídios e sair com um ano... e eu já vi lá cara que roubou um pacote de rapadura e passar dois anos e oito meses, dois anos e seis meses. Assim não se julga pelo processo e sim pelo comportamento lá dentro.(PARMÊNIDES, 21 anos).

Constatamos que os egressos, em breve lapso de tempo, retrataram objetivamente a realidade nua e crua, característica das "instituições totais", as quais, para Goffman (2007, p. 11), podem ser definidas como "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada". Segundo este autor, nas instituições totais as atividades obrigatórias são reunidas num "plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição".

Para os egressos, a vida no CEDUC é comumente marcada pela falta de liberdade, pela repressão, pela violência, e sem perspectiva no sentido de solucionar os seus problemas.

Observamos, porém, que, em geral, as jovens egressas do CEDUC Pe. João Maria manifestaram uma percepção bem mais positiva de sua instituição do que os jovens do CEDUC Pitimbu. Uma das razões pode ser o pequeno número de meninas cumprindo medida privativa de liberdade, o que possibilita um atendimento mais individualizado e humanizado. Mesmo assim, as conseqüências negativas do confinamento sobre a personalidade das jovens não deixam de ser notadas, devendo-se reconhecer, todavia, que, conforme Volpi (2001, p. 131) "no interior das instituições totais as vivências são muito intensas e se entrelaçam em lógicas peculiares de relações que intercalam movimentos de tensão com situações de prazer".

Neste sentido, alguns depoimentos das meninas nos dão uma melhor noção a respeito:

No CEDUC eu aprendi muita coisa. Eu queria e não queria sair dali. Porque as educadoras são todas ótimas. As cozinheiras, até os policiais... todo mundo era bom. Eu só tenho boas amizades lá. Todo mundo gostava de mim. Elas gostavam de mim e de todas [...], só que tinha umas meninas que ficavam arrumando encrenca [...] porque em todo canto sempre tem de ter uma metida [...]. (HELENE, 19 anos);

O CEDUC pra mim era uma casa de reeducação. Era bem protegida. Como se a gente fosse filha da FUNDAC. As refeições eram boas. Eu ajudava na cozinha. Eu aprendi muito. Nunca me rejeitaram. Mas também a minha família nunca me faltou. Sempre me ajudou. O mais ruim é que quando uma pessoa [interna] fazia algo errado, todas as internas pagavam. Mas sofrer também é bom.... Eu só achei ruim também porque lá tem gente ruim, pessoas insuportáveis, que sabem que fizeram

coisa errada fora do Ceduc, mas, mesmo assim, ainda têm proteção. A pessoa fica indignada. (NEREIDA, 20 anos);

Apesar do mal que o CEDUC me fez, ele findou me fazendo o bem. Eu ganhei experiência de vida. Mas isso eu não quero pra ninguém. (HÉSTIA, 19 anos);

O CEDUC pra mim chegou numa hora mandada por Deus. Foi lá que eu refleti minha vida toda. E foi através de lá que eu mudei. Se eu não tivesse ido pra lá, eu talvez hoje estivesse mais doida ou morta. Ou tinha feito mais besteira, ou estaria presa. Foi lá onde eu aprendi muitas coisas também. Foi onde eu me aproximei mais de minha mãe. Antes eu fugia de casa e lá a gente foi se aproximando até do meu padrasto. (IRIS, 19 anos).

Observamos que quase a metade (47,83%) dos entrevistados acredita que o trabalho desenvolvido pelo CEDUC, junto aos adolescentes autores de atos infracionais, não contribui para "libertar o jovem do mundo do crime". Neste caso, as respostas foram muito contundentes e mais freqüentes, revelando um descumprimento flagrante das garantias fundamentais de cidadania e de direitos humanos.

Os egressos que responderam não acreditar na eficácia do trabalho do CEDUC demonstraram um maior nível de consciência crítica, apresentando argumentos que, por si sós, denunciam a fragilidade dos mecanismos de atendimento e o caráter assistencialista-repressivo das ações. Criticam, ainda, a formação profissional inadequada que receberam, cuja metodologia impõe ao egresso a aceitação de qualquer profissão, sem considerar suas aptidões ou interesses individuais. Nesse sentido, assim se expressaram estes egressos:

Eu acho que alguma coisa do trabalho lá serve, mas o que não tem lá muito é estrutura. Eles fazem de tudo, mas o governo não dá um certo apoio, mais estrutura para recuperar mais a pessoa. Dá cursos e outras coisas. Eles fazem de tudo mas não têm apoio do governo pra dar, por exemplo, computador, esses negócios... mais colégio, mais estrutura, você sabe como é, "né"?! Lá tinha computador, mas só para os trabalhos da Direção. Mas para fazer um curso, para entrar na *internet*, nada disso tinha pra nós. Portanto, dentro dessas condições é muito difícil que um menino ali saia do mundo do crime. Como você sabe, até hoje lá não "tá" tendo sucesso, não, de reabilitar o menor lá, "né"! E até mudou o nome "né", que era CRM, que era "Centro de Recuperação do Menor". Agora é outro nome: CEDUC (que não sei o que é). (PARMÊNIDES, 21 anos).

Eu acho que o trabalho deles não ajuda, não. Porque a pessoa pensa que está aprendendo ali, daquela forma ali, "ta" melhorando, mas não está não. Quanto mais tempo preso, e mais sofrimento a pessoa passar, pior ele fica. Pelo que eles fazem lá... em mim nunca deram, não. Mas tem outros lá que eles andam dando. Eu nunca fui de apanhar, porque se der em mim... se eu não reagir logo, mas lá fora... Mas eles gostam muito de dar nos outros. Tem um que levou um tiro nos peitos lá dentro. E aí sai discussão, sai furada, como em todo canto sai, "né"?! (TEÓFANES, 21 anos).

Somente 17,39% dos jovens entrevistados acreditam que o trabalho ali realizado contribui, positivamente, para afastar o jovem do mundo do crime, como afirmaram:

Com certeza. Se a pessoa tiver um objetivo na vida, ali ajuda. Não só ajuda como dá oportunidade. Apesar de eu agora estar preso, mas não foi o CEDUC que falhou comigo. Quem falhou comigo mesmo fui eu; porque o CEDUC não vai pagar pelos meus erros. Eu é que já estava pagando pelos meus erros lá. O CEDUC fez a parte dele: deixar eu privado de liberdade para eu ver o que era bom e o que era ruim. Ali eu não vi e, portanto, estou aprendendo agora aqui na cadeia. (TEÓCRITO, 25 anos);

Ajuda. Porque quando eu entrei lá eu era muito da rebelde. Eu fazia tudo o que não prestava. Aí saí e aí eu não quis mais nada. Com o trabalho deles eu me modifiquei e muito; a educação: elas sempre conversavam com a gente; diziam que isso não prestava; que não era bom pra gente; e que só havia dois caminhos pra gente: ou a cadeia ou o cemitério. Aí ficavam botando na minha cabeça que eu era muito nova. Aí eu mesmo é que resolvi que não queria mais isso. E não quero mais. (HELENE, 19 anos).

Segundo os entrevistados, o fato de não terem conseguido "se recuperar e obter melhores condições de vida" se deve somente ao CEDUC contra o qual manifestam, diretamente, sua revolta. Esta compreensão foi observada na maioria dos egressos, sobretudo naqueles que permanecem enfrentando a dura realidade da vida em busca da sobrevivência - os desempregados e os que recorrem a furtos e roubos freqüentes, como estratégia de sobrevivência. Nesse nível, o discurso do egresso expressa-se de forma mais crítica, produzindo e difundindo uma visão muito negativa do CEDUC..

Procedendo-se a uma análise dos depoimentos dos egressos a respeito de sua visão sobre os agentes institucionais que garantem o funcionamento da instituição (educadores sociais, técnicos, coordenadores, vigias-policiais), observamos um conjunto de percepções diferenciadas neste aspecto.

Isto pode ser explicado pela possibilidade de os egressos, quando internos, terem tido formas específicas e individualizadas de se relacionarem com os diferentes agentes, estabelecendo-se, assim, diferentes tipos de relações interpessoais, como mostram estes depoimentos:

Coordenadores, técnicos... eram todos gentis. Tratam todo mundo bem. Mas os agentes educacionais... se tem é que trocar um bocado deles ali. Porque educador mandar o cara pra porra. Chamar o cara de "fdp"... Já escutei, já muito, eles desejarem o pior pra nós. Mas também ouvi muitos dando força... (HOMERO, 21 anos);

Só tinha uma funcionária que era invocada comigo. E eu também era com ela. Ela chegava lá alcoolizada. Eu ia dizer na Coordenação, mas ninguém acreditava em mim. Diziam que era mentira e que eu é que não gostava dela. Só que até hoje elas

lá sabem. E as outras educadoras diziam: você tem razão, mas eu não posso me envolver, você sabe... eu trabalho aqui e não posso fazer isso com uma colega de trabalho minha... (IRIS, 19 anos);

Eu gostava de poucos ali; não podia confiar em todos. Gostava muito da direção; a psicóloga que eu gostava mesmo era só uma. A outra me tratava mal. Eu fiz até briga lá dentro para ela não ir para a audiência comigo. E eu disse ao Juiz as coisas que ela dizia. Eu ficava muito perturbado. A assistente social até hoje quando ela vê minha mãe falando sobre mim, ela ainda chora. (TEÓFANES, 21 anos).

No meu tempo, eu achava os coordenadores uma barreira. Não confiavam na gente. Os técnicos eram bons, mas tinham alguns que iam lá de mês em mês. Eu gostava mais das cozinheiras. Elas davam garrafa d'água pra levar pro quarto. Davam alguma comida extra fora de hora. Tratavam a gente bem, abraçavam... (NEREIDA, 20 anos);

É oportuno lembrar aqui, conforme Goffman (2007), que uma das características das "instituições totais" é a existência de uma divisão básica entre um grande grupo controlado, denominado de "grupo dos internados", e a equipe de supervisores, no caso do CEDUC, representada pelos coordenadores e educadores sociais ou agentes educacionais. Segundo este autor

cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos (GOFFMAN, (2007, p. 19).

Referindo-se aos coordenadores do CEDUC, embora a maioria dos egressos tenha expressado uma visão positiva desses dirigentes: "Eram bons. Nunca tive problemas com nenhum"; "Todos eram bons, me ajudavam...", uma boa parte dos egressos manifestou uma leve insatisfação em relação aos mesmos, como mostram estes depoimentos:

Eram bons, embora alguns por qualquer coisa queriam botar no castigo... Sobre os técnicos (assistente social, psicólogo, professores...) não tenho nada a dizer deles não. São gente boa. Os educadores eram limpeza. Conversavam com a gente lá. Agora tem uns 'presos' que são "alterador" mesmo; aí tem agente educacional que esquenta a cabeça e bate mesmo. Mas nenhum nunca bateu em mim e, por isso, não tenho o que falar deles. O coordenador conhecia bem todo mundo ali. Ele já botava tudo nos seus pavilhões certinho; os que ele via que dava pra ficar ali, ele já deixava; outros menores ele já botava com os menores. (TEODÓSIO, 22 anos);

Os coordenadores não tinham noção... (HÉSTIA, 19 anos).

Conforme as representações expressas pelos egressos, os técnicos são percebidos como bons orientadores, como pessoas que valorizam os egressos e demonstram interesse em ajudá-los.

Essa visão do técnico, particularmente assistentes sociais e psicólogas, é também reforçada pela instituição e pelos próprios funcionários, que lhe atribuem um papel quase mágico de resolver problemas, tirar documentos, localizar familiares, intermediar ou intervir em questões polêmicas de interesse dos internos ou da própria instituição, e até organizar eventos festivos, entre outros papéis.

Nas representações dos entrevistados, depreendemos, de um lado, que os técnicos, apesar do esforço, muitas vezes se tornam impotentes para solucionar os complexos problemas que lhes são apresentados no dia-a-dia do egresso. Isto porque nem sempre eles contam com apoio da estrutura institucional para implementar as ações que planejam. De outro lado, suas atitudes e intervenções, a julgar pela repercussão dos resultados do trabalho como um todo, refletida no egresso, podem ser entendidas, também, como um sintoma da prática paternalista da instituição, à medida que procuram ajudar e satisfazer o egresso em suas necessidades imediatas, sem, talvez, uma preocupação mais ampla em colocá-lo como sujeito do processo, criando-lhe novas oportunidades de autodeterminação.

Com base nos depoimentos dos técnicos entrevistados, há muitas dificuldades para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, tanto no CEDUC Pitimbu quanto no CEDUC Pe. João Maria, devido a problemas como: escassez de profissionais, desvalorização do trabalho técnico especializado, péssimas e inadequadas condições de estrutura física, insegurança – o que muitas vezes obriga à suspensão das atividades técnicas, inclusive aulas, tanto interna como externamente. Tudo isto, segundo os próprios técnicos, reduz os atendimentos a intervenções de "caráter individual e assistemáticas", naturalmente comprometendo o trabalho da instituição como um todo, conforme resume, emblematicamente, este depoimento de um profissional do CEDUC Pitimbu: "No momento não está sendo desenvolvida nenhuma proposta socioeducativa sistematizada, mas apenas algumas atividades pontuais."

Na análise aqui desenvolvida, observamos que os técnicos são, de modo geral, vistos como bons orientadores e conselheiros, capazes de estabelecer relações afetivas e resgatar a dignidade do egresso enquanto pessoa, muito embora, essa conduta profissional pareça ainda insuficiente, no caso, para viabilizar uma adequada e produtiva reinserção social do egresso, com o êxito esperado, a julgar pelos resultados globais sobre o CEDUC, apresentados neste estudo.

A visão do egresso, referindo-se aos demais atores institucionais, especialmente educadores sociais e vigias, é muito diversificada. Ela se dá tanto de forma negativa como positiva. No primeiro caso, expressando conflitos, agressões, desqualificação moral, atos de violência e a ausência de afetividade, a fala dos egressos exprime muitas dificuldades e atritos no seu relacionamento com os agentes educacionais, inclusive nomeando-os no momento das entrevistas. Este aspecto é explicitamente confirmado por FROTA, quando afirma:

A violência faz parte do dia-a-dia deles, não apenas quando estão fora do CEDUC, mas, principalmente, dentro dele. Há um enorme desrespeito pela vida e pelo ser desses meninos que se expressam, tanto nas condições indignas em que são inseridos, quanto na própria forma como alguns funcionários da instituição os tratam, deixando de lado sua humanidade e infância e percebendo-os apenas como elementos perigosos ao convívio social, os quais não merecem nenhum tipo de consideração ou respeito. (FROTA, 2007, p. 52).

No segundo caso, o jovem, desenvolvendo sua capacidade criativa de enfrentar o poder da instituição e aproveitando o contato diário e permanente com os educadores sociais e vigias, procura estabelecer relações de amizade com os mesmos, até para obter alguns "privilégios", a exemplo do que confessou o egresso SÓFOCLES, 23 anos: "No CEDUC eles tinham confiança em mim. Se eu quisesse fugir, eu fugia. Eles me davam até a escada para eu tirar coco lá embaixo...".

Manifestando suas opiniões sobre o significado do CEDUC em sua vida, os egressos expressaram um pensamento de certa forma confuso e contraditório, ora percebendo-o como uma instituição que lhe trouxe benefícios, ora demonstrando sua revolta e ora assumindo uma parcela de culpa por não terem "aproveitado o tempo que lá passaram".

Em sua maioria (73,91%), os egressos manifestaram uma percepção negativa do CEDUC, predominando a posição que mostra que a instituição apenas representou uma ajuda, mas sem importância para modificar sua situação de vida, como afirmou Píndaro, 22 anos: "O CEDUC não ajuda a gente a sair do mundo do crime. É mesmo que nada. E não tem mesmo como eles ajudarem...".

Aqueles que expressaram, de forma mais radical, sua revolta contra o CEDUC, demonstraram uma visão mais crítica que a descrita pelos demais entrevistados, como mostra este depoimento::

O trabalho que é feito no CEDUC não ajuda ninguém a sair do mundo do crime. Aquilo é apenas um passatempo. Não ajuda em nada. O que ajuda é a cabeça da pessoa. O que falta ali são contatos, porque as pessoas... elas se excluem tanto da sociedade, que quando chegam aqui fora "tá" tudo totalmente diferente; você sabe mal andar num ônibus. Você acha que todo mundo está olhando pra você. Você se sente frágil em relação a tudo, sabe. Todo mundo falando de você. E o que falta é envolvimento com a sociedade. E pessoas que tenham um conhecimento básico, "pô"! O que elas vêem ali é só o mundo do crime. Se chagasse alguma pessoa diferente, alguma pessoa como ela e tal... e tocasse... ela é uma pessoa diferente... elas iriam achar muito maneiro, iriam mudar o modo de pensar. É porque infelizmente só chegam pessoas da sociedade que só querem que você cumpra regras, entendeu; o que falta é envolvimento com pessoas diferentes. Aquilo dali não serve pra nada. Só pra deixar a pessoa mais acomodada. A alternativa que eu vejo para esse trabalho, eu chamo de "sonhos". Por exemplo, se eles chegassem e conversassem de maneira igual... porque quando as pessoas conversam com você lá, elas vêem você só que como preso e não como uma pessoa normal da rua; então eles sempre vão ter um sentimento de pena. Só isso. Se em vez de dizer uma frase legal, te dão um real, isso não ajuda em nada. Então se eles tocassem: qual é o teu sonho, "pô"? Se tu abrisses uma oportunidade, com certeza eles não fariam mais aquilo, o que eles já fizeram. O defeito deles é esse. Achar que todos são iguais. Eles olham pra gente pensando isso, como se a gente fosse só aquilo, como se a gente não fosse crescer nunca, como se a gente não tivesse capacidade de estudar, nem de conseguir um emprego, eles olham pra gente como aquilo, "pô"! Só isso. Então, o CEDUC não serviu pra nada, enfim. Só experiência. Foi a melhor coisa que me aconteceu, mas para o meu "crescimento"... mas em termos práticos, para eu ter uma vida independente, não contribuiu em nada, nada, nada... (HÉSTIA, 19 anos).

Observamos, no entanto, que o fato de o entrevistado demonstrar uma visão positiva do CEDUC não significa que hoje ele, na condição de egresso, se encontre inserido de alguma forma no sistema produtivo. Alguns que assim opinaram se encontravam presos no momento da entrevista.

Denota-se, na análise dos discursos, que alguns isentam o CEDUC dos erros e deficiências do atendimento e assumem sozinhos o fato de permanecerem em situação precária de sobrevivência, como confirmam os depoimentos de Teócrito e Helene, citados um pouco antes, e ratificados por esta afirmação de Xenofonte: "o CEDUC é um lugar para a pessoa se regenerar. Lá tem escola, assistente social, mas eu mesmo é que nunca quis nada com tudo isso. E talvez por isso hoje esteja nesta situação."

O fato de o CEDUC ser visto, também, de forma contraditória, suscita a compreensão de que esta contradição é fato marcante nos seus propósitos. Isto porque, se, de um lado, a instituição, embora com deficiências, é capaz de garantir as condições materiais básicas para a subsistência do adolescente, mesmo num ambiente de "falsa liberdade"; de outro, transparece sua desatenção para aspectos essenciais na formação dos jovens, como a segurança afetiva, a formação profissional, a criação de novas oportunidades de emancipação e a neutralização de práticas de violência. Neste aspecto, é sintomático o que afirma Frota em estudo recente:

O cotidiano do Centro Educacional – CEDUC/Pitimbu está repleto de ações as quais podem ser consideradas violentas, que não provocam apenas danos físicos, mas também marcam profundamente à personalidade dos meninos. Como essa instituição vigia e está sempre reprimindo atos de violência física, eles acabam se mascarando, transvestindo-se com outras facetas e, dessa forma, escapando do próprio controle da instituição. As violências mais comuns, justamente por serem ignoradas [...] são aquelas de indisciplina ou incivilidade, discriminação e segregação racial e social, humilhação e desmoralização. Nesse caso, não há, necessariamente só agressão física, mais a ela se soma cotidianamente às ofensas verbais [...]. Posso afirmar inclusive que elas [as ações institucionais] não conseguem eliminar as práticas de violência. (FROTA, 2007, p. 25-26).

Abordados os egressos se, no momento, sentem alguma recordação do CEDUC, a maioria relativa (25,94%) expressou esse sentimento de forma negativa. Enquanto os demais se referiram a razões específicas, decorrentes do seu relacionamento com alguns níveis hierárquicos da instituição, como professores e educadores sociais (22,22%), coordenadores e cozinheiras (14,01%) e dos vínculos afetivos resultantes do inter-relacionamento entre os próprios colegas internos, através das atividades realizadas no CEDUC, como: grupo de danças, cultivo de hortas e jardins, futebol e atividades de fins-de-semana. Assim, mesmo com problemas diversos e históricos, como situações de violência, ameaças e frustrações, envolvendo e dificultando o relacionamento entre os egressos, quando estes deixam o CEDUC sentem falta do seu referencial de socialização, possibilitado pelo seu grupo de pertença, ao longo dos anos.

Nesse sentido, alguns se referiram, como motivo de recordação, a segmentos hierárquicos da instituição, às suas respectivas atividades, bem como a outras ações da rotina, a exemplo do que afirmam esses jovens:

Eu só tenho saudades do grupo de danças. O resto não funcionava. A professora ia pouco. O Relatório para o Juiz, ninguém sabia o que tinha nele: uns sabiam, outros não. O resultado demorava muito. (ÉSQUILO, 22 anos);

Só tenho saudades das amizades que eu fiz lá dentro com os outros meninos, embora muitos deles hoje já estejam mortos. Hoje em dia se eu contar o tempo que eu passei lá, se tiver dez na rua vivo, "tá" muito. Um deles era muito apegado comigo, mas já está morto... (PARMÊNIDES, 21 anos);

Tenho saudades do meu grupo de dança. Ainda tenho fotos em casa. Fui até para Universidade [UFRN] fazer uma apresentação lá. Foi muito bom. (DIONÍSIO, 21 anos).

[...] tinha uma menina que tirava ferro de lá de dentro, botava culpa nas meninas, em mim; tirava ferro de baixo da cama aí dizia que era eu. Mas ela se deu mal... ela passou mais um tempinho lá. Com os vigias [policiais] a gente conversava normalmente; eles podiam entrar no prédio. No fim de semana, tinha a área de lazer no CEDUC. Ouvia-se música, arrumava o cabelo, se bronzeava lá. As brincadeiras que tinham lá, as educadoras também, tenho saudades de todos. Era bom demais. (HELENE, 19 anos);

Mesmo os que se referiram a aspectos positivos que identificaram na instituição - como ocorreu com 26,09% dos egressos - 78,26% dos entrevistados não aceitariam ou admitiriam conviver com a situação hipotética de um dia ver um filho seu internado no CEDUC. Sobre os motivos, ei-los expressos no depoimento desses egressos:

"Vixe", é complicado. Ter um filho meu dentro do mesmo sistema que eu passei... eu não queria um filho meu lá de jeito nenhum. Porque ali foi onde eu acabei a minha vida. Lá eu aprendi tanta da coisa ruim, ali. Exemplo: matar, roubar, atirar nos outros; aprender os macetes do mundo do crime. (HOMERO, 21 anos);

Me sentiria com muita vergonha. Lá é difícil. Como qualquer pai se sentiria quando tem um filho preso! (HESÍODO, 22 anos);

Me sentiria totalmente derrotado. Acho que ele ia pensar como eu penso. Lá tem certas coisas [cursos], mas jamais eu desejaria um filho meu lá. Nem meu, nem de ninguém. (DIONÍSIO, 21 anos);

Eu não queria nem pensar. Mas eu iria amá-lo, mas não poderia achar bom isso. Nada do que a pessoa passa de ruim, quer que o seu próprio filho passe. A pessoa quer dar tudo de bom da pessoa pra ele. Eu disse que lá tinha umas coisas boas, mas pra ele eu jamais desejaria isso. (PARMÊNIDES, 21 anos);

Jamais pensaria isso. Eu não queria isso pra ele, não. Ali também é muita covardia. Eu via o que os outros faziam com os outros: a violência que rolava lá. Um furava outro. Lá tinha também umas "franguinhas"... Mas lá ninguém obrigava ninguém fazer nada não. Eu mesmo tinha minha mulher. Eu não queria negócio com ninguém lá, não... Mas tem gente que não dispensa. Tudo seco ali, hem! Uma violência. Eu não, porque eu ficava mais na minha... não arrumei muita confusão ali não. Tem muitos que chegam lá e não demonstram nada de homossexualismo... (ARQUÍLOCO, 22 anos).

Ai, eu me sentiria muito prejudicada que nem minha mãe, "né". É muito ruim para uma mãe chegar num canto e ver o filho dela preso. Ir embora e deixar ele lá. No meu caso, o que eu fiz foi grave "né". Ele ficar lá sofrendo discriminação... Hoje se eu chegar num canto com minha mãe, as pessoas já vão ficar olhando meio torto. Vão querer se aproximar... Dizem logo: essa daí é a mãe de fulano. A filha dessa fez isso. Outros vão ter medo. Outros vão sentir desconfiança de eu pegar alguma coisa. Só que, graças a Deus, eu nunca peguei nada de ninguém. Minha mãe já sofreu muito por causa de mim. Mas eu só sei o que ela passou, porque eu hoje tenho filho... Assim de jeito nenhum eu quero filho meu lá no CEDUC. (IRIS, 19 anos).

As representações do egresso expressam, com freqüência, um caráter de frustração e revolta. Sempre enfatizam as características de prisão do CEDUC, dos momentos de ociosidade e violência.

Por tudo isto, o egresso carrega consigo muita mágoa e atribui à instituição a responsabilidade maior pela sua situação atual de vida, como afirma, peremptoriamente, estes egressos:

O CEDUC atrapalhou toda a minha vida. Prejudicou a minha juventude todinha. Minha vida agora está complicada, mas eu jamais quero ir para um lugar daquele de novo. Nunca mais. Fujo no mesmo dia. Não tenho saudade de nada dali. (HOMERO, 21 anos);

Quando saí do CEDUC procurei apagar tudo que houve comigo lá. Eu fiz curso. Aprendi alguma coisa. Mas não dá para eu ganhar dinheiro. Se eu fosse comparar o CEDUC com esta cadeia, acho que o CEDUC era pior. De menor tem burocracia que aqui não tem muito. Lá eu era preso dentro do pavilhão direto, embora aqui seja mais perigoso. (EURÍPEDES, 21 anos).

Tudo isto, sem dúvida, de um lado, atinge frontalmente os preceitos preconizados pelo ECA, principalmente no Capítulo IV – Das medidas socioeducativas - e, mais recentemente, as normas e orientações explicitadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). E, de outro lado, nega a versão das avaliações feitas pela FUNDAC, sobre os resultados de suas ações junto aos adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, atendidos em "privação de liberdade."

Diante das contradições entre os propósitos definidores das políticas públicas, nesse campo, para usar a expressão de Bourdieu, e a realidade de suas práticas, procuramos conhecer a posição do Juiz da 1ª Vara da Infância e da Adolescência, em Natal, a respeito. A propósito, assim se pronunciou o magistrado:

[...] a execução da medida privativa de liberdade, principalmente no CEDUC Pitimbu, deixa muito a desejar... Como não há nenhuma atividade que possa mudar comportamentos dos adolescentes lá dentro, praticamente o CEDUC se tornou hoje uma carceragem, um minipresídio. É essa a visão que eu tenho do CEDUC, em maio de 2008. É tanto que - tudo indica - a FUNDAC vai começar uma reforma estrutural, não só na área material, mas também na área de recursos humanos. A visão que eu tenho de recursos humanos também não é muito boa, porque é um trabalho que ora está bem ora está mal. [...] Quanto à localização do CEDUC Pitimbu, a idéia nossa não é mantê-lo ali não. É relocalizá-lo mesmo. Porque apesar de a cidade ter avançado, ainda existe a dificuldade de acesso. Não tem como a família do adolescente ir sozinha para o CEDUC. Então ela se desloca para o Cidade Satélite e aí um carro da FUNDAC vem buscá-la para ir ao CEDUC visitar o seu filho. [...] Tem que haver investimento na pessoa do adolescente, na família do adolescente. E o Estado não investe, nem na família nem no adolescente. E a parte física do prédio por si só se destrói com o passar do tempo. É preciso mandar para o município o que é do município. Não se concebe mais hoje que o Estado tenha, por exemplo, abrigos e creches. É inconcebível hoje que o Estado assuma esse compromisso. Não é mais missão do Estado, hoje. O Estado investe muito mais na área de abrigos, na área de creches, do que na área do adolescente em conflito com a lei. Então, não há investimento no adolescente, mesmo ele privado de liberdade lá dentro; não há investimento na família do adolescente, e o programa de egressos, que é obrigação do Estado, é um mero faz-de-conta. (PAIVA, 2008). 46

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Juiz da 1<sup>a</sup> Vara da Infância e da Juventude de Natal, em entrevista concedida em maio de 2008.

Diante dessa realidade, muito embora as diretrizes e programas da FUNDAC expressem e difundam objetivos pedagógicos, fundados, muitas vezes, numa concepção crítica do problema, onde o adolescente é pensado como sujeito de direitos, verificamos que suas práticas, analisadas pelos seus resultados mais visíveis e evidentes, se inserem num contexto repressivo-correcional, teoricamente abolido, há dezoito anos, pelo ECA, no Brasil.

Essa realidade revela características das ditas "instituições totais", as quais, para Foucault (2007), são um lugar de produção da delinqüência, reforçada pelas soluções repressivas e normalizadoras das condutas juvenis delinqüentes.

Mas, nem sempre o delinqüente é infrator e vice-versa. Apesar de que as práticas exercidas nas instituições repressoras revelem que essa distinção é apenas teórica ou jurídica. Foucault utiliza o termo infrator, referindo-se àquele que infringiu as normas jurídicas estabelecidas; já delinqüente é a condição a que o sistema submete o indivíduo, estigmatizando-o e controlando-o, tanto formal quanto informalmente, inclusive após ter cumprido sua privação de liberdade. Mas, nesse sentido, Foucault esclarece quando afirma que

O delinqüente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto o seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza. [...]O delinqüente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato [...], mas também de estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento). (FOUCAULT, 2007, p. 211).

A análise de Foucault destaca o aparelho penitenciário como um lugar de produção da delinqüência, a qual não nasceria nas "margens do sistema", mas seria "formada nos subterrâneos do aparelho judiciário" (p. 213), ou, como diria Takeuti (2002), nas prisões ou instituições correcionais de "menores infratores".

Sabemos bem que a maior parte das instituições públicas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, no Brasil, apesar dos avanços trazidos pelo ECA, ainda desenvolvem suas práticas inspiradas na punição, na repressão e na violência, semelhantes àquelas observadas nos estabelecimentos penais. Como afirmam, a propósito, Salles Filho et. al. (2006)

No caso das escolas-prisões de adolescentes [...], muitos julgam e esperam que elas devam cumprir sua função oficial de aplicar medidas socioeducativas que possibilitem a reintegração do adolescente à sociedade e que restabeleçam sua cidadania. No entanto, o que realmente parecem fazer aos seus internos é excluí-los, estigmatizá-los, adoecê-los no sentido físico e moral e, mesmo, transformá-los em criminosos a serem eliminados da sociedade, presos ou mortos... (SALLES FILHO et al. 2006, p. 115).

Em Natal, essa realidade não é diferente, como focalizam alguns estudos recentes<sup>47</sup> sobre o tema, particularmente, sobre o CEDUC Pitimbu.

Considerados sempre como uma ameaça constante à sociedade, por esta razão, devem esses jovens ser sempre severamente punidos, na opinião de boa parte da sociedade brasileira.

# 5.6 O EGRESSO E A SUA VIVÊNCIA INFRACIONAL

Como frisamos em diferentes momentos deste estudo, o egresso do CEDUC é um jovem que expressa profundos e visíveis sentimentos de frustração, angústia e revolta. Carregando o estigma de delinqüentes, esses jovens - muitas vezes dentro da própria instituição que teria o papel de socializá-lo - ao serem considerados como "bandidos", "infratores" ou "ladrões" também se nomeiam dessa forma, incorporando os rótulos que lhes são socialmente atribuídos. Daí eles assumem ainda mais uma posição fatalista quanto ao seu destino, dificultando em muito a sua inclusão social.

É importante ressaltar, aqui, a ruptura que se dá na trajetória de vida do jovem em conflito com a lei, a partir do momento em que a Justiça determina o seu desligamento da instituição. Até esse momento, esse jovem, ao longo de toda a sua adolescência e experiência de rua, pôde contar, mesmo com as deficiências notoriamente conhecidas, com a assistência e a atenção de diferentes programas governamentais e não-governamentais (ONGs). A partir do desligamento, porém, nenhuma iniciativa pública consolidada existe destinada a acompanhálo, ao menos nos primeiros meses de sua convivência social e familiar<sup>48</sup>. Os programas de liberdade assistida, a nosso ver, poderiam suprir algumas necessidades nesse sentido, já que, segundo estudos da SEDH (2006)<sup>49</sup> eles são vistos, por muitos especialistas, como "a forma mais humana e, pedagogicamente, a mais promissora de abordagem educativa aos jovens infratores". Todavia, esses programas parecem enfrentar, em todo o Brasil, severas restrições por falta de "[...] literatura técnica consistente e de condições físicas, materiais, técnicas e logísticas adequadas [...], evidenciando-se assim a falta de prioridade de que ainda padece", na atualidade.

<sup>48</sup> A FUNDAC/RN conta com um programa denominado "Apoio ao Adolescente Egresso de Medida Socioeducativa", porém, desconhecido de todos os jovens egressos entrevistados.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> FROTA (2007), PEREIRA (2004), SILVA (2003).

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os regimes de atendimento no estatuto da criança e do adolescente: perspectivas e desafios. Brasília: SEDH, 2006. Disponível em: <a href="https://www.mj.gov.br/sedh/spdca/publicações">www.mj.gov.br/sedh/spdca/publicações</a>.

Portanto, no momento em que os jovens mais precisam de apoio, orientação e acompanhamento, eles logo percebem que se encontram agora sozinhos, totalmente despreparados para competir num exigente mercado de trabalho e, por consequência, passam a representar uma inesgotável fonte geradora de conflitos e de instabilidade para suas famílias.

E aí, diante dos problemas a enfrentar, muitas vezes para manter sua própria família, recém-constituída, e para garantir sua sobrevivência, eles se vêem diante do seu maior dilema: resignar-se e recorrer aos seus próprios esforços e meios em busca de outras estratégias de sobrevivência, ou, desistir da luta, decidindo-se pelo crime como opção de vida.

Observamos, a partir dos depoimentos colhidos, que os jovens do CEDUC, após o desligamento da instituição, via de regra, voltam a praticar novos crimes, possivelmente em decorrência da presença, em seu meio, das mesmas causas que no passado determinaram a sua internação. Constatamos, como já afirmamos em outros momentos deste estudo, que 73,91% dos jovens desligados do CEDUC, no período estudado, voltaram a ser presos, acusados da prática de algum tipo de crime. É, portanto, bem elevada a freqüência de reincidentes, demonstrada tanto pela repetição dos atos infracionais anteriores à internação quanto após o desligamento, o que mostra o grau de comprometimento com o crime por parte desses jovens.

Essa realidade, se, de um lado, denuncia a ineficácia da operacionalização das medidas privativas de liberdade, através do CEDUC, as quais parecem ter escassa repercussão no afastamento desses jovens do mundo do crime; de outro, chama a atenção para o fato de que, mesmo dispondo-se de políticas públicas, teoricamente bem explicitadas, a partir do ECA, e em sintonia com os interesses e necessidades desses jovens, parecem ainda insuficientes as iniciativas do poder público para converter os preceitos do Estatuto em ações concretas, capazes de transformar as condições de existência em que vivem esses jovens e suas famílias. É claro que tal pretensão extrapola as possibilidades de intervenção de instituições como o CEDUC, a FUNDAC e outras, isoladamente.

Analisando-se a ocorrência dos crimes praticados pelos jovens, após deixarem o CEDUC, verificamos que, em sua maioria, eles foram praticados já no primeiro ano pósdesligamento, e grande parte deles, logo no primeiro mês de liberdade, como aconteceu com Pitágoras, um egresso de 22 anos, que afirmou: "assim que saí do CEDUC pratiquei dois assaltos, e com um mês depois fui preso novamente."

As principais razões apontadas pelos egressos para o cometimento dos novos crimes foram "falta de dinheiro" (para pagamento de aluguel, para aquisição de bens de consumo, e para compra de armas), "falta de emprego", "influência das más companhias" (amigos ou

parceiros ligados à criminalidade), "revolta" (sentimento de vingança pela perda de familiares, acusações injustas de roubo ou furto, espancamento das mães pelos pais ou padrastos), "necessidade de enfrentar os problemas da vida e curtir com drogas, bebidas e mulheres".

Assim, analisados os tipos de crimes praticados, prevalecem os crimes contra o patrimônio, como: assalto ou roubo, latrocínio, furto e arrombamento (furto qualificado), correspondendo a 40,00% das ocorrências; seguindo-se os crimes contra a pessoa (homicídio, lesão corporal), com 26,67% dos casos, e ainda o porte ilegal de armas.

A prevalência de crimes contra o patrimônio pode sugerir que os jovens, logo que deixam o CEDUC, passam a enfrentar as mesmas e difíceis condições de vida em que viviam antes de sua internação. E além de permanecerem envolvidos nessa situação, agora se sentem sozinhos para "lutar pela vida", com o agravante de terem que assumir o ônus de manutenção de sua própria família e atender às necessidades básicas de seus filhos, os quais, no universo entrevistado já somam 28 crianças.

Despreparados para o trabalho, e sofrendo pressões da própria família, o egresso se vê, assim, obrigado a retornar à vida de crimes, como a estratégia de sobrevivência que lhe parece mais viável, apesar dos riscos, inclusive de morte. Em se falando de riscos, observamos ser comum o fato de os egressos portarem armas de fogo em suas andanças, especialmente no momento do crime. Já é hábito de alguns andarem armados, no dia-a-dia, inclusive quando estão em casa<sup>50</sup>, como forma de proteger-se contra eventuais ameaças de inimigos. Foi nesse sentido que assim falou esse egresso:

Como tenho inimigos só ando armado. É minha segurança. Mesmo sem porte de arma, eu uso arma, pois tem policial que é mais tranqüilo. Tenho um bocado de arma de fogo. Vou juntando, juntando, juntando... Hoje morrer pra mim tanto faz! Eu só saio de noite. Se eu for ameaçado, eu mato antes o cara. Sou obrigado a matar. (ÉSQUILO, 22 anos).

Nessas circunstâncias, com freqüência o egresso termina sendo novamente preso, acusado de novos crimes, e não raro condenado. Como verificamos, dentre os egressos entrevistados, 65,22% tinham passagem pela penitenciária, condenados por crimes de natureza diversa.

Um dado agravante de sua situação foi o fato de que, segundo os próprios egressospresidiários, muitos deles já haviam concluído seu período de condenação e, mesmo assim,

Homero, um de nossos entrevistados, poucos meses depois da entrevista, foi preso por porte ilegal de armas. A Polícia, após denúncia anônima, flagrou o mesmo com dois revólveres guardados em sua casa, segundo reportagem na imprensa local.

permaneciam na prisão por falta de um advogado para dar andamento ao processo, ou também devido à falta de recursos financeiros para assumir as despesas com esse profissional. Como sabemos, caberia ao Estado disponibilizar defensores públicos para atuar nesses casos, impedindo tais injustiças e evitando contribuir com a superlotação dos presídios, como é de notório conhecimento público, no Brasil.

É oportuno destacar que, dos egressos que tiveram passagem pela penitenciária, no período pesquisado neste estudo, 56,52% repetiram o mesmo tipo de crime que, no passado, havia justificado ou dado causa à sua internação para cumprimento da medida socioeducativa privativa de liberdade, no CEDUC. Ou seja, aqueles que, no universo estudado, foram internados por homicídio voltaram a matar no pós-desligamento; os que foram internados por assalto voltaram a assaltar após o desligamento, além de outras situações semelhantes.

Um outro aspecto a salientar é que, no caso das meninas, egressas do CEDUC Pe. João Maria, nenhuma delas voltou a praticar crimes após o desligamento, não havendo, portanto, registros de reincidência, no período estudado. Dentre as razões que poderiam justificar essa performance estariam o tamanho e as características da instituição e o pequeno número de meninas atendidas, as quais, por um lado, parecem atender às exigências do SINASE e do ECA; e, por outro, possibilitam um atendimento mais individualizado, mais humanizado e mais próximo de uma convivência familiar saudável. Nesse sentido, assim se referiram essas jovens:

[...] Aí eu mesmo é que resolvi que não queria mais isso [viver no mundo do crime]. E não quero mais. Ali [no CEDUC] não era uma cadeia. Era mais um tipo de descanso. Era "pra" descansar um pouquinho. (HELENE, 19 anos);

O CEDUC pra mim foi bom. Conheci gente nova. Aprendi lições de vida. As pessoas que trabalhavam lá eram legais. Eu ia pra cozinha, preparava refeições, ajudava nos serviços. Eu tenho saudades, mas só das pessoas que trabalhavam lá. As educadoras conversavam muito com a gente... E quando eu soube que ia ser desligada, disse: - Êta, chegou a hora. Agora eu tenho de encarar mesmo. Eu me senti feliz porque ia sair e voltar pra casa, e, ao mesmo tempo, me senti triste porque ia deixar as pessoas com quem convivi...". (DIONE, 21 anos)

Frise-se que o número de meninas que ingressam no sistema oficial de atendimento para cumprimento de medidas socioeducativas é, historicamente, pequeno em relação ao número de adolescentes do sexo masculino. Em geral, a participação das meninas se situa em torno de 5,0% do atendimento global, o que explica a presença sempre de poucas meninas no CEDUC Pe. João Maria. Por outro lado, ao contrário dos meninos, as meninas têm menor envolvimento na prática de atos infracionais, até porque são elas que têm mais tempo de

permanência no lar, mais frequência à escola e menos presença nas ruas, como mostram diferentes estudos nesse sentido, entre os quais Volpi (1997).

Para alguns egressos, sobretudo aqueles que disseram viver sob ameaça constante, a institucionalização era percebida como forma de proteção contra inimigos, a exemplo do caso de Héstia, 19 anos, que assim se pronunciou a respeito: "O CEDUC chegou numa hora mandada por Deus, pois foi lá que refleti minha vida. E foi lá que mudei. Se eu não tivesse ido pra lá, eu talvez hoje estivesse morta, ou então mais doida. Ou teria feito mais besteira e hoje ainda estaria presa".

Foram poucas as situações em que os egressos expressaram sentimentos de arrependimento pelos crimes cometidos, e somente alguns manifestaram em seus depoimentos a intenção de mudança. Como afirmou Ésquilo, 22 anos, a propósito: "[...] Sei que se eu não mudar vou morrer. Mas pra mim tanto faz morrer cedo como morrer tarde. Tem caso que eu não me arrependo. Nos três homicídios, eu faria tudo de novo. Matei todos para não morrer!" . Neste caso, o egresso, que não assume a culpa pelos crimes, prefere adotar uma postura de defesa de sua integridade física, dando a entender que se encontra sempre diante de uma situação de escolha entre sua vida e a das vítimas.

A trajetória dos egressos entrevistados, no mundo das drogas, tem início já a partir dos oito anos de idade. Mais precisamente, 26,10% dos entrevistados iniciaram-se nas drogas entre os 8 e 12 anos; 69,56% passaram a consumir drogas entre os 13 e 17 anos. De modo geral, começaram pelo uso de álcool e cola de sapateiro, seguindo-se, desde logo, os pequenos furtos, sozinhos ou acompanhados por colegas. Depois passaram a assaltar pedestres, ônibus, chegando a assassinatos. O depoimento que segue expressa esta realidade de vida:

A vida do meu pai pode ter influenciado a minha vida. Mas só uma parte. Eu também gostava muito de beber. Comecei aos 8 anos. E aos 10 anos entrei no mundo das drogas. Comecei com cola de sapateiro, e depois fui logo pra "pedra" (*crack*). Não gosto de maconha. Nunca gostei de fumar maconha. Por isso não uso nem mesclado. Eu coloco a pedra em cima da cinza do cigarro, ela dissolve e pronto...(TEÓFANES, 21 anos);

Eu tinha 9 anos de idade, quando furtei a casa de uma Juíza. E aí continuei fazendo pequenos furtos. Nesse mesmo dia, quando eu ia levando os furtos para vender em Natal, no trem, a Polícia me cercou. E fui preso logo. E aí passei 46 dias no Ceduc. Houve "estoporamento" [extrapolação] de prazo e aí fui "pra" rua logo. Depois eu continuei furtando. Acho que já fui preso umas quinze vezes. Mas não faço mal a ninguém. Só faço mal a mim mesmo. (ONESTES, \$\frac{51}{2}\$ anos);

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Entrevista realizada em março de 2008.

No âmbito familiar, as mães, tias ou avós são vistas pelos egressos como as principais cerceadoras do consumo de drogas entre os entrevistados. Exemplo disso é o que afirma a tia de Homero, presente em boa parte da entrevista: "[...] aceitamos ele aqui [depois que saiu do CEDUC] mas nunca vamos aceitar os erros que ele já fez".

Ao longo deste estudo, observamos que 100% dos egressos consumiam álcool, tido como uma droga lícita, de uso comum no meio social, embora seus efeitos tenham repercussão importante no sentido de ampliar os índices de violência, incluindo homicídios, lesões corporais, acidentes de trânsito e outros.

Constatamos que, paralelamente ao consumo de álcool, 78,26% consumiam maconha e 52,17% usavam *crack* – um subproduto da pasta de cocaína - que, quando misturado à maconha, recebe, em algumas regiões, a denominação de "mesclado". Os depoimentos que seguem expressam uma maior aproximação do problema:

Quando eu trabalhei pela primeira vez eu tinha onze anos. Trabalhei na feira como "fretista", em Nova Natal. Nesse tempo meus pais trabalhavam, mas eu nunca gostei de depender só deles. Eu sempre fui esperto, sempre procurava trabalhar. Eles me davam tudo o que eu precisava. Mas eu não queria só receber deles. Eu queria ter coisas minhas mesmo. Com o meu dinheiro. Com o meu suor. Eu entrei nesse mundo das drogas só pelas más amizades. Andando com colega que usa. - Fuma aqui. - Eu não fumo. Vai noutro canto, eu não fumo. Mas, em outra hora, a gente ia no início só por curiosidade. E acabamos caindo. Pratiquei o primeiro delito logo que comecei a usar droga. Foi aí que comecei a roubar. Meus pais não iam me dar dinheiro para eu usar droga. Aí eu tinha que trabalhar pra comprar droga pra mim mesmo. Só que mesmo trabalhando, o dinheiro que eu conseguia não era suficiente pra pagar a droga. Eu só fumava quando tinha dinheiro. Cheguei a dever muito ao tráfico de drogas. Mas consegui pagar. Eu também já atuei com o tráfico de drogas mas por pouco tempo. Eu consegui sair porque a gente quando começa é muita malhação, muito aperreio, muita gente. Na sua casa mesmo, os vizinhos ficam tudo chateado, chama muito a atenção; chega carro de todo jeito; também a cadeia é muito grande quando é pego. Chega gente a toda hora na sua casa: até de madrugada, amanhecendo o dia, para comprar droga. Chega também da Polícia, mas só se tiver algum alcagüete para denunciar. O cara fica muito visado. Mas eu não ficava nervoso. Eu já era acostumado a viver nessa vida. Já sabia como é que era. Mas eu só tinha medo mesmo era da Polícia. Quando ela começava a passar na rua, eu já via que tinha alguma coisa...(EURÍPEDES, 21 anos).

Drogas eu já usei muito. Eu comecei com a cola de sapateiro aos 9 anos. Eu arrumava cola arrombando as marcenarias. Nesse tempo, os caras me diziam: rapaz, cheirando cola o cara dá umas viagens, não sei o quê... Aí eu ia experimentar. E aí eu fiquei "aviciado". Dava coragem para furtar. Depois eu passei a fumar maconha. Passei para um mesclado (*crack* + maconha); depois a pedra pura (*crack*). A pior delas é o *crack*. Com esta você perde a noção de tudo. Ela veio para acabar com a vida de todo mundo. E quando se acabava a droga, aí eu tinha que furtar para manter o vício. (ONESTES, 23 anos);

Entre os tipos de droga mais usados pelos entrevistados, incluem-se ainda a "loló", utilizada por 47,87% dos entrevistados; a cola de sapateiro (43,48%), o "mesclado" (34,78%), a cocaína (26,09%), "comprimidos" (17,39%) e o lança-perfume (4,35).

Os efeitos provocados pelas drogas foram enfatizados pelos entrevistados, destacando-se o *crack* pelo seu alto efeito destruidor, segundo os egressos consumidores do produto. Estes depoimentos evidenciam essa condição:

O meu primeiro furto foi feito quando eu tinha 13 anos. Eu estava precisando de dinheiro. Com drogas eu iniciei aos 14 anos. Comecei com maconha, depois loló e o *crack*. Aí parou aí. O *crack* era misturado com a maconha (mesclado). Mas a pior de todas foi o mesclado. É muito forte e acaba mais rápido com a pessoa. Você perde a noção das coisas. Nos assaltos geralmente a gente faz com o auxílio de comprimidos. Não presta para assaltar com o *crack*. A gente perde a noção de tudo. Não presta não. Depois do assalto é que uso o mesclado. É uma forma de comemorar. Dessas drogas, o *crack* é a mais fácil de adquirir. Mas nunca tive envolvimento com tráfico de drogas. (ESOPO, 22 anos);

Eu já fumei maconha, pedra, loló, cola, *Rohypnol*; só não tomei o *ectasy*, nem pico nas 'aveias'; nem cherei pó de cocaína: nunca gostei desses tipos. Mas o pior de todos que usei é o *crack*. É sem vergonha. Ele veio pra matar e pra roubar. Se eu vir um cara fumando *crack* na minha frente eu dou é uma pisa nele. Acho que se o cara quer fumar, que fume um cigarro de maconha, que se acalma... (SÓFOCLES, 23 anos);

Eu comecei nas drogas com 17 anos. Comecei fumando maconha, mas já cherei loló, cherei cola e mesclado (*crack* mais maconha). Dessas drogas a pior que tem é o mesclado. A química dele é pior. A vontade que dá é fumar mais. Eu fazia tráfico de drogas. Eu vendia o *crack* e vendia maconha. Aí fui experimentar e findei me viciando. Aí pronto, através do vício parei de vender e só fazia consumir. Aí quando eu não tinha mais dinheiro para consumir, ia roubar pra comprar mais. O dinheiro que eu pegava era para me drogar. Mas nunca fui preso por causa do tráfico. No tráfico eu nunca fiquei devendo a ninguém não, porque lá é dinheiro fácil. Às vezes eu fumava antes de roubar, mas fumava mais depois do roubo porque tinha dinheiro para comprar mais. (PÍNDARO, 22 anos).

Em geral, os egressos se referem ao *crack* pelos efeitos violentos e destruidores que causa ao organismo. Entre os egressos, ele é muito consumido misturado à maconha, recebendo o nome de "mesclado". Em outros estados essa mistura também é conhecida como "zirrê", denominação que parece estar sendo difundida na *internet*. Segundo o psiquiatra Jairo Werner (2008), em entrevista à Folha de São Paulo, edição de 27 de julho de 2008, "o crack causa mais euforia quando fumado junto com a maconha do que inalado". Segundo esse especialista, ele apresenta sintomas como: aumento da pressão arterial e dos batimentos cardíacos, baixa temperatura, aumento da pupila, face avermelhada e diminuição do apetite.

Mas o que chama também a atenção e merece um alerta é que mais da metade dos egressos (52,17%), como nos referimos anteriormente, afirmaram consumir esse produto

tóxico com muita freqüência apesar de suas conseqüências negativas, pois, como eles próprios afirmaram, é a droga que destrói o organismo do usuário com mais rapidez. Para se ter uma idéia da gravidade desse problema, uma pesquisa nacional, de 2005, do Cebrid, órgão da UNIFESP, 0,7% da população entre 12 e 65 anos dizia ter provado da droga, o que representa quase o dobro de 0,4% registrado quatro anos antes. O *crack* é consumido como vapor, e seu nome é advindo do estalo produzido no cachimbo quando a pedra é aquecida. Segundo os especialistas, comparado com a cocaína, o *crack* age mais rapidamente e os efeitos são mais intensos.

Na verdade, trata-se de um entorpecente muito agressivo, mais barato que as demais drogas, destacando-se pela rapidez com que vicia e causa sensação de prazer. Embora ultimamente também venha sendo crescentemente consumida por jovens de classe média, geralmente é uma droga usada pela "ralé" (SOUZA, 2003).

Ressalte-se que, apesar de o CEDUC atender jovens envolvidos com problemas de consumo e tráfico de drogas, o que percebemos é que a instituição não dispõe do mínimo de recursos físicos, materiais e financeiros, nem de mão-de-obra qualificada, para lidar com essa questão, ao menos durante o período de privação de liberdade do egresso. Justifica-se que, mesmo em Natal, não há um serviço público competente para lidar com o problema. Apenas algumas iniciativas de igrejas, de voluntários e ONGs parecem ter alguma atuação nesse campo, o que sugere uma completa omissão do poder público para com um problema bastante discutido no campo das políticas sociais, e de forte repercussão nos índices de violência entre os jovens.

A propósito, o próprio Juiz da 1ª. Vara da Infância e da Juventude de Natal, comentando, por nossa solicitação, sobre o atendimento do CEDUC, na ocasião também se referiu sobre a questão das drogas, nos termos deste depoimento:

Um dos grandes problemas que enfrentamos hoje com relação à privação de liberdade, tanto no CEDUC Pitimbu quanto no CEDUC Pe. João Maria é quanto à estrutura física. Essa estrutura hoje não tem qualquer compatibilidade com o próprio estatuto, e torna inclusive o ambiente insalubre, dificultando a implementação de qualquer política pública, de qualquer proposta pedagógica, e também terapêutica; pois nós sabemos que lá dentro tem muitos adolescentes que usam drogas. Aí são dependentes químicos com os quais poder-se-ia fazer um trabalho lá mesmo, nesse sentido, já que eles passam lá no mínimo seis meses privados de liberdade. Poderia haver um trabalho na área de terapia, não para curá-lo, mas pelo menos para ajudar na saída deles – egressos – através de um esforço de conscientização, direcionado para o tratamento. Então diante dessa estrutura física deficiente, que é uma das causas, compromete-se a implementação das propostas pedagógicas (PAIVA, 2008).

Para alguns entrevistados, a inserção no tráfico dá orgulho e uma sensação de poder. Para muitos deles é considerado um trabalho como outro qualquer. Neste depoimento, esse egresso nos confirma:

Eu estou com 21 anos. Mas eu não sou rapaz de roubar; isso aí eu não faço não. O único erro meu foi vender drogas. Mesmo que eu não seja viciado em drogas. Foi o jeito que eu achei de arrumar um trabalho. Eu já tinha meus filhos, minha esposa e minha família; e tinha que tirar a minha manutenção. (ALCEU, 26 anos).

No tráfico eles têm papéis distintos, que incluem funções como olheiro, avião, vapor, segurança, gerente, e outras, indo até a dono de boca. Porém, todos são postos instáveis. Mas a combinação de respeito e medo que passam a impor aos parceiros cresce à medida que são capazes de atirar, sempre demonstrando segurança, e matar, o que lhes é algo banal.

As famílias sempre justificam o envolvimento do jovem no tráfico de drogas devido à influência de amigos, à presença de outros familiares nesse ramo de atividade, à falta de oportunidade de emprego, e mesmo à crença de que o tráfico é algo promissor para o jovem, apesar dos riscos que envolve. Nesse sentido, o depoimento desse egresso é esclarecedor:

Não falta quem chame para o tráfico de drogas. Me chamaram para ir para a Paraíba fazer um assalto, mas eu não quero isso pra mim, não. Me chamam direto, aí... Se o cara se meter num negócio desses, o cara não sai mais não. Envolver-se com quadrilha é complicado, o cara não sai mais não. Se sair morre... Se sair, só sai morto. O negócio é a pessoa não entrar porque depois de entrar não tem mais jeito, não. Ali depois de entrar já fica sabendo da organização do grupo, ali; por isso, eles não deixam sair, não. Eles matam logo. (ARQUÍLOCO, 22 anos).

Observamos nos diversos relatos ser comum a negação do valor da vida do outro, e, por vezes, da própria vida, o que dá a dimensão da gravidade de sua situação existencial. O envolvimento com o crime organizado fez com que incorporassem uma visão de valorização da delinqüência como condição de ascensão na hierarquia de papéis sociais, obtidos por meio da força e crueldade.

# 5.7 FRAGMENTOS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS<sup>52</sup>

Mostramos, neste tópico, elementos biográficos extraídos a partir das histórias de vida narradas pelos vinte e três egressos entrevistados. Para tanto, embora tenhamos trabalhado com um roteiro de entrevista previamente definido, entendido como uma proposta inicial de diálogo, os entrevistados tiveram plena autonomia para desenvolver livremente a conversação. Procuramos respeitar as características e interesses pessoais de cada entrevistado, sempre considerando, enfim, a pessoa do egresso e suas circunstâncias.

Afinal, as pessoas das classes populares muito raramente têm oportunidade de falar sobre si mesmas, até porque imaginam que suas vidas "nunca interessam a ninguém". Assim, adotando-se uma postura científica, respeitosa e ética, procuramos criar um ambiente favorável a que os sujeitos pudessem falar sobre si mesmos, sobre a sua família, suas relações afetivas, sua experiência infracional, sua vida no CEDUC, suas condições de existência pósdesligamento do CEDUC, enfim, relatar, a seu modo, sua história de vida.

Registre-se que, mesmo com todos os cuidados técnicos e de respeito à pessoa humana, alguns entrevistados, de início, se mostravam tensos, inibidos e lacônicos nos seus depoimentos, todavia, após apreenderem o sentido do nosso trabalho, e seus objetivos, foi possível restabelecer, gradualmente, a espontaneidade e a confiança indispensáveis a um estudo desta natureza.

#### A trajetória de vida de Alceu

"No mundo do crime ninguém tem amigo: o 'amigo' que te abraça hoje, é o mesmo que te mata amanhã". Eu errei, pois só Deus pode tirar a vida dos outros. Eu hoje vejo o CEDUC como a 'creche' do crime!"

Alceu é um espirituoso jovem de 26 anos, casado, pai de quatro filhos, dos quais apenas dois (de oito e seis anos) são frutos de sua relação conjugal atual. É filho de uma costureira viúva e pensionista, e mora em casa própria, de quatro cômodos, adquirida através de doação de programas governamentais de apoio a pessoas residentes em áreas de risco de natureza ambiental. Sobre isto, feliz, ele disse: "eu tinha um barraco na favela, aí a prefeitura trocou por uma casa, graças a Deus. Eu tive a sorte de ganhar uma casinha!"

Ratificamos que o nome verdadeiro dos egressos entrevistados foi intencionalmente substituído por pseudônimos. A finalidade desta medida é assegurar o anonimato e impedir a sua identificação, agora e no futuro, a fim de que nada do que foi declarado nas entrevistas possa trazer-lhes prejuízos ou riscos de natureza diversa.

Alceu cumpriu medida privativa de liberdade no CEDUC Pitimbu por motivo de homicídio. Após seu desligamento do CEDUC, foi preso apenas uma vez por tráfico de drogas. No momento está preso, há dois anos e três meses, cumprindo pena por tráfico.

Alceu diz ter tido uma infância calma e esclarece: "...sempre estudei; meu pai e minha mãe sempre me trataram com dignidade. Não eram de espancar, eram de conversar. Sempre a gente estudou, tanto no estadual, quanto no particular: no Rotary, no Luís Soares, no Maria Ilka." Ele mostra muita afeição e respeito ao pai, que faleceu quando Alceu tinha 17 anos: "... o meu pai morreu de doença. Era o chefe da família. Quando ele faleceu, tudo ficou mais difícil. Ele era o pilar da casa. Você sabe que o pai da gente é quem bota a gente no cabresto e a gente se inspira nele."

Aos 12 anos, Alceu começou a trabalhar com um tio. "Limpava mato" nas casas, na Maternidade de Felipe Camarão e ainda "fazia bico" como jardineiro.

Ele cometeu o primeiro ato infracional aos 14 anos. Pretendendo conciliar uma briga entre duas outras pessoas, uma delas, de 25 anos, passou a agredi-lo. De pronto, Alceu reagiu e, ao usar um revólver pela primeira vez na vida, segundo conta, alvejou a vítima com um tiro, matando-a. Por essa razão, antes de concluir o cumprimento de pena de privação de liberdade, no CEDUC Pitimbu, ele resolveu fugir, na intenção de conseguir um emprego fora, em virtude de a esposa se encontrar grávida. Daí arranjou um emprego numa oficina, tendo trabalhado durante quatro anos, quando foi reconhecido e recapturado, retornando ao CEDUC.

Algum tempo depois, após o seu desligamento definitivo da instituição, já na maioridade, voltou a praticar crime. Desta vez, foi preso e condenado por tráfico de drogas, já há dois anos e três meses. A propósito das drogas, Alceu diz que seu negócio é o tráfico e quase não se envolve com o consumo, embora, além de bebidas alcoólicas, já tenha usado a maconha e o *crack*.

Durante o seu período de permanência no CEDUC, ele fez um curso de serigrafia na FEBEM (atualmente FUNDAC), mas nunca pôde dispor desta ocupação como fonte de renda. E, a propósito, diz o egresso: "[...] eu sei pintar camisa muito bem. Ah! Se eu pegasse uma chancezinha fora, um abraço! Eu ia longe!" Demonstrando um certo senso crítico sobre sua experiência de CEDUC, assim se coloca o entrevistado:

O problema do CEDUC é que eles não dão oportunidade pra gente arranjar emprego. Se isso acontecesse, a gente não voltava para a vida do crime e pior do que entrou lá. O erro maior deles é que, quando a gente "tá" lá dentro e começa a trabalhar lá dentro, eles não dão uma bolsa durante o curso para ajudar você a seguir em frente. Eles lhe deixam no meio do caminho; e aí não vai adiantar de nada. Você

sai do crime, "tá" saindo de lá e todo mundo fica olhando você atravessado, nas ruas... mas, se você sai trabalhando, todo mundo vai lhe olhar com outros olhos; e se você vai continuar trabalhando fora do CEDUC, você vai ocupar sua mente e pode até achar mais oportunidades. (ALCEU, 26 anos).

### Ampliando as suas considerações espontâneas sobre o CEDUC, afirma Alceu

[...] Pra mim, o CEDUC é o começo do crime. Você chega lá e vai ver o que é a realidade. Não só coisas boas que vêm. Você tá preso, e já tá errado. Chegando lá se você gostar do crime mesmo, você vai ficar no crime. Se não gostar, vai sair. Lá é o que chamo de "A creche do crime". A faculdade é aqui, em Alcaçuz. Você estando lá, se eles derem oportunidade de você sair do crime, ainda tem possibilidade. Mas se não derem, você vai sair de lá pra cá. Com certeza você vai estar no presídio. Quando eu estava lá - me lembro, como se fosse hoje - uma funcionária lá, que gostava muito de mim, ela disse: Alceu, Tirinete "tá" em Alcaçuz. E você cuidado "pra" não ir "pra" lá! E eu disse a ela: olhe, eu só não vou, se arrumar um trabalho quando sair daqui... e aqui estou. (ALCEU, 26 anos).

Para assegurar a sobrevivência da família, ele conta com recursos do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, o que garante a presença de seus dois filhos na escola. Diz ter fé em Deus que ainda sai desta vida de crimes, e tem como projeto de vida retornar para São Paulo (Jandira, Praia Grande ou Santos) com a família, onde já morou em tempos passados.

## A trajetória de vida de Arquíloco

"Quando saí do CEDUC, fiz um curso e consegui um emprego como frentista. Trabalhei oito meses num posto de gasolina. Mas quando o dono soube da minha situação [homicida], fui demitido. Antes disso, tudo era normal. Só um colega ficou com medo de mim."

Arquíloco é um jovem de 22 anos, casado pela quarta vez, e pai de cinco filhos: três filhos da primeira mulher; um filho da segunda; um filho da terceira; e a atual esposa, com quem vive há quatro anos, encontra-se grávida. Ele mora numa pequena casa alugada, próximo aos seus pais – um policial militar e uma dona de casa. No CEDUC, ele fez curso de "eletricista" e "bombeiro hidráulico", mas nunca trabalhou nem ganhou dinheiro com essas atividades.

Arquíloco cumpriu medida de privação de liberdade por motivo de homicídio. Após seu desligamento da instituição, também abandonou a escola, sobretudo por falta de condições financeiras, tendo cursado até à 1ª série do ensino médio. Trabalha agora como biscateiro, o que sempre fez desde os 12 anos, ocupando-se em atividades como: feirante, carregador de fretes, vendedor de picolés, ajudante de um bar e outros trabalhos similares. Diz já ter feito de tudo, só nunca foi "flanelinha".

Para manter a família conta com a ajuda da esposa, que trabalha como faxineira nas residências. Aos dezesseis anos, esteve muito próximo das drogas, mas sempre preferia, além de bebidas alcoólicas, apenas usar loló. Aos dezessete anos, cometeu o ato infracional que o levou para o CEDUC. Após deixar o CEDUC, envolveu-se em uma discussão tendo sido agredido por inimigos, o que resultou em novo homicídio. Chegou a ser preso, mas, "por falta de provas", não foi processado. Mostra-se absolutamente desencantado com o trabalho do CEDUC, sobre o qual diz "não adiantar nada; é apenas um tempo perdido, e ainda queriam me botar em semi-liberdade, mas meti conversa para não ir. Mesmo assim aprendi alguma coisa lá: um curso que fiz e completei um pouquinho o grau de estudo".

Sua preocupação, agora, é conseguir novo emprego ("depois que saí do Posto, ninguém nunca mais me chamou para trabalhar em outro") e uma casa própria para morar definitivamente, livrando-se do aluguel.

### A trajetória de vida de Dione

"O CEDUC era bom. Lá conheci gente nova, aprendi lições de vida, as pessoas que trabalhavam eram legais, como as educadoras que conversavam muito com a gente. Saí triste porque ia deixar pessoas com quem convivi [...]."

Dione é uma jovem de 21 anos, vive separada do marido e é mãe de uma filhinha de 9 meses. Atualmente, desempregada, ela vive na casa do pai e da madrasta, convivendo, harmoniosamente, com ambos. Filha de pais separados, um taxista e uma manicure, raramente ela tem contato com a mãe. Diz que nunca sofreu violência na infância, nem apanhava. Após a morte da avó, com quem morava, foi morar com o pai e, em seguida, viveu durante dois anos com a mãe. Não satisfeita, pois queria ser independente, diz "[...] comecei a trabalhar, fiquei morando só, durante mais dois anos, quando me envolvi com pessoas de outro caminho... Daí entrei para o mundo do crime e para o CEDUC".

Dione cumpriu medida privativa de liberdade, no CEDUC Pe. João Maria, por motivo de assalto. Após o desligamento do CEDUC, renunciou à vida de crimes, dedicando-se no momento apenas à filha. Tendo abandonado a escola, após o desligamento da instituição, e por motivo de gravidez, tem planos para retornar aos estudos. Cursou ate à 8ª série do ensino fundamental.

No CEDUC, fez um treinamento para manicure, embora ainda não tenha atuado profissionalmente, mediante remuneração. Começou a trabalhar na vida aos 17 anos. Era garçonete de um restaurante, na Cidade da Esperança, em Natal. Mas, entre os 15 e 16 anos, integrava uma "galera", no Bairro das Rocas, composta de aproximadamente 20 jovens,

quando começou a se envolver com drogas, furtos e assaltos. À época chegou a consumir, além de bebidas alcoólicas, loló, maconha e *crack*. Segundo afirma, no período de adolescência sempre se divertia com a "galera", "que rotineiramente se envolvia com bagunças, brigas, consumo de bebidas e drogas de todo tipo".

Atualmente, Dione passa os dias em casa, somente cuidando da filha e se divertindo na *Internet*, através do MSN e *Orkut*. Até porque, como frisa, "[...] sempre que ia sair com a galera para algum canto, a gente se drogava. Mas hoje eu não tenho mais contato com eles, pois a maioria está presa... Hoje tem um no CEDUC, outros no Provisório [Centro de Detenção] e outros em outras penitenciárias, como Alcaçuz [...]." Diz que gostava muito do CEDUC, pois no fim-de-semana " [...] a gente se animava, a gente ficava lá se bronzeando nos domingos, brincava de queimada, ficava lá cantando; mas quando não vinha visita, a gente ficava triste. Segundo comenta Dione, a comida oferecida era boa e ela também podia ir para a cozinha fazer sobremesa e sucos.

Porém, a tensão maior sofrida pela jovem, na instituição, "[...] era o Relatório que ia "pro" Juiz. Muita gente só fazia as coisas lá, já pensando no Relatório. E isso dava grande angústia, porque ninguém sabia o que tinha nele." E a principal lição apreendida por Dione, no CEDUC, foi, segundo afirma, "que o caminho que eu estava não era bom". Na atualidade, pensa em voltar aos estudos para garantir um emprego para sustentar a filha e, "olhando para trás", poder dizer "...hoje em dia eu consegui o que queria: superar tudo, pois o que aconteceu é passado."

#### A trajetória de vida de Dionísio

"Eu era um menino como outro qualquer... vendia pipoca no Machadão, picolé no Nordestão e laranja no sinal da Prudente. Mas, aos 16 anos, eu fiz o primeiro assalto com arma pra ir pro Carnatal...".

Dionísio é um jovem de 21 anos. Filho de pais separados, é casado pela segunda vez, encontrando-se a esposa grávida do primeiro filho. Aos 4 anos, o seu pai, hoje viciado em drogas, abandonou sua mãe. Aos 6 anos sua casa "pegou fogo", passando a viver nas ruas. Atualmente, mora com a mãe, embora num ambiente familiar "sem clima", pois o padrasto tem rixa permanente com ele devido ao seu envolvimento com drogas.

Dionísio cumpriu medida de privação de liberdade, no CEDUC, por motivo de assalto. Nunca fez curso de formação profissional, mas diz ter a profissão de pedreiro, tendo aprendido "com a prática". Cursou até à 6ª série do ensino fundamental. Dionísio trabalha desde os nove anos de idade, vendendo frutas e outros alimentos nas ruas e locais de eventos festivos. Aos dezesseis, fez o primeiro furto, seguindo-se outros assaltos, com arma. "Era uma

semana de festas, no Carnatal. Todo mundo estava indo, aí deu vontade de arrumar dinheiro pra curtir o Carnatal", afirma Dionísio, fazendo alusão ao carnaval fora de época, em Natal. Com passagem por outras Unidades da FUNDAC, Dionísio, cinco meses após ser desligado do CEDUC, voltou a praticar crimes, sendo preso por porte ilegal de armas. Atualmente, cumpre pena por assalto. Seu projeto de vida é iniciar um negócio próprio para vender salada nas ruas, já que possui alguns meios para esse empreendimento. A partir daí, "...só volto a roubar se as coisas apertarem mesmo [...]."

## A trajetória de vida de Esopo

"O CEDUC pra mim foi uma passagem. Não serviu de nada. Continuo preso do mesmo jeito. O que eu aprendi lá, não serve para eu ganhar dinheiro. Por isso nem procurei emprego. Acho até que o crime dá resultado mais rápido."

Esopo tem 22 anos, casado, e tem um filho. É filho de pais separados, e mora em casa de propriedade de seu pai, dono de pequena mercearia, juntamente com a avó, a quem chama de mãe. Cumpriu medida de privação de liberdade por motivo de assalto.

Após ser desligado do CEDUC abandonou a escola, tendo cursado até à 4ª série do ensino fundamental. Estudou na escola estadual Café Filho, quando participava de escolinhas de futebol no Colégio Salesiano e na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Diz não ter profissão, embora tenha feito um curso de padeiro, no CEDUC. Disse nunca ter trabalhado na vida, nem mesmo como padeiro.

Lembra que fazia muita desordem na escola, brigas e confusões com os colegas. E, assim, apanhava muito dos pais desde a infância, "mas tudo era justo, pois eu fazia mesmo muita coisa errada"; apanhava, apanhava do meu pai, da minha mãe, mas eu merecia, afirma. Cometeu seu primeiro ato infracional aos 13 anos (furto) e aos 14 iniciou-se nas drogas já tendo consumido, além de bebidas alcoólicas, loló, maconha e "mesclado" (maconha/crack).

Um mês após sair do CEDUC, foi preso novamente por assalto. Suas prisões são freqüentes – ele estima que já foi preso quase cinqüenta vezes, sobretudo na menoridade – e, no momento, cumpre pena de nove anos de cadeia por motivo de assalto. Esopo diz que "só mataria alguém para se defender, pois assaltar e ainda matar a vítima é exagero". Quanto ao futuro, diz confiar em Jesus e, por isso, não perde a esperança nem se acha um caso perdido. Tem esperança até no América, seu clube de coração!

# A trajetória de vida de Ésquilo

"Matei três pessoas para não morrer. Não me arrependo. Eu mato antes o cara, se for ameaçado por ele. No meu caso, o CEDUC não ajudou em nada. Lá não regenera ninguém".

Ésquilo é um jovem de 22 anos, filho de pais separados, sendo o pai funcionário público (vigia) e a mãe, desempregada, não tendo ocupação certa. Cumpriu medida privativa de liberdade, no CEDUC Pitimbu, por motivo de homicídio. É casado com a segunda esposa, e tem dois filhos da primeira relação. Mora em um quartinho de propriedade dos seus pais. Tendo abandonado a escola após o desligamento do CEDUC, cursou até à 3ª série do ensino fundamental. Declara não ter profissão, e, no CEDUC, fazia apenas algumas tarefas de jardinagem, mas, fora do CEDUC, nunca chegou a ganhar dinheiro com essa atividade. Começou a trabalhar na vida desde os 9 anos de idade. Vendia coco e "din-din" (espécie de picolé) na praia de Ponta Negra. Mas logo "começou na malandragem", como afirma. Seu primeiro ato infracional (furto) ocorreu aos 12 anos e aos 13 se iniciou nas drogas. Além do álcool, consumia e traficava maconha e *crack*.

Desde quando trabalhava, todo o dinheiro que ganhava era empregado na compra de roupas, drogas e armas. Após seu desligamento do CEDUC, voltou a ser preso mais duas vezes, ambas por homicídio. Atualmente se encontra na Penitenciária de Alcaçuz, tendo sido condenado por homicídio, cumprindo pena de 20 anos de reclusão.

Ésquilo lembra que sua infância foi muito sofrida, tendo chegado a passar fome. Os seus pais eram pobres e ainda sustentavam os seus avós. Mas só apanhou uma vez da mãe. Estudou numa creche, no Conjunto Ponta Negra e na escola Professor Sebastião Fernandes, onde "havia muito vandalismo e também droga". Para ele o momento mais feliz da vida foi quando ganhou um carrinho de controle remoto do pai. E o pior foi quando policiais mataram seu primo. Era a pessoa em quem ele mais confiava. Sempre que saía de casa, dizia somente a ele para onde ia. "Hoje eu tenho muitos inimigos. Só posso andar armado, mesmo sem o porte de arma. Nos três homicídios cometidos, eu faria tudo de novo, pois matei para não morrer. Um deles era também egresso do CEDUC. Agora, eu só quero é poder comprar um terreno para deixar "pros" meus filhos e depois entregar minha vida a Deus!"

## A trajetória de vida de Eurípedes

"O CEDUC é pior do que esta cadeia. Eu acho que o governo pensa assim: se o cara passou por essas coisas, ele é para sempre bandido. Não tem jeito. Não muda mais. E isso só prejudica."

Eurípedes é um jovem de 21 anos, casado, sem filhos. Mora com os pais – um motorista de ônibus e uma vendedora da Avon - em casa de propriedade destes. Ele cumpriu

medida privativa de liberdade no Ceduc Pitimbu por motivo de assalto. Após o seu período de institucionalização no CEDUC, ele abandonou a escola, tendo cursado até à 6ª série do ensino fundamental. Declara ser servente de pedreiro, profissão que aprendeu na prática. No CEDUC fez curso de "torneiro hidráulico" (sic) e eletricista, mas nunca trabalhou nestas profissões. Disse ter passado três meses no Pró-Jovem, onde ganhava R\$ 100,00 por mês, mas desistiu "porque lá não tinha nada de profissão para aprender [...], mas depois fiz um curso de computação 'no negócio do Governo' em Panatis e lá eu tinha uma bolsa de R\$ 360,00".

Eurípedes começou a trabalhar pela primeira vez aos 11 anos de idade, em atividades de rua, e aos 13 começou a se envolver com os primeiros atos infracionais e com as drogas. Além de bebidas alcoólicas, já experimentou cola, maconha e "mesclado". Após sair do CEDUC, afirmou já ter sido preso três vezes novamente, por porte ilegal de armas e assalto, motivos pelos quais se encontra atualmente preso, aguardando sentença, já tendo tido passagem pela Penitenciária de Alcaçuz pelas mesmas razões. Seu principal projeto de vida é voltar a estudar.

## A trajetória de vida de Helene

"Eu bebia muito, fumava maconha... minha mãe combatia, mas eu preferia ir pela cabeça de minhas amigas. Eu ia para a escola com medo, sabia que iam me matar!"

Helene, uma simpática e extrovertida jovem de 19 anos, é casada com um rapaz também de 19 anos, desempregado. Ela é filha de pais separados, desde os seus dois meses de idade. Tem um filho de 9 meses. Mora num quartinho, nas proximidades da casa da mãe, costureira, que reside com um companheiro, padrasto de Helene, a quem esta se refere como "uma pessoa boa, sendo o mesmo que o seu pai. Ele conquistou nós "tudinho" e hoje é um importante apoio para eu me manter afastada do mundo do crime". Mas, ressalta Helene, "no começo tudo era diferente com ele. A gente não se dava muito bem. Havia muita briga e confusão."

Helene cumpriu medida privativa de liberdade, no CEDUC Pe. João Maria, por motivo de lesão corporal, cometida por ela aos 15 anos de idade. Após seu desligamento do CEDUC, mesmo correndo risco de morte, como frisa, ela continuou estudando, " [...] mas parei agora para fazer o Pró-Jovem, mas como estava muito chato, saí para recomeçar os estudos na 8ª série" (ensino fundamental).

Atualmente, para tentar garantir a sobrevivência da família, ela trabalha como doméstica, na casa de um comerciante, no bairro onde mora. Diz-se insatisfeita com o trabalho, pois, além de não ter carteira assinada, ganha somente R\$ 20,00 por semana, o que

corresponde exatamente ao que a família paga de aluguel do quarto, ou seja, R\$ 80,00/mês. No CEDUC, aprendeu apenas a fazer artesanato (dobradura), uma atividade que gosta de fazer, todavia, afirma "[...] nunca ganhei dinheiro com isso; além do mais, quando eu cheguei aqui [fora do CEDUC], quase todo mundo já sabia fazer dobradura. Vou tentar partir para outra coisa."

É interessante notar que Helene começou a trabalhar muito cedo, ainda com 10 anos de idade. Ela trabalhava como doméstica em outra residência, mas sua obrigação era apenas cuidar de duas crianças pequenas, pelo que ganhava R\$ 70,00 mensais. Daí sua insatisfação maior com o trabalho atual. Ressalte-se, por outro lado, que essa prática a rigor a enquadraria como vítima de exploração de trabalho infantil. Hoje, ela só está conseguindo sustentar o filho, ou sua pequena família, de três membros, graças à ajuda da mãe, do padrasto e dos avós.

Aos 13 anos, Helene começou a consumir drogas (maconha) pela primeira vez. Diz que à época "[...] era danada, e, até aos 15 anos, só vivia no meio do mundo. Eu e minha galera. Não perdia festa e me metia em todo buraco." E diz ainda a entrevistada: "[...] eu já estava 'aviciada' (sic) em droga e, além disso, tomava muito álcool. Minha mãe combatia a droga, mas eu sempre preferia ir pela cabeça das minhas amigas. Mas hoje eu tanto bebo como fumo, mas muito pouco!".

Quanto ao CEDUC, ela se refere com uma surpreendente alegria, afirmando "[...] lá eu aprendi muita coisa, foi bom demais. As cozinheiras, as educadoras, os policiais, que podiam entrar no prédio, todo mundo gostava de mim. No fim-de-semana, tinha a área de lazer: ouvia-se música, arrumava o cabelo e a gente se bronzeava lá. Era bom demais."

Após o seu desligamento do CEDUC, Helene nunca mais veio a praticar qualquer crime. Hoje seu projeto de vida é continuar os estudos e tentar conseguir um trabalho melhor, na expectativa de "[...] ser feliz e morrer bem velhinha ao lado de minha mãe e filha", enfatizou, sorrindo.

#### A trajetória de vida de Hesíodo

"Uma vez minha mãe tomou umas cachaças e me expulsou de casa... dizendo todo dia 'Vai trabalhar, vagabundo'. Ela não bate em mim, mas uma palavra assim dói mais do que bater..."

Hesíodo é um jovem de 22 anos, filho de pais separados. Sua mãe mantém a família através da renda de um "barzinho", situado nos fundos da casa da família, e do aluguel de quartos localizados no mesmo espaço. Ela conta ainda com a ajuda do companheiro, empregado de um condomínio.

O entrevistado cumpriu medida de privação de liberdade no CEDUC Pitimbu por motivo de homicídio. Hesíodo é casado com a segunda esposa, hoje grávida, com quem mora em um quartinho alugado, próximo à casa da mãe. Ele tem um filho e uma filha de 2 e 3 anos, respectivamente, ambos da primeira esposa. Após o desligamento do CEDUC, abandonou a escola, tendo cursado até à 3ª série do ensino fundamental.

No CEDUC, não fez curso profissionalizante, embora sonhasse ser eletricista. Lá aprendeu a fazer artesanato (patos, porta-retratos de papel), chegando a vender alguns em Ponta Negra, em companhia do pai, de quem diz gostar muito, apesar de o mesmo ser separado da sua mãe. Tendo perdido o interesse pelo artesanato, hoje cria porcos e galinhas para vender. Também presta serviços em alguns dias da semana para um frigorífico próximo de sua residência, recebendo o pagamento em carnes (cabeças de porco, pedaços de carne, mocotó, etc.). "É assim que garanto a mistura do feijão", afirmou sorridente.

Hesíodo nunca trabalhou quando adolescente. Sua mãe conseguiu um emprego "pra" ele nas obras de construção de um supermercado, em Natal. Mas, segundo ele, "por preguiça de pegar o ônibus todos os dias", preferiu desistir. Essa atitude choca a sua mãe, que exige dele uma postura ativa no sentido de procurar emprego, apesar das limitações do mercado de trabalho. Ressentido com a mãe, afirmou que "uma vez minha mãe tomou umas cachaças e me expulsou de casa, dizendo 'Vai trabalhar, vagabundo'." E acrescentou ele: "Ela não bate em mim, mas uma palavra assim dói mais do que bater [...]."

Ele cometeu o seu único ato infracional (homicídio) aos 17 anos. Nunca teve envolvimento com drogas, apenas o consumo de bebidas alcoólicas. Após o seu desligamento do CEDUC nunca mais foi preso nem chegou a cometer crimes. Diz que hoje não é realizado, mas se dá bem com todo mundo. Seu projeto de vida é conseguir um emprego certo, morar em casa própria e tornar-se independente da família. Enquanto isso não acontece, demonstra ser um jovem com algum grau de proatividade pelas iniciativas empreendedoras que toma no mundo do trabalho.

#### A trajetória de vida de Héstia

"Minha vida nunca foi fácil. Entre 10 e 11 anos eu já trabalhava como doméstica. Mas sempre acontecia a mesma coisa: os patrões sempre dando em cima de mim. Já no CEDUC, se eu fosse fraca, teria me matado lá. Oportunidade não faltou..."

Héstia, uma bonita menina, de 19 anos, solteira, com grande habilidade e rapidez de raciocínio, demonstra uma precisa visão crítica de sua realidade de vida, e é capaz de, com o mesmo vigor crítico, emitir uma análise da sociedade que julga "injusta e preconceituosa".

De compleição física frágil, a afabilidade de suas expressões faciais se opõe ao seu *habitus* (BOURDIEU, 1989, p. 59), determinado num ambiente de violência e de hábitos transgressores. Filha de pais separados, mora, desde os 12 anos, com a família de um senhor, de aproximadamente 65 anos, a quem chama de tio, que é o responsável pelo seu sustento. Sua mãe, uma sofrida senhora, é proprietária de um ponto comercial no mercado da Av. 4, em Natal. Desde que voltou do Rio de Janeiro, onde morou com o marido, ela luta com grandes dificuldades para manter a família, composta de mais dois filhos. Hoje, ela vive com um companheiro, padrasto de Héstia, que é alcoólatra e prefere estar desempregado, sempre explorando sua companheira.

Héstia trabalhou pela primeira vez na vida, aos 10 anos de idade, como empregada doméstica, pois "[...]como era a filha mais velha, eu tinha que trabalhar porque meus irmãos menores, segundo minha tia, estavam passando fome em Natal." Aos 14 anos, iniciou-se no mundo das drogas, tendo consumido, ao longo desse tempo, além de bebidas alcoólicas, cola, loló, maconha, *crack*, mesclado e ainda se envolvido no tráfico (junto com um ex-namorado) e no consumo de cocaína. Diz ela: "Eu já fiz de tudo na minha vida, só não tomei drogas injetáveis, nem nenhum tipo de chá". Sua vivência infracional parece bem intensa, como afirma, "[...] eu já me envolvi com vários assaltos, furtos, participando junto com adultos, mas sem nunca ser descoberta; já fui traficante, assaltante e ladra-mirim".

Por motivo de assalto a mão armada, Héstia cumpriu medida privativa de liberdade no CEDUC Pe. João Maria. Após o seu desligamento do CEDUC, ela não desistiu de estudar. Atualmente, cursa a 3ª série do ensino médio, em um colégio particular de Natal, graças a uma Bolsa conseguida por um professor, seu amigo, que se sensibilizou com sua história. Declara ter a profissão de música (roqueira), além de ter feito outros cursos de formação profissional: informática básica, recepcionista, telefonista e vendas, tudo na comunidade. "No CEDUC, não aprendi profissão nenhuma. A única coisa que aprendi lá foi trabalhar com "dobradura", um tipo de artesanato muito comum em qualquer setor da FUNDAC. Mas eu nunca ganhei dinheiro com isso. Era só passatempo. A gente fazia coelhinho, vela, etc...".

Apaixonada pela música, diz que sua aptidão é inata, um dom natural dado por Deus. Ela, recentemente, formou uma Banda de rock, juntamente com outros amigos. Seu sonho sempre foi fazer um curso na Escola de Música da UFRN: "A FUNDAC me prometeu, mas nunca cumpriu a promessa". Embora procurando emprego e "buscando estabilidade financeira", após o desligamento do CEDUC, Héstia não mais voltou a praticar crimes, passando a dedicar-se totalmente à música e a uma amiga, com quem mantém uma relação homossexual, que parece já sólida. Segundo a entrevistada, no futuro pretende morar "em

local independente com minha namorada". (Na ocasião da entrevista, demonstrando entusiasmo, satisfação e orgulho, Héstia nos mostrou no seu computador várias e lindas fotos da namorada - e de outras amigas -, bem como inúmeras e carinhosas mensagens no Orkut, trocadas entre ambas). Ela demonstra compreender muito bem o papel que o CEDUC pode representar para um jovem adolescente e afirma que " [...] apesar do mal que o CEDUC me fez, ele findou me fazendo o bem, pois me permitiu ganhar experiência de vida. Mas isso eu não quero pra ninguém".

Héstia, que já morou no Rio de Janeiro com seus pais, ao retornar para Natal, com sua mãe, há oito anos, logo fugiu de casa, não mais retornando, preferindo morar com esse suposto e respeitável "tio". Na infância, apanhava muito da mãe, como afirma: "Ela me batia "pra" caramba. Eu saía correndo, pisando em pregos e tal. Ela nunca foi assim de falar, ela sempre foi de gritar". Quanto a seu pai, até hoje a família não sabe o seu paradeiro, falando em "misterioso desaparecimento". Por tudo isso, Héstia veio a sofrer até problemas de anorexia, seguindo-se o confinamento no CEDUC, onde tudo, segundo ela, era controlado: "a cor da unha, a forma de vestir, o canal da TV, o local de assistir à TV, o tipo de comida... era uma coisa muito louca, meu!". Foi lá que leu, "escondido da direção", "Onze Minutos", de Paulo Coelho, e revela: "Eu amo aquele autor!". Segundo Héstia, "[...] para se avançar na vida não se depende de jeito nenhum do CEDUC. A única coisa que eu aproveitei lá foi a experiência de vida, o resto... cursos... etc. tudo é um fracasso. Nada serve". Quanto ao seu futuro, assim ela se expressa: "Vejo-me, no futuro, casada com a minha princesa; formada em Música e Psicologia; e com uma filha adotada, para, pelo menos, contribuir assim com um pouco do mundo."

#### A trajetória de vida de Homero

"Quando as pessoas me vêem, rola logo aquele clima chato, e sempre dizem: esse cara aí já fez isso e aquilo... Por isso, se não fosse minha família, o restinho que ainda tenho de vida já estava destruído. Eu nunca me envolvi com o tráfico de drogas. Minha mãe (já falecida) sim, era traficante. Hoje, até policial vem aqui me pedir pra arranjar droga pra eles. Se não tenho, eles ficam brabos!"

Homero é um jovem de 21 anos, que cumpriu medida de privação de liberdade no CEDUC Pitimbu, por motivo de homicídio. Filho de pais separados, sua mãe é falecida. Ele mora com uma tia, em casa própria da mesma. Seu pai trabalha como "segurança particular", mas vive com outra família. O egresso tem quatro irmãos, um dos quais com passagem por outra Unidade da FUNDAC. Homero é casado, tem uma filha, mas atualmente se encontra separado da esposa que vive com a mãe dela.

Abandonou a escola após o desligamento do CEDUC, tendo cursado até à 3ª série do ensino fundamental. Declara ter a profissão de feirante, que aprendeu com o seu avô, vendendo verduras nas feiras livres e na CEASA. Foi nessa atividade que trabalhou pela primeira vez, mediante remuneração, quando tinha 12 anos. Aos 13, praticou seu primeiro ato infracional (furto), ao mesmo tempo em que se iniciou nas drogas. Além de bebidas alcoólicas, já consumiu cola de sapateiro, loló, maconha e "mesclado". No CEDUC trabalhava com artesanato e ervas medicinais, mas nunca ganhou dinheiro fora, com essas atividades. Desligado do CEDUC, chegou a ser preso duas vezes por assaltos praticados.

Diz o egresso que se sentiu muito feliz quando foi desligado do CEDUC:

[...] era dia 30 de dezembro, quando eu vim pra casa. Foi um presente para minha família. Tomei até uma cerveja nesse dia, em casa, para comemorar! No CEDUC o povo é todo muito bom, mas precisa trocar um bocado de educadores que mandam o cara pra porra. Chamam de filho da puta. E já escutei muitos deles desejar o pior pra nós. Mas também ouvi muitos dando força". (HOMERO, 21 anos).

Diz ter tido uma infância tranquila, sem nunca ter sofrido violência maior. Gostava mesmo era de "[...] brincar no morro [nas dunas], perto de casa, onde ia jogar bola, brincar de 'garrafão', dar pulo mortal e escorregar nas 'tábuas de morro'. Hoje não vou mais lá que é muito perigoso".

O seu pior momento na vida, afirma, foi quando a mãe morreu. Daí em diante tudo foi "de água abaixo". Na sua narrativa, afirma: "a minha adolescência foi toda de prisões. Hoje vivo de portas fechadas com medo. Sempre passam aqui em frente de casa atirando, ameaçando, xingando [...]." <sup>53</sup>

Toda a nossa conversa, que durou 70 minutos, foi realizada na sala da casa do egresso, cujas portas e janelas permaneceram todas fechadas. O ambiente estava bastante escuro. Durante a entrevista, houve até um momento de certo suspense: inesperadamente, um desconhecido *motoboy* batera na porta, buzinando insistentemente. Para nossa sorte, tratava-se da entrega de um bujão de gás, porém solicitado por um vizinho, e não pela tia do egresso. Este fato inusitado reforçou a sensação de insegurança e angústia entre os presentes, inclusive

-

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Homero foi entrevistado em novembro de 2007, em casa, após ter acabado de ser liberado da Penitenciária de Alcaçuz, onde cumpriu pena por assalto. Infelizmente, no momento da redação final deste texto, constatamos que, denunciado por outros jovens, Homero, seis meses após a entrevista, acabara de ser preso mais uma vez, em flagrante, por porte ilegal de armas – dois revólveres calibre 38, segundo um jornal local.

o pesquisador, mas, por outro lado, serviu como testemunho vivo do quanto é tensa e insegura a vida desses jovens no seu cotidiano.

Segundo o egresso, ele não perde a esperança de sair "dessa vida", apesar do preconceito que sofre fortemente: "Quando as pessoas me vêem, rola logo aquele clima chato, e sempre dizem: esse cara aí já fez isso e aquilo... por isso, se não fosse minha família, o restinho que ainda tenho de vida já estava destruído". O seu projeto de vida é morar no interior do Estado.

# A trajetória de vida de Íris

"No CEDUC, a gente não podia fazer as coisas de nosso gosto, só do gosto deles. Aqui fora, eu já passei muitos dias sem comer, mas não gosto de estar pedindo arrego... estando ameaçada de morte, prefiro me sacrificar sozinha e não sacrificar meu filho e minha mãe[...]."

Íris é uma bonita jovem de 19 anos, filha única de pais separados, esposa de presidiário e mãe de um saudável filho de 2 anos, com quem mora em um pequeno quarto alugado. Seus pais, um policial militar e uma cozinheira de restaurante, sempre estiveram distantes da filha, que foi criada pela avó. Ela cumpriu medida de privação de liberdade no CEDUC Pe. João Maria por motivo de homicídio. Íris estudou até à 5ª série do ensino fundamental. Após o desligamento do CEDUC, ela abandonou a escola, mas ainda deseja voltar a estudar.

Ela trabalhou até recentemente como "lavadeira de vidro" (garrafas de cerveja e outras), ganhando por produção (R\$ 2,00/saco, com 100 a 150 garrafas). A atividade é de alto risco, já que lida diretamente com soda cáustica. Segundo Íris, "com dois dias de trabalho a pele do braço já começava a cair todinha". Além de tratar-se de um trabalho insalubre e perigoso, a entrevistada não tinha carteira assinada, sendo muito explorada e humilhada no trabalho. "O atraso no pagamento, por várias semanas, gerou protesto de muitos empregados e provocou a minha demissão, sem os direitos respeitados", afirmou Íris revoltada. Atualmente, trabalha como doméstica, na casa de uma tia, recebendo R\$ 50.00/mês.

Aos 13 anos, se iniciou no mundo das drogas, particularmente loló e comprimidos. Hoje tem muita dificuldade para manter a pequena família até porque o esposo, um jovem de 22 anos, a quem considera "um bom marido", encontra-se preso e condenado a quase dez anos de cadeia por motivo de assalto. Ressalte-se que esse jovem, também egresso do CEDUC Pitimbu, é um dos sujeitos deste estudo, a quem, coincidentemente, entrevistamos em outro momento.

Para ela, analisando a sua própria situação, o CEDUC veio numa boa hora "pois consegui me aproximar de minha mãe, embora que lá as educadoras não confiavam em mim. Eu era homicida. Mas se não fosse o CEDUC, hoje eu estaria doida ou morta", atestou. Seu principal projeto de vida é morar em outra cidade logo que o seu marido conquistar a liberdade.

### A trajetória de vida de Nereida

"Quando uma instituição, como o CEDUC, tem poucos meninos ou meninas, é bem melhor de se viver e trabalhar... quando a pessoa está lá dentro fica pensando que não vai sair dessa, que não vai conseguir, que vai fracassar... esta é a angústia maior".

Nereida é uma simpática e desinibida jovem de 20 anos, solteira, filha de pais separados – um biscateiro e uma proprietária de pequena mercearia. Mora com a mãe, três irmãos e um sobrinho, em casa própria, de seis cômodos. Diz que sua infância foi muito boa, sem maiores problemas e que "....era até paparicada pela minha tia. O que me prejudicou, já na adolescência, foi o que aconteceu comigo, devido às amizades que tinha..." (Refere-se ao ato infracional cometido por ela). Nereida cumpriu medida de privação de liberdade por motivo de assalto a mão armada, juntamente com mais três colegas.

Ao dar entrada no CEDUC Pe. João Maria, cursava a 6ª série do ensino fundamental. Após seu desligamento do Ceduc, permaneceu freqüentando, normalmente, a escola, e hoje cursa a 3ª série do ensino médio. Ao tempo de sua internação no CEDUC, ela participou de cursos de informática (Word, Excel e Power Point), com o apoio da mãe, como disse: "...minha mãe pagava o curso e a FUNDAC pagava os tickets". Graças a seu esforço e interesse, conseguiu, com a intermediação de uma de suas coordenadoras na FUNDAC, um estágio remunerado, com registro em carteira de trabalho, de "assistente administrativo" no Senai, em convênio com a PETROBRÁS e FUNDAC. Isto lhe possibilitou economizar um bom dinheiro para garantir sua manutenção e ainda ajudar a mãe em algumas necessidades. No momento da entrevista, o estágio estava com um ano de andamento.

No CEDUC, ela se ocupava em atividades artesanais (panos de prato, chaveiro de fuxico, dobraduras, coelhinhos, trabalhos em garrafa, etc.). Tudo isso servia apenas de passatempo, pois, como disse Nereida: "mais distração, menos stress; e quando eu não fazia nada, tudo vinha na minha mente".

Ela via o CEDUC Pe. João Maria como uma instituição "de reeducação", de onde tem boas lembranças: boas refeições, em quantidade e qualidade ("eram quatro refeições por dia, inclusive à noite, o que muita gente aí fora não tem"); assistência médica boa (fala com

satisfação do sucesso de um tratamento ortodôntico a que se submeteu, tudo assumido pela instituição), participação das internas nas tarefas domésticas (cozinha) e permanente apoio das educadoras. Segundo opina a entrevistada, no CEDUC, as educadoras poderiam acreditar e confiar mais nas internas. O lado ruim, no entanto, é que, quando uma interna faz uma coisa errada, todas as outras pagam, injustamente. Além disso, tem o "terror" do Relatório que vai para o Juiz. Tanto demora a voltar, como "ninguém sabe o que vai nele sobre nossas vidas e nosso destino... afinal, é muito difícil para alguém ficar confinado em um ambiente fechado, sem saber nem quando vai sair..."

O projeto de vida da entrevistada é formar-se em "Assistente Social" (sic), trabalhar na FUNDAC e conseguir uma casa própria. Casar não é prioridade, diz a entrevistada, porque "se der certo tudo bem... mas, se não der...!

E, assim, conclui a entrevistada:

Hoje quando eu vejo um jovem drogado, eu só penso que ele está perdendo a vida dele. Eu superei isso; mas isso não se deveu à Fundac, deveu-se mais a mim mesma porque, nesse mundo, a pessoa só muda se quiser; se tiver a determinação de mudar, muda. Se não tiver... não tem FUNDAC, não tem Juiz, não tem órgão público que faça esse milagre. Tudo depende da pessoa. (NEREIDA, 20 anos).

#### A trajetória de vida de Onestes

"Eu já fui preso umas 15 vezes, mas não faço mal a ninguém. Só a mim mesmo. Na rua não confiam em mim, mas muita gente gosta de mim".

Onestes é um jovem de 23 anos, esperto e divertido, há dois anos separado da esposa, com quem teve uma filha, hoje com 5 anos, criada pela avó paterna. Aos 2 anos de idade, os pais de Onestes se separaram. Seu padrasto é falecido. Sua mãe e irmã, ambas trabalham como doméstica, profissão através da qual procuram sustentar a família.

Onestes cumpriu pena de privação de liberdade, no CEDUC, por motivo de arrombamento (furto qualificado). Após o CEDUC, ele abandonou a escola, tendo cursado até à 3ª série do ensino fundamental. Declara ter a profissão de garçom, que aprendeu trabalhando num bar de um amigo. No CEDUC, fez um curso de panificação e outro de serigrafia, embora seu desejo fosse fazer um curso de computação. Das ocupações que aprendeu no CEDUC, por pouco tempo ele trabalhou na confecção e venda de produtos artesanais (jarros e patinhos) feitos de papel, os quais sua irmã vendida nos armarinhos a R\$ 15,00 a peça. Uma parte do dinheiro entregava à sua mãe.

Seu primeiro ato infracional foi cometido já aos 9 anos, mesma época em que se iniciou no mundo das drogas. Começou cheirando cola e furtando a casa de uma Juíza, e depois seguiu fazendo pequenos furtos, como relata. Ao longo de sua vivência no mundo do crime, já consumiu, além de bebidas alcoólicas, cola, loló, maconha, *crack* e mesclado. Assim, com o tempo transformou-se em um "viciado em drogas", principalmente o *crack*. "Esta é a pior de todas as drogas. Ela veio para acabar com a vida de todo o mundo. Você perde a noção de tudo. Não sabe onde está e que horas são. Quando se acabava a droga, eu tinha que furtar para manter o vício. E isso não dá mais pra mim!" O seu projeto de vida é abandonar o mundo do crime, após cumprir sua pena, cujo prazo já "houve estoporamento" [extrapolação], como afirma.

## A trajetória de vida de Parmênides

"O meu futuro eu é que tenho que fazer. O crime não compensa. Eu tenho esperança que vou sair disso. Eu não me sinto dominado pelo mundo do crime!"

Parmênides é um jovem de 21 anos, casado, sem filhos. Vive com os pais em casa de propriedade dos mesmos. O seu pai é biscateiro e, igualmente, egresso do CEDUC (década de 1980), à época Centro de Reeducação do Menor (CRM), vinculado à FEBEM/RN. Sua mãe, doméstica. Demonstrando muita habilidade no diálogo com o entrevistador, Parmênides cursou até à 5ª série do ensino fundamental, tendo abandonado a escola após o desligamento do CEDUC.

Ele cumpriu medida de privação de liberdade no CEDUC, por motivo de homicídio, tendo se evadido da instituição. No período pós-CEDUC, chegou a ser preso apenas uma vez, acusado de outro homicídio, "mas sem dever, sem provas; sou suspeito apenas porque estava fora do CEDUC [...]", segundo alega. Esta é a razão pela qual se encontra hoje em um presídio provisório, devendo ir a júri popular nos próximos meses.

Declara-se pescador, tendo aprendido a profissão com amigos e com a prática. No CEDUC, fez um curso de "plantas medicinais", mas o achou sem utilidade prática para a vida, como afirma: "O curso era fraco, não se sabe como ganhar dinheiro com ele e como meio de vida não tem futuro".

Parmênides começou a trabalhar aos 12 anos. Vendia picolé na Praia do Meio e em Ponta Negra, e o dinheiro que ganhava era entregue à sua mãe, com quem, até hoje, tem muita afinidade e confiança "e joga aberto", como faz questão de dizer. Diz que nunca apanhou na infância e, quanto a seu pai, só recentemente, já adulto, é que ele veio a saber que ele era exinterno do CRM (hoje CEDUC). Segundo Parmênides, a vida do pai nunca o influenciou em

nada. Diz que apenas gosta de beber, não tendo envolvimento com drogas, embora já tenha experimentado a maconha. Seu projeto de vida é retornar à vida de pescador e morar "numa casa arrumadinha, com mulher e filhos".

### A trajetória de vida de Píndaro

"O melhor momento da minha vida foi a infância. Não faltava nada pra mim. Por isso meu pai se revoltou, porque a criação que ele me deu não era para eu estar aqui não. Agora, eu vejo todo dia na TV: esses políticos aí são piores do que nós; roubam mais do que a gente. Eles vivem só de enganar e enrolar o povo..."

Hoje, com 22 anos, Píndaro é casado e tem um filho de um ano de idade. Cumpriu medida privativa de liberdade, no CEDUC Pitimbu, por motivo de assalto. Após seu desligamento, voltou ao mundo do crime, encontrando-se atualmente preso, condenado por furto, a um ano e quatro meses de prisão. Filho de um motorista de ônibus e de uma professora de pré-escola privada, ele mora com os pais, em casa cedida por estes, situada em terreno de propriedade da família.

Tendo abandonado a escola após seu desligamento do CEDUC, cursou até à 5ª série do ensino fundamental. Seu envolvimento com atos infracionais se deu a partir dos 15 anos (roubo): "comecei com 15 anos; via aqueles turistas com 'aqueles ouro' ali na praia do Meio e via muitos colegas 'fazendo'... aí fui aprendendo e aí juntei dinheiro pra comprar logo 'minhas arma' também [...]." Aos 17 anos, passou a se envolver com drogas, tendo experimentado, ao longo da vida, além de bebidas alcoólicas, cola, loló, maconha (consumo e tráfico), *crack* (consumo e tráfico), mesclado e cocaína: "Eu vendia *crack* e maconha, aí fui experimentar e findei me viciando; aí devido ao vício parei de vender e só fazia consumir [...]."

Para manter sua esposa e filho, ele vem contando com a ajuda dos próprios pais e da família da esposa. Não tem profissão, nem participou de cursos de qualificação profissional durante sua permanência no CEDUC, de onde chegou a fugir. Demonstra firme revolta contra os políticos da atualidade, sobre cujo trabalho assim se refere: "... o trabalho deles, pelo que vejo todo dia na televisão, é só roubar, roubar, roubar; por isso eu não sei nem quem é pior: a gente que está aqui, ou eles que estão lá!".

Seu projeto de vida é conseguir se realizar "trabalhando em paz para sustentar o filho e a esposa". (Cinco meses depois desta entrevista, o egresso fugiu do Centro de Detenção Provisória (CDP), devendo complicar mais ainda sua situação de vida).

## A trajetória de vida de Pitágoras

"Fiz quase 20 assaltos, mas só fui preso duas vezes... Minha mãe mandava eu trabalhar, mas eu não conseguia emprego. Só restava assaltar. Hoje estou preso e condenado, e não tenho certeza se saio vivo daqui."

Pitágoras é um jovem de 22 anos, solteiro, filho de uma viúva e pensionista, cujo marido fora assassinado a mando de parentes, segundo o entrevistado. Ele mora com a mãe, esteticista, e irmãs, em casa de propriedade da família, em bairro de classe média de Natal.

Pitágoras cumpriu medida de privação de liberdade, no CEDUC Pitimbu, por motivo de assalto. Ele tem várias entradas na instituição, algumas por regressão de medida. Ele ingressou no mundo do crime aos 9 anos de idade, quando praticou o seu primeiro ato infracional. Segundo relata, furtou uma camisa de importante time brasileiro de futebol, de quem era torcedor fanático, exposta na vitrine de uma conhecida loja de material esportivo, em Natal, situada num *Shopping Center* da cidade. Como afirma o entrevistado, ele se dirigia à escola junto com a irmã, e esta, interessada em comprar um tênis para si, aproveitou para entrar na loja e realizar seu intento. Neste momento, ao perceber que ninguém observava, o então ingênuo Pitágoras só precisou de alguns segundos para retirar a camisa da vitrine e colocar na sua bolsa escolar. Era o primeiro ato infracional do jovem entrevistado, realizado com êxito.

Aos 15 anos, Pitágoras se iniciou no mundo das drogas, passando a consumir loló (lança-perfume, preparado a partir da mistura de álcool, cloreto de etila, éter e essência, como afirma), cola, maconha, *crack*, cocaína e mesclado. Segundo o egresso, tudo começou "com o meu envolvimento com amizades de pessoas estranhas, muitas de fora. Devido às drogas, levava tudo o que via em casa, como dinheiro sobre a geladeira para pequenos gastos domésticos, o que irritava minhas irmãs e mãe". Como conseqüência, chegou a apanhar de forma violenta, inclusive com objetos cortantes e outros de ferro, provocando graves ferimentos na cabeça e no corpo.

Pitágoras cursou a 5ª e a 6ª séries no CEDUC, e após desligar-se da instituição conseguiu atingir a 8ª série (não concluída) do ensino fundamental. Tendo trabalhado à primeira vez aos 16 anos, declara ter a profissão de garçom, que aprendeu no Ceduc. No entanto, trabalhou muito pouco nessa profissão e ganhou menos ainda.

Com um mês após seu desligamento do CEDUC, Pitágoras foi preso novamente por assalto. Atualmente cumpre pena numa penitenciária do interior do Estado por dois assaltos cometidos, o que poderá ser-lhe atribuída uma condenação de 18 anos de cadeia, além de mais um outro assalto, cuja sentença ainda não foi expedida.

Diante de tudo isso, Pitágoras espera, após cumprir suas sentenças condenatórias, a conclusão de um "inventário na Justiça", de interesse de sua família, para poder investir em negócio próprio, e afirma "... o meu futuro já está no meu destino: constituir família e ter filhos".

### A trajetória de vida de Sófocles

"Hoje, vivo numa angústia permanente. Sou um cara derrotado. Não tenho nada pro futuro. O que eu vou fazer agora? Tenho esperança todo dia, mas tenho também raiva... se eu botar os pés em Alcaçuz ou Pitimbu, morro na hora..."

Sófocles é um jovem de 23 anos, casado, e pai de um filho de dois meses. Seus pais, um vendedor ambulante e uma costureira, se separaram quando ele tinha também dois meses. Tem dois irmãos, um dos quais com passagem por outra Unidade da FUNDAC. Mora com a esposa, em casa cedida pela avó.

Sófocles cumpriu medida privativa de liberdade, no CEDUC Pitimbu, por motivo de assaltos. Após seu desligamento da instituição, abandonou os estudos, tendo cursado até à 2ª série do ensino fundamental, apesar de "não saber ler direito". Aos 10 anos, praticou o seu primeiro ato infracional (furto) e com a mesma idade se iniciou nas drogas. Ao longo desse tempo, consumiu, além de bebidas alcoólicas, cola, loló, comprimidos, maconha e *crack*. Sófocles declara ter a profissão de artesão e também de padeiro, ambas aprendidas no CEDUC, mas, segundo afirma, "não deu certo para ganhar dinheiro fora com essas profissões". Chegou a fazer alguns patos e gatos de papel... mas desistiu. Somente aos 19 anos, trabalhou pela primeira vez na vida, com remuneração. Era ajudante de oficina de moto, mas por pouco tempo.

Com o insucesso no trabalho, voltou a ser preso várias vezes por motivo de furtos, assaltos e porte ilegal de arma. Atualmente se encontra preso, acusado de assalto. Para ele o melhor momento da vida foi ser desligado do CEDUC Pitimbu; e o pior foi "completar ano na chave", internado no CEDUC. Quando era pequeno "levava pisas da mãe, mas não muito". E, da Polícia, diz que apanhou "que só a 'piula', muito mais que burro mulo". Diz ainda que nunca apanhou no CEDUC, "pois lá só sofre quem é mole...". Disse que lá nunca mexeu com ninguém, "... mas se mexessem comigo eu descontava na hora, eu batia de volta". Segundo o egresso, quando ele saía de casa, a mãe dele sempre recomendava: "Vai pra rua? Então, já sabe! Se apanhar, quando chegar em casa apanha de novo." Disse não ter projeto de vida e que, hoje, o que lhe resta é só "esperança e raiva". Esperança para encontrar uma saída na vida e raiva por ter de continuar no crime, se não tiver jeito de sair disso!

### A trajetória de vida de Teócrito

"O crack faz você perder a noção de tempo, de banho, de família, de tudo... Não respeita mãe, não aceita conselho, não respeita nem a própria pessoa. A criminalidade que está fazendo as pessoas se matarem à toa... tudo isso é o crack".

Teócrito é um falante jovem de 25 anos, portador de um discurso bem articulado, casado com a segunda esposa e pai de um casal de filhos de 5 e 7 anos, fruto da primeira relação. Filho de pais separados, desde criança enfrentou grandes dificuldades na vida, pois seu pai, um mecânico e pintor de carros, era um homem violento, que espancava a esposa com freqüência, sobretudo quando bebia. Nesse ambiente conflituoso, e com a morte do avô (com quem chegou a morar após fuga de casa), Teócrito passou a viver nas ruas a perambular. Sua mãe hoje trabalha com bolos de aniversário, *buffet* e, segundo o egresso, é uma lutadora, a quem até hoje muito admira.

Ele começou a trabalhar muito cedo, aos 8 anos, ajudando o pai na oficina de automóveis. Já enfrentando a dureza das ruas, aos 12 anos cometeu seu primeiro ato infracional, seguindo-se o seu envolvimento com drogas, como conta:

Quando eu fui criar coragem mesmo e pegar alguma coisa de alguém, eu tinha doze anos. Eu já estava na rua há um bom tempo, sofrendo... Tudo começou – eu digo isso a todo mundo - assim: eu ia vendo os outros "fazendo", aí fui aprendendo, mesmo que naquela idade a gente não saiba onde está se metendo. Isso se chama curiosidade! Falo também das drogas. Veja bem, acredite que eu usei droga pela primeira vez quando estava trabalhando! Isso fora das vistas da minha mãe e do meu pai, mas incentivado por uma pessoa da maior confiança da minha família. Eu trabalhava num supermercado, na Av. 9, no Alecrim, e essa pessoa tinha um carrinho de cachorro quente em frente (um trailler), onde vendia droga a nós. Depois eu também trabalhei vendendo picolé, num carrinho. Ali eu comecei com a maconha, sempre a primeira, o lança-perfume nas festinhas; depois veio o "pneu", que é o "rivotril", diazepan ; e o crack e a cocaína, estes são os dois que acabam com a pessoa. Mas o pior mesmo é o crack. Com ele você perde completamente a nocão de tempo, de banho, de família, nocão de tudo, entendeu?! O crack não respeita a mãe, não aceita conselho, não respeita a própria pessoa que usa... (TEÓCRITO, 25 anos).

Teócrito abandonou a escola após sair do CEDUC, tendo cursado até à 4ª série do ensino fundamental. Declara não ter profissão e, durante sua permanência no CEDUC, apenas aprendeu a fazer algumas atividades de jardinagem. No entanto, se diz muito atraído por essa área, tendo feito um bom estágio na atividade (poda artística de plantas ornamentais), com a orientação de um professor de uma escola pública federal, que muito lhe dava apoio e orientação na vida.

Teócrito cumpriu medida de privação de liberdade, no CEDUC Pitimbu, por motivo de latrocínio. Após seu desligamento da instituição, em poucos dias voltou a praticar crimes

novamente. Hoje se encontra preso, acusado de três assaltos, com armas, inclusive roubo de carros, devendo cumprir pena de pouco mais de 21 anos de cadeia. Quanto ao futuro, diz confiar em Deus, e espera "sair desta vida para trabalhar numa oficinazinha de pintura de carro, para garantir o sustento da família".

### A trajetória de vida de Teodoro

"Quando cheguei pela primeira vez no CEDUC, pensei: aqui é mesmo o inferno! Lá se vive mais preso nas celas pequenas, e vendo muita desgraça nos pavilhões. A pessoa sai de lá com a mente vazia. Hoje não sou do jeito que eu era depois que fui pra ali."

Teodoro é um jovem de 21 anos, casado com a segunda esposa e pai de um filho de um ano e meio, fruto da sua primeira relação conjugal. Filho de pais separados, sua mãe é vendedora de confecções e ajuda o filho a manter a família. Mora em casa alugada, com a esposa e filho.

Teodoro cursou até à 2ª série do ensino fundamental, e abandonou a escola após o desligamento do CEDUC. Ele se declara artesão, tendo aprendido o ofício no CEDUC e também nas delegacias e presídios por onde passou. Envaidecido, diz saber fazer mais de 50 tipos de artesanato (barcos, patos, abajures e vários outros tipos de artesanato de papel), mas trabalhou pouco tempo com artesanato..

Começou a trabalhar muito cedo. Aos 8 anos já trabalhava como feirante, nas feiras livres do Alecrim, Quintas e Carrasco, em Natal, o que o obrigava a acordar de madrugada. Ele começava o dia carregando fretes e depois passava a vender galetos. Parte do que ganhava dava à sua mãe e o restante gastava.

Diz ter tido uma infância feliz, "[...] vivia correndo no meio da rua, soltando pipa, jogando "biloca", junto com meus colegas". Aos 13 anos, porém, morando no Bairro Nordeste, começou a usar drogas. Foi expulso "uma ruma de vezes da escola, onde tinha muitas brigas com os outros alunos e , na hora do recreio, havia discussão e quebra-quebra." Mudando-se para a Zona Norte, lá, segundo diz, "perdeu a cabeça de vez". A partir daí fez muitos assaltos, na região, em geral alcoolizado, assim descrevendo: "...para ser sincero, eu não me lembro de muita coisa, não; assaltava sempre alcoolizado." No seu percurso no mundo das drogas, além de bebidas alcoólicas, experimentou maconha, *crack* e chegou a consumir e traficar a cocaína.

Teodoro cumpriu medida de privação de liberdade, no CEDUC Pitimbu, por motivo de assalto. Após seu desligamento do CEDUC, ele voltou a praticar crimes, como – segundo

relatou - "assaltos normais (arrastão) e roubo de carro", com o agravante de ser fugitivo de delegacia. Nesse período foi preso duas vezes pela Polícia.

Atualmente ele cumpre pena por assalto a mão armada e roubo de carro. Demonstra otimismo quanto ao seu futuro e, confiando em Deus, diz que daqui pra frente a sua vida deverá mudar, na expectativa de que seja esta sua última prisão.

## A trajetória de vida de Teodósio

"A minha vida no mundo do crime começou quando eu tinha 7 anos. Mataram meu pai por causa de uma discussão de bar; e, no enterro, eu jurei matar o assassino. Aos 15 anos matei ele...".

Teodósio é um jovem de 22 anos, casado e pai de um filho de 2 anos. Cumpriu, duas vezes, medida privativa de liberdade por motivo de homicídio e latrocínio, respectivamente. Tem quatro irmãos, um dos quais com passagem pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Acusado de Ato Infracional (CIAD),<sup>54</sup> na FUNDAC. Sua mãe, doméstica, ajuda o filho a manter a família, juntamente com a sogra. Seu pai, assassinado ainda jovem, era carroceiro e trabalhava para uma loja de material de construção.

Teodósio só conseguiu estudar até à 1<sup>a</sup> série do ensino fundamental, não tendo freqüentado escola após seu desligamento do CEDUC. Sua esposa mora com o filho em um quartinho alugado, durante os seus freqüentes períodos de prisão. No seu retorno, mudam de endereço em decorrência de ameaças e risco de morte.

Durante o período de internação no CEDUC, fez cursos de serigrafia e de rede de dormir, porém nunca desempenhou nem ganhou dinheiro com essas atividades fora do CEDUC. Começou a trabalhar aos 7 anos de idade, ajudando o pai nos serviços prestados a terceiros, no transporte de materiais diversos como carroceiro. Aos 15 anos, cometeu um homicídio contra o assassino de seu pai, e, em seguida, adentrou o mundo das drogas.

Ao longo desse tempo, atuou inicialmente no tráfico de drogas, passando depois a consumir, com freqüência, além de bebidas alcoólicas, cola, loló, maconha, *crack*, mesclado e cocaína. Teodósio, sente-se hoje muito inseguro, e não sabe o que poderá acontecer no futuro. Seu projeto de vida é ir embora com a família para outro lugar e "começar tudo do zero!"

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> O CIAD é caracterizado pela FUNDAC/RN como um sistema de plantão interinstitucional, que funciona em regime ininterrupto de 24 horas, "visando à agilização e melhoria da qualidade dos serviços prestados a adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional, garantindo-lhes os direitos de defesa, proteção, respeito e dignidade previstos em lei, no momento inicial de sua apresentação às autoridades policiais, judiciárias e ao Ministério Público". Fundamento legal: art. 88, inciso V, do ECA.

## A Trajetória de vida de Teófanes

"Eu apanhava muito na minha infância. A vida (de drogado) do meu pai pode ter influenciado a minha. Eu comecei a beber aos oito anos e aos dez entrei no mundo das drogas. O CEDUC é como um pesadelo... nunca mais vai sair da minha cabeça."

Teófanes é um jovem de 21 anos, casado pela segunda vez. Sua atual esposa encontra-se grávida e tem um filho de relação anterior. Teófanes é pai de mais dois filhos da primeira mulher. Filho de pais separados – um técnico em conserto de fogão e uma doceira - , ele mora com a mãe em casa alugada.

Sua infância, como conta, foi marcada por dificuldades e violência sobretudo por parte do pai, hoje com 45 anos e viciado em drogas: "[...] ele usa tudo o que vê pela frente, todo tipo de droga; ele chagava bêbado e dava em todos em casa, até minha mãe apanhava. A vida do meu pai pode ter influenciado a minha", reconhece Teófanes.

Ele diz que também gostava de beber, tendo começado aos 8 anos, coincidindo com a separação de seus pais. Oriundo de família extensa, tem sete irmãos, dos quais quatro são menores, e o mais velho, segundo informa, foi morto recentemente pela Polícia.

Aos 10 anos, ele começou a trabalhar para atender às suas necessidades pessoais e também porque "nunca gostou de ficar dependente de ninguém, nem mesmo dos pais". Ele começou limpando jardins, cortando mato, e, tendo aprendido a fazer detergente, vendia esse produto de porta em porta.

Foi também aos 10 anos que ele entrou para o mundo das drogas. Começou com cola de sapateiro e foi direto para a "pedra" (*crack*), pois, segundo declara, não gosta de maconha; nunca gostou! Aos 17 anos, ele cometeu um latrocínio, o que o levou ao cumprimento de medida privativa de liberdade, no CEDUC Pitimbu.

Na escola, abandonada por ele após seu desligamento do CEDUC, não conseguiu ir além da 2ª série do ensino fundamental, o que ele mesmo justifica pela sua freqüência na prática de atos infracionais e prisões.

No CEDUC, ele fez curso de "plantas medicinais" e "artesanato em papel", mas não utilizou essas ocupações como fonte de renda fora da instituição. Após o seu desligamento do CEDUC, chegou a ser preso pela Polícia, como afirma, cerca de oito vezes, voltando a cometer crimes inclusive um homicídio. No momento, se encontra preso, cumprindo pena por porte ilegal de armas. Tem esperança de abandonar o mundo do crime para se dedicar à produção e venda de "pinho sol" (forma como denomina o detergente que produz), o que "sabe fazer muito bem", segundo enfatiza, e assim garantir a manutenção de sua própria família, a quem muito preza.

## A trajetória de vida de Xenofonte

"Tudo começou aos 10 anos, na minha escola, nas Rocas. Nunca mais parei com as drogas. Depois dos 14 anos, eu não tinha mais condições de ir pra escola. Tinha inimigos. Minha vida era só tristeza, problemas, derrota e ameaças de morte..."

Xenofonte é um vaidoso rapaz de 24 anos, muito claro e bastante consciente de seu momento de delinqüência. É casado e pai de um filho de 7 anos. Seus pais, um "embarcador" e uma costureira, são separados desde que o filho tinha 15 anos. Mora sozinho em um quartinho alugado, "num beco" das Rocas, como ele diz. Ele cumpriu medida privativa de liberdade por motivo de assalto.

Abandonou a escola antes mesmo de ingressar no CEDUC, tanto pelo envolvimento com as drogas quanto pelas rixas e ameaças de morte sofridas, devido ao grande número de inimigos, muitos deles integrantes das "galeras" de Mãe Luíza notoriamente inimigas das "galeras" das Rocas. Chegou a cursar até à 2ª série do ensino fundamental.

Não tem profissão definida, nem participou de curso de formação profissional no CEDUC. Lamenta ter perdido muitas oportunidades na vida, como ajudar o pai a viajar com mercadorias para Fernando de Noronha, e fazer um curso de formação profissional. Na verdade, como diz, "nunca me interessei de ter uma profissão; eu não tinha força de vontade [...]." Aos dezesseis anos, administrava uma "Cigarreira", nas Rocas, "toda cheia de tudo", com a ajuda do pai. Mas, cedo misturou os negócios, "farreando com mulheres, machos e revólveres". E aí perdeu mais uma oportunidade, como afirma.

Xenofonte cometeu seu primeiro ato infracional aos 14 anos (furto), quando já vivenciava o mundo das drogas, desde os 10 anos. Nesse espaço de tempo, chegou a consumir, além de bebidas alcoólicas, cola, loló, comprimidos, maconha e *crack*. Após o CEDUC, voltou a praticar crimes, encontrando-se, no momento, preso, cumprindo pena por assalto e lesão corporal. Não tem projeto de vida definido, mas sua preferência é continuar envolvido com mulheres, farras, bebidas e drogas. Para ele, trabalhar não compensa!

As narrativas apresentadas, frutos das entrevistas realizadas, nos ajudaram a tecer as vinte e três histórias de vida de egressos do CEDUC. Embora incompletas, é verdade, elas nos ajudaram a compor o enigma que procuramos reconstruir para compreender as diversas questões que atravessam a vida de típicos meninos pobres da periferia que não conseguiram se livrar do espectro da violência nem escapar das malhas da delinqüência, ao longo de sua trajetória existencial.

Predominam nas entrevistas relatos de experiências da infância e adolescência desses jovens, marcadas por ocorrências traumáticas, nas quais há fortes referências a violências,

abandonos, rejeições, falta de alimentação, falta de moradia, e outras necessidades. A ausência do pai foi uma constatação extremamente frequente. A falta de recursos para sobrevivência retira das crianças e jovens os direitos à proteção, alimentação, habitação, educação, recreação e lazer, e os obriga a, muitas vezes, buscar meios, nas ruas, para ajudar a família, mesmo que desperdiçando vidas e comprometendo o seu desenvolvimento integral.

O desemprego, fenômeno que atinge muito duramente as classes trabalhadoras, no país, agravado pelos problemas conjunturais, torna os jovens e suas famílias mais vulneráveis, conduzindo grande parte deles à perda da auto-estima e à busca de compensações nas bebidas, nas drogas e na violência.

Em alguns casos, há pessimismo quanto às possibilidades de ascensão social e melhoria de vida, talvez pelos longos anos de carência material e frustrações afetivas sofridas no decurso de sua existência, à espera de condições de melhorias de vida que nunca ocorreram. Assim, parece que nada mais lhes resta senão aceitar o que consideram o triste destino traçado para os pobres: fome, desabrigo, doença, abandono social, embora jamais desistam do sonho possível da "casa própria" e da justiça social.

A falta de qualificação e o desemprego permanente transformam-se em barreiras intransponíveis para este segmento despreparado, que não encontra apoio oficial para resolver seus problemas sociais e pessoais. Com todas as portas fechadas, todos lhe voltam as costas num processo de rejeição coletiva, que torna o egresso tenso, agressivo, procurando o emprego que não encontra e não encontrará, provavelmente.

Pelas suas características e aparência, a maioria deles assusta as pessoas quando delas se aproxima. E ao invés de emprego e ajuda, só recebe indiferença, rejeição e reprimendas do tipo "vai trabalhar, vagabundo". E aí se inicia o caminho para a derrocada: alcoolismo, fome, drogas e violência passam a fazer parte de sua vida, desde o ambiente doméstico, onde se acrescentam os maus-tratos aos filhos, transformando aquilo que um dia foi um lar num espaço permanente de infelicidade e sofrimento.

As mudanças radicais na vida dessas pessoas e suas famílias motivam transformações de comportamento nem sempre desejáveis. Geralmente, os homens são mais influenciáveis pelos acontecimentos adversos e têm maior dificuldade para enfrentar as situações de crise. Deixam-se levar facilmente pelos novos amigos, vitimados por problemas semelhantes. Envolvem-se com outras mulheres, podendo culminar com o abandono da mulher e dos filhos, o que ampliaria os problemas e as necessidades já existentes.

Portanto, os egressos nasceram e viveram sua infância no centro da crise que abala e atormenta a sua família. E seus filhos, com certeza, serão também vítimas do trabalho precoce

pela obrigação de ajudar a família e, certamente, serão vitimizados pela violência intrafamiliar, devido aos desajustes e desequilíbrios paternos.

# 6 OS RELEGADOS SOCIAIS: CONCLUSÕES

Durante a elaboração deste estudo, conversamos, todo o tempo, com jovens egressos de instituições onde estiveram enclausurados para cumprimento de medida socioeducativa de "internação em estabelecimento educacional", conforme define o art. 112, do ECA. Portanto, privados de liberdade, em decorrência de atos infracionais cometidos, na adolescência, esses jovens sempre estiveram submetidos à violação de direitos, por serem mantidos encarcerados não raro sob condições notoriamente desumanas.

Cumprida a medida socioeducativa, eles voltaram para casa. Retornaram para o mesmo ambiente onde outrora sofreram as conseqüências de um contexto de exclusão social que, igualmente, vitimara suas famílias. Muitas vezes jurados de morte, eles retomaram a convivência com os mesmos amigos ou inimigos, grande parte deles hoje presos ou já mortos.

Nesse momento, recomeçam as suas angústias, pressionados de todos os lados para encontrar novas pistas que os levem para um outro mundo possível. Sem alternativas, muitos deles logo se deparam com um dilema: resignar-se passivamente ou reagir agressivamente, fazendo o que eles sabem fazer muito bem – recomeçar a carreira do crime!

Os programas socioeducativos, particularmente naquelas atividades relacionadas com a capacitação profissional, a cargo do CEDUC, são inadequados e ineficazes, seguindo uma lógica própria, incapaz de perceber as características específicas e interesses pessoais de cada jovem atendido. Pelos resultados obtidos neste estudo, os projetos realizados no CEDUC não despertam o interesse dos jovens. Assim, para eles terem acesso ao mercado de trabalho ou darem continuidade aos estudos - que são os principais meios de inclusão social de um cidadão – suas expectativas não passam de mero devaneio.

Por seu lado, as instituições de assistência apenas demonstram uma modesta e contraditória atuação, pois a execução da medida privativa de liberdade, por si só, e sobretudo na forma como vem sendo desempenhada, já é uma garantia de violação dos direitos dos adolescentes atendidos. No âmbito deste estudo, constatamos alguns indicadores positivos no atendimento do sexo feminino, embora seja mínimo o número de casos atendidos.

Assim, aqueles egressos que decidem, por iniciativa própria, fazer uma "última tentativa" de inserção social, desde logo se defrontam com a desqualificação profissional, com o peso do estigma, com o preconceito, com a inadequação dos currículos escolares, incompatíveis com os seus interesses como sujeitos; com a pressão da família, que não suporta o ônus da presença de mais um desempregado no seu ambiente doméstico; com a desmedida repressão policial, muitas vezes apenas por suspeita, entre outras razões, as quais,

no seu conjunto, são alguns dos motivos que os colocam, talvez definitivamente, numa posição de "relegação social e simbólica", agora ainda mais exasperados e efetivamente encurralados pela violência iminente e destruidora, pelo sofrimento e pelo desprezo social.

Depoimentos dos profissionais entrevistados sugerem que não há uma proposta pedagógica consistentemente definida no CEDUC, particularmente o Pitimbu, nem apoio logístico e de recursos humanos para implementar melhor determinadas ações operacionais, gerando desgastes nas equipes técnicas e produzindo uma espécie de *deficit* de credibilidade junto aos educandos quanto à postura pedagógica da instituição. E, como primeira consequência, passam a prevalecer as atitudes repressivas e punitivas como única forma de controle dos jovens e de gerenciamento dos vastos espaços de ociosidade ali constatados.

Quanto às famílias dos egressos do CEDUC, pelo que observamos, elas não são atingidas pela ação educacional da instituição, e, em geral, permanecem contraditoriamente fora do processo pedagógico ali desenvolvido – exceto nos casos de visitas domiciliares e de visitas das famílias aos filhos internados. Todavia, embora sejam igualmente vítimas das situações de exclusão que afetaram seu filho egresso, elas se ressentem de apoio e orientação diante da complexidade do problema. Assim, as ações junto às famílias dos egressos, por não serem capazes de promover intervenções inovadoras e efetivas que possam contribuir para alterar as suas condições de vida, só mascaram ainda mais a realidade.

Portanto, contrariando o discurso oficial e as diretrizes das instituições gestoras das políticas, o que se constata é uma ausência de intervenções eficientes e sistemáticas nesse campo, no qual os egressos, "tratados" isoladamente em relação ao seu grupo familiar, parecem vítimas silenciosas da incúria e da negligência.

Parafraseando Cícero, o grande orador e tribuno latino, até quando abusarão da nossa paciência? É uma pergunta que poderá estar adormecida nos corações e mentes desses jovens, tidos como "lixos sociais", integrantes das "populações descartáveis" vitimadas pela inclemência de políticas excludentes, cujas intenções apontam, prioritariamente, para a destituição radical dos direitos de cidadania.

Por outro lado, muitos egressos também constituíram suas próprias famílias e tiveram filhos. Ao que pudemos perceber, como que uma reprodução da história de seus pais, essas famílias desde cedo já enfrentam muitas dificuldades de sobrevivência. Em geral, são mantidas precariamente com a ajuda dos familiares dos próprios egressos ou de suas jovens esposas, e, em alguns casos, com a participação de programas governamentais de assistência.

Ressaltemos que, embora não tenhamos, no âmbito deste estudo, trabalhado, direta e sistematicamente, com as famílias dos egressos, em parte das entrevistas com estes, tivemos

oportunidade de dialogar com seus pais ou familiares, o que nos permitiu alargar o nosso conhecimento sobre a sua relação com os filhos. Porém, sugerimos a leitura do estudo de Pereira (2004), que se dedicou às famílias dos internos do CEDUC Pitimbu, e para quem elas são igualmente "privadas de liberdade", ainda afirmando (p. 163) que "enquanto não tivermos uma proposta de trabalho em que a família seja objeto de atenção integral e esteja envolvida numa perspectiva de acolhimento ao adolescente, estaremos realizando um trabalho infrutífero, estéril, sem resultado."

Quanto à escola, embora os depoimentos dos egressos tenham mostrado que, enquanto instituição, eles reconhecem que ela tem papel importante a cumprir na sociedade, em termos práticos e, paradoxalmente, ela parece não ser vista de forma estimulante pelos egressos. Internamente, no âmbito do CEDUC, as atividades escolares muitas vezes são interrompidas, por problemas burocráticos ou "de segurança", especialmente no CEDUC Pitimbu. E, externamente, os egressos entrevistados que se referiram à escola, enfatizaram problemas de violência, agressões, evasões, ameaças de desafetos, e também problemas relacionados com a falta de professores, material e falta de dinheiro para transporte, inviabilizando a freqüência escolar, aumentando o descrédito do aluno e reduzindo os níveis de atratividade dos jovens, sobretudo sendo egressos do CEDUC.

Como sabemos, as análises sobre o sistema educacional brasileiro - conhecido pelas suas características excludentes, como a repetência e a evasão - têm revelado que estas são muito mais produto do próprio sistema do que do fracasso do aluno. Assim, a escola, que ainda é para as classes sociais ricas um símbolo da legitimação social, para os "relegados sociais", desprezados pela sociedade, ela se constitui, apenas, uma promessa não cumprida, incapaz de apreender as experiências de vida dos jovens, seus saberes e potencialidades e, por isso, não têm significado relevante para a sua vida. Talvez esta seja mais uma razão para justificar o desinteresse do jovem-egresso pela escola.

Como a maioria dos egressos entrevistados não concluiu sequer o ensino fundamental, podemos admitir que a experiência vivida por eles em termos de escolaridade em nada contribuiu para incrementar o seu capital cultural, na expressão de Bourdieu.

No campo da profissionalização, esperávamos que uma instituição de tipo CEDUC, já vivenciando a quase "maioridade" do ECA, adotasse estratégias mais criativas e autosustentáveis na formação dos jovens internos. Isto porque sem o desenvolvimento de atividades laborais, numa perspectiva emancipatória, e sem o fortalecimento simultâneo dos níveis de ensino, a inserção desses jovens, no sistema produtivo, estará cada vez mais difícil e distante. Embora, no dizer de Negri (2005, p. 147), "não exista uma prioridade política entre

as formas de trabalho: todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital".

Assim, assumindo o CEDUC uma nova postura nesse campo, o jovem teria que se capacitar melhor para lutar por um lugar social mais aproximado de seus interesses.

Também observamos que o CEDUC, através de seus agentes, mesmo tendo incorporado um discurso fundado na "doutrina da proteção integral", explicitada pelo ECA, e assumido atitudes dessa mesma doutrina, vem preservando rotinas e procedimentos gerenciais e operacionais, característicos do antigo paradigma da "doutrina da situação irregular", definida pelo Código de Menores de 1979, e extinta há quase duas décadas. Isto confirma o inaceitável paradoxo de um país que, de um lado, conseguiu definir políticas e elaborar, com a efetiva participação da sociedade, um estatuto fundado nos padrões mais exigentes de ética e de respeito aos direitos humanos; mas, de outro, não consegue fazer respeitados os seus preceitos pelas instituições públicas, formalmente responsáveis pela sua implementação.

Percorrendo o interior do CEDUC, sobretudo o Pitimbu, notamos a forte obsessão da instituição pelo controle sobre os adolescentes ali internados. E essa postura, ao certo, vai gradualmente rompendo as barreiras éticas, dando lugar, prioritariamente, à arbitrariedade, à repressão e à rigidez da disciplina, acolhidas ora com resignação ora com revolta pelos jovens internos.

Nesse contexto, mesmo denominada de socioeducativa, a medida de privação de liberdade traz embutido, em sua natureza, um caráter fortemente coercitivo que prevalece sobre o seu conteúdo pedagógico, sendo reforçado pela existência de uma demanda social com sede de punir. E aqui, lembrando e ratificando Takeuti (2008), caberia a pergunta: quantos dos projetos que tramitam hoje no Congresso Nacional, tratando da criminalidade juvenil e da redução da idade penal, levam em conta as práticas e mentalidades existentes nas "instituições penais brasileiras para adolescentes" e seu impacto sobre eles?

Portanto, foi dando voz aos jovens egressos do CEDUC que pudemos compreender a questão de forma mais profunda e questionar as convenções sociais que insistem, contraditoriamente, no confinamento, na segregação e em mais punição como processo educativo.

Diante desses fatos, mantidas essas circunstâncias e dentro do contexto discutido, ao longo deste estudo, é possível afirmar que, a despeito dos avanços na legislação brasileira para o setor, as ações dirigidas aos adolescentes infratores continuam incapazes de produzir

alterações significativas nas condições de existência dos jovens que cumpriram medida socioeducativa privativa de liberdade.

Fundamentados na realidade aqui exposta, podemos afirmar ainda que o egresso do CEDUC tem se caracterizado, historicamente, como um jovem de precária formação profissional para competir no mercado de trabalho, de baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto) e sem qualificação adequada para inserir-se de algum modo no sistema produtivo. Nestas condições, o seu retorno à família é percebido, em pouco tempo, por esta, como um ônus e, não raro, como uma fonte de dificuldades e de atritos no ambiente familiar, especialmente no seu relacionamento com o pai ou padrasto.

Por outro lado, também é possível afirmar que são mínimas as chances de esses jovens se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania, numa sociedade que lhes nega, obstinadamente, acesso aos seus direitos básicos e que, quando se manifesta a respeito da questão, não raro tem sido no sentido do recrudescimento de penas e de um ostensivo desejo de punir, cada vez mais cedo, sobretudo em se tratando de jovens pobres das periferias urbanas.

Em suma, essa é uma realidade que enfatiza as contradições presentes na operacionalização da medida socioeducativa de "internação em estabelecimento educacional". Em verdade, trata-se, paradoxalmente, de uma prática que pune, humilha, rejeita e abandona o jovem que entra em conflito com a lei, deixando-o sem chances nem condições de reconstruir um novo projeto de vida.

Como constatamos, após o desligamento da instituição, sentindo-se o egresso rejeitado pela sociedade, não atendido no direito ao exercício de uma ocupação digna, com baixo nível de escolaridade e despreparado para o trabalho, só lhe resta, em regra, decidir-se diante do dilema antes mostrado: resistir, buscando na fragilidade de suas forças, outras alternativas para enfrentar os desafios do mercado e as incertezas da própria vida; ou prosseguir na carreira do crime, muitas vezes atuando num nível mais elevado de especialização, graças às novas dinâmicas criadas nesse campo.

Esperamos que os conhecimentos extraídos deste estudo possam ser utilizados como referência para outras reflexões sobre essa temática, pela sociedade, e particularmente pelos agentes institucionais que atuam nesta área. A mesma sociedade que, primeiramente, exclui, discrimina e condena os jovens, sem considerar que, se mais cedo lhes tivessem sido oferecidas outras oportunidades ou condições de vida, provavelmente eles tivessem enveredado por outros caminhos que não os do mundo do crime.

Por tudo isso, entendemos que a intervenção pública junto aos adolescentes autores de atos infracionais, em Natal, só tem produzido, em geral, conseqüências inócuas e estigmatizadoras. E, não obstante os avanços na legislação brasileira para esta área, bem como as diversas inovações em serviços pontuais de articulação do sistema de atendimento socioeducativo, as ações executadas, nesse campo, continuam incapazes de produzir alterações significativas nas condições de existência dos jovens egressos e de suas famílias, o que vem ratificar a argumentação central explicitada neste estudo.

# 7 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Espaços de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2003, p. 219-228.

ABRAMO, H. W; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

\_\_\_\_\_ et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers:** juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, 1999.

; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas.** 2 ed. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, 2002.

AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ALMEIDA, Maria da Conceição, KNOBB, Margarida, ALMEIDA, Ângela M. de. (Orgs). **Polifônicas idéias:** por uma ciência aberta. Porto Alegre: Sulina, 2003.

ALMEIDA, José Luís Vieira de. **Tá na rua:** representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Xamã, 2001.

ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas**: o cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

AMADO, Jorge. Capitães de areia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMMANN, Safira B. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 84-104, nov. 1997, 2002.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, E; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

AQUINO, Ruth de. As lições da Colômbia para o Brasil. **Revista Época**. São Paulo, n. 457, p. 22-30, 19 fev 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ARENDT, Hanna. A condição humana. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Pequenos bandidos. São Paulo: Global, 1983.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ATAÍDE, Yara Dulce B. de. **O rango e a utopia**: história oral de vida das famílias dos meninos de rua. 1998. 408 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 1998.

ATHAYDE, Celso; BILL, M. V; SOARES, Luiz Eduardo. Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/FES, 2003. p. 33-55.

BAQUERO, Marcello (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. . Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. . Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. \_\_\_\_\_. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008. \_\_\_\_\_. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia Kramer. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. . O menor e a ideologia da segurança nacional. Belo Horizonte: Vega, 1985. BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. Por que a esquerda francesa perdeu as classes populares? Breve percurso histórico. Margem Esquerda. São Paulo, n. 8, p. 131-141, nov. 2006. BEAUGRAND, Eleonora Tinoco. A nova economia e a frágil euforia por mais empregos. **CRONOS**, Natal, RN, v. 2, n.1, p. 33-39, jan/jun, 2001. BEHRING, Elaine R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. ; R, BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 2). BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006. BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 24. ed.

Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, Marlos Alves. **Subjetividades juvenis e vínculos grupais:** sendas existenciais de jovens da Zona Oeste de Natal. 2004. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2004.

BEZERRA, Osicleide de Lima. **Vai trabalhar, vagabundo**: valores e representações sobre o trabalho. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2006.

BIERRENBACH, Maria Ignês. Instituição fechada e violência: uma visão de dentro. In: SADER, Emir; BIERRENBACH, Maria I; FIGUEIREDO, Cyntia P. **Fogo no pavilhão:** uma proposta de liberdade para o menor. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<b>Política e planejamento social</b> . São Paulo: Cortez, 1987.
BILL, M. V.; ATHAYDE, Celso. Falcão: meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
BOBBIO, Norberto. <b>Estado, governo, sociedade</b> : para uma teoria geral da política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E; GENTILI, P. (Orgs.). <b>Pós-neoliberalismo</b> : as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-137.
BOURDIER, Pierre. <b>A economia das trocas simbólicas</b> . 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
A juventude é apenas uma palavra. In: <b>Questões de sociologia</b> . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

1998.

\_. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar,

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Fisco e Contribuinte, 1991.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Malheiros, 1992.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Radar social 2006:** condições de vida no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **FUNABEM ano 20**. Rio de Janeiro: FUNABEM/Coordenadoria de Comunicação Social, 1984.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Brasília, 2006. (mimeografado).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.** Brasília: CONANDA, 2006a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo – SINASE.** Brasília: CONANDA, 2006b.

BRENNAND, Arméli M. Adolescente autor de ato infracional: unidades de internação. In: PARCELLE, Eugênio (Org.). **Um olhar sobre o Ceduc**: lei x realidade numa instituição de privação de liberdade. Natal: Companhia TerrAmar, [2002?].

BRITO, Leila M. Torraca de. (Coord.). **Jovens em conflito com a lei**: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles F.; CANGAS, Yanko, G. (Orgs.) **Jovens na América Latina.** São Paulo: Escrituras, 2004.

CAMPOS, Ângela V. D. da S. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMPOS, André et al. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2**: dinâmica e manifestação territorial. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CANCLINI, Néstor García . <b>Consumidores e cidadãos</b> : conflitos multiculturais da globalização. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
<b>Diferentes, desiguais e desconectados.</b> Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.
CARVALHO, Alysson et al. (Orgs.). <b>Políticas públicas</b> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. Redes de atendimento para proteção integral de adolescentes em conflito com a lei. In: <b>Justiça juvenil sob o marco da proteção integral</b> . São Paulo: ABMP, 2008 (Caderno de Textos).
CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R; WANDERLEY Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. <b>Desigualdade e a questão social</b> . 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.
<b>As metamorfoses da questão social</b> : uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
As transformações da questão social. In: CASTEL, R; WANDERLEY Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. <b>Desigualdade e a questão social</b> . 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.
<b>A insegurança social:</b> o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005. (Coleção Temas Sociais).
WANDERLEY, Luiz E. W; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. 2. ed. <b>Desigualdade e a questão social.</b> 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.
CASTELLS, Manuel. <b>Fim do milênio</b> . 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.
CASTELLS, Manuel. <b>A sociedade em rede.</b> 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
CAVALCANTI, Keila B.; PAIVA, Maria das Graças de M. V. (Orgs.). Retratando a

criança e o adolescente. Natal: EDUFRN, 1998.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. A criança, o adolescente, a cidade. São Paulo: CEBRAP/FAPESP, 1973.

CHAUÍ, M. **Uma ideologia perversa:** explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3-5.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Vera S. R. P; ANDRADE, Ilza A. L. de; MONTOYA, Mariana C. Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais. **CRONOS**. Natal, RN: v. 7, n. 1, jan/jun 2006

COELHO, Vilma Baía. A cor ausente. Belo Horizonte: Mazza; Belém: Unama, 2006.

COLARES, Marcos; PAIVA, Leila. **Aprendizado, trabalho e dignidade:** discutindo perspectivas legítimas de ocupação produtiva para a adolescência no Brasil. Fortaleza: Perfil, 2003.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em sociologia:** o que é, como faz. São Paulo: Loyola, 2004.

COMPTE-SPONVILLE, André. **O capitalismo é moral?** Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CONSTANTINO, Elizabeth P. **Meninos institucionalizados:** a construção de um caminho. São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

CONSTANTINO, Luciana. 15.426 jovens cumprem pena socioeducativa no país. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 14 set 2006. Caderno Cotidiano.

CORREIA SOBRINHO, José. **Imagens da violência: mosaicos do cotidiano de uma juventude**. 2001. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2001.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença.** Brasília: CBIA/Ministério da Ação Social, 1991.

COSTA, Liana F; ALMEIDA, Tânia M. C. de. (Orgs.). **Violência no cotidiano**: do risco à proteção. Brasília: Universa Líber Livro, 2005.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo, R; SUCENA, Luiz F. M. Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2001.

CURY, Munir. Atendimento ao adolescente autor de infração penal: medidas sócio-educativas. In: **CDH – Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, Ano 2, n. 1, jan/jun, p. 33-46, 1992. São Paulo: CBIA/SP/CDH, 1992.

CYRULNIK, Boris. Falar de amor à beira do abismo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DAYRELL, Juarez. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 2003, p. 173-189.

DAL RI, Aline Langner. A efetividade das medidas socioeducativas em meio aberto e o desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. DEMO, Pedro. **Dureza:** pobreza política de mulheres pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Pobreza política.	São Paulo:	Cortez/Autores	Associados,	1988. n. 27.	
•					

DIMENSTEIN, Gilberto. Colômbia dá exemplo para Brasil reduzir a violência. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 15 out. 2006. Cotidiano. p. C1.

\_\_\_\_\_. Hoje, país é o paraíso do turismo comunitário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2007. Caderno Turismo. p. F4.

\_\_\_\_\_. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **O mistério das bolas de gude**: histórias de humanos quase invisíveis. Campinas: Papirus, 2006.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Tópicos).

. O suicídio. São Paulo: Martin Claret, 2003.

EDMUNDO, L. P. Instituição: escola da marginalidade. São Paulo: Cortez, 1987.

EMEDIATO, Luiz F. Geração abandonada. 7. ed. São Paulo: EMW Editores, 1987.

ESPING-ANDERSEN, Costa. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova.** São Paulo: Cedec, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

EVANGELISTA, Dalmo de Oliveira. Barreiras da sobrevivência: as angústias dos adolescentes infratores. In: CAVALCANTI, Keila B; PAIVA, Maria das Graças de M. V. (Orgs.). **Retratando a criança e o adolescente.** Natal: EDUFRN, 1998, p. 71-94.

\_\_\_\_\_. Para onde vai o adolescente, autor de atos infracionais, egresso da Febem/RN? 1992. 184 f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 1992.

EVANGELISTA, Maria D. R. Prisão aberta: a volta à sociedade. São Paulo: Cortez, 1983.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FARINHA, Marciana G; BRUNS, Maria A. de T. **Adolescentes profissionais do sexo**. São Paulo: Átomo, 2006. (Coleção Sexualidade & Vida).

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, Brasília C. et al. <b>Radiografia do mercado de trabalho</b> : região metropolitana de Natal. Natal, RN: DIEESE/UNITRABALHO, 2002.
FERREIRA, Rosa M. F. <b>Meninos de rua</b> : valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: IBREX, 1980.
Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais. In: <b>CRONOS</b> , Natal, RN, v. 2, n. 1, p. 11-32, jan/jun, 2001.
FORACCHI, Marialice M. <b>A participação social dos excluídos</b> . São Paulo: Hucitec, 1982.
FORRESTER, Viviane. <b>O horror econômico</b> . São Paulo: Unesp, 1997.
FOUCAULT, Michel. <b>Microfísica do poder.</b> 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
<b>Vigiar e punir</b> : nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.
<b>Vigiar e punir</b> : nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
FREIRE, Paulo. Não seria possível deixar de constar no texto do estatuto. In: BRASIL. <b>Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado</b> . São Paulo: Malheiros, 1992.
FREITAS, Marcos Cezar de et al. <b>História social da infância no Brasil</b> . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
FRIGOTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). <b>Juventude e sociedade</b> . São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
FROTA, Tereza de Lisieux Lopes. <b>Entre o pavilhão e o inferno</b> : trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu. 2006. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2006.
Entre o pavilhão e o inferno: trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu. João Pessoa: Idéia, 2007.

FUNDO DAS NAÇOES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Situação mundial da infância 2006: excluídas e invisíveis: Brasília: UNICEF, 2006.
<b>Situação mundial da infância 2007</b> : mulheres e crianças - o duplo dividendo da igualdade de gênero. Brasília: 2007.
GAULEJAC, Vincent de. Prefácio. In: TAKEUTI, Norma M. <b>No outro lado do espelho</b> : a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
GERMANO, José Willington. Cidadania negada: a educação como instrumento de combate à pobreza no Brasil. <b>Educação &amp; Sociedade</b> , Campinas, v. 52, 584-590, dez, 1995.
Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social. In: <b>CRONOS</b> . Natal, RN, v. 8, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2007.
Globalização, reestruturação do Estado e políticas neoliberais. <b>Vivência</b> , Natal, RN, v. 11, n.1/2, p. 117/127, jan./dez., 1977.
Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil. <b>CRONOS</b> , Natal, RN, v. 3, n. 2, p. 37-46, jul/dez, 2002.
Na mira do mercado: políticas educacionais em tempo de globalização. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES; Rita de Cássia da Conceição. <b>Globalização &amp; Desigualdade</b> , Natal, p. 187-199, 2002.
Neo-liberalismo e contexto internacional. <b>Vivência. Natal, RN,</b> UFRN/CCHLA. v. 1, n. 1, jan/jun. 1983.
Pobreza e educação: o avesso da cidadania. <b>Serviço Social &amp; Sociedade</b> , São Paulo, v. 19, n. 57, p. 28-51, jul. 1998.
Reforma do Estado, universidade e governação. In: GICCO, Vânia; SPINELLI, A.; VICENTE, P. (Orgs.). <b>As ciências sociais:</b> desafios do milênio. Natal, RN: EDUFRN, 2001. p. 830-840.

GERSCHMAN, Sílvia; VIANNA, Maria L. W. (Orgs.). A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

GICCO, Vânia; SPINELLI, A; VICENTE, P. (Orgs.). **As ciências sociais**: desafios do milênio. Natal, RN: EDUFRN, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

\_\_\_\_\_ Manicômios, prisões e conventos. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GREGORI, Maria F; SILVA, Cátia Aida. **Meninos de rua e instituições**: tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.

GUERRA, Alexandre et al. (Orgs.). Atlas da nova estratificação social no Brasil, volume 1: classe média, desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Antônio M. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HARDT, M; NEGRI, Antonio. **Multidão.** Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. A era dos impérios. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony (Orgs.). **No limite da racionalidade**: convivendo com o capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e indivíduo social.** São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LINDOZO, José A. Spinelli. Identidades e contrastes na análise do estado de bem-estar. **Vivência**, Natal, **RN**, UFRN/CCHLA. v. 1, n. 1, jan/jun, 1983.

KAUFMANN, Josef Nicolas. **Turbulências no mundo do trabalho**. Quais as perspectivas? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 69, p. 30-52, mar 2002.

KURZ, Robert. **O colapso da modernidade:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Elenice Moreira. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/FES, 2003.

LUPI, Carlos Alberto. **Agora e na hora de nossa morte**: o massacre do menor no Brasil. São Paulo: Debates, 1980.

MALAGUTI, Manoel L; CARCANHOLO, Reinaldo; CARCANHOLO, Marcelo D. (Orgs.). **Neoliberalismo**: a tragédia de nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 65).

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Polis/Vozes, 1984.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar de et al. **História social da infância no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 251-268.

MARIN, Joel O. Bevilaqua. **Trabalho infantil:** necessidade, valor e exclusão social. Brasília: Plano Editora; Goiânia: Editora UFG, 2006.

MARTINS, Aline de Carvalho. Conselhos de direitos: democracia e participação popular. In: SALES, M. A; MATOS, Maurílio C. de; LEAL, Maria C. (Orgs.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Temas da Atualidade).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro I, vol. 1, 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MEIHY, José Carlos S. B. Manual de história oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEKSENAS, Paulo. Cidadania, poder e comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉNDEZ, Emílio Garcia. **Infância e cidadania na América Latina**. São Paulo: HUCITEC/Instituto Ayrton Senna, 1998.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A violência na adolescência**: um problema de saúde pública. Cadernos da Saúde Pública, São Paulo, v. 6, n. 3, set. 1990. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp. Acesso em 23 jan. 2007.

MIRAGLIA, Paula. Maturidade e responsabilização. **Folha de São Paulo**, 12 jul 2008. Opinião. Tendências/Debates. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/Opinião>. Acesso em 12 jul 2008.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. (Coleção Conflitos, Direitos e Culturas).

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

2005.	. Os sete saberes	necessários à educ	ação do futuro.	São Paulo:	UNESCO/Corte	z,
	; CYRULNIK, Boi Instituto Piaget, 20	ris. <b>Diálogo sobre a</b> 004.	natureza human	a. Epistemo	ologia e sociedad	le.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MURAD, Juliana G. P; ARANTES, Rafael S; SARAIVA, A. L. R. **Levantamento estatístico sobre o sistema socioeducativo.** Brasília: SPDCA/SEDH/PR, 2004. Mimeografado.

NASCIMENTO, Lionete Teixeira do. **Crianças e adolescentes em privação de liberdade**: um olhar sobre a instituição CEDUC/Pitimbu. 2006. 55f. Monografia (Curso de Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2006.

NAVES, Rubens. **Justiça para crianças e jovens.** In: PINSKEY, Jaime (Org.) et al. **Práticas de cidadania.** São Paulo: Contexto, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de serviço social, v. 1).

NOGUEIRA, Cláudia M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da S. e; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo** (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez: 2005. n. 83, p. 5-29, set 2005.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 2003, p. 121-151.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas: n. 35, p. 9-59, abr. 1990. Campinas-SP: CEDES/Vértice, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, João Emanoel Evangelista de. **Neoliberalismo e pós-modernismo**: algumas relações nem sempre óbvias. In: GICCO, Vânia; SPINELLI, A; VICENTE, P. (Orgs.). **As ciências sociais**: desafios do milênio. Natal, RN: EDUFRN, 2001, p. 718-732.

OLIVEIRA, Maria Coleta. **Demografia da exclusão social** (Org.). Campinas: UNICAMP/NEPO, 2001a.

OLIVEIRA, Otom Anselmo; GERMANO, José Willington. (Orgs.). **Os caminhos do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Assembléia Geral, 1959.

PAIVA, José Dantas de. A FUNDAC/RN e a execução da medida socioeducativa privativa de liberdade. Entrevistador: Dalmo de Oliveira Evangelista. Natal, 2008. Fita cassete sonora (60 min.).

PARCELLE, Eugênio (Org.). **Um olhar sobre o Ceduc**: lei x realidade numa instituição de privação de liberdade. Natal: Companhia TerrAmar, [2002?].

PASSETI, Edson. Violentados. São Paulo: Imaginário, 1995.

PASTANA, Débora Regina. **O** "estado punitivo brasileiro" e a "democracia representativa elitista" de Boaventura de Souza Santos. In: **CRONOS**, Natal, RN, v. 8, n.1, p. 185-199, jan./jun. 2007

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social:** ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez C. B; BARRETO, Frederico F. P. (Orgs.). **Brasília:** dimensões da violência urbana. Brasília: Editora UnB, 2005. (Coleção Brasília).

PENTEADO, Gilmar. Menor participa de 1% dos homicídios em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º de jan, 2004. Cotidiano.

PEREIRA, Ilzamar Silva. **O ato infracional e o processo de exclusão das famílias dos adolescentes privados de liberdade:** decifrando mitos e realidades. 2004, 181 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia Carla dos. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil.** Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. São Paulo: NEV/USP, 2006.

PIERUCCI, Antônio F. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP: Ed. 34, 2003.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da S; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006.

et al. (Orgs.). <b>Atlas da exclusão social</b> , <b>volume 3</b> : os ricos no Brasil. 2. ed Paulo: Cortez, 2005a.	. São
et al. (Orgs.). <b>Atlas da exclusão social, volume 4</b> : a exclusão no mundo. São F Cortez, 2004.	'aulo:
et al. (Orgs.). <b>Atlas da exclusão social</b> , <b>volume 5:</b> agenda não liberal da inc social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005b.	lusão

\_\_\_\_\_; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). <b>Juventude e sociedade.</b> São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
POLANYI, Karl. <b>A grande transformação:</b> as origens de nossa época. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
PONTUAL, Pedro. Juventude e poder público: diálogo e participação. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). <b>Políticas públicas:</b> juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 2003. p. 97-119.
PORTELLI, Hugues. <b>Gramsci e o bloco histórico.</b> 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Pensamento Crítico).
POULANTZAS, Nicos. <b>Estado, poder e socialismo</b> . 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
PREFEITURA DO NATAL (RN). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. <b>Natal:</b> dados informativos, RN, 2006.
PRZEWORSKI, Adam. <b>Capitalismo e social-democracia.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
QUEIROZ, José J. (Org.) et al. <b>O mundo do menor infrator</b> . 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987. (Coleção Teoria e Prática Sociais).
RAMALHO, José R. <b>O mundo do crime</b> : a ordem pelo avesso. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
REGUERA, Enrique Martinez. <b>Crianças de ninguém, crianças de rua</b> . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
RIO GRANDE DO NORTE. Fundação Estadual da Criança e do Adolescente. <b>Questionário 3PD FUNDAC.</b> [Mensagem pessoal]. Mensagem enviada por <u>vanda@digizap.com.br</u> em 09 de maio de 2008.
Secretaria do Planejamento/IDEC. <b>O menor de família de baixa renda.</b> Natal: SEPLAN/IDEC, 1987.

RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena; KLEIN, Alejandro. O adolescente em contexto. In: **Justiça juvenil sob o marco da proteção integral.** São Paulo: ABMP, 2008.(Caderno de Textos).

ROCHA, Enid. Mapeamento nacional da situação das unidades de execução da medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei. Brasília: IPEA/DCA-MJ, 2002. (Mimeo).

RODRIGUES, Alexandre. O próximo da fila. Belo Horizonte: CONANDA, 2003.

ROJAS Couto, Berenice. O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **Adolescente com prática de ato infracional:** a questão da inimputabilidade penal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.67, p. 182-202, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-Providência**. 2. ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir; BIERRENBACH, Maria I; FIGUEIREDO, Cyntia P. **Fogo no pavilhão:** uma proposta de liberdade para o menor. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAETA, Beatriz R. P; SOUZA NETO, João C. de. A criança e o adolescente na sociedade brasileira. In: SOUZA NETO; J. C. de; NASCIMENTO; Maria L. B. P. (Orgs.). **Infância**: violência, instituições e políticas públicas. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

SALES, Mione Apolinário. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SALES, Mione A; MATOS, Maurílio C. de; LEAL, Maria C. (Orgs.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SALLES FILHO, Belmiro F. de. Trabalho sujo e mediação em instituições para adolescentes em conflito com a lei. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio C. de.; LEAL, Maria C. (Orgs.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTANA, Marco Aurélio. A precarização e a revolta: o que nos diz a experiência francesa. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 7, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais. In: <b>CRONO</b> Natal, RN: v. 8, n.1, p. 23-40, jan./jun. 2007.
<b>Democratizar a democracia:</b> os caminhos da democracia participativa. Rio o Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
Entrevista. <b>Margem Esquerda</b> . São Paulo, n. 8, 2006.
O fórum social mundial: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.
A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.
A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 200

\_\_\_\_\_. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da

(Coleção para um Novo Senso Comum).

Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9 ed. São Paulo:

democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<b>Para uma revolução democrática da justiça</b> . São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção Questões da nossa época, v. 134).
<b>Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social</b> . São Paulo: Boitempo, 2007.
SANTOS, Theotônio dos. <b>Do terror à esperança:</b> auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.
SCHONS, Selma Maria. <b>Assistência social entre a ordem e a "des-ordem":</b> mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
SEN, Amartya. <b>Desenvolvimento como liberdade.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de S. <b>Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil:</b> conceitos, dados e proposições. São Paulo: Global. Brasília: UNICEF, 2005.
SILVA, Maria Ozanira da S; YAZBEK, Maria Carmelita. <b>Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo</b> (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.
SILVA, Roberto. <b>Os filhos do governo</b> . São Paulo: Ática, 1997.
SILVA, Suerda Barbosa da. <b>A privação de liberdade e o processo de inclusão social do adolescente</b> . 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2003.
Siqueira, Maria Dilma F. <b>A condição sub-humana do infrator menor</b> . 1982. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 1982.
(Coord.). <b>Os meninos de Natal</b> : as condições de socialização das crianças e adolescentes que sobrevivem nas ruas de Natal – RN. Natal, RN, 1992. Relatório de pesquisa desenvolvida pelos Departamentos de Psicologia e Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Mimeografado.

SOBRAL, Maria de Lemos. **Trajetórias de vida:** um estudo sobre a complexidade da experiência da rua, 2008. f. 163. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).
(Org.). <b>A invisibilidade da desigualdade brasileira</b> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
Tudo que escrevo tem inspiração no nordeste. <b>Diário de Natal.</b> Natal, 19 set 2007. Caderno DN Educação, p. 6. Entrevista concedida a Francisco Francerle.
SOUZA NETO, João C. de; NASCIMENTO, Maria L. B. P. (Orgs.) <b>Infância:</b> violência, instituições e políticas públicas. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.
SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Clara. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. <b>Tempo Social</b> , São Paulo, v. 17, n. 2, [2005?].
<b>Os jovens no Brasil</b> : desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). <b>Políticas públicas</b> : juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/FES, 2003. p. 57-75.
STOER, Stephen R; MAGALHÃES, António M; RODRIGUES, David. <b>Os lugares da exclusão social:</b> um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.
SZYMANSKI, Heloísa. <b>Trabalhando com famílias.</b> ECA/Cadernos de ação, n. 1, São Paulo: IEE/PUC/SP, CBIA/SP, 1992.
TAKEUTI, Norma Missae. O difícil exercício da alteridade. <b>Revista CRONOS</b> , Natal, RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan/dez, 2004/2005.
Os jovens clamam pelo direito à dignidade. In: OLIVEIRA, Otom Anselmo; GERMANO, José Willington (Orgs.). <b>Os caminhos do Rio Grande do Norte</b> . Natal: UFRN, 2003. p. 18-24.
Os jovens e a "fome" de cultura. <b>CRONOS</b> . Natal, RN, v. 3, n. 2, p. 73-80, jul/dez, 2002a.

Imaginário social "mortífero": a questão da delinquência juvenil no Brasil. <b>CRONOS,</b> Natal, RN, v. 1, n. 2, p. 110-128, jul/dez, 2000.
<b>No outro lado do espelho:</b> a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002b.
A pobreza e a exclusão social no primeiro mundo. <b>Vivência</b> , Natal, v. 7, n. l, p. 33-62, jul/dez, 1993.
Um olhar socioclínico sobre as condutas de jovens na condição de relegação social. In: GICCO, Vânia; SPINELLI, A; VICENTE, P. (Orgs.). <b>As ciências sociais</b> : desafios do milênio. Natal, RN: EDUFRN, 2001. p. 98-119.
A vontade de punir. 2008. Artigo inédito, em elaboração pela autora.
TINOCO, Dinah dos S. As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil e no mundo. <b>CRONOS</b> , Natal, RN, v. 2, n. 1, p. 49-56, jan/jun, 2001.
THOMPSON, Paul. <b>A voz do passado</b> : história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação da infância brasileira <b>2006</b> : O direito à sobrevivência e ao desenvolvimento. Crianças de até 6 anos. Brasília: UNICEF, 2005.
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da Infância <b>2006</b> : excluídas e invisíveis. Brasília: UNICEF, 2005.
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da Infância 2007: mulheres e crianças – o duplo dividendo da igualdade de gênero. Brasília: UNICEF,

VAN CREVELD, Martin. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Justiça e Direito).

2006.

VAIDERGORN, J. (Org.). **O direito a ter direitos.** Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara: SP: Unesp, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 74).

VALESCO, Erivã G. Juventude e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização. In: SILVA, Maria Ozanira da S; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 187-201.

VIEIRA, Evaldo. <b>Democracia e política social.</b> São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 49).
<b>Os direitos e a política social</b> . São Paulo: Cortez, 2004.
VIEIRA, Liszt. <b>Os argonautas da cidadania</b> : a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.
VIOLANTE, Maria L. V. <b>O dilema do decente malandro.</b> 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
VOLPI, Mário. (Org.) <b>Adolescentes privados de liberdade:</b> a normativa nacional e internacional & reflexões acerca da responsabilidade penal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
(Org.). <b>O adolescente e o ato infracional</b> . São Paulo: Cortez, 1997.
<b>Sem liberdade, sem direitos</b> : a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.
WACQUANT, Loïc. <b>As prisões da miséria</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2001 <sup>a</sup>
<b>Os condenados da cidade</b> : estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2001b
WAISELFISZ, Julio Jacobo. <b>Mapa da violência:</b> os jovens do Brasil. Sumário executivo. 2006. Mimeografado.
<b>Mapa da violência III</b> : juventude, violência e cidadania. Brasília: UNESCO, Instituto Airton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.
<b>Mapa da violência IV</b> : juventude, violência e cidadania. Brasília: UNESCO, Instituto Airton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A particularidade da questão social na América Latina. In: **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 76, p. 37-57, nov 2003, 2003.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 74-83, nov 1997, 2002.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERNER, Jairo. Consumo de crack avança entre usuário da classe média. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2008.

WINNICOTT, D. W. <b>Privação e delinqüência</b> .	3. ed. São	Paulo: N	Martins I	Fontes, 2002.
<b>Tudo começa em casa.</b> 2. ed. São Paulo	o: Martins	Fontes,	1996.	

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Condomínio	do Diabo.	Rio de Janeiro:	Revan: UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_.Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). **Galeras cariocas:** territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

#### **APÊNDICES**

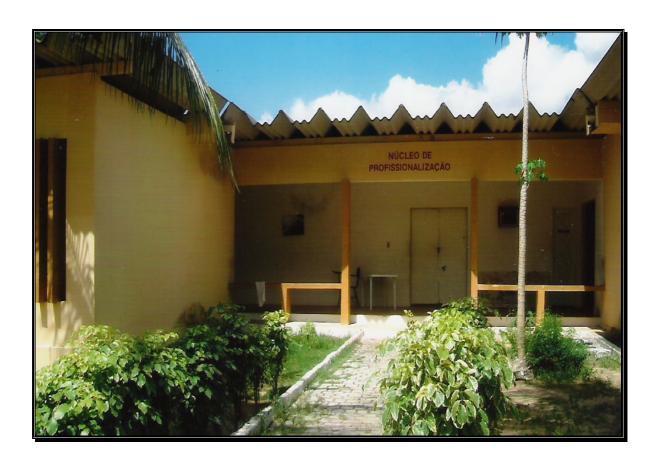
## APÊNDICE 1 – CEDUC PITIMBU











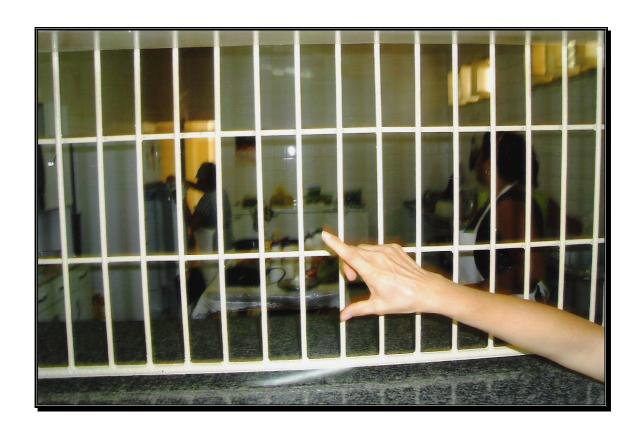
## APÊNDICE 2 – CEDUC PADRE JOÃO MARIA













# **Livros Grátis**

( <a href="http://www.livrosgratis.com.br">http://www.livrosgratis.com.br</a>)

#### Milhares de Livros para Download:

<u>Baixar</u>	livros	de	Adm	<u>ıinis</u>	tra	ção

Baixar livros de Agronomia

Baixar livros de Arquitetura

Baixar livros de Artes

Baixar livros de Astronomia

Baixar livros de Biologia Geral

Baixar livros de Ciência da Computação

Baixar livros de Ciência da Informação

Baixar livros de Ciência Política

Baixar livros de Ciências da Saúde

Baixar livros de Comunicação

Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE

Baixar livros de Defesa civil

Baixar livros de Direito

Baixar livros de Direitos humanos

Baixar livros de Economia

Baixar livros de Economia Doméstica

Baixar livros de Educação

Baixar livros de Educação - Trânsito

Baixar livros de Educação Física

Baixar livros de Engenharia Aeroespacial

Baixar livros de Farmácia

Baixar livros de Filosofia

Baixar livros de Física

Baixar livros de Geociências

Baixar livros de Geografia

Baixar livros de História

Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura

Baixar livros de Literatura de Cordel

Baixar livros de Literatura Infantil

Baixar livros de Matemática

Baixar livros de Medicina

Baixar livros de Medicina Veterinária

Baixar livros de Meio Ambiente

Baixar livros de Meteorologia

Baixar Monografias e TCC

Baixar livros Multidisciplinar

Baixar livros de Música

Baixar livros de Psicologia

Baixar livros de Química

Baixar livros de Saúde Coletiva

Baixar livros de Serviço Social

Baixar livros de Sociologia

Baixar livros de Teologia

Baixar livros de Trabalho

Baixar livros de Turismo